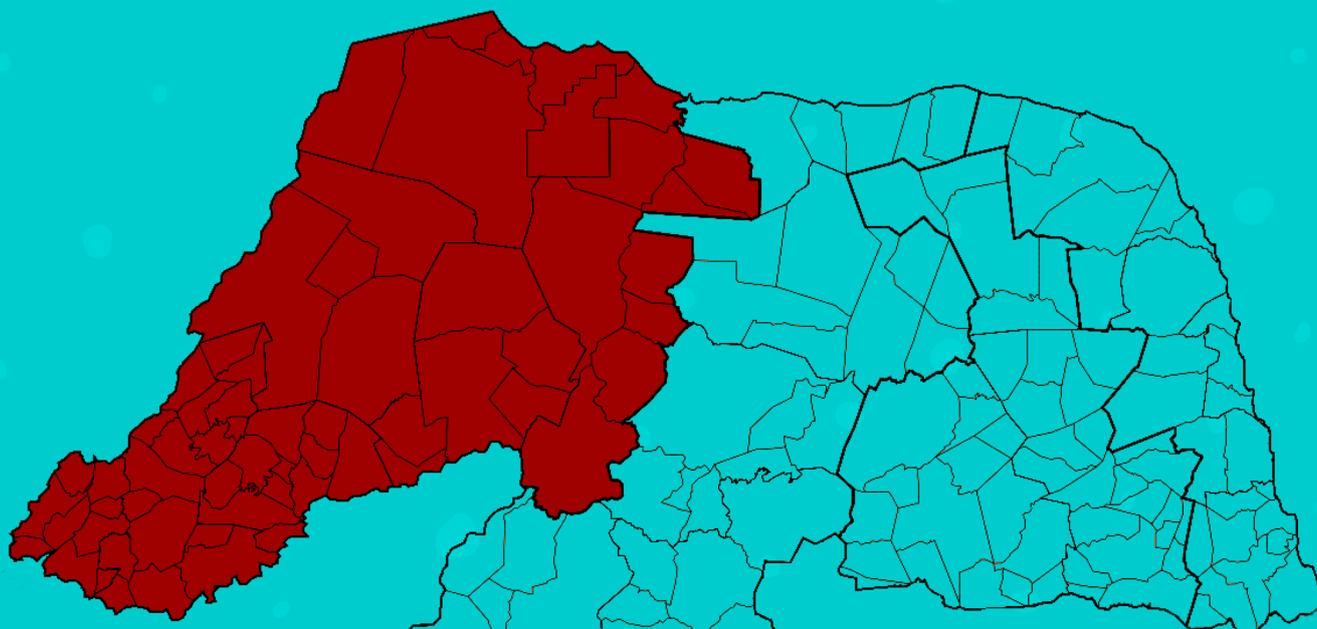


Organizadores

Marcos Von Zuben . André Bonsanto



**TRABALHO,
EDUCAÇÃO
E CULTURA
NO OESTE
POTIGUAR:
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**



Organizadores

Marcos Von Zuben . André Bonsanto

**TRABALHO,
EDUCAÇÃO
E CULTURA
NO OESTE
POTIGUAR:
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**

2020

UERN



Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Reitor

Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitora

Fátima Raquel Rosado Morais

Diretora de Sistema Integrado de Bibliotecas

Jocelânia Marinho Maia de Oliveira

Chefe da Editora Universitária – EDUERN

Anairam de Medeiros e Silva

Conselho Editorial das Edições UERN

Emanoel Márcio Nunesc

Isabela Pinheiro Cavalcante Lima

Diego Nathan do Nascimento Souza

Jean Henrique Costa

José Cezinaldo Rocha Bessa

José Elesbão de Almeida

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento

Wellington Vieira Mendes

Capa

Luzia Andreza Menezes do Monte

Diagramação

Isabelly Thayanne de Sousa Silva

Revisão

Leila Rute Gonçalves Soares

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Trabalho, educação e cultura no oeste Potiguar: estudos interdisciplinares. / Organizadores Marcos Von Zuben, André Bonsanto. - Mossoró, RN: Edições UERN, 2020.

282p.

ISBN: 978-65-88660-30-0

1. Trabalho - Educação - Cultura - Oeste Potiguar. 2. Estudos interdisciplinares - Oeste Potiguar. I. Von Zuben, Marcos. II. Bonsanto, André. III. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. IV. Título

UERN/BC

CDD 300

Bibliotecária: Jocelania Marinho Maia de Oliveira CRB 15 / 319

Editora Filiada à:



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Meus amigos e minhas amigas

O Programa de Divulgação e Popularização da Produção Científica, Tecnológica e de Inovação para o Desenvolvimento Social e Econômico do Rio Grande do Norte, pelo qual foi possível a edição de todas essas publicações digitais, faz parte de uma plêiade de ações que a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN), em parceria, nesse caso, com a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN), vem realizando a partir do nosso Governo.

Sempre é bom lembrar que o investimento em ciência auxilia e enriquece o desenvolvimento de qualquer Estado e de qualquer país. Sempre é bom lembrar ainda que inovação e pesquisa científica e tecnológica são, na realidade, bens públicos que têm apoio legal, uma vez que estão garantidos nos artigos 218 e 219 da nossa Constituição.

Por essa razão, desde que assumimos o Governo do Rio Grande do Norte, não medimos esforços para garantir o funcionamento da FAPERN. Para tanto, tomamos uma série de medidas que tornaram possível oferecer reais condições de trabalho. Inclusive, atendendo a uma necessidade real da instituição, viabilizamos e solicitamos servidores de diversos outros órgãos para compor a equipe técnica.

Uma vez composto o capital humano, chegara o momento também de pensar no capital de investimentos. Portanto, é a primeira vez que a FAPERN, desde sua criação, em 2003, tem, de fato, autonomia financeira. E isso está ocorrendo agora

por meio da disponibilização de recursos do PROEDI, gerenciados pelo FUNDET, que garantem apoio ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação (CTI) em todo o território do Rio Grande do Norte.

Acreditando que o fortalecimento da pesquisa científica é totalmente perpassado pelo bom relacionamento com as Instituições de Ensino Superior (IES), restabelecemos o diálogo com as quatro IES públicas do nosso Estado: UERN, UFRN, Ufersa e IFRN. Além disso, estimulamos que diversos órgãos do Governo fizessem e façam convênios com a FAPERN, de forma a favorecer o desenvolvimento social e econômico a partir da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) no Rio Grande do Norte.

Por fim, esta publicação que chega até o leitor faz parte de uma série de medidas que se coadunam com o pensamento – e ações – de que os investimentos em educação, ciência e tecnologia são investimentos que geram frutos e constroem um presente, além, claro, de contribuir para alicerçar um futuro mais justo e mais inclusivo para todos e todas!

Boa leitura e bons aprendizados!



Fátima Bezerra

**Governadora do
Rio Grande do Norte.**

Parceria pelo Desenvolvimento do RN

A Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e a Fundação Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FUERN) sentem-se honradas pela parceria firmada em prol do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. A publicação deste livro eletrônico (e-book) é fruto de esforço conjunto das duas instituições, que em setembro de 2020 assinaram o Convênio 05/2020–FAPERN/FUERN, que, dentre seus objetivos, prevê a publicação de quase 200 e-books. Uma ação estratégica como fomento da divulgação científica e popularização da ciência.

Este convênio também contempla a tradução para outros idiomas de sites de Programas de Pós-Graduação (PPGs) das instituições de ensino superior do estado, apoio a periódicos científicos e outras ações para a divulgação, popularização e internacionalização do conhecimento científico produzido no Rio Grande do Norte. Ao final, a FAPERN terá investido R\$ 100.000,00 (cem mil reais) oriundos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDET), captados via Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROEDI), programa aprovado em dezembro de 2019 pela Assembleia Legislativa na forma da Lei 10.640, sancionada pela governadora, professora Fátima Bezerra.

Na publicação dos e-books, estudantes de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) são responsáveis pelo planejamento visual e diagramação das obras. A seleção dos bolsistas ficou a cargo da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE/UERN).

No Edital 02/2020–FAPERN, os autores/organizadores puderam inscrever as obras resultantes de suas pesquisas de mestrado e doutorado defendidas junto aos PPGs de todas as Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) do Rio Grande Norte, bem como

coletâneas que derivem do trabalho dos grupos de pesquisa nelas sediados. Neste primeiro edital foram inscritas 63 obras, das quais 57 tiveram aprovação após a verificação de atendimento aos critérios e envio aos pareceristas, processo editorial que fica a cargo das Edições UERN.

Com essa parceria, a FAPERN e a FUERN unem esforços para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, acreditando na força da pesquisa científica, tecnológica e de inovação que emana das instituições potiguares, reforçando a compreensão de que o conhecimento é transformador da realidade social.

Agradecemos a cada autor(a) que dedica seu esforço na concretização das publicações e a cada leitor(a) que nelas tem a oportunidade de incrementar seu conhecimento, objetivo final do compartilhamento de estudos e pesquisas.



*Gilton Sampaio
de Souza*

**Diretor-Presidente
da FAPERN**



*Fátima Raquel
Rosado Moraes*

**Presidente em exercício
da FUERN**

Apresentação

Apresentamos ao leitor um livro que busca compreender a vida cotidiana de sujeitos comuns: indígenas, músicos, estudantes do ensino médio, estudantes quilombolas, criminosos, negros quilombolas, artistas de circo, pessoas que vão às rezadeiras, catadores de materiais recicláveis, agricultores familiares, professores da rede pública, trabalhadores do abastecimento, entre outros. Sujeitos anônimos, estudados em suas práticas cotidianas envoltas em modos de fazer específicos que configuram uma cultura, um discurso, uma luta, uma identidade, uma memória, um processo de tornar-se sujeito; vidas anônimas da região Oeste Potiguar.

O livro divulga as pesquisas produzidas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da UERN (PPGCISH) que tiveram como tema de estudo aspectos do mundo do trabalho, da educação e da cultura da região Oeste Potiguar, investigados sob um olhar interdisciplinar. São os autores pesquisadores de áreas diversas das humanidades como ciências sociais, filosofia, história, direito, educação e comunicação social, que atuam em cinco grupos de pesquisa vinculados ao PPGCISH. O Programa de Pós-Graduação tem sua área de concentração das pesquisas voltada para os processos de constituição dos sujeitos por meio dos seus saberes e de suas práticas cotidianas, com uma linha de pesquisa que investiga as linguagens, a memória e a produção dos saberes e outra linha que busca compreender os processos sociais, históricos, políticos e filosóficos de constituição das subjetividades, da identidade e da diferença. O PPGCISH é um Programa de Pós-Graduação com nove anos de existência e que já formou mais de 80 mestres em Ciências Sociais e Humanas, sendo o único curso interdisciplinar da área no interior do estado do Rio Grande do Norte.

Além da interdisciplinaridade, os estudos têm em comum a investigação dos sujeitos sociais, seus saberes, suas memórias, suas práticas cotidianas realizadas em espaços diversos como escola, o trabalho, o grupo musical, o jornal, o quilombo, o circo, o sítio, a cooperativa e a companhia de abastecimento. Lugares situados na região oeste do estado do Rio Grande do Norte e sua divisa com o Ceará. O Oeste Potiguar é uma das quatro mesorregiões do estado do Rio Grande do Norte, sendo a maior em área (21,2 mil Km², 40% da área do estado) e em número de municípios (63), abrange as microrregiões de Mossoró, Chapada do Apodi, Médio

Oeste, Vale do Açu, Serra de São Miguel, Pau dos Ferros e Umarizal, com 26% da população do estado. A cidade polo é Mossoró, a segunda mais populosa do Estado com aproximadamente 300 mil habitantes, cidade em que se localiza o Mestrado interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas. A região oeste se destaca como polo econômico do Estado nas áreas de petróleo terrestre, sal, fruticultura irrigada, agricultura familiar e serviços, representando aproximadamente 25% do PIB estadual. É sobre os sujeitos que habitam esses espaços do Oeste Potiguar que trata este livro.

A obra se organiza em três partes. A primeira trata sobre as práticas sociais presentes no mundo do trabalho, e possui seis capítulos. Um conjunto de três estudos abordam o trabalho no campo na Chapada do Apodi, importante região agrícola do estado. Dois desses trabalhos abordam o conflito presente na região entre o agronegócio de produção irrigada de larga escala e a agricultura familiar agroecológica. Um deles enfatiza as relações sociais dos grupos em disputa e o outro analisa os aspectos discursivos que permeiam o conflito. A terceira pesquisa faz um estudo de caso das práticas sustentáveis de uma cooperativa de agricultura familiar na cidade de Apodi. Outros dois estudos abordam a precarização do trabalho, sendo o primeiro sobre o trabalho dos professores da rede de ensino da cidade de Areia Branca, destacando os impactos do trabalho no sofrimento, insegurança e desmotivação do professor; outra pesquisa investiga a busca de solução para um trabalho bastante precarizado no Brasil, o dos catadores de materiais recicláveis, por meio da inclusão sócio produtiva da atividade desenvolvida pela Associação de Catadores(as) de Materiais Recicláveis e Amigos do Meio Ambiente da cidade de Pau dos Ferros, procurando observar a presença da economia solidária no modo de funcionamento da associação. Por fim, um último estudo dessa parte, reconstrói a história e a memória de um importante espaço de trabalho e consumo na cidade de Mossoró, a feira livre Cobal, procurando, além da reconstrução de sua memória, compreender a dinâmica das transformações sócio espaciais pelas quais a feira passou.

A segunda parte da obra é sobre educação. Sobre práticas educativas transformadoras de si de estudantes do ensino médio ao aprenderem filosofia; sobre como aprendizes de violão podem estabelecer relações éticas em um grupo de música coletivo; sobre como é o cotidiano de estudantes quilombolas e indígenas, no entrelaçamento do espaço escolar com suas tradições étnicas e identitárias. Duas pesquisas investigaram os efeitos de práticas de ensino na cidade de Mossoró, em um caso foi estudada a música de violão do grupo ECOARTE; e no outro o ensino de filosofia em duas escolas, uma pública e outra privada, sobre a constituição dos sujeitos como sujeitos éticos, e como essas práticas educativas implicaram em uma relação diferente do sujeito consigo mesmo e com o outro. Dos outros dois capítulos que compõem essa parte, um se refere a pesquisa que procurou compreender como se construiu a relação da comunidade

indígena Katu com a escola, em uma situação de reafirmação identitária no espaço de luta por uma educação escolar indígena na Escola Municipal Indígena João Lino da Silva – EMIJLS, em Canguaretama, região leste do estado. Excepcionalmente decidiu-se incluí-la na coletânea pela aproximação temática com a obra. Outro estudo sobre educação aborda as práticas escolares dos quilombolas do Arrojado, no município de Portalegre/RN, em meio aos processos de luta por reconhecimento étnico e territorial.

A terceira parte do livro é sobre uma variedade de práticas implicadas no fazer da cultura regional. Dois estudos analisam o papel da mediação cultural, um deles procura mostrar como o jornalismo policial do jornal Gazeta do Oeste, de Mossoró, operou a estratégia de sensacionalismo, o outro se trata do uso da mediação digital na produção e apresentação de grupos teatrais em Mossoró. Outros três trabalhos completam essa parte do livro. Um trata de compreender o processo de luta por reconhecimento e afirmação territorial da comunidade negra do Jatobá, município de Patu, a primeira comunidade negra a receber título de posse no Rio Grande do Norte. Por conseguinte, “Entre sonhos, esperanças e duras realidades: estratégias de resistência do circo popular” é um capítulo que descreve a observação participante do pesquisador sobre como dois circos, com temporadas em Tibau e Mossoró, buscam modos de resistência e sobrevivência frente às dificuldades por que passam muitos circos na região. Por fim, o estudo sobre as pessoas que buscam uma rezadeira na cidade de Icapuí/CE, região fronteira com o Oeste Potiguar, em que se procurou entender suas motivações, crenças e relação com a rezadeira.

Vale registrar que esta publicação se insere na política de aprimoramento da inserção social do PPGCISH que, por meio do projeto de extensão Sobre Humanas, divulga para o público mais amplo os resultados das suas pesquisas através da UERN TV, e que agora amplia a divulgação com esta coletânea. Esta obra é também a primeira publicação na etapa de criação, pelo Programa, de uma coleção permanente de estudos interdisciplinares em Ciências Sociais e Humanas, contribuindo para essa realização.

Desse modo, esperamos que os resultados das pesquisas presentes nesse livro possam contribuir para ampliar os conhecimentos que os próprios sujeitos envolvidos nelas têm de si mesmos e de seus processos de vida. Além disso, espera-se que a coletânea contribua para tornar menos anônimas as práticas cotidianas desses sujeitos.

Por fim, agradecemos ao conjunto dos autores que aceitaram gentilmente o convite para divulgar suas pesquisas, com a certeza da importância dos estudos aqui apresentados para as Ciências Sociais e Humanas, para os grupos locais pesquisados, para a região Oeste Potiguar e para todo o estado do Rio Grande do Norte.

Mossoró/RN, outubro de 2020
Marcos Von Zuben e André Bonsanto

SUMÁRIO

SOBRE TRABALHO

1 - Precarização e sofrimento no trabalho do professor da rede pública municipal em Areia Branca/RN	14
Vicente Faustino Filho; Jean Henrique Costa; Raoni Borges Barbosa	
2 - Agronegócio, revolução verde versus agricultura familiar agroecológica: uma análise da Chapada do Apodi/RN.....	33
Hugo Garbênio de Carvalho; Maria Betânia Ribeiro Torres; Márcia Regina Farias da Silva	
3 - Entre a “redenção” e a “morte”: uma análise da disputa discursiva no Projeto do Perímetro Irrigado de Santa Cruz de Apodi/RN (2012-2014).....	47
Raul Nogueira Santos; Wagner de Araújo Rabêlo; Maria Betânia Ribeiro Torres	
4 - Práticas sustentáveis no cooperativismo: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi/RN.....	73
Katson Fernandes; Maria Betânia Ribeiro Torres	
5 - Trabalho dos catadores de materiais recicláveis: um estudo da ACMRAMA na cidade de Pau dos Ferros/RN.....	89
Camila Vanessa de Queiroz Vidal; Maria Betânia Ribeiro Torres	
6 - Origem, história e transformações ocorridas na Cobal Mossoró/RN.....	107
Maria Iratelma Pereira; Rosalvo Nobre Carneiro; Karlla Christine Araújo Souza	

SOBRE EDUCAÇÃO

7 - Prática musical coletiva e desenvolvimento ético: por uma educação musical religante.....	126
Gisele Ferreira de Lima; Marcos de Camargo Von Zuben; Ailton Siqueira de Sousa Fonseca	
8 - Entrelaçados: escola indígena e identidade étnica no Katu/RN.....	143
José Alberto da Silva; Karlla Christine Araújo Souza; Guilherme Paiva de Carvalho	

9 - Experiência de si e ensino de filosofia em escolas de Mossoró/RN.....162

Marcos de Camargo Von Zuben; Francisco Alexsandro da Silva

10 - Do quilombo e quilombolas: pensar sentidos a educação escolar quilombola com os arrojados....179

Maria Santos; José Glebson Vieira

SOBRE CULTURA

11 - A Gazeta do Oeste e o jornalismo policial: atração pelo sensacionalismo.....194

Márcio Alexandre da Conceição; Francisco Linhares Fonteles Neto

12 - Processos de reconhecimento e territorialização quilombola no Rio Grande do Norte: a experiência do Jatobá sob o olhar da cidadania.....214

Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues; José Glebson Vieira

13 - Entre sonhos, esperanças e duras realidades: estratégias de resistência do circo popular.....227

Antonio Elder Nolasco; Ana Maria Morais Costa; Karlla Christine Araújo Souza

14 - Saberes e práticas populares do cuidado: perspectiva de quem busca o saber da rezadeira como forma de cura.....241

Edione Rodrigues Batista; Karlla Christine Araújo Souza

15 - Do teatro de rua às redes digitais: uma análise da peça “A casatória c’á defunta” e a internet como mediadora cultural.....258

Murilo Ferreira Santos Silva; André Bonsanto

Sobre os autores.....273

SOBRE TRABALHO

1 - PRECARIZAÇÃO E SOFRIMENTO NO TRABALHO DO PROFESSOR DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL EM AREIA BRANCA/RN

Vicente Faustino Filho
Jean Henrique Costa
Raoni Borges Barbosa

1 Introdução

As relações sociais no mundo do trabalho têm se transformado rapidamente. Essas transformações provocam exigências diversificadas ao nível biopsicossocial do indivíduo submetido ao trabalho (SILVA; ALCÂNTARA, 2018). O docente, enquanto trabalhador assalariado, subsiste através de suas habilidades físicas, intelectuais e emocionais, caracterizando-se atualmente como uma das categorias profissionais que mais sofre as influências e consequências negativas da estrutura organizacional da produção capitalista contemporânea, pois a organização neoliberal da sociedade conforma o trabalho como *precarização* (SILVA; ALCÂNTARA, 2018). Assim, analisar as condições do processo de precarização do trabalho docente passa pela observância de várias situações que estão diretamente relacionadas com o exercício de sua função e com as condições oferecidas para sua execução. Os problemas ligados ao processo de precarização do trabalho docente se manifestam de maneira constante no âmbito escolar, motivados por várias situações, dentre as quais se destacam as precárias condições de trabalho, a falta de equipamentos disponíveis, a violência simbólica, a falta de reconhecimento, de valorização profissional e, especialmente, as questões salariais. Vieira e Oliveira (2013), em referência a Oliveira e Assunção (2010), abordam o conceito de *condições de trabalho docente*, compreendendo o contexto sócio-histórico das relações de trabalho. No dizer dos autores:

Considera-se, nos sistemas escolares, a estrutura física das unidades educacionais, as normas que organizam a dinâmica das interações na instituição, os recursos e equipamentos disponíveis para realização das atividades, as condições de emprego – cargo, função, vínculo de contratação, carga horária de trabalho, remuneração, plano de carreira, formação continuada, como também a experiência relacional entre os sujeitos docentes com os sujeitos discentes – e as percepções e os efeitos objetivos e subjetivos de todo esse conjunto de fatores e processos (OLIVEIRA; ASSUNÇÃO, 2010, *apud* VIEIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 132).

Neste sentido, as adequadas condições de trabalho na educação compreendem tudo

aquilo que é necessário para os sujeitos docentes desempenharem seu trabalho com bem-estar. Se o que é posto consiste no oferecimento de condições para que os alunos possam aprender, produzir conhecimento, descobrir reflexivamente através das interações com outros sujeitos e compreender, criar e atribuir sentidos e significados àquilo que percebem e àquilo que fazem, é preciso que uma série de circunstancialidades favoráveis sejam realidade (VIEIRA; OLIVEIRA, 2013). Contudo, no contexto neoliberal de expansão da *precarização* do trabalho, com efeito, surge a noção de *sofrimento social*¹ do trabalho, resultado do desmantelamento das relações sociais no contexto produtivo, dado pelas exigências de *eficiência no trabalho*, juntamente com avaliações e pressões por metas individualizadas e paralelamente à perda de reconhecimento e condições para a realização do trabalho (BOUYER, 2015).

Diante disso, o estudo em tela buscou analisar qualitativamente como se manifesta parte do sofrimento social no trabalho docente entre professores da rede municipal em Areia Branca/RN, especificamente na Escola Municipal Professora Geralda Cruz, enfatizando as relações de dor, sofrimento e prazer no exercício da profissão docente, e evidenciando algumas de suas possíveis causas e consequências. A metodologia qualitativa teve por base a revisão de literatura, a pesquisa documental e a pesquisa empírica, com ênfase na produção de entrevistas semiestruturadas² com sujeitos escolhidos por amostragem não probabilística e por acessibilidade, de modo a abordar o “sofrimento” social no trabalho pedagógico cotidiano sob efeito da *precarização* em uma perspectiva interdisciplinar.

2 Precarização e sofrimento no trabalho: relatos de professores ocupados na Escola Municipal Professora Geralda Cruz

A Escola Municipal Professora Geralda Cruz foi criada pelo decreto nº 104 de agosto de 1952, contabilizando, assim, 68 anos de serviços prestados. Funciona atualmente nos turnos matutino, vespertino e noturno. Atende um total de 517 alunos (dados da matrícula 2020, PPP 2020), nas modalidades de Ensino Fundamental I, anos iniciais, na modalidade EJA (uma turma) e Fundamental II, anos finais (quinze turmas) e mais três turmas na modalidade de EJA no Ensino Fundamental anos finais. Está sediada na rua Jorge Caminha, 118, Centro, Areia Branca, uma cidade portuária do litoral norte do estado do RN.

1 Desta forma, quando instalado nas zonas de fragilidade do sujeito, o sofrimento tende a manifestar-se como empobrecimento das competências e dos projetos individuais, agora sentidos como formas de vergonha, de frustração, de fracasso e de ressentimento. De acordo com Werlang e Mendes (2013, p. 743): “Embora muito perceptível na maioria dos ambientes e relações de trabalho, tende a se manifestar através das dores físicas, não sendo, no entanto, sua única forma de expressão”.

2 Ao longo deste estudo entrevistamos dezesseis professores lotados na rede municipal de ensino, ministrando aulas especificamente no Ensino Fundamental II, na cidade de Areia Branca RN na Escola Municipal Professora Geralda Cruz (PGC).

A pesquisa abordou grupos de professores de turnos, séries, idades e tempos de docência diferentes. Nossas entrevistas permitiram observar se havia uma variação quanto à satisfação ou insatisfação com o trabalho, um possível sofrimento social e como esse fenômeno se manifestava entre os professores e professoras³ da Escola PGC.

Nesse sentido, para a operacionalização do trabalho de campo, apresentamos um roteiro de entrevista com perguntas semiestruturadas, cuja finalidade foi levantar informações sobre a percepção do cotidiano laboral desses professores. O procedimento metodológico do roteiro, mais do que inserir a pesquisa em elaborações de hipóteses quantitativas, buscava aproximar o olhar do pesquisador às nuances e especificidades do universo de pesquisa em análise.

O quantitativo de professores que admitiu abertamente ter passado ou estar passando por algum tipo de transtorno psicológico motivado pelo exercício da docência foi mínimo. Dos pesquisados, apenas dois relataram e confirmaram que sofrem transtornos psíquicos motivados pelas relações e atividades no ambiente escolar. “A situação de depressão e conflitos em sala de aula me causaram problemas psíquicos graves”, relatou um deles. Quando indagado se conhecia outros colegas da rede municipal de ensino passando por problemas semelhantes, assim afirmou: “Sim. Atualmente estou como professor readaptado⁴ (professor auxiliar) ... pelo número de professores que vejo em cursos e palestras só na área de atendimento para alunos especiais, esse número passa de vinte, mas nem todos admitem o que estão passando ou que passaram”.

A conversa informal com esse professor evidenciou características de medo, vergonha, frustração e decepção, a ponto de assumir uma culpa por estar doente ou passar pela situação de doença. Um desses professores entrevistados, com olhos marejados, finalizou: “Você sabe, conhece minhas práticas e habilidades na minha área de formação, conhece meu histórico na educação do município, não queria estar assim, hoje me sinto limitado, frustrado em sala de aula com pouca contribuição”. As características de vergonha e sofrimento eram presentes em parte significativa da narrativa desse grupo de professores; inclusive os que estavam readaptados de maneira definitiva ou temporária, manifestaram uma sensação de fracasso diante da profissão. Para Barbosa (2015, p. 258), o medo e o sofrimento se materializam também nas relações de

3 Vale ressaltar que o maior número de professores dessa escola é do sexo feminino. Levando-se em consideração a predominância desse sexo e o possível condicionante de uma jornada dupla de trabalho, isso hipoteticamente poderia acarretar uma maior carga de trabalho para a vida individual de cada docente e, conseqüentemente, um maior sofrimento acumulado no local de trabalho.

4 O professor incapacitado para o trabalho por motivo de doença faz jus a licença para tratamento de saúde, auxílio doença. Se a doença for irreversível, são duas possibilidades: aposentadoria por invalidez – incapacidade total de exercer a função. A outra, em caso de doença irreversível parcial, então o professor será *readaptado*, onde será submetido a uma junta médica a cargo da administração que definirá o grau de incapacidade para o trabalho total ou parcial, no caso do professor exercerá função condizente com sua capacidade laborativa, preferencialmente as funções denominadas pedagógicas (Fonte: www.sinprop.org – acesso em 19 de maio de 2020)

trabalho: “...o sofrimento social abraça, além da vergonha, os medos construídos com o fito de preservar o *status quo*”. Ainda de acordo com esse autor (Idem): “O sofrimento social se vincula a organização cotidiana da vergonha, da humilhação e da desqualificação de projetos e narrativas de vida, bem como as estratégias de poder assentadas no afastamento e/ou extermínio físico dos que contrariam a ordem estabelecida”. Quanto às representações sociais, o medo pode se manifestar em diferentes situações e regimes expressivos, comportamentais e morais. No caso dos professores abordados não foi diferente, pois estavam submetidos a uma grande pressão no exercício de sua função⁵, com uma sobrecarga de trabalho, exigências para o cumprimento de metas e, ainda, eram geralmente designados como responsáveis pelo sucesso ou fracasso de seus alunos: um verdadeiro contexto de insegurança e terror.

As manifestações/representações de envergonhamento, estigma e medo, estavam muito presentes, especialmente na fala nos professores readaptados. Em uma das abordagens sobre os professores readaptados, o interlocutor relatou ao pesquisador: “Eu sou um exemplo. Não foi fácil deixar de exercer meu trabalho de professor titular passando a ser professor auxiliar; me senti fracassado/a por não conseguir dar conta do que escolhi fazer. Acho que somos vistos pela Escola PGC como alguém debilitado, um encostado”. Caracterizando as noções de vergonha e medo dentro das interações sociais, percebemos que:

A vergonha é uma emoção eminentemente social, isto é, só ocorre dentro do processo de socialização do indivíduo, de modo que é parte integrante do contexto de interação e dos envoltórios resultantes entre os atores em cena. É uma emoção que pode ser pensada, deste modo, como configurada a partir do imaginário e das representações sociais na tensão inerentes as trocas simbólicas e materiais entre indivíduos e entre indivíduos e sociedade (GOFFMAN, 2012, apud BARBOSA, 2015, p. 140).

O relato dos professores, particularmente os readaptados, evidenciados principalmente nas *conversas informais* – oportunas aos momentos de pesquisa de campo –, revelou-nos uma postura emocional de sofrimento muito forte, manifestada especialmente no grupo de professores que admitiram algum sofrimento ou transtornos relacionados às atividades e pressões vivenciadas em seu trabalho. Assim, é pertinente uma maior atenção nas respostas e/ou representações dispostas na fala dos interlocutores, de modo a se captar, de acordo com Goffman (1985), o jogo de apresentação individual na interação situacionalmente variável, ainda que mais estável no cotidiano, e a autoimagem individual construída contextualmente na dinâmica simbólico-interacional.

5 “O trabalho docente, além das tarefas voltadas à regência de classe, envolve outras atribuições vinculadas à rotina das unidades educacionais. É o caso de ações relacionadas à gestão administrativa e/ou pedagógica das escolas e de atenção e cuidados especiais com os discentes” (PEREIRA JÚNIOR, 2016, p. 50).

A economia simbólica goffmaniana de apresentação do self, aponta para a ênfase analítica sobre o relato ou o histórico narrado pelos interlocutores da pesquisa. Chamamos a atenção para o nível de sofrimento manifestado na linguagem gestual, evidenciada nas conversas informais com professores, em particular os readaptados; principalmente para tentar entender o que está por trás do sofrimento e das palavras não ditas, e/ou que foram ditas e mal interpretadas. A gravidade repousa no fato daquilo que foi dito para esconder o não dito, que por vezes nos livra de uma vergonha ou sofrimento maior. Talvez o trabalho docente e suas condições materiais de trabalho estejam propiciando um desgaste psicológico nos professores bem maior do que se costuma dimensionar⁶.

Os quadros seguintes apresentam a nossa percepção em relação à narrativa dos professores pesquisados. O quadro 01 situa a narrativa dos professores com relação às condições de trabalho, que Oliveira e Assunção (2010) definem como o contexto sócio-histórico em que se situam as relações de trabalho. Aqui abarcamos os sistemas escolares, a estrutura física das unidades, as normas que organizam a dinâmica das interações na instituição, os recursos materiais disponíveis para a realização das atividades, as condições de emprego, vínculo de contratação, carga horária de trabalho, remuneração, plano de carreira e formação continuada, como também a experiência relacional entre os sujeitos docentes.

Quadro 01: Percepção sobre as condições de trabalho

Informante	Relatos sobre as condições de trabalho na escola PGC
Professor(a) A	No que se refere às condições de trabalho, o professor (a) “A” diz que vem melhorando a cada dia, fazendo referência ao uso da internet, multimídia, pesquisa e à conquista de trabalhar 20 horas, dispondo de 04 horas semanais para planejamento na escola com foco na melhoria da qualidade do ensino; mas admite a necessidade de melhoria na infraestrutura da escola.
Professor(a) B	Esse/a foi enfático, relatando que: “Hoje as condições de trabalho continuam ruins como sempre foi, por estarmos no Século XXI, acreditávamos que melhoraria, mas nada mudou”.
Professor(a) C	Diz existir uma lacuna notória a ser preenchida, mas admite ser possível fazer um trabalho de qualidade com o que existe disponível na escola.
Professor(a) D	Esse professor (a) relata: “tenho 31 anos de docência, hoje sou professor (a) readaptado (Professor auxiliar), tenho pouca condição de voz, não vejo como boas as condições de trabalho na atualidade, fazemos o possível, mas nem tudo depende só do professor.
Professor(a) E	Sua narrativa acentua as dificuldades de ser professor (a) auxiliar em uma sala com alunos especiais. “É uma classe onde a maioria dos alunos não tem interesse, não contribui com o aprendizado, só atrapalha o trabalho do professor, considero difícil tais condições de trabalho. O processo de inclusão dos alunos com alguma deficiência na mesma sala é importante e bonito no papel, mas na prática é outra realidade”.

6 Cabe ressaltar que estamos trabalhando com um grupo tecnicamente qualificado de professores para o exercício da profissão, segundo as competências técnicas e pedagógicas exigidas para ministrar aulas no Ensino Fundamental II. O perfil acadêmico dos dezesseis professores pesquisados está constituído por professores graduados em sua área de atuação; dez tem especialização na área de educação e gestão educacional e um tem Mestrado. Sendo que quatro deles tem graduação em mais de uma área de atuação.

Professor(a) F	Trabalha como professor (a) em dois municípios (distantes 50 Km um do outro). Tem 28 anos de docência na Escola PGC e já passou por várias gestões administrativas. Argumenta que: “[...] é sem condições de desenvolver uma melhor atividade prática neste ambiente de trabalho; existe um grande desconforto com as exigências especialmente em relação às horas trabalhadas”.
Professor(a) G	Argumentou de maneira genérica e evasiva sobre as condições de trabalho: “São boas, se não fosse os entraves do sistema”.
Professor(a) H	“Completei recentemente 30 anos de docência, tenho dois vínculos de trabalho neste município e hoje estou como professor (a) readaptado/a. [...] hoje defino minhas condições de trabalho como precárias”, relatou inquieto e angustiado.
Professor(a) I	“Considero como sendo de boa qualidade minhas condições de trabalho, apesar da necessidade de ter que se deslocar para duas escolas diferentes nos meus 31 anos de docência”.
Professor(a) J	“Considero muito precária, na maioria das vezes não temos material para trabalhar. Especialmente no caso de língua estrangeira, falta dicionários, livros e as cópias de xérox são limitadas, sendo disponíveis só para as avaliações”.
Professor(a) L	Esse/a informante relacionou as condições de trabalho ao apoio limitado do suporte pedagógico e à necessidade de material. “Na maioria das vezes o suporte pedagógico falha em relação ao material; fica sempre a desejar quanto às necessidades dos professores”.
Professor(a) M	“Seguramente posso definir as condições de trabalho como precárias”, relatou o professor/a M, que trabalha em dois turnos em cidades diferentes, distantes 112 Km uma da outra. “Atualmente essa escola apresenta carência no aspecto estrutural e pedagógico, chegando a faltar materiais diversos, orientação e formação para os professores, o que dificulta as condições de trabalho”.
Professor(a) N	O professor(a) N relatou que “Apesar de todo avanço tecnológico empregado também nas escolas através de computadores, internet etc., ainda tem as questões estruturais, chegando a faltar luminárias, telhas quebradas e a segurança da escola deixa a desejar, tornando precária nossas condições de trabalho”.
Professor(a) O	Considera como regular as condições de trabalho, mas admite que poderia ser melhor, uma vez que o dia a dia do professor exige uma grande implicação emocional para poder lidar com uma diversidade de situações envolvendo colegas, pais e alunos.
Professor(a) P	“São precárias nossas condições de trabalho; atualmente estou readaptado (a), acompanhando alunos especiais. Além das questões de estrutura, indisciplina dos alunos, falta de recursos didáticos, não existe investimento em formação para o professor; atualmente faço especialização na área de educação especial, com recursos próprios”.
Professor (a) Q	“Considero como sendo razoável as condições de trabalho nessa escola. Hoje não temos computador disponível para o professor, muito menos uma internet satisfatória para realizarmos uma pesquisa ou aprimorar um planejamento quando temos necessidade. Sempre temos dificuldades com o ar-condicionado das salas, sem falar da falta de recursos didáticos, que quando precisamos tem que sair do nosso bolso”. Relatou Q, que tem 20 anos de docência, trabalha em dois turnos e presta serviço nas redes estadual e municipal de ensino desta cidade.

Entendemos que a *precarização* ocorre nas diferentes relações cotidianas de trabalho e que nem sempre são entendidas e percebidas de maneira transparente como *precarização*. Tal situação vai depender do olhar situacional daqueles subjetivamente implicados na relação de trabalho. Para Silva e Rosso (2008), as condições de trabalho docente são um dos fatores mais discutidos em todas as ocasiões em que se trata da melhoria do ensino. Associado a isso,

destacam-se as relações do ambiente e da organização do trabalho docente, bem como as reais condições vividas pelos professores dentro e fora do ambiente escolar, que afetam o processo de ensino-aprendizagem. Em referência às condições de trabalho na área educacional, Vieira e Oliveira (2013) destacam que o trabalho docente não se limita às relações de ensino-aprendizagem que acontecem na classe – não diz respeito exclusivamente ao cargo de professor –, ou seja, inclui diversas funções e especificidades de tarefas. Logo, é uma característica comum no trabalho do professor o aspecto da *polivalência*, constituída pelo acúmulo de funções dentro e fora da escola, que muitas vezes chega a ultrapassar a regência de classe.

Para Sampaio e Marin (2004), é difícil falar das condições de trabalho dos professores dissociado ao fenômeno da precarização do trabalho. O resultado da indagação feita aos entrevistados da Escola PGD sobre *condições de trabalho* nos revela um comportamento dicotômico com uma mística entre comodismo e crítica por insatisfação. Mais da metade dos professores respondeu que consideram como sendo boa suas condições de trabalho e destacam a conquista das 20 horas semanais, o direito a um dia semanal para o planejamento, a infraestrutura, as relações no trabalho com os colegas, etc., no entanto, esse mesmo grupo usa no decorrer do seu relato sempre um “*mas*”: *mas* os alunos são indisciplinados, *mas* os pais não participam, *mas* eu tenho dois turnos, *mas* nos faltam equipamentos, material didático, não temos laboratório de informática etc. “*Se você diz que a minha escola está ruim é porque você não conhece a realidade e as condições das Escolas X e Z*” revelou um deles. Aproximadamente 1/3 dos entrevistados procura contrariar o discurso anterior e tornam-se mais inconformados, apontando a relação intempestiva da gestão da escola, dos ar condicionados, dos pais, do comportamento dos alunos, da ausência de laboratórios de informática, das cobranças e metas, dos baixos salários, do limitado apoio pedagógico, das múltiplas funções e das perseguições políticas sofridas.

O quadro 02, nesse sentido, versa sobre o cotidiano de trabalho do professor da Escola PGC, enfatizando as narrativas em relação às exigências para cumprir metas, a qualidade nos relacionamentos e as pressões psicológicas que venham a passar no exercício da sua profissão.

Quadro 02: Cotidiano de trabalho do professor em relação ao tempo e às metas para cumprir

Informante	Relatos do cotidiano de trabalho do professor em relação ao tempo, às exigências para cumprir metas e sobre a qualidade emocional e moral nas relações no local de trabalho
Professor(a) A	“Durante os meus 37 anos de docência já passei por várias épocas que apresentavam cenários complexos, mas atualmente observo que as exigências para o educador têm aumentado. Hoje, as autoridades querem que os professores desempenhem <i>funções múltiplas</i> de pai e mãe, de psicólogo, de assistente social, de conselheiro, de agente de saúde, etc., porém, somos professores, temos que orientar nossos alunos a desenvolver saberes, a mudar a postura, a construir novos conhecimentos”.
Professor(a) B	Para o professor/a B, o problema mais frequente no cotidiano é a falta de participação da família na escola: são ausentes, por vezes exigentes; os que deveriam participar não aparecem na instituição; também são muitas exigências e pouca participação do governo. “Os políticos parecem esquecer que a educação é a base de tudo e tendem a trabalhar no faz de conta que faço”, destacou em tom de ironia.
Professor(a) C	O professor(a) C relatou que tem apenas três anos de docência, trabalha em apenas uma escola, diz que o tempo é exíguo para que se possa realizar todas as atividades a contento. Como se desconfiasse da própria afirmação, destacou: “Pode parecer ingenuidade, mas sinto prazer em sala de aula”.
Professor(a) D	O informante respondeu de maneira sucinta, demonstrando obediência: “Procuro trabalhar dentro dos padrões exigidos pelos superiores”. A aparência de normalidade e a aceitação passiva da precarização do trabalho por parte de um professor de 31 anos de docência, com dois vínculos na mesma escola PGC, pareceu um sinal de acentuada apatia.
Professor(a) E	“Meu tempo é muito corrido, além das muitas atividades diárias, acompanhar os alunos especiais na sala, planejamentos; fora da sala de aula, ainda tenho conversas informais com esse aluno para procurar entender e ajudar em suas dificuldades, sem contar com meus afazeres de casa... em meus 35 anos de docência já tive alguns problemas de saúde provocados pelo trabalho. Hoje estou como professor (a) readaptado/a, mas esse tempo já me causou transtorno de ansiedade, síndrome do pânico, que resultou em uma depressão”.
Professor(a) F	Demonstrou aparente normalidade, mesmo tendo dois vínculos trabalhistas em cidades diferentes. Relatou: “Normal, pois já pelo tempo de prática (28 anos de docência), estou calejado”.
Professor(a) G	“Sempre houve esse tipo de relacionamentos, acredito ser normal em todas as profissões”.
Professor(a) H	Falou de maneira genérica, demonstrando obediência e aparente normalidade: “Descrevo como suficiente o tempo para desenvolver aquilo que me foi proposto”. O professor/a H já foi readaptado ao longo dos 30 anos de vivência na educação.
Professor(a) I	Relatou que, às vezes, o cotidiano é conturbado, mas que sempre procurava associar as dificuldades aos momentos bons, que esses são prazerosos. As válvulas de escape são mecanismos geralmente utilizados para fugir de um ambiente de pressão, conflitos, por vezes de sofrimento.
Professor(a) J	O professor/a J, com 21 anos de experiência em educação, considera seu tempo muito corrido, pois tem dois vínculos trabalhistas na Escola PGC. Disse não existir muitas exigências, só algumas cobranças suportáveis, descrevendo como muito favorável o relacionamento profissional, reiterando que existe pressões psicológicas por parte dos alunos.
Professor(a) L	“[...] acho normal cada profissional se adaptar nesta rotina”.
Professor(a) M	“Com relação às exigências e o relacionamento no ambiente escolar, considero bom. Porém, em relação à qualidade e crescimento profissional, não vejo como positivo, pois não há um crescimento pedagógico”. O professor/a M trabalha em dois vínculos em cidades diferentes e tem 20 anos de docência.
Professor(a) N	As exigências para o cumprimento de metas e tempo constitui a maior causa de estresse entre os professores, principalmente quanto aos resultados no final do ano, relatou o professor/a N, docente há 19 anos e que presta serviço na rede estadual e municipal de ensino neste município.

Professor(a) O	“Infelizmente vivemos um modelo de educação nas escolas, em que a quantidade de informações, conteúdos e projetos estão saturando o cotidiano escolar e do professor. Essa massa de conteúdo exigido e tantos projetos não significa aprendizagem, falta o cuidado de ouvir o professor e o aluno”. O professor/a O tem 2 vínculos trabalhistas em cidades diferente e 12 anos docência.
Professor (a) P	“Atualmente estou como professor auxiliar, as exigências tendem a aumentar de acordo com as atividades e trabalhos que são passados para os alunos especiais que acompanho. Mas vejo a pressão e ansiedade dos meus colegas professores, especialmente os que tem duas matrículas, que precisam acompanhar várias turmas para cumprir a carga horaria”. O professor P foi readaptado por apresentar problemas de ordem psicológica.
Professor (a) Q	“Meu cotidiano é muito cansativo e com muitas exigências. Em nosso trabalho sofremos todos os tipos de pressão, hoje assumimos uma responsabilidade além da nossa função, muitas vezes somos obrigados a fazer o papel da família e de muitos profissionais da saúde como psicólogos e assistentes sociais”. O professor/a Q tem 20 anos de docência e dois vínculos de trabalho na rede pública estadual e municipal de ensino deste município.

Percebe-se no quadro 02 acima, o contexto de intenso sofrimento social, mas também de criatividade no enfrentamento dos desafios cotidianos dos docentes precarizados. Nesse sentido, os professores(as) acentuam o longo tempo de serviço; o pouco ou o nenhum reconhecimento profissional no local de trabalho; a polivalência, a multitarefa e a sobrecarga de atividades; bem como a defasagem salarial e as pressões psicológicas em um contexto de assimetria informacional entre alunos, pais, professores e outras autoridades públicas. A estratégia da readaptação docente foi mencionada como uma das válvulas de escape mais empregadas para a administração das tensões no ambiente escolar.

Levando em consideração que a escola é um ambiente de relações múltiplas, muitas vezes carente de ações programadas e planejamento coletivo, o professor é tido como o sujeito (alvo) principal para o desenvolvimento de um conjunto de ações educativas que possa vir a delimitar o sucesso ou o fracasso dessa instituição, referente ao ensino-aprendizagem. Neste sentido, é pertinente compreender qual a percepção do professor com relação ao seu nível de importância para a escola e se existe uma reciprocidade da mesma – e demais atores sociais – para com ele. Cabe ressaltar que características ou particularidades do que é importante são relevantes especialmente sob o olhar do outro. Assim, quando o professor se sente importante para a instituição, é resultado de uma autoavaliação por ele emitida com base em todo serviço prestado em benefício da instituição.

Dentro de uma perspectiva de sentir-se ou de fato ser importante para Escola PGC, o quadro 03 revela um desconforto em aproximadamente 1/5 dos professores, que demonstram uma insatisfação com a escola, motivados especialmente pela falta de reconhecimento do serviço prestado e pelas condições técnicas de trabalho oferecidas. Mesmo assim, apesar dos problemas vigentes nas condições de trabalho, muitos dos entrevistados demonstram um sentimento de pertencimento. Para Grande (2009, p. 55), um sentimento de orgulho esteve por

muitas décadas subjacente a profissão de professor. Apresentar-se como professor era um ato carregado de orgulho profissional e ostentava grande prestígio social que ao longo do tempo foi sendo substituído por uma degradação do trabalho, que coincide com a expansão quantitativa da escola, que transformou o docente em um “fazedor de tarefas”. Além disso, o professor está geralmente submetido ao olhar de muitos avaliadores, materializado nas cobranças dos alunos, pais, administração da escola, dos seus pares e de toda a sociedade. São, no entanto, esses olhares externos que vão legitimar uma parte de sua importância enquanto profissional.

Quadro 03: A importância do professor para a escola PGC

Informante	Relatos sobre a importância do professor para a escola
Professor(a) A	Com relação à questão em tela, 13 professores (mencionados à esquerda), declararam se sentir muito importante para a escola, atribuindo uma relação do seu fazer pedagógico com a sua disponibilidade de exercer atividades em seu horário de expediente normal e extra para escola. <i>“Procuro oferecer sempre o melhor para elevar o nível do ensino da escola; sou atuante, tento cumprir com todas as tarefas propostas, costumo executar novas atividades e projetos”</i> relatou o professor(a) A. <i>“Sou importante para minha escola, não existe educação de qualidade sem bons profissionais”</i> , afirmou o professor F. Alinhado a esse discurso o professor J descreveu: <i>“Acho que cada professor tem seu papel e sua relevância para a escola. Existe uma necessidade e comprometimento mútuo, sou parte integrante desse processo”</i> .
Professor(a) B	
Professor(a) C	
Professor(a) D	
Professor(a) E	
Professor(a) F	
Professor(a) G	
Professor(a) H	
Professor(a) I	
Professor(a) J	
Professor(a) L	
Professor(a) M	
Professor(a) N	
Professor(a) O	
Professor(a) P	
Professor(a) Q	

No quadro 04, evidencia-se o processo de relação e extensão da jornada de trabalho do professor, analisando seu cotidiano e os elementos apontados que podem afetar sua saúde. O quadro busca identificar se os “problemas” internos podem agravar a saúde do professor ou provocar desgaste em sua relação familiar e em seu ambiente de trabalho.

Quadro 04: Percepção de como o cotidiano da escola afeta a saúde pessoal e familiar do professor

Informante	Relatos de como o cotidiano escolar pode afetar a saúde pessoal e familiar
Professor(a) A	“É mais fácil a vida pessoal e familiar afetar o cotidiano escolar, do que o contrário. A escola tem se tornado um espaço de realização e compromisso, onde nossa missão engrandece o nosso espírito, nos fortalecendo e ajudando no enfretamento dos nossos problemas particulares”. O professor(a) tem 37 anos de docência.
Professor(a) B	“O meu cotidiano de trabalho não chega a atrapalhar minha saúde pessoal. Mas o que mais afeta hoje são as condições de trabalho, com relação aos alunos especialmente quando presenciamos a falta de respeito entre estudantes e professores e outros setores da sociedade. Não acredito que o cotidiano escolar afete a família”. O professor(a) B se afastou por seis meses para tratamento médico.
Professor(a) C	“Considero que afeta mais de maneira positiva, pois as atividades docentes me fazem muito bem”.
Professor(a) D	“Dentre as várias situações quero elencar duas que afetam o cotidiano do professor, a primeira é a falta de respeito dos alunos com os professores e a segunda é ausência da família na escola, deixando o professor mais vulnerável”. O professor(a) D já foi readaptado.
Professor(a) E	“Considero como razoável o ambiente escolar, o que mais afeta minha saúde são alguns momentos do ambiente escolar e a relação dos alunos com professores e funcionários. As aglomerações dos alunos nos corredores, muito barulho, a falta de respeito com os funcionários, muitos palavrões e agressões verbais, isso me deixa doente”. O professor(a) E tem 35 anos de docência, hoje readaptado, já se afastou de suas atividades em razão de depressão.
Professor(a) F	Apresentou uma resposta genérica, “ <i>simplesmente estressante</i> ”, finalizou. Tal narrativa apresenta uma certa contradição em relação a resposta apresentada quando fez referência ao cotidiano, as exigências e pressões do ambiente escolar, onde definiu: “ <i>normal pois já pelo tempo de prática, estou calejado</i> ”.
Professor(a) G	“Particularmente ainda não fui afetado por doença que implicasse na minha profissão, pois sei muito bem separar as questões profissionais das questões familiares”.
Professor(a) H	“Sou afetado, ocasionalmente quando ocorre algum tipo de confusão entre alunos e professores, isso mexe com o meu psicológico”. O professor(a) H, hoje readaptado, tem 30 anos de exercício na função.
Professor(a) I	“O cotidiano da escola nos propicia alguns problemas. Às vezes me sinto fadigado, devido o tempo que contribui, sofro de problemas na voz e transtornos psicológicos devido alguns descasos de falta de valorização profissional”.
Professor(a) J	“São várias as formas que o cotidiano pode afetar a nossa saúde, por exemplo: quando não há harmonia no cotidiano da escola o profissional se sente mal, passando a trabalhar à força, sem ânimo e mal-humorado, assim afeta sua saúde pessoal e familiar. O ambiente de trabalho tem que ser favorável e harmonioso para que possamos realizar um bom trabalho”.
Professor(a) L	“Claro que o ambiente escolar afeta nossa saúde, trabalhamos muito com a mente, que nos proporciona o cansaço e a fadiga”.
Professor(a) M	“A nossa saúde pessoal e familiar depende da nossa vivência diariamente, estão relacionadas com todas as atividades e relações que realizamos ou passamos. Se os fatores vivenciados são positivos influenciará positivamente na nossa vida”.
Professor(a) N	“Muitas vezes fico estressado e sem paciência... a família sente logo especialmente quando é tempo de provas e resultados. Fico realmente afetado, finalizou”.
Professor(a) O	“Acho que quando estamos emocionalmente abalados é difícil estar pronto para esses dias de conflitos. Mas para muitos professores o ambiente escolar mesmo com esses problemas cotidianos, serve de terapia sair, estar longe dos problemas de casa”.

Professor(a) P	“Já passei por problemas de ordem psicológica, por isso estou readaptado, muitas escolas do município têm professores impossibilitados de desenvolver sua função, devido problema na sua voz, devido as pressões psicológicas, stress físico e mental, desgastes emocionais. Sabemos que o trabalho do professor está relacionado com fatores psicossociais e interações direta com várias pessoas com níveis e interesses diferentes. Isso afeta a saúde e interfere na vida pessoal e familiar do professor”.
Professor (a) Q	“São inúmeros os fatores vivenciados no cotidiano escolar que afetam nossa saúde pessoal e familiar, sejam de maneira direta ou indireta, e que se manifestam de várias formas. Isso se materializa na falta de limite dos alunos, na indisciplina, por termos que lidar também com a insegurança no trabalho, pela preocupação constante com os nossos pertences no ambiente de trabalho, principalmente celulares e o meio de transporte, indiretamente eles nos ameaçam e sofremos com medo de represálias. Não podemos mais chamar a atenção dos alunos porque não estão cumprindo as regras da escola, quando fazemos isso ouvimos desaforos, falta de respeito com todos da escola. Mesmo sem querer, acabamos levando essas angústias para casa e afetam nossa relação familiar”.

Alguns aspectos são explicitados durante a narrativa dos professores como fatores relacionados que acabam afetando certas condições emocionais e de adoecimento. Dentre eles, cabe destacar as pressões recebidas, a violência simbólica e a sensação de sofrimento ao se tornar refém do medo de trabalhar. Para ensinar já não lhe basta qualificação e formação, o professor precisa assumir papéis subjetivos, fantasiar-se⁷ simplesmente para se adaptar e, muitas vezes, para conseguir ensinar. Tornou-se um desafio ministrar aulas para alunos da rede pública, principalmente para alunos com o perfil narrado pelos professores da Escola PGC. Essa situação não se restringe apenas a uma realidade local, pois esse cenário é uma realidade nacional vivenciada por muitos docentes em seus trabalhos precarizados, vivendo sobre o estigma do medo, do sofrimento e da violência no ambiente de trabalho.

No cotidiano educacional brasileiro é de fácil percepção a veiculação de informações de uma falsa lógica mercadológica, em que a escola deverá preparar os indivíduos para vida e para o “mundo do trabalho”. De certo uma responsabilidade muito ampla atribuída a escola, mas sob pouquíssimas condições. Portanto, construir um ambiente de aprendizagem de qualidade é um dos grandes desafios enfrentados no Brasil, especialmente pelos professores que atuam em escolas públicas e se deparam cotidianamente com situações de violência, com a falta de

7 Para Mills, tratando especificamente do trabalho dos chamados *colarinhos-brancos*, “em muitas ocupações, a cortesia, a obsequiosidade e a amabilidade, antes traços do caráter individual, fazem parte agora dos elementos de uma profissão. Assim, a autoalienação acompanha a alienação do trabalho” (MILLS, 1969, p. 19). Neste sentido, “quando arranjam um emprego os *colarinhos brancos* não vendem apenas seu tempo e energia, mas também, suas personalidades. Os trabalhadores vendem por semanas ou por mês o sorriso e os gestos amáveis, e devem exercitar a pronta repressão do ressentimento e da agressividade. Esse traço pessoal tem relevância comercial [...] são necessários à distribuição mais rendosa dos bens e serviços” (MILLS, 1969, p. 19). Afirmamos aqui que algo muito próximo acontece na educação básica. O professor tem que se adaptar, inovar, teatralizar, “cuidar” e “entretê-lo” para conseguir desempenhar minimamente seu ofício.

recursos e com a desvalorização profissional. É com esse escopo que se analisa o quadro 05, versando sobre os principais desafios enfrentados e narrados pelos professores da Escola Municipal PGC.

Quadro 05: A percepção dos desafios enfrentados em sua prática docente

Informante	Relatos sobre os desafios enfrentados na profissão	
Professor(a) A	“O nosso educando vive em conflitos e privações que dificultam o nosso trabalho. Levar os alunos a se interessar pelos estudos tem se tornado um transtorno, um grande obstáculo para os nossos objetivos”.	
Professor(a) B	“Na atual conjuntura de trabalho que vivemos no país, tudo, pois são tantos problemas que não é possível enumerar os desafios, nos tornam responsáveis por tudo, mas pensar na possibilidade de uma aposentadoria, é uma situação triste, que causa sofrimento em nosso país”.	
Professor(a) C	“Dentre os vários problemas que afetam o cotidiano destacamos como o de maior gravidade, o crescimento da violência no ambiente escolar e a falta de cooperação entre a família e a escola”.	
Professor (a) D	Os professores(as) descreveram que no cotidiano escolar os desafios mais graves figuram principalmente: a) na ausência da família; b) na indisciplina dos alunos; c) na insegurança no ambiente de trabalho; d) na desvalorização profissional; e) na falta de material didático e especialmente a falta de compromisso dos alunos.	
Professor(a) E		
Professor(a) F		
Professor(a) G		
Professor(a) H	O professor(a) E relatou: <i>“A ausência dos pais é marcante, temos que enfrentar vários problemas, dentre eles os de ordem psicológica e a insegurança na escola, nos sentimos ameaçados pelos alunos”</i> . O professor J descreveu: <i>“O que mais nos angustia é saber que o aluno não tem o menor interesse pela sua disciplina, sua boa vontade e dedicação para preparar as aulas, seus ensinamentos, etc. Isso causa uma sensação de fracasso e, conseqüentemente, stress, desgosto, irritação, cansaço físico e mental, além de muita insatisfação. Não há como caminhar bem se não houver a parceria responsável dos pais e da comunidade escolar”</i> . Além dos desafios já mencionados, os professores M e P destacam também a questão salarial, a falta de apoio emocional para os professores e alunos, a falta de formações e a carência de materiais pedagógicos.	
Professor(a) I		
Professor(a) J		
Professor(a) L		
Professor(a) M		
Professor(a) N		
Professor(a) O		
Professor(a) P		
Professor(a) Q		A contextualização de uma síntese das questões dos desafios vivenciados pelos professores da Escola PGC se fez presente na fala do professor(a) Q: <i>“A parceria com a família é um dos desafios mais difíceis a se conquistar, além disso, a valorização por parte da gestão municipal, no qual deveria realizar uma política de capacitação profissional e bem-estar do professor, realizando um trabalho de prevenção com esses profissionais. Outro desafio não menos importante é um trabalho de resgate da autoestima dos estudantes para que os mesmos valorizem a educação e a escola como um dos caminhos basilares para o conhecimento”</i> .

É de fato impressionante a unanimidade dos professores em apontar como desafio de maior complexidade a falta de parceria entre a família e a escola. O que deveria ser uma força harmônica, com objetivos e esforços semelhantes para trilhar uma mesma direção, aparenta caminhar em sentido opostos, fragmentando e precarizando o trabalho do professor.

Padilha (2010, p. 550) destaca alguns fatores que devem ser observados para definir o trabalho precário, como o advento da desregulamentação e de perdas dos direitos trabalhistas e sociais; a legalização de trabalhos temporários, em tempo parcial, e da informalização do

trabalho; a terceirização e a quarteirização; a intensificação do trabalho e aumento de jornada; diminuição dos salários e o incentivo a polivalência no trabalho; entre outros. Quando observamos tais proposições na vida real dos trabalhadores, não vislumbramos resultados positivos, pelo contrário, a flexibilização deixou os trabalhadores cada vez mais instáveis, vulneráveis e tomados por uma sensação de insegurança e incertezas quanto a seu ingresso, ascensão e permanência no trabalho. Na Escola PGC a maioria dos cargos de professor é ocupada por profissionais concursados (efetivos), que gozam, pelo menos até o momento, da “estabilidade no emprego”. Mesmo assim, buscamos entender o nível de sofrimento no trabalho dentre esses servidores públicos imersos numa enorme *precarização* de suas condições de trabalho. Vale ressaltar que a flexibilização na legislação trabalhista, no âmbito da educação, oportunizou a criação dos cargos temporários (contratos temporários), que estão possivelmente mais vulneráveis aos efeitos da precarização no trabalho (situação também verificada na Escola PGC).

Verifica-se no quadro 06 abaixo um comportamento ambíguo, perpassado por medos e vergonhas em relação à afirmação pública da existência da precarização do trabalho e de seus consequentes desdobramentos em sofrimento social. Tal comportamento pode sinalizar, entre outras possibilidades, tanto o desconforto em vocalizar e, assim, denunciar situações politicamente sensíveis para a vida institucional do município em que se situa a Escola PGD, quanto também uma apatia conformista já consolidada ao longo dos anos de convivência com a precarização do trabalho e com o sofrimento social. Temos, então, o já gasto bordão: “Está ruim, mas a outra é pior”.

Quadro 06: Percepção do sofrimento e da precarização do trabalho na escola

Informante	Relatos sobre a existência da precarização do trabalho e sofrimento
Professor(a) A	“Tenho observado que nossa equipe tem se empenhado para oferecer um ensino de qualidade, o que tem entravado nossas metas / missão é o perfil de nossa clientela, com alunos pobres, a maioria sem família, apresentando diversos distúrbios e desequilíbrios sociais, morais e éticos”.
Professor(a) B	“Na situação em que se encontra a educação do nosso país, na verdade em todas as escolas e especialmente a nossa, tem essa precarização do trabalho e sofrimento, até porque todos os profissionais da educação sofrem do mesmo mal, relatou o professor/a B”.
Professor(a) C	“Penso que não”. Finalizou o professor/a C.
Professor(a) D	“Essa precarização se manifesta em nossa escola através da ausência de computadores para os alunos e professores, dos problemas frequentes no ar condicionado, na ausência de um laboratório para realizarmos experiências e no comportamento indisciplinado dos alunos que nos causam transtornos e perda da voz, relatou o professor/a readaptado/a D, que atualmente acompanha alunos com necessidades especiais”.

Professor(a) E	“Confirmo a existência da precarização e sofrimento no trabalho, principalmente com relação à falta de recursos para melhorar o nosso trabalho, temos ambientes inadequados para desenvolvermos determinadas funções”.
Professor(a) F	“Com a situação atual da educação, precarização é palavra chave, nessa escola temos carência de várias coisas, mas destaco a necessidade de pessoal de apoio para deixar o ambiente melhor e coordenadores de turnos para evitar tanto barulho e indisciplina na escola”.
Professor(a) G	“A precarização existe em quase todos os setores da escola. Enquanto não houver uma política séria voltada para a educação no sentido amplo, acompanhada e gerenciada pelos três poderes, as coisas jamais mudarão”.
Professor(a) H	O professor(a) H se absteve de emitir parecer sobre a questão em curso.
Professor(a) I	“Falta de material didático; ausência da família na escola; necessidade de mais qualificação e falta de valorização profissional”.
Professor(a) J	“Nada a declarar”.
Professor(a) L	“Apenas nas condições financeiras que dificultam uma realização pedagógica maior e melhor”.
Professor(a) M	“A partir da desvalorização profissional, em certos momentos há perseguições políticas, onde colegas de trabalho se calam em troca de favores, falta de preparação da gestão, falhas no apoio pedagógico. Tudo isso nos deixa inseguros, cheios de incertezas, instáveis... mesmo fazendo um bom trabalho não saberemos em que lugar do município vamos estar no ano seguinte. Isso nos faz sofrer”. O professor(a) se disse vítima de perseguições políticas.
Professor(a) N	“Esta unidade de ensino do município apresenta uma boa estrutura. Sofremos com a falta de manutenção de alguns equipamentos a exemplo do ar condicionado, material didático, mas não considero como precária, existe outras bem pior”.
Professor(a) O	“A precarização se apresenta nas difíceis condições de trabalho que temos nesta unidade, na falta de organização da escola e na carência de melhoria da gestão administrativa”.
Professor(a) P	“A situação de precariedade é evidenciada nas difíceis condições de trabalho, na falta de recursos materiais para trabalhar, principalmente com os alunos com necessidades especiais, no aumento do número de alunos indisciplinados e violentos que se dizem fazer parte de facção, somando-se a isso, o acúmulo de exigências e pressão sobre o professor”.
Professor(a) Q	“Verificamos a cada dia as lamentações dos professores no cotidiano escolar, sofremos com ausência da família, com a falta de interesse dos alunos, com a indisciplina dos alunos, com a política salarial na qual estamos inseridos (desvalorização profissional), dentre tantas outras situações que nos sufocam e acarretam um esgotamento físico e mental”.

Assim, o trabalho docente vem sofrendo as consequências das mudanças que ocorrem no cenário global, direcionadas pelo capitalismo e suas interferências nas formas de produção e, conseqüentemente, na precarização do trabalho. “O capitalismo no plano mundial, nas últimas quatro décadas, transformou-se sob a égide da acumulação flexível, trazendo uma ruptura com o padrão fordista e gerando um modo de trabalho e de vida pautada na flexibilização e na precarização do trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 153). Por conseguinte, a precarização do trabalho que é comum no trabalho docente nos mais longínquos recantos do Brasil, tende a se manifestar em vários formatos; a exemplo da dupla jornada de trabalho, do traslado entre uma escola e outra para cumprir a carga horária, na falta de materiais didáticos e recursos tecnológicos para

ministrar as aulas. No entanto, é através do efeito da polivalência no trabalho, que se materializa a *flexibilização/precarização* mais intensa do trabalho docente. Para ser bom não basta apenas competência técnica, faz-se necessário a servidão, sendo preciso estar disponível a ajudar, a fazer, a se envolver em outras tarefas e funções na escola.

Sofremos os efeitos da precarização do trabalho cotidianamente no ambiente escolar, faz parte da rotina ouvir as lamentações dos colegas professores, sofremos com a ausência da família, com a falta de interesse dos alunos, com a indisciplina, com a política salarial que estamos inseridos; são tantas coisas que nos sufocam acarretando um esgotamento físico e mental. Com muito trabalho, dificuldade e renúncia consegui comprar um carro, mas a insegurança e a violência me deixaram refém do medo. Não consigo ficar tranquila e deixar meu transporte lá fora da escola. Se chamar a atenção dos alunos por algum erro ou desajuste de conduta, serei vítima de algum tipo de violência, com o risco do meu patrimônio ser danificado, como já aconteceu. (Professor (a) Q., 44 anos e 20 de docência).

Além da falta de material didático, de equipamentos, da ausência da família na escola, as muitas cobranças por metas e resultados, da insegurança e indisciplina dos alunos; mesmo sendo efetivo (a) (concurado), ainda sou o constrangimento quando apresento posições divergentes do “sistema”, a ponto de sofrer perseguições políticas. Não é fácil dar conta de dois trabalhos na função de professor em turnos e cidades diferentes. (Professor(a) M., de 44 anos de idade e 20 de docência).

É patente, nos casos mencionados, a flexibilidade do professor para sobreviver ou adaptar-se ao seu ambiente ocupacional a ponto de passar por constrangimento e assédio moral no trabalho. Em um mundo mais competitivo e de acumulação flexível do capital, a Educação se consolida como uma mercadoria e, para se reproduzir, precisa de “capital humano” flexível, polivalente e de fácil engajamento e entrega. A mesma lógica econômica que exige do trabalhador entrega total, também se manifesta nas escolas, sobretudo nas empresas privadas, mas que pressiona por resultados também na rede pública de educação. Esse envolvimento do trabalhador se dá, cada vez mais, através do que alguns autores chamam de “sequestro da subjetividade”, reiteradamente abordado por Faria e Meneghetti (2007) e Alves (2008).

Paralelo ao problema do engajamento e da dedicação ao trabalho, percebeu-se a manifestação de um discurso de vergonha materializado nas condições de trabalho dos professores da Escola PGC. Tal cenário se evidencia no sofrimento manifestado pelos docentes, especialmente quando se trata de abordagem sobre afastamentos motivados por problemas de doença, tão presentes nos *professores readaptados*. De modo que a narrativa reitera a citação prévia de “sentir vergonha da vergonha”.

Nas questões apresentadas aos interlocutores, uma delas versava sobre os afastamentos do trabalho por doença relacionada à profissão e se eles conheciam algum colega de profissão que havia se afastado por essa motivação. Em atenção às questões, o Professor(a) P. e o Professor(a) H, descreveram:

Já me afastei algumas vezes e nos últimos anos com uma frequência maior. Minha formação acadêmica é uma voltada totalmente para as atividades práticas, mas a obrigatoriedade de ministrar aulas teóricas senti muita dificuldade com o comportamento dos alunos em sala de aula. Isso me levou a uma depressão, hoje estou como professor readaptado, acompanhando alunos portadores de necessidades especiais. *Era muito ativo, você conhece meu trabalho, hoje sinto vergonha.* Acho que a Escola PGC nos vê como um encostado. Se pudesse não ficaria em sala de aula. Conheço mais de 20 professores que estão readaptados por esse motivo, só nessa escola tem mais de 05, mas muitos têm vergonha de dizer o que estão passando ou que passaram por problemas de saúde. (Professor(a) P., 52 anos de idade e 26 de docência).

Sim. Meu afastamento e posterior readaptação foi motivado por problema associado ao trabalho; recebi recomendações da fonoaudióloga, mas continuo trabalhando, faço o que posso. Conheço vários professores readaptados, afastados ou em processo, infelizmente não tenho o quantitativo, mas sei que são muitos. (Professor(a) H., 50 anos de idade e 30 de docência).

A maioria dos entrevistados não assume os afastamentos por essa motivação, mas alguns disseram conhecer vários colegas de profissão acometidos por problemas dessa ordem. Evidencia-se no conjunto de relatos, portanto, que o estigma da vergonha é algo presente nesta e em outras situações vivenciadas na Escola PGC, no entanto, os professores sentem vergonha de dizer que se afastaram por situações relacionadas ao trabalho. Aflora-se, assim, o jogo discutido em Goffman (2010), das apresentações estratégicas⁸. Estes elementos e fatores ocasionam vergonha no espaço social de vivências. Em decorrência destes e de outros cenários, evidencia-se também a *humilhação*, resultante da frustração de uma pretensão pública e de uma ambição não legitimada, que extrapola um grupo de honra e de referência.

⁸ As interações cotidianas em ambientes diversos, inclusive, o de trabalho, podem gerar constrangimentos, angústias, *vergonha* e situações *de embaraço* em razão de impropriedade situacional em relação à fachada (GOFFMAN, 2010). O ator e agente social, nesses casos, é flagrado publicamente, de forma cômica, como *self* (jogador social e imagem pública de si e para o outro) circunstancialmente despreparado para o jogo social (fachada, rosto em jogo, aprumo, porte). São, portanto, situações corriqueiras no jogo de trocas interacionais do cotidiano dos sujeitos e agentes sociais. Assim, manifesta-se a *vergonha* como o medo de perder a face; como o sentimento de ameaça ao vínculo social; como o sentimento de rebaixamento e de inferiorização do EU, - enquanto imagem pública, reputação, status/prestígio, - no interior do grupo de honra, de reconhecimento e de pertença; como o sentimento de não realização das exigências subjetivas do giroscópio moral do grupo de referência; com a exposição pública da falta com o dever (fracasso, falência moral).

3 Considerações Finais

O recorte teórico, associado ao exercício de escuta das narrativas docentes, apontou significativos indícios de precarização do trabalho na Escola PGC. Tal cenário se constata na observância das condições técnicas, pedagógicas, materiais e estruturais de condições de trabalho explicitadas durante a pesquisa de campo, revelando situações de estigma, a exemplo de humilhação, medo, vergonha, violência, assédio moral e até perseguições de ordem política vivenciadas no interior das relações de trabalho.

A condição de trabalho precário observada pelos profissionais da docência é compreendida na flexibilização da atividade docente, associada aos fenômenos da desprofissionalização da função do magistério, mercadorização do ensino, estagnação salarial e desvalorização profissional. Isso tudo em um cenário caótico afetado pelas políticas negacionistas de direitos trabalhistas, seja na esfera municipal ou estadual.

Nessa conjuntura é indispensável que os professores e os que lidam com a educação sejam capazes de fazer uma leitura crítica e traçar diretrizes em favor de uma educação/escola pública de qualidade para todos. Não obstante, o professor, já imerso num quadro estrutural de precarização, acaba se transformando em um “tarefeiro”, passivo e potencialmente reforçador de posturas conformistas, tendo sua saúde debilitada e seu ofício prejudicado.

4 Referências

ALVES, Giovanni. A subjetividade às avessas: toyotismo e “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 11, n. 2, pp. 223-239, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARBOSA, Raoni Borges. **Medos corriqueiros e vergonha cotidiana: um estudo em antropologia das emoções**. Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: GREM, 2015.

BOYER, Gilbert. Sofrimento social e do trabalho no contexto da área da saúde mental e do trabalho. **Psicol. Soc.** Belo Horizonte, v. 27, n. 1, abril, 2015.

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O Sequestro da Subjetividade. In: FARIA, José Henrique de (org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOFFMAN, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Comportamento em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Vozes, 2010.

GRANDE, Carolina. O trabalho e o afeto: prazer e sofrimento no trabalho dos professores da escola pública de Brasília. **Dissertação** (Mestrado), Departamento de Sociologia, UNB, 2009.

MILLS, Charles Wright. **A nova classe média (White Collar)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancellari.; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2010.

PADILHA, Valquíria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, n. 2010.

PPP. ESCOLA PGC. **Projeto Político Pedagógico – 2020**. Prefeitura Municipal de Areia Branca, Secretaria de Educação, 2020.

PEREIRA JÚNIOR, Edmilson Antonio. **Condições de trabalho docente nas escolas de educação básica no Brasil**: uma análise quantitativa. Tese (UFMG), Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2016.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira; MARIN, Alda Junqueira. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educ. Soc**, Campinas, v. 25, n. 89, set./dez, 2004.

SILVA, Joelma Ramos.; ALCÂNTARA, Ramon Luis. Subjetividade docente diante da precarização do trabalho. **Revista Amazônica**, ano 11, v. XXI, n. 1, jan.jun. 2018.

SILVA, Guilherme Leonardo; ROSSO, Ademir José. **As condições do trabalho docente dos professores das escolas públicas de Ponta Grossa, PR**. Congresso Nacional de Educação, EDUCERE 8, 2008.

VIEIRA, Livia Fraga.; OLIVEIRA, Tiago Grama. As condições do trabalho docente na educação infantil no Brasil: alguns resultados de pesquisa (2002-2012). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, maio/agosto, 2013.

WERLANG, Rosangela.; MENDES, Jussara. Sofrimento social. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 116, out.dez, 2013.

2 - AGRONEGÓCIO, REVOLUÇÃO VERDE VERSUS AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA: UMA ANÁLISE DA CHAPADA DO APODI/RN

Hugo Garbênio de Carvalho
Maria Betânia Ribeiro Torres
Márcia Regina Farias da Silva

1 Introdução

O Brasil, em sua mais recente inserção no capitalismo global, tem incentivado e fortalecido a produção agrícola de grande porte, denominada de agronegócio. Este setor tem sido exaltado como o motor da economia e apontado como responsável por garantir certa estabilidade das relações comerciais do país com o mundo. Dentro desse remodelamento, o Brasil retorna às práticas de exportação de *commodities* – minerais, soja, fruticultura irrigada etc., – além da agropecuária, que em conjunto, formam um poderoso setor econômico exportador, ou como Carvalho (2018) classifica: um modelo de ajuste neoextrativista. Este fenômeno não mais se limita às regiões em que historicamente a exploração agroexportadora e agropecuária se estabelece, como por exemplo: Sul, Centro-Oeste e partes do Sudeste. Nesse remodelamento produtivo, os capitais estão cada vez mais ávidos por territórios e regiões, e o semiárido nordestino entra na rota da exploração (CARVALHO, 2018; RIGOTTO, 2007, 2011, 2012).

Este trabalho se insere na discussão dos efeitos desse fenômeno, sobretudo para atores sociais que se encontram à margem desse processo, tanto no que se refere à inserção desigual, ou nula, dentro desse modelo de produção, quanto aos efeitos danosos que o modelo agroexportador tem provocado aos camponeses. Estudos têm apontado que o modelo agroexportador carrega consigo profundas contradições, sobretudo no que se refere à expropriação da terra e do trabalho, o esgotamento dos recursos naturais pela forma predatória com que são explorados, além do adoecimento dos trabalhadores – contratados e não contratados. Esse modelo produtivo se caracteriza, dentre outras tantas características, por explorar as regiões em que condições favoráveis lhes sejam oferecidas: incentivos fiscais; mão de obra barata; terra abundante, fértil e a baixo preço; água em relativa quantidade. Como consequência desse fenômeno, camponeses são expulsos de suas terras, promove-se o assalariamento de trabalhadores que anteriormente se configuravam como trabalhadores livres, cresce o adoecimento do homem e da terra através do uso indiscriminado de agrotóxicos, herbicidas e fertilizantes. Os efeitos podem ser constatados

em inúmeras análises e pesquisas desenvolvidas pelas mais diversas áreas da academia (RIGOTTO, 2007, 2011, 2012; CARVALHO, 2018; SANTOS, 2018).

Discutimos os resultados da pesquisa desenvolvida na Chapada do Apodi, região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2016-2017, que originou a nossa dissertação intitulada: *Do Pó do Sertão ao Oasis da Nova Era: Agricultura familiar e agronegócio na Chapada do Apodi-RN, conflito, resistência e convivência* (CNPq/Universal, Edital N° 01/2016, Processo N° 426776/2016-0), na qual investigamos a relação conflituosa entre agricultores familiares e empresas de agronegócio. O recorte territorial da pesquisa abrangeu quatro comunidades: Baixa Verde II; Moaci Lucena; Milagres e Portal da Chapada, impactadas diretamente pelas empresas do agronegócio. A escolha destas comunidades decorreu do fato de dividirem o mesmo espaço com as empresas do agronegócio, separadas fisicamente por uma cerca de arames farpados. A divisão social, política e a relação que esses campos contrastantes desenvolvem entre si são bem mais abissais. Para fins metodológicos, fizemos uso de observação participante, percorrendo as comunidades, participando de reuniões nas associações comunitárias, fóruns da agricultura familiar e debates públicos. Também utilizamos entrevistas semiestruturadas aplicadas junto às lideranças comunitárias, ONGS, CPT, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Por fim, neste trabalho, discutimos a implementação do agronegócio na Chapada no Apodi/RN, sob a luz da teorização sobre a Revolução Verde, tendo como escopo teórico norteador Shiva (2015), Santos (2010), Santos (2006, 2007, 2015) Carvalho (2018), Rigotto (2007, 2011, 2012), dentre outros. Faremos, para efeitos de entrelaçamento entre teoria e o campo investigado, apontamentos das falas dos nossos interlocutores (designados por um codinome para efeito de resguardar a sua identidade), que vivenciam os efeitos das modificações que se imprimem ao lugar com a chegada do agronegócio.

2 As razões da pesquisa

Para fins de contextualização, e para situar a problemática, faz-se necessária uma introdução acerca das questões essenciais da pesquisa e seu encadeamento. Nossa investigação partiu da inquietação em compreender como agricultores familiares estabelecidos na região da Chapada do Apodi há décadas, em resultado de processos de lutas por terra e reforma agrária, se colocariam diante da implementação de empresas do agronegócio. Tendo em vista que as comunidades estabelecidas na Chapada do Apodi/RN construíram ao longo de décadas um

modelo organizativo sustentado no associativismo, cooperativismo e na adoção da agroecologia como forma de vida, a chegada do agronegócio põe em xeque as formas localmente gestadas pelos camponeses.

Apodi é município do Rio Grande do Norte, dista 370 km de Natal, a capital do Estado, estando localizado na microrregião da Chapada do Apodi e mesorregião Oeste Potiguar, abrangendo os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Segundo o Censo do IBGE de 2010, o município de Apodi tem 34.777 habitantes, com densidade demográfica de 21,69 habitantes por km², e uma unidade territorial de 1.602,477 km² (IBGE, 2017; PINTO, 2018).

O assentamento rural Baixa Verde II foi criado em 2007 e, das comunidades pesquisadas, é a mais recente. A comunidade comporta cerca de 70 famílias e aproximadamente 140 habitantes, assentadas na região por intermédio de financiamento bancário junto a agentes de financiamento de terra para fins de Reforma Agrária. Cada família assentada recebeu 22,5 hectares de terra para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

O assentamento Milagres se instala na Chapada do Apodi no período correspondente ao nascimento do Moaci Lucena, tendo início em 1997 com a ocupação das terras. Mais precisamente, no dia 26 de novembro, ocasião em que se funda por meio de eleição a associação de Milagres, fato que demonstra a importância da participação desde o surgimento do assentamento. Conta atualmente com 26 posseiros em um total de aproximadamente 136 pessoas que vivem no lugar (CARVALHO, 2017).

O assentamento Moaci Lucena nasce no processo de lutas lideradas pelos trabalhadores rurais e desenvolvidas através das ações de agricultores, movimento sindical, CPT - Comissão Pastoral da Terra e ONGs. Estes figuram entre os principais atores que lutam pela divisão da terra na Chapada do Apodi, tendo em vista a falência dos latifúndios do algodão. Fruto das lutas pela Reforma Agrária, a terra é ocupada pelos agricultores em 1996, vindo a ser desapropriada em 1998: “antes vivíamos na escravidão, depois que conseguimos a terra, ficamos livres” (ASA BRANCA, 2016). No assentamento, vivem 20 famílias, sendo 07 delas de agregados, contabilizando um total de 112 assentados. A terra foi adquirida através de Reforma Agrária por via do INCRA, de onde foram distribuídos lotes de 19,5 hectares por assentado (CARVALHO, 2017)

No assentamento Portal da Chapada, fundado em 2001, a luta pela desapropriação do assentamento levou mais de 05 anos, entre reuniões com as instituições governamentais, sobretudo o INCRA, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Apodi e Comissão Pastoral da Terra - CPT. Ao nos receber na comunidade, o agricultor destaca a atuação destes últimos segmentos no processo: “sem eles, não teríamos condições de estarmos aqui” (SABIÁ,

2016). Estão assentadas 52 famílias, das quais 45 são os assentados que estão desde o princípio do processo de desapropriação, e 07 agregados, filhos dos assentados que dão continuidade à vida no lugar, adotando as práticas dos primeiros assentados. O assentamento contabiliza uma faixa de 100 habitantes. Cada família recebeu 20 hectares de terra para a produção, onde se desenvolvem diversas atividades, tais como: a cajucultura; a apicultura; e a criação de ovinos, bovinos e galinhas. (CARVALHO, 2017)

As comunidades rurais da Chapada do Apodi/RN cultivam a tradição de práticas estruturadas em uma lógica produtiva que envolve: “políticas e práticas de convivência com o semiárido, manejo da caatinga, caprinocultura, apicultura e outros arranjos produtivos no sentido de criar uma nova relação, ou o retorno de uma relação harmoniosa entre as famílias, agricultores e meio ambiente” (PONTES, 2012, p. 117). Dessa forma, a agricultura familiar tem sido um importante vetor econômico, político e social para os trabalhadores rurais da Chapada do Apodi/RN, pois se configura como um dos principais processos produtivos da região, com destaque para as práticas da “apicultura, caprinocultura, ovinocultura, plantação de feijão, milho e sorgo, criação de bovinos, quintais produtivos, pomares e plantações de hortaliças” (PONTES, 2012, p. 117).

Para além dos arranjos produtivos, o modelo de organização das comunidades rurais da Chapada do Apodi é responsável pelo incentivo à participação política dos assentados por meio das associações, sendo que nestas, os camponeses “participam de reuniões das associações das comunidades, do fórum das associações, entre outras instâncias e movimentos de mobilização social” (PONTES, 2012, p. 120), além do fomento e incentivo a práticas agrícolas agroecológicas, uma das características essenciais das comunidades investigadas que se incorporam às práticas como modo de vida e identidade local.

Por outro lado, a implementação do agronegócio passa a ser questionado, e até mesmo combatido pelos movimentos sociais rurais, ONGs e pelas comunidades rurais da Chapada do Apodi/RN. Sobretudo, a partir da idealização do projeto e início das obras do perímetro irrigado Santa Cruz do Apodi. Evidenciava-se, portanto, a relação Estado-Capital, através do investimento público a projetos de interesses privados. O investimento público ao perímetro irrigado Santa Cruz do Apodi soma a cifra de 145.629.000,85 (cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e nove mil e oitenta e cinco centavos) pelo Governo Federal por meio do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para a construção do perímetro irrigado Santa Cruz do Apodi (PEREIRA, 2013, p. 15). Esse evento marca definitivamente a oposição entre agricultura familiar e agronegócio na Chapada do Apodi. As obras do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi, seu projeto de

desalojar comunidades historicamente estabelecidas e a proposta de imprimir no território um modelo produtivo monocultor e agroexportador, promovem a efervescência social e a ebulição de movimentos contrapostos ao que ficou conhecido como “o projeto da morte”.⁹

3 Agronegócio e revolução verde: da promessa de desenvolvimento - nasce o oásis no sertão

A investida público-privada na Chapada do Apodi/RN se entrelaça à produção do discurso legitimador, ou discurso público, como salienta Scott (2013). A narrativa da redenção econômica passa a ser utilizada para convencer a sociedade de que o remodelamento local através do incentivo de instalação de empresas agroexportadoras pode promover a redenção econômica de uma região pobre. O que o discurso de convencimento deixa de expor ao público são os impactos sociais e ambientais que as monoculturas agroexportadoras provocam. Nesse sentido, recorreremos à categoria de Revolução Verde para discutir e trazer elementos para o debate, pois essa categoria nos ajuda a pavimentar nossa argumentação no que tange à problemática estudada.

A Revolução Verde nasce a partir da década de 1960 e 1970 como alternativa proposta por grupos de pesquisa e empresas multinacionais, estabelecidas em países hegemônicos para desenvolver métodos de sanar os problemas da crise de produção de alimentos mundial, com o auxílio da ciência e da tecnologia, controlando a natureza e os processos de manuseio dos recursos. Segundo Shiva (2015, p. 09), “a Revolução Verde foi anunciada como uma conquista política e tecnológica sem precedentes na história humana. Foi concebida como uma estratégia tecnopolítica para a paz, através da criação de abundância pela superação dos limites e variabilidades da natureza”.

A princípio, a Revolução Verde foi vista como uma alternativa para resolver o problema da produção de alimentos no planeta, pois prometia devolver aos solos improdutivos sua produtividade, além de aumentar a produtividade dos solos já produtivos por meio do melhoramento genético das plantas, da adubação artificial e do controle de pragas através de pesticidas. “A Revolução Verde partiu do pressuposto de que a tecnologia é uma alternativa superior à natureza e, como tal, um meio de gerar crescimento sem estar condicionado pelos limites naturais” (SHIVA, 2015, p. 13).

⁹ Para mais informações sobre o “projeto da morte” do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi-RN, consultar Santos (2017).

As promessas da Revolução Verde promoveram uma corrida mundial, sobretudo nos países do Sul, para que os setores agrícolas convertessem o modelo de produção, considerado atrasado pela nova proposta de produção aos arranjos estabelecidos pela política econômica e produtiva da Revolução Verde. Nesse sentido, os agricultores, pequenos e grandes, bem como o Estado, dão início a uma corrida em busca de converter os mecanismos de produção à lógica estabelecida pela dita Revolução, o que significa mecanização do trabalho, abandono das formas tradicionais de agricultura e, sobretudo, o uso de insumos químicos no sentido de “dinamizar a produção”.

Segundo Shiva (2015, p. 44), “a Revolução Verde foi essencialmente um pacote de semente e adubos. A tecnologia da Revolução Verde requer elevados investimentos em adubos, pesticidas, sementes, água e energia”. A princípio, a Revolução Verde foi recebida como uma alternativa, nos países do Sul, para o melhoramento da produção e otimização dos lucros dos agricultores, porém, a política desta Revolução, por basear-se no uso de produtos industrializados, trouxe para os agricultores, sobretudo os pequenos, um processo de exclusão e endividamento, pois:

a política foi integrada na Revolução Verde porque as tecnologias criadas estavam direcionadas para investimentos intensivos de capital por parte dos agricultores abastados nas melhores áreas, e afastava-se das opções prudentes dos pequenos agricultores em regiões escassas em recursos. A ciência e a tecnologia da Revolução Verde excluíram regiões pobres, bem como opções sustentáveis (SHIVA, 2015, p. 43).

Nesse contexto, o Resultado da Revolução Verde nos países subdesenvolvidos foi a geração de uma grave destruição ecológica e social, por promover o rompimento com as formas tradicionais de produção, criando novos tipos de escassez, de vulnerabilidade e altos níveis de ineficiência no uso dos recursos naturais (SHIVA, 2015). Ao abandonar os métodos de produção tradicionais em que os agricultores respeitam os limites da terra com plantações rotativas de produtos diversos, mantendo o respeito ao processo natural de recuperação dos nutrientes do solo, a Revolução Verde promove uma agricultura intensiva que envolve o uso de fertilizantes e pesticidas na produção de monoculturas.

A manipulação genética também se configura como um elemento fundamental desse pacote que a Revolução Verde desenvolve. As plantas são modificadas geneticamente para que possam produzir mais. As chamadas “sementes milagrosas”, produzidas em laboratórios, prometem um fornecimento de produtos muito além do cultivo tradicional. Porém, a produção das sementes milagrosas está atrelada à necessidade do uso de insumos químicos, fertilizantes e pesticidas e ao aumento da necessidade por água, afinal, “as sementes milagrosas são sedentas

por água” (SHIVA, 2015). Dessa maneira, as formas tradicionais de produção que fazem uso das sementes nativas, crioulas, adaptadas através do processo evolutivo ao solo e às condições climáticas, em consonância com o cuidado com que é tratada a terra pela agricultura tradicional, é abandonada para dar lugar ao uso das sementes milagrosas da Revolução Verde, que exigem mais dos recursos naturais para que possam produzir.

Santos (2010, p. 64) afirma que as sementes milagrosas da Revolução Verde, apesar de consideradas pelo grande capital como uma realidade extraordinária para a agricultura por otimizar a produtividade, não deixam de suscitar interrogações e críticas, obrigando-nos a questionar os possíveis perigos dessa manipulação dos recursos naturais para o ser humano e para a vida, apontando a necessidade de uma maior vigilância por parte do Estado, cientistas e sociedade sobre essa manipulação. Assim sendo:

criar tecnologias de manipulação da vida vai de par com a crescente dificuldade em compreender a complexidade dos processos biológicos e as consequências que essas manipulações podem ter sobre o ecossistema da terra. A impossibilidade ou dificuldade crescente de desenvolver projetos de pesquisas capazes de investigar as consequências das novas capacidades de manipulação da vida ao longo do tempo e sobre os ecossistemas e a sociedade, cria um hiato perigoso entre a crescente capacidade de intervenção e transformação através da inovação tecnológica e a reduzida compreensão dos processos que organizam a vida. Outro elemento importante nesta discussão é a incompatibilidade de uma pesquisa orientada para elucidação dessa complexidade com os tempos curtos dos mercados financeiros e das exigências empresariais num ambiente de competição feroz está a contribuir para que Estados, cidadãos leigos e cientistas se mobilizem para suscitar interrogações de caráter ético, e preocupações com as consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas destas práticas: tentativas de encontrar formas de regular e governar a inovação biotecnológica e biomédica e as suas consequências e de submeter ao debate a deliberação democrática as decisões sobre a aceitabilidade social das inovações e a definição de prioridades de investigação e desenvolvimento nestes domínios (SANTOS, 2010, p. 64).

Dessa forma, nas palavras de Shiva (2015), a agricultura intensiva ocasionou destruição ecológica, pois os adubos químicos não podem substituir a fertilidade orgânica do solo, e a fertilidade orgânica só pode ser mantida devolvendo ao solo parte da matéria que ele produz: “Em virtude disso, há uma estagnação na resposta dos cultivos à aplicação de adubos químicos. [...] A estratégia da agricultura intensiva foi, de fato, um roubo da fertilidade do solo”. (SHIVA, 2015, p.110; 114).

4 Revolução verde na Chapada do Apodi/RN – a agricultura familiar agroecológica pede espaço

Feito esse esboço inicial sobre a Revolução Verde, cabe-nos fazer a relação entre a Revolução Verde, seus mecanismos produtivos e o agronegócio, trazendo a discussão para o caso específico da Chapada do Apodi. É certo que, ao levar em consideração o período do surgimento da Revolução Verde como modelo produtivo, bem como o contexto atual da instalação de empresas do agronegócio na Chapada do Apodi, parece haver de nossa parte uma espécie de anacronismo histórico. Entretanto, a proposta de produção do agronegócio obedece aos mesmos processos que a Revolução Verde imprime no contexto do seu nascimento: produção mecanizada com o auxílio da manipulação genética das espécies vegetais, uso de insumos químicos na “proteção” contra pragas e na fertilização dos solos são práticas em uso pelo agronegócio. A Revolução Verde chega à Chapada do Apodi por meio das empresas do agronegócio no momento em que elas ali se instalam.

A Chapada do Apodi/RN se caracteriza por sua produção agrícola ancorada na sustentabilidade (PONTES, 2012), obedecendo às características da agroecologia. O agronegócio, por outro lado, faz uso da monocultura, que necessita de vasta extensão de terra, trabalho mecanizado e uso de insumos químicos – fertilizantes e pesticidas – para a produção em larga escala. Dessa forma, o agronegócio instalado na Chapada do Apodi produz de acordo com o modelo implantado pela Revolução Verde.

A agroecologia desenvolvida na Chapada do Apodi baseia-se no uso consciente da terra, respeitando seus limites com práticas de agricultura sustentável a exemplo do manejo da caatinga para a reposição dos nutrientes da terra. A rotatividade produtiva é elemento importante, além da possibilidade da mescla de cultura em um mesmo espaço, técnica que permite, após o fim do ciclo produtivo, a reposição de nutrientes para a terra. A agricultura sustentável, como afirma Shiva (2015, p. 116):

baseia-se na reciclagem dos nutrientes do solo. Isto envolve devolver ao solo parte dos nutrientes que dele vieram, seja diretamente com adubo orgânico, seja indiretamente através do estrume dos animais. A manutenção do ciclo dos nutrientes, e através dele da fertilidade do solo, baseia-se nesta lei inviolável da devolução.

Em contrapartida, o agronegócio, por meio das monoculturas, dos fertilizantes e adubos químicos coloca em risco a fertilidade da terra, já que “os adubos químicos têm assim contribuído para a erosão da segurança alimentar através da poluição da terra, da água e da atmosfera”

(SHIVA, 2015, p. 117). Isso pode ser evidenciado nas comunidades da Chapada do Apodi, sobretudo na Agrovila Milagres, cercada aos quatro cantos pela empresa Angel Agrícola e Agrícola Famosa. A agrovila já sente os impactos do agronegócio: “quando os tratores começam a cortar a terra, o cheiro dos químicos é muito forte e, quando a pulverização acontece, o vento traz o veneno para dentro de casa” (BEIJA-FLOR, Projeto de Assentamento Milagre, 2016). Os produtos também são afetados: “vendo pimenta de cheiro na feira, mas nem digo mais que é agroecológico, com o veneno ao lado” (BEIJA-FLOR, Projeto de Assentamento Milagre, 2016).

Outra característica da Revolução de Verde, de acordo com Shiva (2015, p. 124), é a “expansão e intensificação da irrigação a partir da água da superfície e também de água subterrânea”. O agronegócio se instala na Chapada do Apodi tendo em vista o uso das águas do Perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodi – sistema de canais que levariam a água da Barragem de Santa Cruz do Apodi, localizada na região da Pedra, levando-a até a Chapada. Com a paralisação das obras dos canais, a água do Aquífero Jandaíra passa a ser utilizada como recurso econômico para a produção de frutas. Dessa forma, uma irrigação que costumava ser usada de forma preventiva pelos agricultores da Chapada do Apodi tornou-se produtiva. O uso da água do Aquífero Jandaíra tem impactado os assentamentos e diminuído a vazão dos poços dos agricultores estabelecidos mais próximos, tendo em vista que as empresas, por disporem de estudos topográficos e equipamentos, conseguem perfurar poços em que a vazão é maior e em maior profundidade, conforme relato: “a gente já sente a falta da água nos poços” (CARCARÁ, 2016).

Nesse sentido, alerta Shiva (2015, p. 129): “se a extração da água subterrânea for superior às perdas de infiltração profunda, percolação e movimento lateral dessa zona, o balanço da água da região será negativo e o lençol freático tende a descer nessa área”. Vale salientar que a Chapada do Apodi vinha de um longo período de estiagem, quatro anos, para ser mais exato (2011 a 2015), sendo que em 2016 as chuvas também ficaram abaixo do volume. Assim, a extração de água do aquífero tem sido maior do que a infiltração, o que contribui para os prejuízos aos agricultores locais (CARVALHO, 2016). Na comunidade de Baixa Verde 02, também cercada pela empresa Agrícola Famosa, segundo relato de um agricultor, já se percebe a diminuição da vazão da água do poço da comunidade, usado para diversos fins que vão do consumo para o abastecimento à irrigação das plantações.

A agroecologia desenvolvida na Chapada do Apodi torna-se um modo de vida e uma técnica produtiva postos em risco pelo agronegócio, e os danos começam a aparecer nas comunidades. Outro exemplo destacado da fala dos agricultores é a produção de mel afetada pela seca, que corre o risco de sofrer os impactos do uso de pesticidas utilizados pelas empresas

no controle de pragas. Mesmo nessas situações adversas, a produção ainda é geradora de renda, a exemplo do Assentamento Moacir Lucena, onde os agricultores, com o pouco que choveu no ano de 2016, produziram mais de 30 latas de mel de abelha.

A defesa de uma agricultura alternativa na Chapada do Apodi é essencial porque “além de reduzir os riscos para a saúde e para o ambiente colocados pela agricultura agroexportadora e suas técnicas sustentadas na utilização de insumos químicos, os sistemas alternativos têm viabilidade econômica” (SHIVA, 2015, p. 251). Shiva (2015, p. 253) defende as formas alternativas de agricultura, sobretudo a agroecologia e o saber tradicional dos agricultores, pois evidencia que:

a nível mundial, exemplos da agricultura alternativa de sucesso existem, e são cada vez mais, ainda que continuem a ser ignorados pela visão mundial dominante de agricultura. E são estas iniciativas que transportam as sementes de uma agricultura sustentável. Fechar os olhos a estas alternativas não prova a sua existência. É apenas um reflexo da nossa cegueira.

As práticas agroecológicas da Chapada do Apodi são exemplos dessa agricultura alternativa que dá certo, a exemplo da Agrovila Milagres que, em parceria com instituições diversas (Universidades, ONGS), tem transformado o pó do sertão no verde vivo da natureza e servido de referência a outros assentamentos. Projetos de saneamento básico (Figura 01 - Estação de Tratamento de esgoto do assentamento Milagres – Apodi/RN) e de reutilização de resíduos sólidos são realidades na Agrovila. A reutilização da água das residências dos assentados para a irrigação de frutas, visando ao consumo familiar, e a comercialização tanto da fruta como da polpa, da palma e do capim que servem de alimento e forragem para rebanhos de caprinos, ovinos e bovinos, geram uma reserva de pasto para os animais nos tempos de estiagem, principalmente.

Figura 01 – Estação de Tratamento de esgoto do assentamento Milagres – Apodi/RN



Fonte: Acervo da pesquisa, 2016

A coleta seletiva de lixo (Figura 02 - Coleta seletiva de lixo do Assentamento Milagres) também é outra realidade, estando distribuídas por todo o assentamento coletoras seletivas de lixo, o que demonstra o cuidado e a preocupação da comunidade com o meio ambiente. Contudo, a efetividade desse serviço carece de mais estudos.

Figura 02 – Coleta seletiva de lixo do Assentamento Milagres – Apodi, 2016



Fonte: Acervo da pesquisa, 2016.

A agroecologia desenvolvida na Chapada do Apodi/RN assemelha-se à agricultura alternativa sobre a qual nos fala Shiva (2015), por ter como alicerce a preservação ambiental em sintonia com a produção de culturas agrícolas. O agronegócio, em contrapartida, representa a agricultura intensiva, que faz uso da manipulação genética das sementes e do uso de insumos químicos para a otimização da produção.

Outro elemento que não pode ser desconsiderado é o fomento de bancos de sementes crioulas nos assentamentos. Algumas das comunidades estudadas estocam sementes originárias ou sementes crioulas, que carregam a ancestralidade do vegetal, ao contrário das sementes geneticamente modificadas; estas, por sua herança genética, conseguem conviver e se adaptar às adversidades do solo. Com o advento da Revolução Verde, as sementes utilizadas nos plantios são distribuídas pelo Estado e fazem parte do pacote da Revolução Verde, pois exigem fertilizantes, agrotóxicos, água em excesso, uma vez que são desenvolvidas nos laboratórios das empresas de forma industrial, tendo em vista a monocultura de alta produtividade, sem considerar as realidades locais (SHIVA, 2015).

Novas reflexões têm ganhado espaço no debate sobre a relação capital-Estado-natureza e, longe de parecer alarmismo, denunciam a possível falência da natureza perante a exploração sem freios à qual, nos últimos séculos, ela tem sido submetida. Haraway (2016), Krenak (2019) e Tsing (2019) apontam os perigos dessa exploração, o antropoceno: era geológica em que as transformações no planeta em sua maioria têm participação direta da ação humana, sobretudo de grandes corporações, podendo ter consequências catastróficas (TSING, 2019).

Segundo Tsing (2019, p. 206), o antropoceno tem correlação direta com os sistemas da *plantation* e suas simplificações ecológicas nas quais os seres vivos são transformados em recursos ativos para o mercado, instrumentos de especulação do capital financeiro. Como consequência, remove-se as espécies de seu mundo de vida. O agronegócio discutido ao longo deste trabalho está localizado dentro dessa lógica.

Krenak (2019, p. 21), por sua vez, nos alerta de que “os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados a terra são aqueles que ficam meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina, são caiçaras, índios, aborígenes”. São também camponeses do semiárido nordestino, que convivem com a seca cíclica e com toda sorte de adversidades e, mesmo assim, insistem em permanecer no lugar.

5 Considerações Finais

Recorremos, para finalizar, ao apelo de uma epistemologia renovada, que se desloque do pensamento hegemônico dos centros e se reencontre com o saber dos povos tradicionais: camponeses; ribeirinhos; quilombolas; indígenas. Esse movimento de resgate, que no discurso da ciência contemporânea é classificada como senso comum sem objetivismo, é uma necessidade imediata. A exemplo dos camponeses da Chapada do Apodi/RN, que estocam as sementes originárias em uma tentativa de romper com as sementes geneticamente modificadas, e produzem de forma limpa, convivendo com as adversidades da terra sem matá-la. Outros tantos povos tradicionais muito têm a contribuir com seus saberes ancestrais por séculos acumulados. Esses povos, que no fluxo imposto pelo capital global ainda insistem em manterem-se fiéis aos seus modos de vida, permitem-nos enxergar uma luz no fim do túnel.

6 Referências

CARVALHO, Alba; MILANEZ, Bruno; GUERRA, Eliana. Rentismo-Neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). In: RIGOTTO, Raquel Maria *et al* (org). **Tramas para a Justiça Ambiental**: diálogos de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza, UFC, 2018.

CARVALHO, Hugo Garbênio. **Do pó do sertão ao “oásis da nova era”**: agricultura familiar e agronegócio na chapada do Apodi, RN. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Humanas. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró. 2017.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Clima com cultura científica – pesquisa, jornalismo e arte**. Nº 05. Abril, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/panorama>> Acesso em: 11 jun. 2018.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo. Companhia das Letras. 1º edição. 2019.

PEREIRA, Magda Fabiana do Amaral. **Conflito Socioambiental Frente à Implantação de Perímetro Irrigado na Chapada do Apodi/RN na Perspectiva dos Resistentes**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Departamento de Saúde Comunitária, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Mestrado em Saúde Pública, Fortaleza, 2013.

PINTO, Maria do Socorro Diógenes. **O conflito socioambiental na chapada do Apodi/RN: uma disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar**. 2018. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2018.

PONTES, Andrezza Graziella. **Saúde do Trabalhador e saúde ambiental**: Articulando universidade, SUS e Movimentos Sociais em Território Rural. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina, Departamento de Saúde Comunitária, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Mestrado em Saúde Pública, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

RIGOTTO, Raquel Maria. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. **RBSO**, v. 37, n. 125, p. 65-77, 2012.

_____. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **Revista Pegada**, v. 12, n. 1, 2011.

RIGOTTO, Raquel Maria; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Saúde e Ambiente no Brasil: Desenvolvimento, Território e Iniquidade Social. **Cad. Saúde Pública**. Sup 4: pp. 475-501. Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo. **Para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed, 8ª Reimp. Edusp, São Paulo, 2006.

_____. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro. Record, 2015.

_____. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo. Edusp, 2007.

SANTOS, Raul Nogueira. **Verdade Poder e Discurso**: O projeto da morte de Santa Cruz do Apodi. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas. Mossoró, UERN. 2017.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SHIVA, Vandana. **A Violência da Revolução Verde**, Agricultura, Ecologia e Política do Terceiro Mundo. 1ª edição. Ed. Mahatma, 2015.

TSING, Ana Lowenhaupt. **Viver em Ruínas**: paisagens multiespécies no antropoceno. Brasília. Ieb Mil Folhas. 2019.

3 - ENTRE A “REDEÇÃO” E A “MORTE”: UMA ANÁLISE DA DISPUTA DISCURSIVA NO PROJETO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE SANTA CRUZ DE APODI/RN (2012-2014)

Raul Nogueira Santos
Wagner de Araújo Rabêlo
Maria Betânia Ribeiro Torres

1 Introdução

O estudo ora apresentado tratou de analisar a disputa discursiva entre os agentes que se envolveram na implantação do Projeto do Perímetro Irrigado de Santa Cruz de Apodi/RN. Este artigo é um recorte de uma pesquisa maior, realizada para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)¹, finalizada no ano de 2018. O texto aqui apresentado, portanto, foi escrito com o intuito de divulgar os resultados da pesquisa para um público maior de leitores interessados na temática em questão.

Dito isto, o processo de implantação do projeto do Perímetro Irrigado ocorreu entre os anos de 2012 e 2014, gerando uma ampla discussão na comunidade de Apodi e regiões próximas, em Universidades e Institutos Federais e em instâncias do governo local e estadual. Esta discussão gerou duas formações discursivas, as quais disputaram pela “verdade” sobre o referido projeto.

A primeira formação discursiva caracterizou o projeto como uma “redenção” econômica, o qual inseriria a região nas cadeias produtivas nacionais e internacionais, globalizando-a e gerando empregos e desenvolvimento para a comunidade em questão. Já a segunda formação discursiva denominou a iniciativa do Perímetro Irrigado de “Projeto da Morte”. Essa denominação caracterizou o projeto como uma espécie de “reforma agrária ao contrário”, a qual destruiria as práticas dos pequenos produtores e expropriaria os camponeses e camponesas das suas terras, causando um grave problema social.

Na esteira disso, o nosso objetivo aqui não foi tomar partido de nenhuma das formações discursivas acima apresentadas ou mesmo formalizar uma outra verdade acerca do Projeto do Perímetro Irrigado de Santa Cruz de Apodi/RN. Nossa tarefa foi analisar o processo de formação

1 Trata-se da pesquisa de SANTOS (2018). Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, PPGCISH, da Universidade do Estado do RN, UERN.

dessa disputa discursiva em torno do projeto do Perímetro Irrigado, tendo em mente a sua história, a sua geografia, os agentes envolvidos na circulação desses discursos e as diversas estratégias discursivas utilizadas para se alcançar uma “verdade mais legítima” acerca do projeto. Isso não quer dizer que fomos meros observadores, totalmente isentos nessa disputa discursiva, mas adotamos uma postura crítica² em relação a ela, tendo como inspiração a obra do filósofo francês Michel Foucault.

Para darmos conta dessa empreitada, fizemos uso de algumas teorizações foucaultianas, a saber: *verdade, poder e discurso*. Entendemos a teoria aqui como uma caixa de ferramentas (FOUCAULT, 2013b) a ser utilizada na construção do nosso olhar sobre o objeto de estudo ora apresentado. Ao lado desses conceitos também fizemos uso de uma análise de discurso de inspiração nos estudos foucaultianos. (FOUCAULT, 2014).

Para desenvolver as questões brevemente apresentadas nesses poucos parágrafos iniciais, o presente artigo foi organizado em cinco seções.

A primeira seção, que desenvolvemos até aqui, tratou de fazer uma pequena apresentação do objeto de estudo, dos nossos objetivos de análise e das lentes teórico-metodológicas desta investigação.

Na segunda seção deste artigo, tratamos de detalhar a caixa de ferramentas que utilizamos na construção desse objeto de estudo, descrevendo de forma mais aprofundada os conceitos apresentados em parágrafos anteriores.

Na terceira seção, falamos sobre como veio a se constituir, historicamente e geograficamente, a rede de poder em que a disputa discursiva acerca do Projeto do Perímetro Irrigado de Santa Cruz de Apodi/RN foi circunscrita, trazendo à tona os principais agentes envolvidos, as instituições, as organizações sociais, etc.

Na quarta seção, analisamos as estratégias discursivas que constituíram a disputa pela “verdade” acerca do Projeto do Perímetro Irrigado de Santa Cruz de Apodi/RN, levando em conta os sentidos que cada formação discursiva fez uso para caracterizar o referido projeto.

Por fim, na quinta e última seção, apresentamos de forma objetiva os principais resultados desta investigação.

2 Em uma palestra chamada *o que é a crítica?*, proferida em 1978 na França, Michel Foucault diferencia a crítica, no sentido kantiano do termo, da sua postura crítica. Para ele, não importa saber numa investigação se determinada coisa é verdadeira ou falsa, fundamentada ou não fundamentada, real ou ilusória, científica ou ideológica. Em vez disso, procura-se entender quais os mecanismos de poder-saber de uma sociedade que sustentam a classificação das coisas em verdadeiras ou falsas, fundamentadas ou não fundamentadas, reais ou ilusórias, científicas ou ideológicas, legítimas ou abusivas (FOUCAULT, 2000).

2 A escolha das ferramentas

Ao abrir a “caixa de ferramentas”³ foucaultiana, fizemos uso de três conceitos que se mostraram úteis tanto à construção quanto ao desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada, a saber: *verdade, discurso e poder*.

A busca pela verdade das coisas do mundo foi uma das preocupações centrais durante muitos anos da história da filosofia ocidental. Foucault, a partir dos estudos do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, deslocou o foco dessa preocupação. Em suas análises, Foucault não mais se perguntava sobre as verdades do mundo, mas sim, como as próprias verdades passaram a ser entendidas como verdades, ao decorrer da história. Para Foucault, toda sociedade tem seu regime de verdade e cada regime de verdade possui algumas especificidades. Revel (2011, p.148-149), acerca dessas especificidades, nos diz que:

a verdade está centrada no discurso científico e nas instituições que o produzem; ela é permanentemente utilizada tanto pela produção econômica quanto pelo poder político; é amplamente difundida, tanto pela produção econômica quanto pelo poder político; é amplamente difundida, tanto por meio das instâncias educativas quanto pela informação; ela é produzida e transmitida sob o controle dominante de alguns grandes aparelhos políticos e econômicos (universidades, mídias, escrita, forças armadas); ela é o motivo de um embate social e de um debate político violento, sob a forma de “lutas ideológicas”.

A partir dos apontamentos de Revel, estamos considerando, neste estudo, que há um regime de verdade acerca do Projeto de Perímetro Irrigado de Santa Cruz de Apodi/RN, constituído a partir de discursos e relações de poder que circulam na sociedade por meio de instituições, organizações sociais, sujeitos, etc. A construção desse regime de verdade acerca do projeto não foi um processo pacífico, mas foi permeada de embates sociais, políticos, “ideológicos” e econômicos, os quais constituíram duas grandes formações discursivas acerca do Projeto de Perímetro Irrigado, a saber: a “Redenção Econômica” e o “Projeto da Morte”.

De forma a compreender melhor como Foucault trata o discurso e as práticas discursivas, é preciso saber a perspectiva que o filósofo atribuiu a própria linguagem. Segundo Veiga-Neto

3 Em uma conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze, publicada sob o título *Os intelectuais e o poder*, (FOUCAULT, 2013b), Deleuze explica que: “uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas. (p.132).

(2014, p.89), Foucault não via a linguagem como ferramenta de correspondência do nosso pensamento, mas como “constitutiva do nosso pensamento e, em consequência, do sentido que damos às coisas, à nossa experiência, ao mundo.”

A partir desta perspectiva, Foucault (2014, p.60) conceitua os discursos como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. Para ele, o discurso não está no campo das ideias, ele existe na prática. O discurso constrói a própria história e é construído por ela, traz à tona pensamentos e cala muitos outros. Ele atravessa as mais variadas instituições, sujeitos, saberes, desejos e poderes. Trava lutas de sentidos e significados das mais variadas possíveis, e não podemos dar conta da totalidade de suas aventuras e muito menos de seus significados. O discurso circula entre nós, antes mesmo da nossa própria existência, e quando estamos no mundo, somos, como bem salienta Veiga-Neto (2014, p.91),

[...] sujeitos derivados desse discurso. Para Foucault, o sujeito de um discurso não é a origem individual e autônoma de um ato que traz à luz os enunciados desse discurso; ele não é dono de uma intenção comunicativa, como se fosse capaz de se posicionar de fora desse discurso para sobre ele falar.

O discurso, na perspectiva foucaultiana, não é uma estrutura independente e fechada em si mesma, nem uma figura transcendental ou metafísica, que estaria para além deste mundo. Para Foucault, o discurso é um acontecimento, tem um caráter contingente e subjetivo, ele não é neutro, mas sim, envolto de interesses dos mais variados possíveis. Ele não é “simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10)”. Ou seja, Foucault chama a atenção para a importância de não analisar o discurso em si, mas a rede de poderes que o constitui historicamente, pois os “saberes se engendram e se organizam para ‘atender’ a uma vontade de poder” (VEIGA-NETO, 2014, p.115).

E, então, chegamos ao momento de explicar sobre o terceiro conceito que utilizamos neste objeto de estudo: *as relações de poder*.

Em um artigo publicado em 1982⁴, já próximo de sua morte, Foucault nos fala que uma sociedade sem relações de poder seria uma abstração. Para ele, o poder só existe enquanto ato de conduzir condutas, ou seja, em ações de uns sobre outros.

4 Trata-se de um artigo intitulado “O sujeito e o poder”, no qual Michel Foucault fez um apanhado dos objetivos de suas principais investigações, até à presente data do texto.

[...] é um modo de ação de uns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o “Poder” ou “do poder” que existiria globalmente [...] só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva em um campo de possibilidades esparso que se apoia em estruturas permanentes. [...] é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais ou atuais, futuras ou presentes. (FOUCAULT, 2013, p.287)

A relação de poder, diferentemente da relação de violência⁵, pressupõe que os sujeitos, individuais ou coletivos, sejam “livres”, ou seja, que eles tenham “um campo de possibilidades em que diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer”. (FOUCAULT, 2013, p.289). Para Foucault, a escravidão é uma relação de violência, pois ao homem, nesta condição, não é dado nenhuma possibilidade de reagir à coação física praticada contra ele⁶. Já em uma relação de poder, a liberdade aparece como condição de existência desta relação, como se estes dois elementos fossem interdependentes, e estivessem em constante movimento; o poder, e a resistência a ele.

Nós, como pesquisadores, também estivemos enredados nesta relação de poder-saber que constituiu os discursos acerca do Projeto de Perímetro Irrigado. Isso não quer dizer, porém, que repetimos os discursos já estabelecidos acerca do projeto, mas tentamos resistir a ocupar este lugar. De que forma fizemos isso? Albuquerque Júnior (2011, p.32) nos deu uma pista, ao dizer que

a resistência que podemos exercer é dentro dessa própria rede de poder, não fora dela, com seu desabamento completo. O que podemos provocar são deslocamentos do poder que nos impõem um determinado lugar, que reserva para nós um certo espaço, que foi estabelecido historicamente, portanto, em movimento. Até que ponto a melhor forma de provocar um deslocamento nesse dispositivo e nesse saber é nos postarmos como o outro do poder, assumir a posição de sujeito vencido e discriminado? Não seria melhor se negar a ocupar este lugar?

Uma das possibilidades de nos negar a ocupar este lugar em que o discurso acerca do Projeto de Perímetro Irrigado quis nos colocar, é dar visibilidade a suas relações e a seu funcionamento, problematizando-os.

5 Segundo Foucault (2013, p.287), a relação de violência “age sobre um corpo, sobre as coisas: ela força, dobra, quebra, destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto a si, outro polo senão o da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la”.

6 Isso não quer dizer que não havia atos de resistência por parte dos escravizados, entretanto, o campo de possibilidades de ação de um escravizado era muito menor do que um homem livre, devido a sua condição. Para saber mais sobre os atos de resistência, na experiência da escravidão brasileira, ver CHALHOUB (1990).

Se designar os focos, denunciá-los, falar deles publicamente é uma luta, não é porque ninguém ainda tinha tido consciência disto, mas porque falar a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizem quem fez, o que fez, designar o alvo – é uma primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas (Foucault, 2013a, p.138-139)

Dito isso, reiteramos que o foco deste estudo consistiu na análise do discurso acerca do Projeto de Perímetro Irrigado, de como ele chegou a ser caracterizado como “Projeto da Morte” ou “Redenção Econômica”. Não tratamos de buscar uma verdade que supostamente estaria por detrás dessas duas caracterizações, mas as próprias regras que constituíram os discursos sobre o Projeto do Perímetro Irrigado.

Na esteira dessa perspectiva analítica, fizemos uma pesquisa documental e pesquisa de campo, esta última largamente baseada em entrevistas semiestruturadas. Nesse contexto, nosso *corpus* documental baseou-se principalmente no Dossiê-Denúncia (2012) produzido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), no Dossiê Perímetros Irrigados (2012) e, finalmente, também na discursividade produzida pelo movimento “Não ao projeto da morte”, este sediado em Apodi e com largo material textual armazenado em sítios eletrônicos e mídias sociais. Em nosso entender, a formação discursiva do “projeto da morte” atravessa os documentos citados e, por isso, justifica-se a sua análise no âmbito deste trabalho. Quanto ao *corpus* oral, corroboramos aqui com Duarte (2004, p. 215) quando a autora assim nos diz:

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados.

Entendemos que o melhor procedimento metodológico para a coleta dessas informações é a entrevista semiestruturada por meio de um roteiro, em virtude de que tal *modus* garante ao pesquisador duas coisas que consideramos importantes para o bom andamento da pesquisa: planejamento prévio e liberdade. Apoiando-nos em Duarte (2004, p. 216), “procuramos propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a provocar um discurso mais ou menos livre” sobre a temática que nos propusemos a analisar. Nesse sentido, para além das análises documentais, fizemos 3 entrevistas: uma com Agnaldo Fernandes (2017)

e Edilson Neto (2017), um então presidente e um ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR), respectivamente, e uma com o Professor João Paulo Medeiros, importante interlocutor da discursividade contrária ao agronegócio e favorável à agricultura familiar.

Em todos os casos, pedimos autorização expressa para citar os entrevistados nominalmente, sem pseudônimos, sem sigilos, pois entendemos que a natureza do trabalho impõe a explicitação do nome do indivíduo que fala e da situação social do sujeito atravessado pela discursividade do “projeto da morte”. Por isso, usamos os nomes reais quando citamos trechos de entrevistas.

Feitas as considerações das lentes teórico-metodológicas e do *cópus* analítico do presente estudo, na próxima seção falaremos sobre como foi historicamente datada e geograficamente localizada a disputa discursiva, destacando: a geografia da região alvo do Projeto de Perímetro Irrigado (Apodi/RN); o processo histórico da construção dos discursos acerca do Projeto; os agentes individuais e coletivos enredados na disputa discursiva.

3 A geograficidade do discurso – o palco do conflito

O município de Apodi é situado na mesorregião homogênea do oeste potiguar, no estado do Rio Grande do Norte (RN). Apodi conta com uma população aproximada de 35 mil habitantes (IBGE, 2017a), dos quais 50,4% são residentes na zona urbana, e 49,6% na zona rural do município. Esta informação já nos introduz a uma condição marcante do local, fundante para a produção discursiva de que trataremos: trata-se de uma circunscrição grande territorialmente – cerca de 1.600 km² (IBGE, 2017a) – com ampla população rural relativa – e, também, em termos absolutos, visto que a população rural de Apodi está entre as maiores do RN.

Esses números nos levariam a uma conclusão: Apodi é um município campestre e o seu Produto Interno Bruto (PIB) deverá ser, por coerência, especialmente para um leitor de outra região que esteja inicialmente se apropriando desses dados, predominantemente agrícola. Todavia, essa não é a realidade dos números da economia do município aferidos pelo IBGE (2017b): neles os serviços respondem por 56% do PIB; a indústria por 38,37% e a agropecuária é responsável somente por 5,63% de toda a riqueza gerada na localidade do Apodi. Em cifras absolutas, estamos falando de um PIB municipal total de cerca de R\$ 494.910.000,00, dos quais apenas R\$ 27.872.000,00 são originados da agropecuária (IBGE, 2017b).

Considerando que os setores secundário e terciário se referem às atividades econômicas geralmente urbanas, temos, grosso modo, em Apodi, uma zona rural com inexpressiva produtividade *per capita* menor, por exemplo, do que em Mossoró-RN, um dos maiores PIBs agrícolas do estado, mas que tem somente 8,7% de sua população morando na zona rural – o que equivale a cerca de 22 mil pessoas (IBGE, 2007a). Em Baraúna-RN, por sua vez, um município menor, com cerca de 24 mil habitantes, dos quais 37% vivem na zona rural, o PIB agrícola é duas vezes maior do que Apodi (IBGE, 2017b), em números absolutos. Ressalte-se que Mossoró e Baraúna são municípios, para a realidade do RN, dinâmicos economicamente, também geomorfologicamente localizados em área de Chapada do Apodi e têm, em números absolutos, respectivamente, PIB agrícola em torno de R\$ 133.257.000,00 e de R\$ 48.816.000,00 (IBGE, 2017b).

Ao trazermos outros dados do IBGE (2008), especialmente os contidos em pesquisa intitulada “Mapa de pobreza e desigualdade”, de 2003, a situação se tornará ainda mais interessante, pois chama-nos a atenção o elevado percentual de pessoas, no município de Apodi, que se auto classificam como pobres, ou, em outras palavras, o elevado índice de pobreza subjetiva do município, sendo este conceito assim compreendido:

(...) a pobreza subjetiva se apoia no sentimento de impotência e exclusão social. Os indivíduos acometidos por essa situação são definidos como aqueles cuja renda está abaixo do que eles consideram como o imprescindível para viver. Assim, a subjetividade do conceito está relacionada à opinião dos indivíduos sobre a cesta de bens e serviços necessária à satisfação pessoal e ao gozo da cidadania. Outro fator que caracteriza esta vertente de análise é a dificuldade de mobilidade social, dados os fatores psicológicos e as dificuldades materiais de superação de tal situação (ESPÍNOLA et al., 2010, p. 03).

Aparentemente, esse método de aferir a pobreza parece ser quantitativo, entretanto ele é bastante qualitativo, subjetivo, e nos ajuda a entender como o apodiense se enxerga quanto a essa questão em particular. Cerca de 69,14%, quase dois terços da população do município de Apodi, se autodenomina pobre, enquanto, por exemplo, em municípios como o de Baraúna-RN e Limoeiro do Norte-CE, onde o agronegócio está instalado já há alguns anos, esses percentuais são menores, da ordem de 64,38% e 47,2%, respectivamente. Embora a diferença entre os municípios de Apodi e de Baraúna não seja aparentemente tão díspar, Apodi é a quadragésima sétima cidade mais subjetivamente pobre do estado do RN, enquanto Baraúna é apenas octogésima sexta. Portanto, em índices relativos dentro do estado do RN, Baraúna é bem menos pobre do que Apodi.

Assim, temos que há uma sensação geral de pobreza em Apodi, o que, juntamente com a presença de um meio rural aparentemente improdutivo, são fatores - ou deveriam ser - considerados como elementos concretos e virtualmente potencializadores de um discurso que apoiasse a instalação de qualquer empreendimento econômico de grande porte na cidade.

Ocorre, no entanto, que os anos de 2012 a 2014, ao contrário, foram especialmente conturbados em Apodi: debates acalorados aconteciam em todos os espaços, desde a Câmara de Vereadores, passando pelas rádios e chegando às esquinas e às comunidades rurais. Não se falava em outra coisa, senão no então recente anúncio, realizado pelo DNOCS, da implantação do chamado Perímetro Irrigado de Santa Cruz do Apodi⁷, o qual, segundo o discurso oficial do citado órgão do governo, seria uma redenção econômica para a região e a inseriria nas cadeias produtivas nacionais e internacionais, globalizando-a e gerando empregos e desenvolvimento.

Para um observador externo, tudo faria muito sentido: um percentual elevado do município está localizado em área de Chapada do Apodi – onde, em outras cidades, como Assú/RN, Mossoró/RN, Baraúna/RN e Limoeiro do Norte/CE, há especial desenvolvimento econômico – e a área de irrigação está próxima a segunda maior barragem do estado do RN, a Barragem de Santa Cruz. Junte-se a isso a instalação, no local, de um campus agrário do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), criado pela Lei Federal 11.892 (BRASIL, 2008), equipado com uma fazenda escola com boa infraestrutura, e que à época do anúncio de instalação do perímetro, ofertava cursos técnicos em biocombustíveis, zootecnia e agricultura⁸, áreas de conhecimento que potencializariam o desenvolvimento de uma atividade agrícola moderna e com capacidade de agregar capital e tecnologia.

Logo, a chegada do investimento federal para a construção de um perímetro irrigado em Apodi, completaria, em tese, um ciclo de possibilidades: a) condições naturais, pois na localidade há água, sol e solo em relativa abundância; e b) qualidades econômicas estruturais, como mão-de-obra qualificada, tecnologia e investimento.

7 Em outubro de 2011, o DNOCS assinou contrato com a empresa de engenharia KL Serviços de Engenharia S/A, para a elaboração do projeto executivo e para supervisão das obras, da aquisição e da montagem de equipamentos para implantação da primeira etapa do perímetro irrigado (Dados da pesquisa, 2020).

8 Hoje, os cursos de agricultura e zootecnia foram fundidos em um só curso técnico de agropecuária, que além da estrutura de fazenda escola, conta ainda com a realização de diversos projetos de pesquisa financiados pelos órgãos de fomento federais, quase todos voltados para experimentação de técnicas de aumento da produtividade agrícola e animal no semiárido. O Campus do IFRN no município de Apodi ainda oferece os cursos técnicos de química, informática e o curso superior de licenciatura em química, perfazendo um total de cerca de 1.200 alunos regularmente matriculados. Há também cursos de extensão rural, como o Programa Mulheres Mil, voltado para a alfabetização de mulheres em situação de vulnerabilidade social (Dados da pesquisa, 2020).

Talvez por isso, um conjunto de atores locais, econômicos e políticos, começou a produzir, à época, enunciados de apoio ao projeto, tratando-o como uma necessidade para o desenvolvimento da região e citando sempre de forma positiva o exemplo de outros perímetros irrigados instalados no estado, como o de Cruzeta e o do Baixo-Assú, assim como um outro perímetro já inteiramente implantado na área da Chapada que pertence ao estado do Ceará, no município de Limoeiro do Norte (APODI FORTE, 2011). Inclusive, a imprensa local, constituída em duas emissoras de rádio e em vários blogs, deu larga vazão à expressão “redenção econômica”, sempre a utilizando para defender o perímetro irrigado como um modelo adequado para o desenvolvimento local, conforme é possível de se observar no título da matéria “Projeto de Irrigação Santa Cruz, a redenção da Chapada do Apodi” (FREITAS, 2014).

Esse tipo de modelo de desenvolvimento, vale lembrar, não é algo recente na história do Nordeste, nem tampouco inédito, conforme assim nos aponta Tavares (2011) ao nos dizer que desde os anos 60 a questão da chamada “fronteira agrícola”⁹ nordestina é colocada em discussão no Governo Federal, tendo sido uma de suas estratégias, desde sempre, a implantação da irrigação das bacias dos açudes do Nordeste, mediante uma política que possibilitasse a desapropriação daquelas áreas. Guardadas as devidas proporções e feito o devido deslocamento histórico, esse é o modelo apontado para o município de Apodi: instalação de um perímetro irrigado com base em desapropriação de terras e a partir da construção de um canal que retirará água da Barragem de Santa Cruz e a distribuirá pela extensão norte do município, em área de Chapada do Apodi.

Segundo o documento Dossiê-Denúncia (2012), produzido pela CUT, o supracitado projeto pretende desapropriar cerca de 13.855 há (treze mil oitocentos e cinquenta e cinco hectares) de terras, representando um investimento da ordem de R\$ 242.000.000,00 (duzentos e quarenta e dois milhões de reais), com verbas então vindas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

É nesse contexto que entra em cena uma robusta rede discursiva que se põe contrária à implantação do projeto de Perímetro Irrigado, apelidando-o pela forte alcunha de «projeto da morte». A partir daí, referido discurso começa a produzir sentidos e verdades próprios de um

9 O termo “fronteira agrícola” é de uso comum na Geografia, mormente nas áreas de estudo que se relacionam com gestão do território. É sempre utilizado no sentido de “área de expansão”. Portanto, “fronteira agrícola” é uma “área de expansão agrícola”. No caso específico da Chapada do Apodi, o sudeste da Chapada do Apodi, que também inclui outros municípios como Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Campo Grande, dentre outros, é a única área atual de expansão da fronteira agrícola. O norte da Chapada do Apodi, entre os municípios de Baraúna e Assú, passando por Mossoró, no RN, e o sudoeste, no Ceará, são regiões já integradas às cadeias produtivas do agronegócio (Dados da pesquisa, 2020).

movimento de resistência – ou, pelo menos, assim autoproclamado. Inaugura-se, em Apodi, um forte movimento organizado, articulado e intitulado «Não ao projeto da morte», que assim se caracteriza ele próprio:

Somos a resistência de um povo que diz NÃO ao “Perímetro Irrigado da Chapada do Apodi”, como chamamos: “PROJETO DA MORTE”.

(...) Uma ‘reforma agrária ao contrário’ que destruirá as práticas agroecológicas dos agricultores e agricultoras apodienses ao priorizar a monocultura e a exploração de grandes extensões de terra, com grande utilização de agrotóxicos, causando diversos problemas aos recursos naturais e à vida humana. Representará, também, implosão de um grave problema social, já que as indenizações a serem pagas aos agricultores serão em valores ínfimos, impossibilitando-os de ter nova moradia e outra forma de sustento. Somos todos camponeses e camponesas: NÃO AO “PROJETO DA MORTE” NA CHAPADA DO APODI! (RESISTÊNCIA DE APODI, 2017)

Neste cenário, as desapropriações começam a acontecer, o projeto vai se tornando uma realidade inexpugnável, impressa na paisagem. Lentamente, um clima de descontentamento se instala e enunciados do tipo “vamos lutar, vamos resistir, vamos pensar melhor em quem vamos colocar no poder”, “a nossa luta é todo dia, a Chapada do Apodi não é mercadoria”, “lutar e resistir pela Chapada Apodi” (SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE APODI-RN; COMUNIDADES RURAIS DA CHAPADA DO APODI-RN, 2012), começam a circular freneticamente na cidade. Grupos sociais organizados dão corpo ao movimento “Não ao projeto da morte”, o qual é composto pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (STTR), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Mossoró, dentre outros, além de um forte aporte de intelectualidade de universidades próximas – mormente, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Universidade Federal Rural do Semiárido, (UFERSA), Universidade Federal do Ceará (UFC) e, em menor escala, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), todos integrando o chamado e autoproclamado “movimento de resistência”.

Designados alguns focos de poder da disputa discursiva acerca do Projeto de Perímetro Irrigado, vamos, na próxima seção, voltar a nossa análise para o interior do discurso, evidenciando quais as estratégias foram utilizadas para compor a versão da “Redenção” econômica e do “Projeto da morte”.

4 As estratégias discursivas, a disputa pela “verdade” e o Território: filigranas necessárias para a compreensão da questão do Apodi.

De forma a entender como os discursos se organizam na história, Foucault lança mão de algumas hipóteses de análise, em seu livro *Arqueologia do saber*. Segundo ele,

discursos, como a economia, a medicina, a gramática, a ciência dos seres vivos, dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos reagrupamentos de objetos, a certos tipos de enunciação, que formam, segundo seu grau de coerência, de rigor e de estabilidade, temas ou teorias. [...] Qualquer que seja seu nível formal, chamaremos, convencionalmente, de “estratégias” esses temas e essas teorias. [...] o problema é saber como se distribuem na história. Será por um determinismo que as encadeia, as torna inevitáveis, as chama exatamente a seu lugar, umas após as outras, e, de fato, como as soluções sucessivas de um único e mesmo problema? Ou por encontros aleatórios entre ideias de origem diversa, influências, descobertas, climas especulativos, modelos teóricos que a paciência ou o gênio dos indivíduos disporia em conjuntos mais ou menos bem constituídos? A menos que seja possível encontrar entre elas uma regularidade e que sejamos capazes de definir o sistema comum de sua formação. (FOUCAULT, 2014, p.76)

Para entender a organização discursiva, ou melhor dizendo, as estratégias que constituíram os conceitos do Projeto de Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi/RN como “Redenção” econômica, ou como “Projeto da Morte”, utilizaremos a segunda hipótese descrita na citação acima. Entendemos que ideias de origem diversa foram articuladas por alguns indivíduos, movimentos sociais e instituições, e a organização dessas ideias geraram duas versões diferentes sobre o referido projeto. Nestas duas versões, o termo em disputa que as une em um sistema comum de formação é o entendimento sobre a relação dos sujeitos com a terra. Veremos a seguir, como as duas formações discursivas articulam sentidos sobre a relação com a terra, de forma a criar as suas próprias verdades acerca do acontecimento do Projeto.

É cediço que Apodi não é o primeiro ponto do Nordeste a receber esse tipo de intervenção sócio espacial, ao contrário, inúmeras outras áreas nordestinas com condições¹⁰ -sociais, econômicas, espaciais - análogas tiveram a instalação de perímetros irrigados como uma estratégia adotada pelo Estado para o combate aos efeitos da seca e do subdesenvolvimento econômico, de forma a integrar a região no mercado nacional e global. Segundo Gomes (1979), a instalação de perímetros irrigados como estratégia de desenvolvimento e integração tem sido pronunciada

10 Uma região na qual predomina o clima semiárido, acometida de secas periódicas, posicionada nas adjacências do vale úmido do Rio Apodi, onde se pretende seja implantado um perímetro de irrigação que, nas palavras do DNOCS (2012), se quer ver colonizada e integrada às cadeias produtivas nacionais e internacionais.

nos discursos oficiais desde 1906, quando foi inaugurado o açude do Cedro, em Quixadá, no Ceará, com uma rede de 50km de canais de irrigação.

Esse modelo de desenvolvimento tem como um de seus grandes intérpretes o economista brasileiro Celso Furtado, que em suas teses defendia a ideia da liderança do Estado na promoção do desenvolvimento, através de investimentos em setores estratégicos e, sobretudo, do planejamento econômico. Segundo Bielchowsky (1995), Celso Furtado não vislumbrava a possibilidade de em um país como o Brasil, haver desenvolvimento econômico espontâneo. Para Furtado, segundo a interpretação de Bielchowsky, é somente através da coordenação estatal que se poderá internalizar os centros de decisão sobre os destinos da economia brasileira e romper com as relações de submissão ao comando tradicional dos países desenvolvidos; ou seja, só através de dedicada ação estatal seria possível a emancipação econômica nacional.

Como metodologia para atingir esse desenvolvimento nacional, Furtado lutou pela implantação de duas necessidades básicas para o Brasil, a saber: a adoção de um projeto de desconcentração espacial da renda, na qual caberia ao Estado, por meio dos órgãos de desenvolvimento regional, a tarefa de fomentar o desenvolvimento das regiões do país; a realização de uma ampla reforma agrária, sendo esta uma das chamadas “reformas de base”, defendidas no governo do presidente João Goulart, do qual Furtado foi ministro.

Desconcentração espacial da renda, pois, é na década de 50 que houve a construção de institucionalidades – e de discursos – voltados para a problemática do desenvolvimento regional do Brasil. Segundo Santos e Silveira (2005, p.36-37):

Uma transição pode ser observada, entre o período anterior, herança da época colonial pré-mecânica, e a verdadeira integração nacional. Esse período de transição teve, regionalmente, expressão e duração diferentes. **Mas, para o conjunto do país, pode-se situá-lo entre o começo do século XX e a década de 1940.** É então que se estabelece uma rede brasileira de cidades, com uma hierarquia nacional e com os primórdios da precedência do urbanismo interior sobre o urbanismo de fachada. É, simultaneamente, um começo de integração nacional e um início da hegemonia de São Paulo, com o crescimento industrial do país e a formação de um esboço de mercado territorial localizado no Centro-Sul (grifos nossos).

Na esteira disso, enquanto a região Sudeste, mais especificamente o Estado de São Paulo, desenvolveu um crescimento industrial intenso entre o começo do século XX e a década de 1940, a região Nordeste estagnou economicamente, trazendo a necessidade da criação de institucionalidades específicas de fomento ao desenvolvimento regional, como foi o caso da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A criação destas institucionalidades,

também foi calçada em elementos discursivos e não-discursivos que constituíram todo um imaginário do Nordeste como uma região atrasada, subdesenvolvida, arcaica¹¹, que deveria ser integrada à modernidade por meio de políticas nacionais.

Uma das políticas de integração da região Nordeste esteve relacionada à organização econômica do uso da terra, por meio dos projetos de irrigação, que visavam maximizar a produção no campo, integrando a região, primeiramente ao Brasil, para depois ao mundo. Talvez aí esteja a raiz do tipo de pensamento – ou discurso - indutor da instalação do perímetro irrigado de Apodi: para os que advogam favoravelmente à instalação do projeto, trata-se, claramente, de uma região não integrada; a promessa de instalação do perímetro, portanto, seria integrá-la, assim redimindo-a, visto que o caminho para o desenvolvimento seria a busca por um processo de homogeneização dessas estruturas mediante o processo de industrialização.

Ora, se analisarmos um pouco mais profundamente, o projeto federal para a irrigação da Chapada do Apodi é, em nosso sentir, embora apresentado em 2012 e mesmo a despeito de se precisar guardar todas as devidas proporções e diferenças entre os momentos históricos, uma materialização dessas premissas. A instalação do projeto se pretende como uma intervenção do Estado Nacional – com fins redistributivos da renda no espaço nacional – numa ordem econômica local tida pelos defensores da instalação do perímetro como atrasada, não integrada ou, nas palavras de Furtado (2003), pré-capitalista.

Nesse sentido, o Projeto Executivo do Perímetro Irrigado, em suas páginas iniciais, quando descreve a região e fornece dados naturais, econômicos e sociais dos municípios de Apodi e Felipe Guerra¹² que justifiquem a implantação do empreendimento governamental na Chapada, assim nos diz:

Conforme pode ser observado no Gráfico 3.1, o setor serviços é, em Apodi, o mais importante, representando 51,47% do total. Já em Felipe Guerra, **surpreendentemente**, o setor secundário é o principal componente do PIB. **A produção agropecuária nos dois municípios não é de grande importância**, significando, apenas, 19,21% do PIB em Apodi e 7,99% em Felipe Guerra (DNOCS, 2012, p. 34-35) (Grifos nossos).

Observem que é “surpreendente” que o setor secundário seja o ponto mais forte da economia felipense, uma vez que o normal é que o semiárido seja um ponto desindustrializado.

11 Para se aprofundar mais sobre o assunto, sugerimos a obra de Albuquerque Júnior (2011).

12 Município potiguar limítrofe a Apodi e também atingido pelas obras do perímetro.

Além disso, e, mais importante, na argumentação do DNOCS o setor agropecuário, não tem grande importância na economia local. Um pouco mais a frente, dentro do mesmo documento, o órgão do governo chega mesmo a dizer que, em Felipe Guerra, a agricultura tem importância reduzida (DNOCS, 2012). Além disso, quanto à estrutura fundiária de Apodi e Felipe Guerra, o Projeto Executivo assim a define:

De forma semelhante ao que ocorre em todo o Nordeste, a concentração da propriedade e do acesso à terra é muito concentrada. A estrutura fundiária no município de Apodi é classificada como fortemente concentrada, com índice de Gini entre 0,701 e 0,900. Em Felipe Guerra, a concentração é classificada com forte, com índice de Gini entre 0,501 e 0,700 (DNOCS, 2012, p. 34).

O Projeto Executivo do DNOCS descreve a Chapada do Apodi, portanto, como uma área de economia pré-capitalista e de grande concentração fundiária. Desta forma, o projeto do DNOCS se coloca como um instrumento de reorganização do uso da terra, de forma a maximizar a produção agrícola da região. Dito isso, é interessante percebermos que a relação com a terra, que circula nos documentos do DNOCS e dos partidários da “Redenção”, é puramente econômica, ela desconsidera qualquer organização do uso da terra já feita pelos produtores locais, ignorando o impacto que o projeto traria na vida dos sujeitos da região. Para a ordem capitalista e globalizante, que fundamenta o projeto do DNOCS, a economia seria o mais importante, a maximização da produção, os resultados numéricos no PIB nacional, uma suposta entrada da região na modernidade capitalista estaria acima da vida dos sujeitos apodienses e felipenses. Nesse aspecto, o caso do projeto de perímetro irrigado na região de Santa Cruz do Apodi/RN não é uma exceção, mas uma regra, como diz Diniz (1999, p.85):

[...] atrás desse discurso de democratizar o acesso à terra, estava o interesse econômico em modernizar as relações de produção no campo, pois tem-se observado que, na prática, o número de famílias expulsas das áreas desapropriadas para implantação dos Perímetros Irrigados é superior às famílias selecionadas como irrigantes (DINIZ, 1999, p. 85).

Na mesma linha de raciocínio de Diniz (1999), os partidários do “projeto da morte” já denunciavam os efeitos do projeto quando o acusavam de “reforma agrária às avessas” e produtora de uma “modernização dolorosa”, como é o caso do Sr. Francisco Edilson Neto, camponês de Apodi. Segundo ele,

[...] Lá em Apodi tem muitas comunidades camponesas que o pessoal usa a terra **não como um negócio, mas como vida**. Portanto, o “projeto da morte”, você sabe, **agricultor sem terra é agricultor morto**. Nada mais do que justo chamá-lo de “projeto da morte” por que projeto que tira terra de camponeses não tinha outro nome para a gente dar [...] (Grifos nossos) (informação verbal)¹³.

A partir da fala do Sr. Francisco já podemos perceber um ponto de inflexão importante da disputa entre as duas formações discursivas. Enquanto a formação discursiva da “Redenção” econômica foca em uma relação mais econômica com o uso da terra, como se ela fosse somente um instrumento de produção da mercadoria para reprodução do capital, os partidários do “Projeto da Morte” entendem a relação do camponês com a terra para além de elementos puramente econômicos. O agricultor, segundo os defensores da ideia do “Projeto da Morte”, estabelece uma relação identitária com a terra, de orgulho, de pertencimento e de estilo de vida (da agricultura familiar), como é observado na fala do Sr. Francisco Fernandes, que contrapõe o ideal de globalização econômica e cultura que o Projeto do DNOCS simboliza – com o seu estilo de vida:

[...] porque agricultura familiar, para nós, aqui no município de Apodi, vai além dessa questão produtivista, da produção da terra, (pois) é um modo de vida. Se a gente for nas comunidades onde as empresas se instalaram, às 6 horas o pessoal não vive mais nas calçadas e isso (também) é agricultura familiar, você tem prazer de estar trocando ideias, é lazer para nós também [...] (informação verbal)¹⁴.

É importante dizer que essa outra relação com a terra que circulou entre os partidários do “Projeto da Morte”, é também calçada em uma ampla discussão¹⁵ na área da Geografia e da Ciência política sobre o conceito de território. *É largamente sabido que na geografia tradicional o indivíduo não existe como ser autônomo. Ele parece executar o que as estruturas ambientais, econômicas ou histórico-culturais teriam determinado para o espaço em que vive* (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2012).

Em comparação com a visão tradicional, há uma inversão: os sujeitos constroem os territórios, ele é resultado de uma ação – do uso (SANTOS, 2000) – e não o contrário. O território é revisto porque o sujeito é revisto ou, mais do que isso, precisa ser revisto para que o sujeito

13 Entrevista concedida por EDILSON NETO, Francisco. Entrevista 2. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (28 min 09 s).

14 Entrevista concedida por FERNANDES, Francisco Agnaldo de Oliveira. **Entrevista 3**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (01 h 03 min 53 s).

15 Para mais detalhes sobre essa discussão, ver SANTOS (2018), especificamente no capítulo 4, seção 3.

ocupe uma centralidade que antes não ocupava e para que, assim, se possam construir discursividades tão eloquentes e intensas como as da pedagogia do território e do “projeto da morte”. Caminhamos, assim, para a ideia de que é o uso do território pelos sujeitos, e não o território em si mesmo, que faz dele elemento substantivo das novas análises (SANTOS, 2005).

Sobre essa discussão – de um território que se apresenta como uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica, Milton Santos (2000, p. 26) nos dá importante pista dos traços que a refundação do conceito de território seguiu e de como é possível, segundo essa nova discursividade, estudá-lo atualmente:

[...] não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores. O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado; e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual. **De fato, cada momento da ação social inclui a Terra e os homens sobre os quais tal ação se realiza. E essa ação seria outra se outros fossem o território e o seu uso** (Grifos nossos).

Observem que essa visão sobre o conceito de território é ativa, como dito, inclui movimento e “ação social”. A relação do homem com o território não é meramente a relação com uma terra inerte, frígida, ao contrário, é uma relação cheia de valor, sobretudo na medida em que existe um diálogo permanente com um território - que é usado, composto por objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 2005) – mesmo que tal relação – do homem com o território – não seja nunca direta, mas eventualmente mediada por uma herança social – por um discurso.

É exatamente essa possibilidade teórica, no âmbito do discurso científico da Geografia, que tornou admissível, por exemplo, a seguinte elocução do Prof. João Paulo Medeiros:

Entrevistador – Me fale sobre essa sua concepção de território, pois você fala que prefere usar o termo território ao termo terra. Por que?

Entrevistado – A terminologia terra, creio eu, que ela foi ressignificada, né? Então terra, na minha leitura, quer dizer um bem, necessariamente, físico com valor econômico, de você comprar um pedaço de terra, de você vender um pedaço de terra. **O território é esse bem físico com valor espiritual, com valor subjetivo, como valor cultural, então, território é o espaço onde sua família morou durante 50 anos, o território é onde você casou, onde os seus ancestrais estão enterrados, onde foi criada aquela música, então isso pra mim é concepção de território. E pra mim, e mais que pra mim, a maioria dos povos que tem relação com a terra e com o território, né? (...)** Então a terra, ela sai de um valor de bem, de mercadoria entra em um valor subjetivo e de espiritualidade. (Grifos nossos, informação verbal)¹⁶.

16 Entrevista concedida por MEDEIROS, João Paulo do Vale de. **Entrevista 5**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (28 min 46 s).

A descentração¹⁷ do conceito de território, ocorrida no bojo da crise da geografia e das humanidades, é toda discursivamente construída no sentido de extraí-lo – o conceito de território – da condição de uma estrutura externa à ação humana, uma fonte de restrição à livre iniciativa do sujeito independentemente constituído (GIDDENS, 2003) para, agora, enunciá-lo como uma construção dinâmica efetuada diretamente pelos sujeitos em sua luta diária. Somente assim, seria possível entender o território em seu aspecto humano, simbólico, identitário; construções essas feitas pelos partidários do “Projeto da Morte”, inclusive em seminários promovidos pelo STTR, de forma a contrapor o discurso do projeto como “Redenção” econômica:

O Sindicato dos Trabalhadores e das trabalhadoras Rurais de Apodi irá realizar nos próximos dias 10 e 11 de maio, o Seminário: EM DEFESA DOS TERRITÓRIOS CAMPONESES E DO BEM VIVER FRENTE À EXPANSÃO DO CAPITAL. [...] Para o presidente do Sindicato Agnaldo Fernandes, **nesse momento de ataque do Capital aos nossos territórios**, mais do que nunca se faz necessária união em defesa do campesinato. O Seminário contará com a participação do companheiro Roberto Malvezzi (Gogó), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nacional, que participará do debate de abertura, que vai discutir **Os conflitos territoriais na Chapada do Apodi dentro do contexto global de ameaças do capital às comunidades camponesas** (Grifos nossos).

É notável como um conceito – território – gestado há séculos no âmbito da Geografia, pôde descentrar-se – ou voltar, reinaugurar-se – de tal forma no decorrer da história que possa, hoje em dia, ser um instrumento tão útil, seja como metodologia de análise para alguns pesquisadores, seja como ferramenta fundamental na produção de um discurso que sirva para legitimar e embasar uma resistência – legítima – como a do Apodi.

5 Considerações Finais

Ao nos aproximamos do *projeto da morte*, percebemos que sua narrativa opera, percebe, descreve e inscreve uma dada maneira de ver e de fazer crer que vê as representações sobre a instalação do perímetro irrigado na Chapada do Apodi. Isso faz a referida região/território ser sentida e percebida não só pela preponderância de uma paisagem rural do semiárido – com

17 O termo “descentração”, aqui utilizado, é inspirado no uso que Stuart Hall (2006) faz desse termo quando estuda e disserta sobre a “descentração” do sujeito na pós-modernidade. Refere-se, basicamente, a um processo de deslocamento, recriação ou refundação de um determinado conceito após uma fase de crise ou de “fragmentação” das visões tradicionais.

posta pela caatinga, pelas casas dos agricultores, pelas suas culturas agrícolas -, mas pelas mil e uma maneiras de descrevê-la, de relatá-la, de historicizá-la (COSTA, 2012). É também dizer, que os agricultores do Apodi, por meio de suas organizações sindicais e de demais outros movimentos camponeses, foram capazes de produzir uma discursividade hábil para fazer frente, inclusive do ponto de vista do discurso científico, à sedução que a redenção econômica representava. Nesse sentido, é sintomático que tenha sido escolhido o elemento morte como qualitativo para projeto, pois esta, na fala dos resistentes, ocorrerá seja pela perda da terra, trazida pelas desapropriações; seja pela extinção de seu jeito de produzir, segundo os resistentes incompatível com o agronegócio; seja pela vinda dos agrotóxicos, tudo o que, para eles, o perímetro irrigado simboliza.

Nesse contexto, a primeira impressão que a incursão no objeto de estudo dessa dissertação nos causou e, ao final, é também a sua derradeira e mais forte, é de que toda a construção discursiva do “projeto da morte” é no sentido de criar nos sujeitos atravessados por ele laços de pertencimento a uma causa e a uma resistência. Mais do que isso, é no sentido mesmo de criar sujeitos que se sintam livres e ativos na produção de seu fazer, de sua identidade, e que digam resistindo: a Chapada do Apodi é – não um lugar, uma região, um espaço, mas um – território camponês, com todas as implicações de sentido que o uso desse termo carrega consigo hodiernamente.

O nosso objeto claramente se desenvolve a partir de relações de poder espacialmente delimitadas, que operam sobre um substrato referencial (SOUZA, 2001) e jamais poderíamos compreendê-lo sem levar em conta também a sua territorialidade, suas formas de territorialização por um discurso, por um estilo de vida, por um *modus* próprio que se materializa em práticas – discursivas e não discursivas – que constroem o sujeito camponês do *projeto da morte* e que é, por sua vez, não só discursivo e identitário, mas também territorializado. Em outras palavras, o poder não é, necessariamente, somente repressão, somente uma negativa, mas algo que permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso tal qual uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social (FOUCAULT, 2012). Assim, ainda que eventualmente tenhamos o movimento como uma resistência, isso não o descaracteriza como uma estratégia de poder que cria verdades, identidades e sujeitos, mas, ao contrário, justamente reforça essa posição.

Na realização do nosso trabalho, o primeiro desafio a que tivemos de responder foi a problemática da escala. Como pretendíamos usar Foucault como embasamento teórico, ouvimos muitas críticas – sobretudo de historiadores – no sentido de que o método arqueológico somente se aplicava a objetos com larga dimensão temporal e espacial, como as ciências, por exemplo, por serem estas “um domínio em que as relações fossem numerosas, densas e relativamente

fáceis de descrever” (FOUCAULT, 2013, p. 36). Ocorre, que o próprio Foucault (2013) sempre deixou claro que a análise dos acontecimentos discursivos não está, de maneira alguma, limitada somente à análise das ciências, não podendo ser esse o único recorte possível, considerado como definitivo, nem como eternamente válido de forma absoluta.

Entendemos que por se tratar essa pesquisa, originalmente, de uma dissertação para um programa de mestrado, que precisa ter objeto bem definido e pouco tempo para a sua execução, o objeto que propomos é de tamanho e de escala adequados, pois, como o próprio Foucault (2012, p.40) assevera, é preciso se considerar que “há todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm, cada um deles, necessariamente o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos”.

Além disso, é dentro do arquivo que o sujeito fala e este jamais poderá ter acesso ao arquivo como um todo, mas somente a recortes, fragmentos deste. Por isso, para a constituição de um *corpus* para análise, é necessário proceder ao recorte de enunciados, a partir de dada especificidade, no interior do arquivo, que é rarefeito e limitado (FERNANDES, 2012). Para Courtine (2009), o *corpus* pode ser: a) uma sequência discursiva ou várias sequências discursivas; b) constituído de sequências discursivas produzidas por um locutor ou por vários locutores; c) produzido a partir de posições ideológicas homogêneas ou heterogêneas; d) caracterizado por sequências discursivas em sincronia ou em diacronia. O autor ainda nos informa que o *corpus* poderá ser simples ou complexo e formado por textos pré-existentes ao trabalho – como o Dossiê-Denúncia (2012) – ou experimentais, produzidos a partir de pesquisas empíricas por questionários, como as nove entrevistas semiestruturadas que realizamos (COURTINE, 2009).

Dito isto, dada a enorme variedade de *corpus* possíveis, é perfeitamente viável – e a realização não só deste trabalho, mas de outros como o de Costa (2012) e de o Albuquerque Júnior (2011) nos mostraram isso – a construção de uma análise discursiva a partir de um objeto mais restrito no tempo e no espaço, como é a questão do Apodi/RN, por exemplo, quando comparada com outros acontecimentos arqueológicos de maior monta. Portanto, demos como superada essa questão e avançamos para a escrita dessas páginas como os leitores ora as conhecem.

Caminhando para uma etapa mais de prognósticos, entendemos que conforme – e se - as condições contextuais do local forem mudando ao decorrer do tempo, é possível que surja em Apodi, a partir das mesmas instituições, técnicas, grupos sociais e organizações perceptivas (FOUCAULT, 2013), uma forte discursividade regida pelas mesmas regras que hoje regem o “projeto da morte”, mas que não precise, necessariamente, se referir ao signo *morte* para se estabelecer enquanto formação discursiva. Isso poderá ocorrer no momento em que o projeto

do DNOCS não mais exista como elemento concreto da paisagem – atualmente a implantação do perímetro está parada -, mas somente como memória. O que há, hoje, na porção norte do município de Apodi é a implantação do agronegócio não por meio de um órgão oficial do governo, mas por meio de iniciativa própria de algumas empresas do agronegócio com atuação no RN e no CE.

Esse fato foi atestado quando das atividades de campo, por Agnaldo (FERNANDES, 2017). Para ele, resistiu-se ao “Projeto da Morte” porque era fácil de identificar o DNOCS e o Governo Federal, por todo o aparato institucional que estes simbolizavam. Já as empresas, ao seu turno, começam suas atividades sem chamar muita atenção, prospectando os recursos hídricos da região e arrematando mão-de-obra. É somente depois de instalada que a atividade empresarial se torna palpável, “mas aí o estrago [já] está feito, desmatou, furou os poços e se aproveitou da seca para dizer que ia trazer geração de renda” (FERNANDES, 2017).

Por outro lado, malgrado tenha o entrevistado reconhecido a dificuldade de se fazer uma resistência às empresas, percebemos que as condições de possibilidade discursiva estão dadas para a resistência futura. Inclusive, Carvalho (2017) chegou à conclusão semelhante, afirmando que os conflitos, as resistências – e, para nós, os discursos de morte - se potencializam, tendo em vista que o agronegócio não será eliminado e a convivência entre os dois modelos de produção parece ser bastante conflituosa. Todos os nossos entrevistados e todos os trabalhos científicos escritos sob o olhar dos resistentes afirmam categoricamente ser impossível a convivência harmoniosa, num mesmo território, dos dois modelos de produção.

Particularmente, embora esse não seja o esboço de nossa pesquisa, não nos escusaremos de aqui deixar uma provocação final: essa não é a nossa posição, não cremos na necessária antinomia “agronegócio” x “agricultura familiar”. Na verdade, o que visualizamos no campo, para além de tudo o que já foi dito sobre a organização política e sobre a identificação dos sujeitos agricultores, foi, do ponto de vista das condições materiais dos resistentes, uma completa alienação das técnicas modernas de produção, além de grande vulnerabilidade social. É claro que não temos, nesse momento, o aprofundamento teórico necessário para aqui dissertarmos um pouco sobre as possibilidades da agricultura familiar ser também um agronegócio – este não concentrador de terras, não necessariamente gerado pela chegada de empresas e pessoas de fora do território, e sim gerado a partir dos próprios homens e mulheres do Apodi. Mas, mesmo assim, dizemos que uma outra globalização é possível segundo Milton Santos (2011, p. 20),

As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que o grande capital se apoia para construir a globalização perversa de que falamos

acima. **Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos.** Parece que as condições históricas do fim do século XX apontavam para esta última possibilidade. **Tais novas condições tanto se dão no plano empírico quanto no plano teórico** (grifos nossos).

Novos trabalhos teóricos – inclusive engajados – poderão surgir no sentido de dizer: vamos nós, agricultores da Chapada nos globalizarmos, agregar valor ao nosso produto e inseri-lo nos mercados, sem poluir, sem destruir o ambiente e em consonância com as possibilidades do semiárido, assim acumulando capital e reinvestindo-o em nosso modelo de produção para aprimorá-lo e torná-lo um *case* de sucesso numa outra globalização possível. Certamente, o Estado terá papel importante na construção de um outro modelo aceitável de irrigação e de desenvolvimento, mas isso – como de costume em Apodi/RN – não se fará sem lutas, sem discursos e sem resistências.

Reconhecemos que essa alternativa é uma utopia, mas não poderíamos fazer essas considerações finais sem esboçá-la, indicando ser este aquele que, no nosso sentir, é o grande desafio dos próximos anos para os que resistem.

6 Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes.** 5ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

APODI FORTE. 2011. **Presidente da CDL de Apodi defende Projeto de Irrigação da Chapada do Apodi.** Disponível em: <<http://apodiforte.blogspot.com.br/2011/12/presidente-da-cdl-de-apodi-defende.html>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

BERDOULAY, Vincent; ENTRIKIN, Nicholas. Lugar e sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Orgs). **Qual o espaço do lugar:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BIELCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro:** o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto Editora, 1995.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 01 nov. 2017.

CARVALHO, Hugo Garbênio de. **Do pó do sertão ao “oásis da nova era”**: agricultura familiar e agronegócio na chapada do Apodi-RN. 2017. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Bruno Balbino. **Mossoró não cabe num livro**: Luiz da Câmara Cascudo, o historiador da cidade. João Pessoa: Ideia, 2012.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Cristina de Campos Velho Birck, Didier Martin, Maria Lúcia meregalli, Maria Regina Borges Osório, Sandra Dias Loguércio e Vincent Leclercq. São Paulo: Edufscar, 2009.

DINIZ, Aldiva Sales. A intervenção do Estado e as relações de poder na construção dos perímetros irrigados do Nordeste. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, ano 01, nº 01, p. 81 a 90, 1999. Disponível em: < <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/44>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

DNOCS. DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Projeto executivo e supervisão das obras, da aquisição e da montagem de equipamentos para implantação do perímetro de irrigação Santa Cruz do Apodi, primeira etapa com 5.200 ha, no estado do Rio Grande do Norte**. Fortaleza, 2012. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida de <milton.sousa@dnocs.gov.br> em 06 out. 2016.

DOSSIÊ-DENÚNCIA. **“projeto da morte”**: Projeto de Irrigação Santa Cruz do Apodi. Mossoró, RN, 2012. Disponível em: <<http://2013.cut.org.br/sistema/ck/files/dossie.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS. 2012. Disponível em: <<https://dossieperimetrosirrigados.wordpress.com/>>. Acesso em: 01 out. 2017.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, nº 24, p. 213-225. 2004. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

EDILSON NETO, Francisco. **Entrevista 2**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (28 min 09 s).

FERNANDES, Francisco Agnaldo. **Entrevista 3**. Entrevistador: Raul Nogueira Santos. Apodi, 2017. 1 arquivo .mp3 (01 h 03 min 53 s).

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. O que é a crítica? In: BIROLI, Flávia; ALVAREZ, Marcos César (org.). **Michel Foucault: histórias e destinos de um pensamento**. Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências, v.9, n.1, Marília: UNESP, 2000.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. Genealogia e poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013a.

_____. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013b.

_____. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FREITAS, Josias. **Projeto de Irrigação Santa Cruz, a redenção da Chapada do Apodi**. Blog do Josias Freitas. 22/11/2014. Disponível em: <<http://josiasfreitas.blogspot.com.br/2014/11/projeto-de-irrigacao-santa-cruz.html>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMES, Gustavo Maia. A política de irrigação no Nordeste: intenções e resultados. **Pesquisa, Planejamento, Economia**. Rio de Janeiro, 9, (2), Páginas 411 a 446, ago. 1979. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/525/468>>. Acesso em: 01 ago. 2017

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de pobreza e desigualdade – municípios brasileiros – 2003**. 2008. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/30IRM>>. Acesso em: 03 out. 2017.

_____. **População estimada**: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência em 1º de julho

de 2017. 2017a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/panorama>>. Acesso em: 01 out. 2017.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2017b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/pesquisa/38/46996>>. Acesso em: 02 out. 2017.

NÃO AO “PROJETO DA MORTE”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/NaoAoProjetoDaMorte>>. Acesso em: 01 abr, 2017.

RESISTÊNCIA DE APODI. **Não ao “projeto da morte”**. Disponível em: <<http://naoaoprojetodamorteapodi.blogspot.com.br>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**. Tradução de Anderson Alexandre da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, Raul Nogueira. **VERDADE, PODER E DISCURSO: o projeto da morte de Santa Cruz de Apodi RN**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, 2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE APODI-RN; COMUNIDADES RURAIS DA CHAPADA DO APODI-RN. **Carta da Chapada do Apodi/RN**. Dossiê Perímetros Irrigados. 03/10/2012. Disponível em: <<https://dossieperimetrosirrigados.net/vozes-dos-territorios/carta-da-chapada-do-apodirn>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

SOUZA, Marcelo José. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77 a 116.

TAVARES, Hermes Magalhães. Desenvolvimento, região e poder regional: a visão de Celso Furtado. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, PE, V. 13, n. 02, p. 11 a 26, novembro de 2011. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/392>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

UNGER, Roberto Mangabeira. **O desenvolvimento do Nordeste como projeto nacional**: um esboço. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2009. Disponível em: <<http://www.robertounger.com/pt/wp-content/uploads/2017/01/o-desenvolvimento-do-nordeste-como-projeto-nacional.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

4 - PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO COOPERATIVISMO: O CASO DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE APODI/RN

Katson Fernandes
Maria Betânia Ribeiro Torres

1 Introdução

O cooperativismo, desde a década de 1940, começa a ter sua organização em Apodi com a Cooperativa Regional Mista de Apodi, fundada em 30 de dezembro de 1940. Esta acabou falindo e, em 1967, surgem mais duas: a Cooperativa dos Cerealistas de Apodi Ltda. e a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais (PACHECO; BAUMANN, 2006). Percebe-se, então, que as populações rurais de Apodi, desde muito tempo, encontram-se entrelaçadas a processos de criação de organizações para melhoria da vida rural.

O rural, enquanto espaço de vida, como afirma Wanderley (2009), apresenta uma diversidade de situações em que as populações rurais estão relacionadas, ao mesmo tempo em que são protagonistas de significativas transformações nesse rural.

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa de mestrado intitulada “Cooperativismo rural e desenvolvimento sustentável: um estudo de caso da Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi-COOAFAP, Apodi/RN”. O seu objetivo é discutir a sustentabilidade das práticas agrícolas e as relações de trabalho na COOAFAP/Apodi.

A motivação para a escolha da COOAFAP como objeto de estudo decorreu das seguintes razões: 1) trata-se de uma cooperativa rural que atua na organização de trabalhadores(as) rurais e realiza atividades da agricultura familiar de base agroecológica; 2) fundada em 2001, foi uma das primeiras cooperativas de agricultores e agricultoras rurais de Apodi; 3) encontra-se em pleno funcionamento, com 435 cooperados¹ e tem como missão desenvolver a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável (COOAFAP, 2019). Realizou-se uma pesquisa qualitativa, com membros da COOAFAP/RN, agricultores e agricultoras rurais cooperados e com representante do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Apodi (STTR).

¹ Informações colhidas na entrevista com a presidente da cooperativa em 28 de junho de 2019.

2 COOAFAP: Agricultura, agroecologia e a convivência com o semiárido

O avanço da globalização, a tecnologia, o aumento populacional e a ocupação de novos territórios influenciaram para que o rural e, conseqüentemente, a agricultura, também fossem alcançados por transformações:

Hoje, os estabelecimentos são, na maioria das vezes, inteiramente especializados num número muito reduzido de produções particularmente rentáveis. São equipadas com tratores pesados e grandes máquinas, fazem maciçamente apelo aos adubos minerais, aos produtos fitossanitários, aos alimentos do gado, a variedades de plantas e raças de animais altamente selecionados (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 425).

Mesmo diante dessas transformações, a agricultura familiar permanece como uma atividade que marca o rural brasileiro e, da mesma forma, a COOAFAP, alicerçada no território rural de Apodi, onde predomina uma agricultura caracterizada como familiar, assim como consta no estatuto da cooperativa. Em consonância com o que destaca Abramovay (2007, p. 33): “uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa”. Isso faz dessa atividade um aparato importante para manter e gerar renda para famílias que vivem no rural.

Nos achados das entrevistas, estiveram presentes a questão da renda e o atendimento a projetos, pois a cooperativa é integrada ao mercado, à comercialização e à geração de renda. No depoimento a seguir, destaca-se a produção e a comercialização, num processo de troca necessário à dinâmica da economia da agricultura familiar:

Olhe, a gente via a necessidade de a produção, de comercializar nossa produção, né? Que era entregue aos atravessadores. E Nova Descoberta foi um assentamento que tinha uma referência, na qual eles tinham uma exportação de melão, manga e nesse tempo não tinha como eles emitir nota fiscal, tinha uma produção boa, mas não tinha como escoar, tinha que entregar aos atravessadores, aí vimos a necessidade de criar uma cooperativa, na qual a gente criamos a COOAFAP (ENTREVISTADO 07).

A criação e organização da COOAFAP foi motivada pela geração de renda e qualidade de vida para aqueles trabalhadores rurais, denominados de agricultores familiares. O objetivo era fazer o comércio da cidade de uma forma justa, tendo em vista que a figura do atravessador

comprava os produtos dos produtores a um preço que não valorizava a produção. A percepção dos entrevistados cooperados da COOAFAP converge para considerarmos sua identidade como um(a) agricultor(a) familiar nos modos que estão postos neste século XXI.

Para Oliveira (2007, p. 147):

Nascia assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a **agricultura familiar**. O neoliberalismo invadia desta forma, o mundo da intelectualidade. E, como se isso não bastasse, invadiu também o mundo dos movimentos sindicais e sociais do Brasil. Julgaram os neoliberais do estudo agrário que era preciso tentar sepultar a concepção da **agricultura camponesa** e com ela os próprios **camponeses**. Afinal, era preciso no plano teórico e político afastar de vez o velho fantasma da questão camponesa que já assustava os latifundiários brasileiros da UDR – União Democrática Ruralista, e agora assustava também lideranças sindicais e de partidos políticos progressistas e de esquerda (Grifos nossos).

Esse fenômeno tomou corpo a partir daquele momento e hoje é mais comum o termo agricultura familiar do que agricultura camponesa brasileira. Todavia, esse sentido não atingiu de forma unânime os sindicatos, em particular, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi, que defende a agricultura camponesa, considerada sinônimo de campesinato.

É importante destacar que depois dessa articulação de se “criar” o termo agricultura familiar, no plano governamental, foram criadas políticas públicas que ajudaram a reafirmar o sujeito como agricultor familiar. A mais importante delas foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Em suma, esse programa, que existe até hoje, oferece crédito aos agricultores familiares para desenvolverem projetos agrícolas em suas terras.

Somada à criação do PRONAF, a agricultura familiar ganhou ainda mais força a partir de 2006, quando o governo federal cria uma lei que estabelece as diretrizes para formulação da política nacional da agricultura familiar, a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Essa lei contribuiu de forma significativa para que os trabalhadores rurais se colocassem ainda mais como agricultores familiares, pois, a partir de então, eles acessaram os benefícios dessa política. Inclusive, a lei define quem é considerado o agricultor familiar a partir do atendimento de alguns requisitos. De acordo com o artigo 3º:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente,

aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Com a homologação da Lei Nº 11.326/2006, a agricultura familiar passou a ser institucionalizada, e o termo agricultura familiar passou a ser cada vez mais utilizado no meio rural pelos agricultores motivados pelas ações do Estado, deixando de empregar o termo agricultura camponesa ou campesinato. No caso dos cooperados da COOAFAP, percebemos isso na própria nomenclatura da cooperativa e na forte presença das políticas governamentais em suas práticas.

Os resultados da pesquisa nos possibilitam perceber também, no interior da agricultura familiar praticada pelos produtores, aspectos pontuais que os levaram a adotar a agroecologia, reconhecendo a complexidade desse conceito, ao ter sua aplicação prática no meio rural:

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (ALTIERI, 2004, p. 23).

Frente a essa concepção, percebemos que os produtores da COOAFAP não têm apropriação de vivenciar a agroecologia, confundindo-a com uma visão limitada de ser apenas um cuidado com o meio ambiente. Como afirma Caporal (2009, p. 16):

Também é comum confundir Agroecologia com a simples adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas ambientalmente mais adequadas ou com uma agricultura que não usa agrotóxicos ou, simplesmente, com a substituição de insumos.

Os produtores da COOAFAP, ao serem questionados sobre suas práticas em relação ao meio ambiente, alegam produzir atentando-se para o cuidado com o meio ambiente, o que não necessariamente quer dizer que desenvolvam uma produção baseada na agroecologia. Entretanto demonstra que, sem dúvida, todos têm um olhar atento para a preservação do meio ambiente. Ao ser questionado sobre a produção ter um cuidado com a preservação do meio

ambiente, o entrevistado 07 afirmou o seguinte:

Olhe, hoje eu vejo a cooperativa... Nós motivamos muito os agricultores. Vou falar até como a cooperativa também, e como agricultor, nós da cooperativa, nós vimos muito, quando a gente participava de evento, de 30% a 35% no valor melhora o produto orgânico, para se ter um produto orgânico, a gente tem que pensar o meio ambiente, e aí a gente motivou muito que os agricultores, nós que produzía naquela época, a gente vinha pedindo para produzir o orgânico. Nós fizemos um trabalho muito bom de reflorestamento, de manejo sustentável da caatinga, onde pudesse botar fruticultura de sequeiro que iria dar uma renda mais na frente (ENTREVISTADO 07).

Percebemos a intenção de ter um produto orgânico, tendo em vista que esse produto tinha um valor agregado, além de realizar algumas ações no manejo da caatinga, o que é louvável para o desenvolvimento sustentável. No entanto, ao pensarmos sobre a agroecologia, as práticas envolvem princípios que não estão limitados à questão econômica, ou a tratar com cuidado a terra, indo mais além:

Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência (CAPORAL, 2009, p. 17).

Foi observado, ao decorrer da pesquisa, que existe a intenção por parte dos cooperados em sempre estar praticando uma agricultura preocupada com a preservação do solo, evitando queimadas, fazendo o manejo da caatinga, realizando reflorestamento e não utilizando agrotóxicos em suas produções. Porém, não são somente essas ações que fazem a agroecologia; assim sendo, concluímos que, de forma predominante, os produtores desenvolvem a agricultura familiar e, em suas ações, realizam práticas para a preservação do meio ambiente, o que podemos denominar de agricultura familiar de base agroecológica.

Outro ponto que também nos auxilia na compreensão das práticas agrícolas realizadas pelos agricultores é em relação à convivência com o semiárido. Durante muito tempo, as populações que convivem com a seca estiveram desassistidas em relação a alternativas de conviver com uma das principais características do bioma daquela região: a seca e os longos períodos de estiagem. Porém, essa realidade avançou, principalmente a partir do governo Lula e Dilma, entre o ano de 2003 e meados de 2016, em que algumas políticas públicas auxiliaram a convivência com o semiárido.

Em se tratando de convivência com o semiárido, uma política presente nas comunidades rurais de Apodi são as cisternas, resultado de um programa idealizado pela Articulação do Semiárido (ASA). Em 2002, a ASA começou a construir cisternas em comunidades rurais do semiárido. De acordo com informações cedidas pelos STTR de Apodi, no Município de Apodi, foram construídas 846 cisternas pelo Programa 1 milhão de Cisternas – P1MC, uma parceria da ASA, governo federal e instituições coletivas de trabalhadores rurais.

Inclusive, uma dessas parcerias foi com a COOAFAP que, mesmo não tendo como objetivo a construção dessas tecnologias, desempenhou importante papel na efetivação do programa. Esse fato é apontado na fala dos entrevistados:

Teve aquele programa das cisternas de placa, a COOAFAP começou a ter assim, ajudou a implantar tecnologias sociais de convivência com o semiárido. Eu lembro que a COOAFAP era conhecida, por exemplo, eu que sou muito novo no movimento, entrei neste campo lá pra 2004, 2005, mas já via a COOAFAP neste campo atuando na articulação de comunidades para receber cisterna de placas com a convivência com a semiárido (ENTREVISTADO 06).

2002, 2003, fizemos um serviço que não era para ter sido feito, mas foi algo onde a gente sobreviveu com a cooperativa, porque não tinha... A produção caiu devido às chuvas, e aí a Terra Viva² deu umas cisternas para que a gente construísse, para ao menos a gente manter a cooperativa aberta, não era o objetivo da cooperativa, mas foi quem segurou (ENTREVISTADO 07).

O P1MC contribuiu com a COOAFAP em dois aspectos: a) na oportunidade de a COOAFAP ser uma entidade executora do programa, o que favoreceu a cooperativa a enfrentar um momento de crise em virtude da queda da produção devido ao longo período de estiagem; b) e nos resultados obtidos com a construção das cisternas nas casas dos produtores. Segundo alguns entrevistados, a construção das cisternas contribuiu muito na convivência com o semiárido e, conseqüentemente, para uma melhor qualidade de vida dos produtores. A respeito da construção da cisterna para o acesso à água no lote de um dos entrevistados, ele nos traz o seguinte relato:

Não, não é encanada não, no meu não é, não! Graças a Deus, eu levava numa carroça de animal com dois tambores d'água de 200 litros, o menino ia na frente e eu ia com a carrocinha de moto com mais dois, para botar água para o gado e as ovelhas, aí

2 O CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – TERRA VIVA é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos que desde a sua fundação atua na Assessoria Técnico-Gerencial com objetivo ao Desenvolvimento Local Sustentável. Utiliza tecnologias alternativas como incentivador de práticas agroecológicas e solidárias, respeitando as relações de gênero e de geração. Site da Terra Viva: <http://www.terravivarn.org.br>.

neste negócio de bolsa família³, que a mulher tem um, aí graças a Deus, veio umas cisternas, eu ganhei uma de 52 mil litros, melhorou muito, todo dia era um empaí medonho de eu botar água, acordava de madrugada para botar água, tirar leite de gado, com esta cisterna, melhorou mais, só boto mais água no final do ano quando estica mais, a gente bota (ENTREVISTADO 04).

Sem dúvida, a Tecnologia Social (TS) para a convivência com o semiárido mudou a vida dos produtores e produtoras da agricultura familiar, não só para o agricultor, mas para a mulher produtora também. De acordo com Malvezzi (2007, p. 15), “o alívio do trabalho feminino começa a surgir com as cisternas de placas construídas no pé das casas. Quem está longe, ou raciocina a partir da água encanada, não pode compreender o peso que essa inovação retira das costas de mulheres e crianças”.

Portanto, observamos, a partir desta pesquisa, que os cooperados da COOAFAP assumem uma identidade de agricultores e agricultoras familiares. Suas práticas agrícolas, apesar de não serem caracterizadas tipicamente como agroecologia, são realizadas buscando preservar o meio ambiente, o que consequentemente contribui para o desenvolvimento sustentável ao passo que também é uma população que tem avançado de maneira significativa em relação à convivência com o semiárido.

3 Relações de trabalho na COOFAD/Apodi

Uma das principais características que emergem no meio rural está relacionada ao trabalho do agricultor e da agricultora. O objetivo deste tópico é analisar as condições de trabalho de produtores rurais cooperados a uma cooperativa – em nosso estudo de caso, os cooperados da COOAFAP –, buscando respostas para algumas indagações, como por exemplo: em uma oportunidade de oferecimento de escolhas entre trabalhar na cooperativa ou em uma empresa agrícola da fruticultura, qual seria a escolha do trabalhador(a) e quais os motivos que o levaram a optar por uma delas? Consequentemente, através das respostas, estaremos compreendendo as características do trabalho na cooperativa.

O trabalho é um conceito que há muito tempo esteve presente na humanidade e ainda está presente na vida de todos nós. Para Giddens (2008, p. 62), “o trabalho ocupa um lugar central na vida de muitas pessoas – seja no que diz respeito ao dia a dia, seja em termos de

3 O Bolsa Família, ao qual o entrevistado faz referência, é um Programa Social de distribuição de renda do governo federal brasileiro.

objetivos de vida mais amplos”. Isso estando em um momento mais recente da história. Se considerarmos, por exemplo, os primeiros passos da sociologia como ciência, Karl Marx, em sua obra clássica “O capital”, traz uma definição que dá uma ideia geral de seu pensamento em relação ao trabalho. Para Marx (1983), o homem tem uma capacidade de transmitir significado à natureza por meio de uma atividade planejada, consciente e que envolve uma dupla transformação entre o homem e a natureza, o que diferencia o trabalho do homem de qualquer outro animal. Essa capacidade está presente em todos os trabalhos exercidos pelo homem ou pela mulher até os dias atuais.

No universo dessas concepções com direcionamento para o trabalho, é importante destacar, considerando o nosso objeto de estudo, uma reflexão sobre o trabalho no interior do capitalismo agrário brasileiro. Para Florestan Fernandes:

Embora a economia agrária brasileira nunca tenha sido uniforme e seja impossível descobrir uma fórmula válida universalmente para qualquer uma de suas evoluções, ela sempre foi a parte da economia brasileira estrutural e dinamicamente mais afetada pela condição apontada de heteronomia. Os vínculos variaram, ao se passar do estado colonial para o neocolonial, e desse para o de uma economia capitalista dependente. Contudo, no que toca à economia agrária, as transformações na natureza dos vínculos em relação às economias centrais foram menos acentuadas do que se poderia presumir tendo em vista a situação global da economia brasileira, nas diferentes épocas econômicas (FERNANDES, 2008, p. 173).

Uma característica ainda muito relevante desde essa análise do clássico Florestan Fernandes é o fato concreto de a economia agrária não estar inserida em uma uniformidade. Desde o período colonial, essa área vem passando por transformações, e a agricultura, que é a principal atividade dessa economia, também vem se alterando com o passar do tempo.

Os sujeitos que desenvolvem a agricultura acompanharam esse processo, porém, em alguns momentos algumas relações, inclusive pré-capitalistas, ainda são percebidas. Nesta pesquisa, identificamos relações de troca entre agricultores rurais, pois dois dos nossos entrevistados afirmaram que ainda existem relações de troca entre os produtores. O entrevistado 04 afirmou que: “às vezes troco, uma comparação, eu tenho galinha caipira, aí tem um vizinho que tem guiné; aí, rapaz, estou com vontade de comer uma galinha caipira, aí ele vai e troca, vão trocando, troca uma fruta”. Outro entrevistado afirmou: “chega uma pessoa que procura, aí a gente fica fazendo troca, troca em feijão, troca em outro produto, ainda tem muito a tradição de troca por aqui” (Entrevistado 07). Percebemos o quanto é heterogênea a relação entre os trabalhadores(as) no rural e, em pleno século XXI, as relações vão acontecendo entre passado e presente.

A agricultura familiar se desenvolve com forte presença da família, desde os mais próximos, como o arranjo familiar principal, até os agregados: tios, primos, cunhados, que se somam à família. No rural, existe uma forte tendência a se trabalhar com a agricultura, tendo em vista que é a principal fonte de renda do rural brasileiro. A família é o centro das relações de trabalho no rural. Segundo Oliveira (2007, p. 8), “outra característica das relações de produção no campo sob o modo capitalista de produção decorre do fato de que a força de trabalho familiar tem um papel muito significativo e vem aumentando numericamente de modo expressivo”.

O fato de haver um trabalho entre família faz desaparecer um pouco aquela figura do patrão estranho, que somente dita as normas a seus empregados. A dinâmica do trabalho na agricultura familiar, de acordo com o que percebemos na pesquisa de campo, tem uma organização mais horizontal, em que a participação de membros da família é bastante presente na produção e comercialização dos produtos. Por exemplo, percebemos que o trabalho na produção é feito parte pelo homem, como o arar da terra, e parte pela mulher e filhos, que ajudam no processo manual do plantio e da colheita. Também constatamos casos em que o homem é o responsável pela produção na terra, e a mulher pela criação de galinhas e pelo beneficiamento de frutas da região, a exemplo da produção de polpas.

Outra característica notada no trabalho dos agricultores da COOAFAP é o despreendimento a uma jornada fixa de horário de trabalho, assim como temos hoje nas empresas, em que os trabalhadores têm a hora de chegar, intervalo e hora de sair, sendo rigidamente controlados. Esse funcionamento da organização da agricultura familiar foi rediscutido por Wanderley (2009) com base em abordagens apresentadas pelo estudioso soviético, Alexander Chayanov⁴. Para ele:

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com os meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais no sentido capitalista da palavra (CHAYANOV, 1974, apud WANDERLEY, 2009, p. 138).

Observamos que essas famílias, mesmo inseridas no modo capitalista de produção, obedecem a uma dinâmica distinta. Concordamos com Oliveira (2007, p. 20), quando ele defende que “o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção tem necessariamente que

4 A obra de Chayanov à qual nos referimos é a seguinte: CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

ser entendido no seio das realidades históricas concretas, ou seja, no seio da formação econômico-social”. Por isso, para compreender o trabalho dos produtores no interior da organização da economia agrícola familiar, como denomina Chayanov, é necessário considerar que esse modo de produção que foi se organizando durante séculos persiste no território rural de Apodi. Assim, ao mesmo tempo em que esse produtor escoia sua produção para a cooperativa, inserida no modo de produção capitalista, realiza relações pré-capitalistas, a exemplo da troca, citada anteriormente.

Percebemos, também, uma característica intrínseca à agricultura familiar, em relação ao trabalho do produtor. Ao mesmo tempo em que ele é proprietário dos meios de produção, também executa as atividades agrícolas, ou seja, é um proprietário que trabalha. Essa é uma característica peculiar ao trabalho do produtor rural, pois se considerarmos o funcionamento de uma empresa, o detentor dos meios de produção não executa tarefas que se reproduz no trabalho. Essa relação é confirmada por Wanderley (2009, p. 138), quando afirma que:

O produtor familiar tem, em relação ao esforço físico e mental exigido pelo trabalho, um comportamento diferente do empresário capitalista, pois, o esforço em questão deve ser realizado por ele mesmo, com o desgaste de suas próprias capacidades físicas e mentais. O capitalista pode guardar uma maior distância em relação ao trabalho, pois este é sempre o esforço de outros.

A esse produtor, na condição de cooperado da COOAFAP, percebemos um acréscimo em relação ao trabalho, que é presente apenas naqueles produtores que fazem ou já fizeram parte da direção da cooperativa: o trabalho administrativo. Durante as entrevistas, os entrevistados informaram que, além do trabalho como produtor rural, auxiliam no desempenho de algumas tarefas burocráticas. Ao ser questionado acerca de como é o seu trabalho hoje na cooperativa, um dos entrevistados responde:

Olhe, de vez em quando dou uma ajuda aos meninos (faz referência ao presidente e vice-presidente da COOAFAP). Assim... porque a gente tem passado por umas dificuldades, e hoje está melhor, bem melhor. Condições com mais comercialização, mais divulgação da cooperativa, o povo acredita mais nela, a responsabilidade da cooperativa. Eu ajudo muito a eles com a parte burocrática mesmo, tem hora que engancha e a gente é quem desengancha (ENTREVISTADO 07).

A cooperativa soma-se à rotina do produtor rural em algumas circunstâncias, como a apresentada pelo entrevistado, que ultrapassa as atividades que lidam diretamente com a terra,

trazendo práticas que envolvem todo o processo de produção. Isso acontece em virtude de a cooperativa ser uma entidade coletiva institucionalizada e, para isso, são necessários trabalhos burocráticos, alguns citados pelos cooperados: como eleições para escolha da direção; reuniões em instâncias governamentais; participação em processos de licitação; elaboração de projetos para participação de chamadas públicas e serviços cartoriais realizados pelos agricultores(as) que fazem parte da diretoria da cooperativa. Esta é organizada, de acordo com seu Estatuto, com a seguinte estrutura: presidente; vice-presidente; secretário(a) geral; 2º secretário(a); tesoureiro(a) e 2º tesoureiro(a). Assim sendo, o trabalho dos trabalhadores(as) que ocupam um desses cargos é diferenciado, somando-se ao trabalho produtivo nos seus lotes.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, vale ressaltar que o ramo agropecuário agrega o maior número de cooperativas: 72% dos estabelecimentos cooperados são do tipo agricultura familiar. Diante desses números, reportamo-nos a analisar o rural de Apodi em relação ao trabalho na COOAFAP, que faz parte do ramo agropecuário do cooperativismo e desenvolve a agricultura familiar. O território rural de Apodi é dividido entre a atividade do agronegócio e a agricultura familiar e, conseqüentemente, podem surgir oportunidades de escolha para os produtores rurais cooperados à COOAFAP serem trabalhadores de empresas agrícolas instaladas na região.

Tendo em vista esse cenário, perguntamos aos entrevistados: caso fosse para escolher entre o trabalho na cooperativa e o trabalho em uma empresa do agronegócio, como, por exemplo, as que atuam na região de Apodi com a produção de fruticultura irrigada, qual seria sua escolha? De forma unânime, os produtores que participaram das entrevistas preferem o trabalho na cooperativa:

Eu tenho na mente que eu sou, antes pedir esmola do que ir para Agrícola, assim, eu vejo hoje a agrícola, para mim, né? Cada um tem sua visão, eu vejo a agrícola assim, como uma grande escravidão. Eu acho que ali é o que a gente vê hoje, eu vejo agricultor passando aqui na frente para ir para dentro dela, de 4:30h, 5:00h da manhã e volta de sete horas da noite. Aí, quando termina, às vezes, eu converso com pessoas que trabalha lá, o cara recebe um salário de 996,00, aí é descontado 1,00 real do almoço, ainda tem a viagem da moto todo dia, a diária desse camarada vai sair a 27,00 reais. Aí hoje, graças a Deus, vendo uma polpa de fruta, minhas coisinhas, quando tem galinha, vai para a cooperativa, aqui consumo o milho, vai o bode, o mel vendo na parte da cooperativa, vendo a outros consumidores, que conhece o produto, já visitou muita gente aqui no lote, e ele vê a qualidade, né? Hoje, eu tenho uma clientela muito boa, esses dias estava com uns 500 litros de mel, vendi todinho, litrado diretamente ao consumidor, eles ligam e pedem que mande 10 litros de mel, a gente está querendo, tem uns fregueses meus lá na UFERSA, tenho em Natal, nos IFs, vendo muito, eu fico triste com aquele trabalho ali, a escravidão da agrícola, eu acho que eu sou mais antes pedir esmola, de que ir pra um serviço daquele ali (ENTREVISTADO 07).

Observamos que esse produtor se alinha à ideia de todos os outros entrevistados(as), apresentando uma defesa em relação ao seu trabalho enquanto agricultor familiar e cooperado, sendo que um dos pontos notados na sua fala é a questão do horário. Observamos, pelo depoimento acima, que os trabalhadores têm uma longa jornada de trabalho e, de acordo com o entrevistado, ainda têm um salário baixo, assim como a maioria da classe trabalhadora brasileira. Somado a isso, ele ainda acrescenta o cuidado com a saúde do trabalhador, continuando a contar uma experiência vivenciada por colegas que foram trabalhar na empresa:

Fora, tem dois meninos lá em nós, que mora ali, que foi e não aguentou o veneno, passou mal. Só trabalhou dois dias, chegou todo intoxicado, não conseguiram, botaram logo para fora, dois dias, pipocou as costas, era umas bolas de pus, coisa medonha, e ele com duas roupas, e isso ele só plantando, não era nem aplicando, só plantando, tem aquela manta, eles vão só colocando lá (ENTREVISTADO 07).

Percebemos, neste trecho do entrevistado que prefere ser um cooperado e trabalhar na agricultura familiar a exercer uma função em uma empresa agrícola, um fator que pesa nessa escolha, no caso, o uso intensivo de agrotóxico nas plantações das empresas agrícolas. Segundo Rigotto (2014, p. 03), “Como biocidas, os agrotóxicos interferem em mecanismos fisiológicos de sustentação da vida que são comuns também aos seres humanos, e, portanto, são associados a uma ampla gama de danos à saúde”. O caso desses jovens demonstra o dano causado pelo contato com agrotóxicos utilizados nas empresas agrícolas. Enquanto que, na agricultura familiar desenvolvida pelos produtores(as) da COOAFAP, segundo os entrevistados, não se utilizam agrotóxicos nas produções. Outro entrevistado destaca que é melhor ser um produtor da agricultura familiar na COOAFAP:

Estou ganhando quase o mesmo tanto de lá, morrer de escravo, vou não, se fosse para escolher, se fosse não, eu mesmo prefiro ganhar a metade na cooperativa do que ganhar dois tantos numa que nem a agrícola. Porque é escravidão demais, trabalha demais e não compensa, não. É veneno demais lá, é veneno por cima da cabeça (ENTREVISTADO 04).

Percebemos que os(as) produtores(as) entrevistados(as) sentem prazer em ser agricultores familiares cooperados à COOAFAP. As características do trabalho como agricultor familiar que mais se destacam em relação ao trabalho desse agricultor em uma empresa agrícola estão relacionadas à jornada de trabalho que, conseqüentemente, está ligada às atividades do cotidiano e ao contato com agrotóxicos.

Portanto, ao investigarmos o trabalho dos agricultores/as, enquanto cooperados/as da COOAFAP, concluimos que eles desenvolvem um trabalho em que se sentem realizados enquanto pessoas, pois conseguem fazer sua renda ao mesmo tempo em que têm uma qualidade de vida para toda a família. Somado a isso, ainda percebemos que o trabalho desses cooperados contribui com a preservação do meio ambiente.

4 Considerações finais

Ao concluirmos esta pesquisa, deparamo-nos com diferentes realidades que nos levaram a uma primeira conclusão de que o rural é um espaço de vida, como nos tinha advertido Maria de Nazareth Baudel Wanderley. São sujeitos que vivem realidades distintas, mas que têm em comum o fato de ver o rural como o melhor lugar para se viver, bem como para a geração de renda.

Vimos, ao nos debruçarmos sobre a investigação acerca do cooperativismo, que esta é uma área crescente, sendo o ramo agropecuário o que mais cresce no Brasil. O cooperativismo rural está intrinsecamente ligado à prática da agricultura, seja ela a prática pelos grandes empreendimentos agropecuários, seja pela agricultura familiar.

Nesta investigação, traçamos como um de nossos objetivos identificar práticas sustentáveis desenvolvidas pela COOAFAP. Nesse sentido, constatamos, com o processo investigativo, que os entrevistados(as) agricultores(as) familiares assumem um papel importante em relação a suas práticas, e defendem práticas da produção cotidianas em que o cuidado com o meio ambiente esteja sempre presente.

A partir do momento em que a cooperativa desempenha esse trabalho, está contribuindo para o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: do ponto de vista ambiental, desenvolve produção preocupada com a preservação do meio ambiente; da dimensão social, é um processo inclusivo, tendo em vista que se constrói um coletivo de produtores; e da parte econômica, de acordo com os sujeitos entrevistados, proporciona geração de renda para seus cooperados. Portanto, concluimos, em síntese, que a COOAFAP é um agente que contribui para o desenvolvimento sustentável de Apodi.

O cooperativismo carrega consigo peculiaridades inerentes à sua organização. Nesta pesquisa, preocupamo-nos em investigar o trabalho no interior da cooperativa e, para tanto, traçamos como um dos objetivos na estrutura deste trabalho investigar características relacionadas

ao trabalho de cooperado. De início, é preciso nos atentarmos para o fato de que esse trabalhador, antes mesmo de ser um cooperado, já era um agricultor familiar. Essa foi nossa primeira conclusão a esse respeito. Assim sendo, o seu trabalho já era aquele ligado à produção de alimento e ao ser cooperado, esse trabalhador somou à sua jornada de trabalho a possibilidade de ter sua produção comercializada, não somente pelo fato de poder vendê-la, mas de ser vendida a um preço justo, sendo esse um dos pontos mais comentados nas entrevistas.

Nesse universo do trabalho do cooperado, buscamos investigar se esse trabalhador estava satisfeito com seu trabalho enquanto agricultor familiar e cooperado da COOAFAP. Para tanto, questionamos aos entrevistados sobre o trabalho na cooperativa enquanto agricultores e o trabalho assalariado em uma empresa no ramo da agricultura, sendo que eles optaram pelo trabalho da COOAFAP, apresentando vários motivos. Dentre eles, a jornada de trabalho e o contato direto com agrotóxicos, que são diferentes entre o trabalho desempenhado pela cooperativa e o exercido por agricultores que trabalham nas empresas agrícolas. Assim sendo, concluímos, em relação a esse objetivo, que os produtores rurais, no que concerne às suas condições de trabalho, avaliam de forma positiva o trabalho no interior da cooperativa.

Portanto, ao término desta pesquisa, concluímos que o cooperativismo rural desempenhado pela COOAFAP no município de Apodi compõe um forte elo para o desenvolvimento sustentável. Os produtores rurais, que são agricultores familiares, exercem um papel social de importância para o Município, como uma entidade coletiva que desempenha ações relacionadas à formação social desses agricultores, assim como contribui para a geração de renda, o que proporciona uma melhor qualidade de vida para o homem e para a mulher do campo.

5 Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

_____. Lei n 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 19 dez. 2019.

CAPORAL, Francisco. (Org.); COSTABEBER, José A.; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: MDA/SAF, 2009.

COOAFAP. **Estatuto Social da Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi**. Aprovado no dia 20 de fevereiro de 2015.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6º. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2000.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templatess/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em 20 jan. 2020.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: CONFEA, 2007.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Os Economistas, v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MAZOYER, Marcel.; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP, 2010

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PACHECO, Claudia Bezerra.; BAUMANN, Jose Carlos. **Apodi: um Olhar Em Sua Biodiversidade**. Natal: Copyright, 2006.

RIGOTTO, Maria Raquel. **Agrotóxico**. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-RIGOTTO_Raquel_-_Agrotoxicos.pdf>. Acesso em 08 jan. 2020.

WANDERLEY, Maria Nazareth. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

5 - TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: UM ESTUDO DA ACMRAMA NA CIDADE DE PAU DOS FERROS/RN

Camila Vanessa de Queiroz Vidal
Maria Betânia Ribeiro Torres

1 Introdução

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais, resíduo sólido é definido como “todo e qualquer refugo, sobra ou detrito resultante da atividade humana, excetuando dejetos e outros materiais sólidos” (LIMA-E-SILVA, et al., 2002, p. 204). Com base nessa conceituação é preciso esclarecer que nas últimas décadas, os resíduos sólidos tornaram-se uma das maiores problemáticas discutidas em âmbito socioambiental, seja porque decorrem da conjunção de uma série de fatores, como o crescimento populacional, a ampliação da cultura consumista e até mesmo o modo de atuação do modelo de desenvolvimento econômico; seja devido a ocorrência do agravamento de diversos problemas ambientais, muitas vezes associados ao próprio aumento da produção de resíduos sólidos ou a sua disposição final incorreta.

Portanto, no contexto dessa epistemologia ambiental, destaca-se a importância da figura dos catadores de materiais recicláveis, especificamente no que diz respeito ao trabalho exercido por eles, uma vez que na esfera de estudo das ciências sociais e humanas essa abordagem pode, dentre outras, assumir duas perspectivas, quais sejam: a primeira relativa à questão da precarização do trabalho frente ao processo de acumulação de capital; e a segunda relacionada com a possibilidade de organização do trabalho dos catadores em cooperativas e associações.

Essas duas perspectivas constroem um retrato teórico sobre os catadores de materiais recicláveis, o qual perpassa pela lógica de formação do mercado de trabalho (formal e informal) e também da sistemática de produção capitalista. Nesse sentido, embora o trabalho dos catadores seja primordial para promover uma minimização dos impactos gerados pela não realização da destinação ou disposição final dos resíduos sólidos ambientalmente adequadas e, por via de consequência, uma maximização do reaproveitamento dos materiais coletados, eles também se tornam importantes em virtude da geração de trabalho e renda, bem como da atribuição de valor econômico e social a sua atuação sem excluir as condições de precarização que inevitavelmente norteiam essa modalidade de trabalho.

Com isso, informa-se que este trabalho encontra notoriedade no fato de pretender realizar uma abordagem sobre a inclusão sócio produtiva da atividade desenvolvida pela Associação de Catadores(as) de Materiais Recicláveis e Amigos do Meio Ambiente (ACMRAMA), no cenário de atuação dos catadores da unidade de trabalho do município de Pau dos Ferros/RN, uma das principais cidades que integram a região do alto oeste potiguar.

É nessa perspectiva que “deve-se ter respeito à capacidade dos próprios catadores para gerar trabalho e renda e novas condições de vida a partir da experiência construída por eles mesmos, traçando com eles as saídas para sua situação de exclusão social” (ABREU, 2001, p. 30) e, por todas as razões anteriormente mencionadas, tenciona-se a seguinte indagação: como funciona a organização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis na cidade de Pau dos Ferros/RN, através da atuação da ACMRAMA?

Daí que, ao longo deste escrito, objetiva-se de forma geral analisar a organização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis associados por intermédio da ACMRAMA e com atuação direta no município de Pau dos Ferros. E, de modo específico, busca-se examinar a atividades dos catadores a partir das nuances de organização do trabalho realizado junto a coleta de resíduos sólidos urbanos (RSU); pensar a organização do trabalho dos catadores por meio da economia solidária; e, por fim, estudar o sistema de inclusão sócio produtiva desenvolvido pela Associação de Catadores(as) de Materiais Recicláveis e Amigos do Meio Ambiente (ACMRAMA), no cenário de atuação dos catadores da unidade de trabalho do município de Pau dos Ferros/RN.

A opção metodológica para se pensar o recorte socioambiental do trabalho dos catadores de materiais recicláveis se deu, fundamentalmente, a partir de um olhar sobre a organização associativa desses atores sociais. Enquadrou-se em uma preocupação ensaística de se construir uma pesquisa científica baseada em um estudo de caso e erigida nas técnicas bibliográfica, documental e de observação, para atender a pretensão de se construir um estudo descritivo e exploratório nas margens de abordagem qualitativa e com utilização do método indutivo, segundo o qual as constatações particulares podem conduzir a formação de premissas gerais.

2 O catador de materiais recicláveis no Brasil

Segundo os dados extraídos do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil, elaborado pela ABRELPE¹ (2019), verifica-se que no país foram coletadas e comercializadas no ano de

¹ A ABRELPE (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais) é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1976 e a metodologia que utiliza para realizar a pesquisa que subsidia a elaboração do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2018/2019 realiza uma projeção dos dados em relação ao Brasil e suas regiões.

2018, 67.048 toneladas de resíduos sólidos recicláveis, através do total de cooperativas e associações de catadores acompanhadas pela ANCAT². Na mesma pesquisa, evidenciou-se também que, no mesmo ano, o Brasil produziu mais de 79 milhões de toneladas de RSU.

Isso significa que as atividades de reaproveitamento dos resíduos sólidos urbanos ainda são insuficientes para dar de conta de todo material que é descartado, apesar de em 2010 ter se estabelecido no país a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010) voltada para promoção de uma gestão integrada, na qual, conforme preceitua Bursztyn e Bursztyn (2012), se inter-relacionou o que ficou conhecido na Rio-92 como política dos 3 R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) com as questões de inclusão social, participação da sociedade e descentralização administrativa.

A política dos 3 R's, instrumentalizada na Lei n.º 12.305/2010, antagoniza completamente os hábitos de consumo que hoje sustentam o capitalismo, até porque pensando-se na sua sequência lógica, Layrargues (2002, p. 182) preceitua que “a redução do consumo deve ser priorizada sobre a reutilização e reciclagem; e depois da redução do consumo, a reutilização deve ser priorizada sobre a reciclagem”, indicando, dessa maneira, que a atividade dos catadores de materiais recicláveis deveria ser a última medida a ser utilizada para o gerenciamento dos resíduos sólidos, já que, em tese, apenas quando não houver possibilidade de evitar a geração do resíduo nem de reutilizá-lo, é que deve-se fazer uso da reciclagem, colocando, com isso, o catador no final da cadeia gerenciadora dos RSU.

Assim, há na gestão de resíduos sólidos proposta pela PNRS uma clara inversão da política dos 3 R's. E, reforçando essa constatação de inversão na política dos 3 R's, Layrargues (2002) explica que o “discurso ecológico oficial”, por ele assim denominado, modifica a sequência lógica atribuída ao reduzir, reutilizar e reciclar, maximizando a relevância da reciclagem em desfavor da redução do consumo e da reutilização, transferindo a importância da redução do consumo no âmbito da política dos 3 R's para o desperdício e mantendo o posicionamento quanto a reutilização, mas de maneira paradoxal, uma vez que o reutilizar envolve questões culturais acerca da posição social.

Nesse cenário de clara priorização da sistemática da reciclagem, destaca-se mais uma vez a função do catador de materiais recicláveis, enquanto um dos agentes imprescindíveis para concretização desse panorama socioambiental e que também é “chamado e conhecido, regionalmente, como: andarilho, rampeiro, margarida, xepeiro, badameiro e boia-fria do lixo” (LAGASPE, 1996, p. 114).

2 Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis.

A mencionada função foi, então, reconhecida e oficializada como profissão no ano de 2002 pela Classificação Brasileira de Ocupações, sendo descrita sumariamente como aquela exercida por agentes que atuam para coletar, selecionar, vender e preparar materiais recicláveis e reaproveitáveis, assim como também para realizar a manutenção do ambiente e dos equipamentos de trabalho, divulgando as ações de reciclagem, bem como administrando tal trabalho (BRASIL, 2002).

Além disso, vale ressaltar que o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), no censo demográfico de 2010 constatou a existência de 388 mil catadores de materiais recicláveis no Brasil, contudo, o anuário da reciclagem 2017-2018, elaborado pela ANCAT, estimou na época a existência de 800 mil a 1 milhão de catadores em atividade. Dessa forma, embora tenha ocorrido o reconhecimento legal da profissão e um claro crescimento na quantidade dos catadores de materiais recicláveis no país, isso não significa necessariamente que houveram alterações expressivas nas suas condições de trabalho, porque nas palavras de Magera (2012, p. 56):

Tais catadores submetem-se a uma rotina diária de trabalho que, muitas vezes, ultrapassa doze hora ininterruptas; um trabalho exaustivo, haja vista as condições a que esses indivíduos se submetem com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando, por dia, mais de 200 quilos de lixo (cerca de 4 toneladas por mês), percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final, muitas vezes explorados pelos donos de depósitos de lixo (sucateiros), que num gesto de paternalismo, trocam os resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhes um valor simbólico que é insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo.

Pensando nessa perspectiva, Bursztun (2000) define que o catador de materiais recicláveis, de modo geral, é socialmente excluído e, no aspecto econômico, apesar de estar incluído, esta inclusão é desigual. Essa circunstância indica que este trabalhador é produto de uma série de questões, que em conjunto ensejam um reflexão sobre a acessibilidade ao mercado de trabalho, tais como: desemprego e desigualdade social.

Nesse compasso, explica-se que as questões do desemprego e da desigualdade social, sob a ótica de formação dos catadores, estão intimamente associadas, pois a ausência de políticas que assegurem as condições necessárias para oportunizar o ingresso no mercado de trabalho causa a admissão dos sujeitos em subempregos ou até mesmo o desemprego. Conseqüentemente, isso termina por ocasionar situações de exclusão social, já que o emprego, de acordo com Dupas (2001), é fundamental para os sujeitos formarem sua identidade, se integrarem socialmente e garantirem a renda para o seu próprio sustento. Esse entendimento, inclusive, é ratificado, de igual modo, nas palavras de Magera (2012, p. 55), ao afirmar que “antes de se tornarem

andarilhos, a maior parte deles trabalhava no emprego formal e hoje vive nas ruas das grandes metrópoles. A perda do emprego, única fonte de obtenção de renda, levou esses indivíduos à economia informal”.

Compreende-se, desse modo, que uma das perspectivas de análise dos catadores de materiais recicláveis no âmbito das ciências sociais e humanas correlaciona-se com a problemática do desemprego, evidenciando, nesse caso, à questão da precarização do trabalho frente ao processo de acumulação de capital. Nesse sentido, destaca-se que o capitalismo de produção é norteado pela ideia da alta produtividade como mola propulsora do sistema de desenvolvimento econômico mundial, o que muito contribui para o acúmulo de resíduos sólidos no planeta (MAGERA, 2012).

O desemprego e a exclusão social são fatores que conduzem os indivíduos a realização de uma atividade que garante o reaproveitamento dos resíduos sólidos urbanos e, por conseguinte, a destinação adequada e sustentável desses materiais, outrora descartados no meio ambiente. No entanto, a atividade de catação não produz necessariamente a inclusão social dos seus agentes e, muitas vezes, não é suficiente nem para dar conta da sua integração econômica, já que o trabalho realizado é precário, e nos termos exteriorizados por Vasapollo (2005, p. 10), o “trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais”.

O Brasil conta com a atuação dos catadores de materiais recicláveis há mais de 50 anos, contudo, apenas no final do século XX essa atividade passou a ter destaque socioambiental no país (SOARES-BAPTISTA, 2004). Pode-se dizer, porquanto, que o trabalho enveredado por essa categoria de agentes, embora, por vezes, desprovido de suporte estatal, processa a ressignificação dos resíduos sólidos coletados e transforma-os, conferindo a eles um novo valor econômico, social e ambiental.

Magera (2012) complementa essa percepção, asseverando que os catadores são operadores do sistema que permite o reaproveitamento dos resíduos sólidos urbanos, através da sua coleta, destacando, porém, que essa operacionalização é, na verdade, um ponto essencial no que concerne a destinação final adequada dos referidos materiais, pois o trabalho dela decorrente é responsável por oportunizar a execução de todo o processo de reciclagem realizado no Brasil.

Com efeito, a gestão integrada e sustentável de resíduos sólidos, proposta no âmbito da Lei n.º 12.305/2010, possui como um de seus pilares estruturantes a inclusão social dos catadores ou

recicladores de materiais descartados pós-consumo (BRASIL, 2010). Por isso, o desenvolvimento sustentável urbano, no que se refere aos RSU, deve fundamentar-se em políticas públicas que busquem a implementação de um consumo racional, à reutilização de resíduos, à potencialização da coleta seletiva e a realização da inclusão social de catadores.

Nesse último aspecto (inclusão social dos catadores), salienta-se a disposição legal abordada no art. 6º, inciso VIII, da PNRS, segundo a qual “o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” deve ser visto e aplicado como princípio estrutural da política adotada (BRASIL, 2010). Ou seja, a preceituação legislativa pretendeu abordar e definir a atividade de reaproveitamento dos RSU como ação garantidora de dignidade, trabalho e renda à categoria dos catadores de materiais recicláveis.

De acordo com Dias (2009), o gerenciamento e a gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos têm se replicado no Brasil desde a década de 90, através da atuação dos catadores de materiais recicláveis, muitas vezes, organizados em cooperativas ou associações que operacionalizam as coletas seletivas locais. Essa realidade, indica a segunda perspectiva da abordagem dos catadores na área das ciências sociais e humanas, relacionada justamente com a possibilidade de organização do trabalho dos catadores em cooperativas ou associações. Todavia, é preciso frisar que os indicadores que refletem a eficiência da gestão realizada no Brasil ainda têm apresentado um baixo desempenho da coleta e da destinação final dada aos resíduos sólidos (MOTTA, 2006).

Considerando, assim, que foi a partir dos anos 1990 que a gestão integrada e sustentável dos resíduos sólidos no Brasil passou a ganhar espaço perante as autoridades governamentais e a própria sociedade, frisa-se que essa forma de gestão envolve medidas que ultrapassam a proteção do meio ambiente, devendo promover também a inclusão dos catadores de materiais recicláveis, como forma de superação da pobreza extrema (JACOBI e BESEN, 2011). Por isso, as nuances que subsidiam a construção da política de gestão ambiental brasileira primam por uma minimização da produção de resíduos, aliada a implementação de mecanismos de coleta e destinação final adequadas, por intermédio da reciclagem e da inclusão sócio produtiva dos catadores.

Legislativamente, enfatiza-se, inicialmente, a Lei n.º 11.445/07, que teve o objetivo de estabelecer as diretrizes nacionais para a concretização do saneamento básico, e dentre outras medidas, concedeu aos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos o *status* de princípio, facilitando, ainda, a contratação administrativa de associações ou cooperativas formadas

exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda, atuantes na condição de catadores, por meio de dispensa de licitação em relação aos serviços de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis (BRASIL, 2007).

Mas, como dito anteriormente, foi apenas em 2010 que a Política Nacional de Resíduos Sólidos se institui, por intermédio da aprovação da Lei n.º 12.305/2010 que tramitava no Congresso Nacional desde 1991 através do Projeto de Lei nº 203, que já nasceu no contexto de pactuação internacional da Agenda 21 (Documento proveniente da Rio-92) acerca das diretrizes de sustentabilidade que devem nortear a gestão dos resíduos sólidos, constituída, inclusive, na forma de política pública (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

Desse modo, percebe-se que a PNRS foi inovadora por ter incluído os catadores como sujeitos participativos no procedimento de reaproveitamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos, estabelecendo um regime de responsabilidade compartilhada, no qual se atribui tal encargo, simultaneamente, ao poder público, fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores (BRASIL, 2010).

A Política Nacional de Resíduos sólidos também foi importante ao incentivar à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis, na condição de instrumentos de atuação e concretização da política legislativamente traçada (BRASIL, 2010). Essa importância, inclusive, é justificada por Ribeiro e Mendes (2016), sob a ótica de que é mais fácil a efetivação do trabalho dos catadores por meio de uma sistemática de organização do trabalho cooperativista ou associativista.

Para além das Leis n.º 11.445/2007 e 12.305/2010, outros dispositivos normativos também apresentaram relevância na esfera de organização da atividade dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. Nesse diapasão, sobleva-se a Lei nº 13.019/2014, que foi editada para definir as diretrizes da política de fomento, colaboração e cooperação do poder público para com organizações da sociedade civil, permitindo que as organizações de catadores de materiais recicláveis firmem parcerias com a administração pública, por meio da celebração de termo de fomento que garantirá o repasse de recursos públicos destinados a custear as despesas dos projetos elaborados e remunerar os membros das equipes (BRASIL, 2014).

Assim, levando em conta toda a construção evolutiva que se deu no Brasil, quanto a figura do catador, já considerando a condições de precariedade do trabalho por ele exercido, Magera (2012) esclarece que “uma das alternativas apresentadas para fortalecer os catadores e deixá-los mais independentes é a formação das Cooperativas de Reciclagem de Lixo”.

Esse indicador, portanto, reflete a importância dos catadores de materiais recicláveis, enquanto principais atores do processo de reciclagem e na condição de exercício de trabalho informal ou organizado em cooperativas ou associações, ao mesmo tempo em que reforça, segundo Ribeiro e Mendes (2016), a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos como um desafio cujo cumprimento é essencial para as cidades.

3 Os catadores e organização do trabalho sob a ótica da economia solidária

Ultrapassadas as reflexões iniciais acerca da atividade dos catadores, convém enaltecer que as conceituações outrora estabelecidas subsidiam teoricamente o prisma formativo da organização do trabalho exercido por esses sujeitos, concebida a partir dos trabalhadores que individualmente passaram a realizar a atividade de catação de resíduos sólidos, caracteristicamente marcada pelo trabalho precário e insalubre (GONÇALVES, 2001).

É bem verdade que o trabalho dos catadores se tornou imprescindível para consolidação da reciclagem, especialmente quando se trata da consolidação da política de gestão integrada dos resíduos sólidos no Brasil, uma vez que os elos de proposição das sistemáticas de redução da produção e reutilização dos materiais encontram fortes barreiras no próprio modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Entretanto, essa importância não pode obscurecer o fato de que condições de trabalho são precarizadas.

Reforçando essa percepção, Singer (2002, p. 10) esclarece que essas formas de organização do trabalho, sejam elas associativas ou cooperativistas, irão refletir na aplicação de princípios que reúnem “todos os que produzem numa única classe de trabalhadores, que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade”.

Desse modo, pode-se asseverar que a organização do trabalho dos catadores é tão fundamental para a integração da gestão dos resíduos sólidos no Brasil que, nos termos apresentados na sessão anterior, a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou associações foram institucionalizados na PNRS como verdadeiro mecanismo de ação. Contudo, apesar de haver esse reconhecimento legal, é preciso recordar que, historicamente, as relações de poder sempre fizeram parte da vida em sociedade, inclusive com a polarização de uma disputa entre dominantes e dominados, na qual, segundo Marx (2013), a ociosidade forçada é imposta a classe trabalhadora como uma forma de manter a continuidade das condições de precarização do trabalho exercido pelos dominados, e com o intuito de consolidar o seu próprio padrão de vida

dominante, sempre pautado no enriquecimento.

Analogicamente, é possível estabelecer um parâmetro comparativo da relação entre dominantes e dominados com o pensamento moderno abissal, definido por Santos (2007), visto que para esse autor essa ideia divide e classifica os sujeitos em visíveis e invisíveis, no sentido de que as diferenciações invisíveis estruturam as visíveis. Isto é, os dominados é que dão suporte ao crescente enriquecimento da classe dominante. Aplicando essa denotação ao trabalho dos catadores de materiais recicláveis, constata-se que estes trabalhadores estão do lado da linha invisível criada modernamente como uma maneira de representação do real.

Essa é mais uma das razões que justificam a relevância da organização do trabalho dos catadores, pois a superação do juízo dominação capitalista permite que esses sujeitos saiam da categoria de invisibilidade e marginalização para assumirem o protagonismo que lhes é inerente no âmbito da cadeia produtiva dos resíduos sólidos urbanos. Logo, em conformidade com Gonçalves (2001), a organização visa garantir a concepção de uma identidade própria para esses indivíduos, mostrando-se, assim como uma alternativa viável de execução coletiva do trabalho.

Nesse cenário, o surgimento da chamada economia solidária, em contraponto a dinâmica desenvolvida no sistema capitalista, sugere uma distribuição equânime dos bens e serviços produzidos coletivamente, propondo, por conseguinte, a desfragmentação da dominação exercida pelos donos do capital. Pensando nisso, Roca (2001) define que:

A economia solidária recobre diferentes formas de organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade ao mais baixo custo possível, numa dinâmica solidária e de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos.

Para Gaiger et al. (2016), a economia solidária foi reconhecida no Brasil a partir da década de 1990, momento em que empreendimentos de caráter associativo, baseando-se em ações cooperativas e de autogestão, emergiram como opções econômicas viáveis. O cerne da economia solidária, então, avançou e “passou a abarcar diversas categorias sociais e variadas modalidades de organização” (Gaiger et al., 2016, p. 89). Por isso, Singer (2002, p. 89) registra que “a cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador”.

Desde então, a economia solidária vem ganhando força no país, trançando, através de suas ações, uma possibilidade real de efetivação do desenvolvimento sustentável por intermédio

do trabalho coletivo. No caso dos catadores, as cooperativas e associações de trabalho são as formas mais representativas de aplicação da economia solidária, as quais, através de implementação de programas de coleta seletiva bem geridos, conseguem promover, de certo modo, uma desprecarização do trabalho informal, pois na lógica da economia solidária a centralização das atividades em grupo é tida como o principal fator de desenvolvimento econômico, numa esfera de atuação cuja matéria-prima de produção é representada pelos resíduos sólidos coletados. A esse respeito, Carvalho (2008, p. 46) informa que:

As práticas que sustentam a economia solidária são as redes de trocas ou de compra e venda, o consumo solidário, o apoio mútuo, as cooperativas de crédito e as políticas públicas que viabilizam os empreendimentos populares. Esses, geralmente estão organizados sob a forma de associações ou cooperativas, que procuram adotar as ideias, os princípios e os valores do cooperativismo e desenvolver uma economia que se baseia no trabalho e não no lucro. Portanto, a condição essencial para a sua prática e o seu desenvolvimento é a adoção do princípio democrático.

Carvalho (2008) também ressalta que a ação conjunta dos sujeitos que atuam com base na economia solidária faz com que esses grupos adquiram competitividade no mercado frente a outros tipos de empreendimentos, e viabilizem sua reinserção no mercado de trabalho, sob uma perspectiva inclusiva. Todavia, é indispensável que a organização de trabalho possua uma gestão administrativa eficiente, porque, segundo Magera (2012, p. 58),

Criar associações ou cooperativas de triagem e reciclagem de resíduos sólidos sem uma visão administrativa de gestão ou sem uma eficiência econômica, infelizmente não oferece possibilidades de êxito ao projeto, visto que os próprios atores envolvidos no processo de triagem esperam, com ele, uma inclusão socioeconômica e não uma inclusão disfarçada de agente ambiental. Temos de pensar no processo de triagem e reciclagem dos resíduos sólidos como uma alternativa de geração de emprego e renda a milhares de pessoas e não como caridade.

Muito embora a organização desses empreendimentos sistematizados com base na economia solidária seja construída, por vezes, com o auxílio técnico de entidades não governamentais, universidades e até mesmo o poder público municipal, uma vez que, conforme preceitua Singer (2002) há interesse público tanto no processo de reciclagem dos resíduos sólidos coletados como também na redução da vulnerabilidade social dos catadores que trabalham sob condições precárias, registra-se que muitas cooperativas e/ou associações de catadores, a exemplo do que foi anteriormente exposto por Magera (2012), não desenvolvem uma gestão

administrativa eficiente, pois não transformam a atividade de catação em um investimento propriamente dito, deixando de capacitar e apoiar os trabalhadores.

A situação dos catadores possui uma significação social diferenciada, já que, diante de todas as adversidades inerentes a precarização do seu trabalho, talvez, a única alternativa viável seja a organização do trabalho. O cooperativismo/associativismo tem um condão econômico e político de representação do catador, pois, os representa “perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido e financiamento para processar parte do material separado, agregando-lhe valor” (Singer, 2002, p. 89).

A economia solidária, portanto, revela-se como uma nova expressão da organização do trabalho, especialmente no que diz respeito ao enfrentamento das relações capitalistas que ensejam o desemprego e a própria precarização do trabalho. Desse modo, a partir dessa discussão teórica, passa-se a estudar o sistema de inclusão sócio produtiva na Associação de Catadores(as) de Materiais Recicláveis e Amigos do Meio Ambiente, no cenário de atuação dos catadores da unidade de trabalho do município de Pau dos Ferros/RN, identificando-se, inclusive, as especificidades práticas e legais do sistema associativo de trabalho utilizado na referida organização de trabalho à luz das diretrizes básica da economia solidária.

4 ACMRAMA: um estudo sobre a unidade de trabalho de Pau dos Ferros/RN

A Associação de Catadores(as) de Materiais Recicláveis e Amigos do Meio Ambiente (ACMRAMA), foi fundada no dia 08 de maio de 2018 e é regida por seu estatuto e pela legislação vigente, havendo surgido a partir da anteriormente denominada Liga Desportiva Rafaelense (LDR), que havia sido instituída em 10/10/1993. Atualmente, sua sede situa-se na rua Francisco de Oliveira, n.º 104, centro, na cidade de Rafael Fernandes/RN, porém, é integrado por unidades de trabalho, situadas em diversos municípios da região Alto Oeste Potiguar.

Assim, embora a associação seja sediada em Rafael Fernandes/RN, as atividades da pesquisa se concentram na unidade de trabalho da cidade de Pau dos Ferros/RN, constituída no dia 13 de março de 2020, momento em que se registrou também a filiação de 22 novos catadores de materiais recicláveis que se associaram a ACMRAMA, conforme consta na ata extraordinária para construção das unidades de trabalho no município de Pau dos Ferros/RN.

Considerando, então, que a pesquisa aqui desenvolvida se refere a um estudo de caso relacionado ao trabalho dos catadores filiados a Associação de Catadores(as) de Materiais Recicláveis e Amigos do Meio Ambiente, elucida-se que o percurso metodológico envolveu a

aplicação das técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e observação participante.

Nesse sentido, explica-se que em um primeiro momento fez-se a análise dos documentos constitutivos da ACMRAMA (Estatuto, regimento interno e ata de formação da unidade de trabalho), e em seguida foram realizadas visitas sistemáticas ao local de trabalho dos catadores observados (Lixão), onde se efetivou a investigação social a partir da observação partilhada do cotidiano dos sujeitos pesquisados, durante os meses de agosto e setembro de 2020.

Com isso, objetivou-se identificar os locais de trabalho dos catadores, bem como a própria atuação da associação à luz do modelo associativo de organização pautada na economia solidária, e, de igual modo, analisar a atividade dos agentes envolvidos na coleta dos resíduos sólidos da cidade, buscando observar a caracterização do dia a dia dos catadores.

Diante desse cenário metodológico, é importante caracterizar o local da pesquisa. Por isso, registra-se que, segundo dados do IBGE, apontados no censo demográfico de 2010, o município de Pau dos Ferros localiza-se no Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente na mesorregião do Alto Oeste Potiguar, possuindo 259,959 km² de área na sua unidade territorial e uma população de 27.745 habitantes, sendo, por isso, o 18.º município mais populoso do RN, que se limita territorialmente com as cidades de Francisco Dantas, São Francisco do Oeste, Marcelino Vieira, Rafael Fernandes, Antônio Martins, Serrinha dos Pintos e Encanto. Sua localização pode ser visualizada a partir do mapa apresentado a seguir:

Figura 01 – Mapa da Cidade de Pau dos Ferros/RN



Fonte: Google, 2020.

No que tange ao local de atuação dos catadores que integram a ACMRAMA na unidade de Pau dos Ferros, explica-se que na cidade existiam dois aterros comuns, ou nas palavras de Waldman (2010, p. 155), denominados “como está respaldado na voz do povo, lixões”. O

primeiro, atualmente desativado, localizava-se nas imediações do bairro Manoel Domingos, e o segundo, onde atuam os catadores filiados a ACMRAMA, situa-se à 4 Km de distância do bairro São Geraldo e que fisicamente pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 02 – Lixão ativo na Cidade de Pau dos Ferros/RN



Fonte: Vidal, 2020

Uma vez que as condições da pesquisa estão devidamente caracterizadas, passa-se a abordar o modelo de organização do trabalho na ACMRAMA. A princípio, retoma-se a concepção de que tanto as cooperativas como as associações se organizam para formar uma rede de ação coletiva na esfera de atuação dos catadores, capaz de unir forças em prol da concretização dos objetivos comuns dos cooperados e/ou associados. Segundo Singer (2002), essa união objetiva organizar voluntariamente os sujeitos através da força de seu trabalho e por meio de uma gestão democrática, na qual todos tenham acesso aos mesmos direitos também a obrigação perante os mesmos deveres, numa aliança econômica verdadeiramente solidária.

No caso da ACMRAMA, a organização do trabalho dos catadores “aparece como uma saída da situação de exploração desses trabalhadores” (Gonçalves, 2006, p. 189), a qual decorreu, no objeto ora estudado, da composição de uma associação, legislativamente definida no art. 53 da Lei n.º 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), como sendo a “união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (BRASIL, 2002), cujos principais objetivos na área laborativa, segundo seu estatuto, são: viabilizar as atividades de coleta seletiva dos resíduos sólidos, a recuperação, separação, a classificação e mecanização dos resíduos recicláveis; aproveitar a capacidade dos catadores associados, distribuindo-os conforme suas aptidões e interesses coletivos; buscar mecanismos que facilitem uma economia solidária e justa do ponto de vista humano, social e ambiental dos catadores associados; executar processos de Educação Profissional com foco nas demandas do setor produtivo, identificando oportunidades concretas de emprego e renda para pessoas que apresentam uma maior vulnerabilidade econômica e social.

Tendo em vista esses objetivos, diretamente ligados a questão organizacional do trabalho, constata-se que a finalidade da ACMRAMA é garantir melhores condições de atuação dos catadores nas atividades inerentes a coleta de materiais recicláveis, promovendo a instrumentalização da economia solidária e a capacitação profissional dos seus membros associados. Essas circunstâncias mais uma vez refletem as palavras de Gonçalves (2006, p. 189), ao dispor que:

A possibilidade de organização aparece como uma saída da situação de exploração desses trabalhadores. Assim a estruturação de cooperativas e associações objetivam romper com algumas das amarras existentes no circuito de separação e comercialização, com intuito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores. Porém, as condições materiais em que estes se encontram tornam essa ação política difícil.

Destaca-se ainda que a institucionalização da unidade de trabalho de Pau dos Ferros, vinculada a ACMRAMA, é bastante recente (13/03/2020). Isso permitiu a construção de uma percepção de que os catadores pesquisados ainda se encontram em um período de transição, pois, estão tendo que migrar de uma organização laboral individualista para um modo de trabalho coletivo, tanto que ainda se visualiza inúmeros de problemas comunicação e articulação entre o grupo de associados. Nesse contexto, durante o período da pesquisa, identificou-se na prática, por exemplo, a ausência de interação entre os associados e a liderança administrativa da ACMRAMA, especialmente no que diz respeito a três pontos específicos: o não cumprimento dos dias e horários de trabalho por parte de todos os associados, a falta de estrutura e de segurança na organização do trabalho, bem como a submissão dos catadores a exploração econômica realizada pelos chamados sucateiros da região.

A partir desses pontos, notou-se que, apesar da ACMRAMA já possuir diretoria e coordenação de trabalho devidamente estruturadas, ainda existe a necessidade de estabelecer um regime de solidariedade mais forte entre os membros do grupo para que realmente a execução da economia solidária desponte como uma alternativa sustentável e viável para o gerenciamento da atividade de catação em Pau dos Ferros/RN, pois, isso ensejaria, de acordo com Gaiger et. al. (2016), uma minimização das desigualdades sociais e da precarização do trabalho, podendo-se, com isso, assegurar qualidade de vida a todos.

No que se refere a questão de infraestrutura e segurança do trabalho, percebeu-se que os associados não recebem apoio do poder público em relação à forma de disposição dos resíduos sólidos urbanos despejados no aterro comum da cidade, nem tampouco auxílio ou manifestações de conscientização quanto a necessidade de se utilizar equipamentos de

proteção individual. É bem verdade que essas questões são contemporâneas entre os catadores que integram a ACMRAMA, contudo, a organização mínima de trabalho que já foi estabelecida nos poucos meses de associação tem garantido a continuidade da renda mensal dos associados, embora eles ainda sejam economicamente explorados pelos sucateiros que agem como atravessadores dos materiais coletados, comprando-os por valores bem abaixo daqueles praticados pelas empresas que reciclam os resíduos sólidos, ou seja, que dita as regras de comercialização entre os associados são os próprios sucateiros.

Essa realidade atual da ACMRAMA tem fragilizado a economia solidária, uma vez que, de acordo com Carvalho (2011), ela estabelece-se como sendo um objetivo bem mais amplo, quando se almeja empoderar as classes trabalhadoras e transformar o mundo do trabalho. Dito isto, fica evidente a necessidade se ampliar a autonomia econômica da associação em estudo, para seja possível potencializar a renda dos catadores a partir do rompimento das relações hodiernamente mantidas com os sucateiros.

5 Considerações finais

Os catadores de materiais recicláveis e a atividade por eles desenvolvida consolidou o axioma fundamental deste ensaio teórico. Através da verificação desses sujeitos, percebeu-se que o crescimento populacional, ao refletir no aumento do consumo e na produção cada vez mais intensa de resíduos sólidos, exige o desenvolvimento de políticas e mecanismos que assegurem o reaproveitamento dos materiais. Nesse ponto, o presente estudo vislumbrou o trabalho dos catadores, enquanto fator contributivo para o aspecto da reciclagem dos RSU e também da organização social, econômica e produtiva da atividade de catação.

Desse modo, pensar a organização do trabalho dos catadores por meio do raciocínio da economia solidária foi o mesmo que vislumbrar a organização desses trabalhadores, de forma cooperativa ou associativa, evidenciando-se, com isso, os direcionamentos para se concretizar a gestão integrada dos resíduos sólidos, pois, a realização de um trabalho socialmente organizado, além de garantir melhores condições de atuação, pode, de igual modo, contribuir para a melhoria do valor econômico e social atribuído ao material reaproveitado e da própria qualidade de vida dos seus agentes.

Assim, ao se estudar o sistema de inclusão sócio produtiva desenvolvido pela Associação de Catadores(as) de Materiais Recicláveis e Amigos do Meio Ambiente (ACMRAMA), no cenário de atuação dos catadores da unidade de trabalho do município de Pau dos Ferros/RN, foi possível verificar que essa organização associativa, apesar de ser recente e ainda enfrentar uma série de problemas estruturais, tem garantido minimamente a existência de um empreendimento econômico solidário, no qual, pelo menos, 22 catadores se reúnem para efetivar um trabalho que ainda é precário, mas que tem condições de evoluir para gerar mais autonomia e mais renda para os catadores.

Por fim, é preciso enfatizar que o tema aqui debatido é significativamente relevante e seguramente não se esgota apenas com a pesquisa aqui enveredada, sugerindo-se, inclusive a realização de outros estudos que discutam a questão do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, nas suas mais diversas percepções.

6 Referências

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. São Paulo, 2019.

ANCAT - Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. **Anuário da Reciclagem**. São Paulo, 2018.

ABREU, Maria de Fátima. **Do Lixo à Cidadania: Estratégias para a Ação**. Brasília: Conselho Nacional do Meio Ambiente, 2001.

BRASIL, Ministério do Trabalho e do Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações 2002**. Brasília: MTE, 2002.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acessado em: 08/10/2020.

BRASIL. **Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acessado em: 04/10/2020.

BRASIL. **Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acessado em: 04/10/2020.

BRASIL. **Lei n.º 13.019 de 31 de julho de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm>. Acessado em: 04/10/2020.

BURSZTYN, Marcel. **No Meio da Rua: Nômades, Excluídos e Viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BURSZTYN, Maria Augusta; BURSZTYN, Marcel. **Fundamentos de Políticas e Gestão Ambiental: caminhos para sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamon, 2012.

CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. **Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: Espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Mercado de trabalho e vulnerabilidade em regiões metropolitanas brasileiras. **Caderno CRH**, v. 24, n. 62, p. 397-412, Mai/Ago. 2011.

DIAS, Sônia Maria. **Trajatórias e memórias dos fóruns lixo e cidadania no Brasil: experimentos singulares de justiça social e governança participativa**. Tese (Doutorado em ciência política) - Faculdade de filosofia e ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e terra, 2001.

GAIGER, Luiz Inácio.; VERONESE, Marília Veríssimo.; FERRARINI, Adriane Vieira. Sobre a Diversidades de Formatos e atores sociais no campo da economia solidária. **Caderno CRH**, v. 30, n. 79, p. 89-104, Jan/Abr. 2017.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. Reestruturação produtiva e precarização nas relações de trabalho. **PEGADA – A revista de geografia do trabalho**, v. 2, 2001, n. 1.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

JACOBI, Pedro; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. (Dossiê São Paulo, Hoje). **Estudos Avançados**, vol. 25, n. 71. São Paulo, Jan./Abr., 2011.

LAGASPE, Luciano Rodrigues. **Reciclagem: a fantasia do eco-capitalismo - um estudo sobre a reciclagem promovida no centro da cidade de São Paulo observando a economia informal e os catadores**. Dissertação (Mestrado em geografia) - Faculdade de geografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

LAYRARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, p. 179-220, 2002.

LIMA-E-SILVA, Pedro Paulo, et al. **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. Rio de Janeiro: Thex, 2002.

MAGERA, Márcio. **Os Caminhos do Lixo: da obsolescência programada à logística reversa**. Campinas: Editora Átomos, 2012.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTTA, Ronaldo Seroa. **Economia Ambiental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ORTIZ ROCA, Humberto. **Economia solidária. Hacia una nueva civilización**, 2001.

RIBEIRO, Bárbara Maria; MENDES, Carlos André. Situação dos Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil: Desafios da Sustentabilidade Ambiental. **VII Fórum Internacional de Resíduos Sólidos**, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos - CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, Nov. 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A Economia Solidária no Brasil – A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

SOARES-BAPTISTA, Rozalia del G. **Reciclagem, ação social e política de gerenciamento do lixo em São Paulo**. São Paulo: ENPAD, 2004.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

WALDMAN, Maurício. **Lixo: cenários e desafios: abordagens básicas para entender os resíduos sólidos**. São Paulo: Cortez, 2010.

6 - ORIGEM, HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA COBAL MOSSORÓ/RN

Maria Iratelma Pereira
Rosalvo Nobre Carneiro
Karlla Christine Araújo Souza

Neste capítulo trataremos da origem, história e transformações ocorridas na Cobal a partir de um recorte da dissertação intitulada *Identidades, Territorialização e Cotidiano dos trabalhadores da Cobal (PPGCISH/2018)*, que possibilitará um conhecimento mais específico, a partir de documentos e jornais acerca da criação do espaço da Cobal na cidade de Mossoró. A metodologia utilizada na pesquisa foi mista (quantitativa e qualitativa) com realização de entrevistas compostas por questões abertas e fechadas que permitiram o diálogo entre a entrevistadora e o(a)s entrevistado(a)s. No entanto, neste capítulo, serão apresentadas apenas os resultados da pesquisa documental tendo com fonte principal o jornal *O Mossoroense*.

A pesquisa bibliográfica teve caráter interdisciplinar, com foco nas leituras das disciplinas de Geografia, Sociologia, História e Filosofia, onde a relação das Ciências Sociais e Humanas estavam intimamente ligadas ao tema da dissertação que discutiu relações de espaço, territorialidade e identidade, permitindo a apreensão dos fatores que contribuíram para a desconstrução e reconstrução das identidades dos trabalhadores e o desenvolvimento de práticas empreendedoras e comerciais.

Antes de conhecermos essa história, precisamos problematizar alguns conceitos sobre as feiras, para assim estabelecermos parâmetros entre a história da Cobal e seus objetivos econômicos e culturais, no desenvolvimento da prática comercial de seus trabalhadores.

1 Uma breve história das feiras

A feira constitui um espaço que se caracteriza por uma função social que muda a organização espacial urbana, e que atualmente representa uma das mais antigas e resistentes modalidades de comércio varejista. É um espaço com muita especialidade, cheio de personagens,

que interagem com o seu histórico e suas relações de identidade: o que nos leva a imaginar a importância da feira e como seria cada cidade sem este ícone de história local e de sentimento de pertencimento.

Pode-se afirmar que o estudo do comércio e serviços varejistas foi, inicialmente, uma área desenvolvida pelos geógrafos. Mais modernamente, o caráter social, ainda que não devidamente absorvido, estaria presente nos serviços de abastecimento das populações, no sentido de suprir suas necessidades de alimentação básica, estando presente em grande parte das políticas públicas, através do tempo, onde os mercados municipais são os exemplares mais significativos dessa modalidade (VARGAS, 2008).

Desde a antiguidade, as feiras têm como principal objeto promover trocas de mercadorias entre as pessoas de diferentes lugares, com diferentes produtos com a principal finalidade de suprir as necessidades pessoais de cada indivíduo e coletivas de certas comunidades. A partir da queda do feudalismo e o surgimento do capitalismo, esse modo de comércio começou um processo de sistematização e passou a ganhar uma nova importância na economia (BOECHAT e SANTOS, 2011).

Para Souza (2005) o excedente de produtos acreditava ser a principal causa da origem das feiras. Dessa forma, com as sobras de uns, contra as faltas de outros, houve a necessidade das trocas de mercadorias, de início entre os grupos. A exigência das feiras foi uma solicitação de um ambiente onde agregasse todos os produtos que estivessem disponíveis para outrem, e assim, seria importante a troca dos excessos em busca de outros produtos que não havia condições de produzir. Com essa prática, verificava-se cada vez mais a importância das feiras para os tempos modernos.

As feiras-livres podem ser caracterizadas como fenômenos econômicos e sociais muito antigos tendo sido consolidadas na Idade Média entre Gregos e Romanos (ENCICLOPÉDIA, 1995, p.502). Entretanto, tais práticas, são tão antigas que remontam aos primeiros agrupamentos humanos, desde que o homem deixou de ser nômade e fixou-se sobre a terra, domesticando animais e criando a agricultura. Vale destacar, ainda, que existem registros de comerciantes do início da era cristã (LIMA e SAMPAIO, 2009).

Durante a realização das feiras medievais, interrompiam-se guerras; a paz era garantida para que os vendedores, dispostos lado a lado, pudessem trabalhar com segurança. Da mesma maneira, guardas vigiavam todo o perímetro do local do evento, de modo a evitar que algum desordeiro pudesse causar incômodo àqueles que por ali passavam. A ocasião era aproveitada por saltimbancos e outros artistas de rua, que procuravam atrair a atenção e a generosidade da

população que afluía a esses eventos, quer para comercializar, quer para simplesmente se distrair.

Na Bíblia Cristã, há passagens com sinais de feiras já no período em que Jesus Cristo viveu na terra, pois, reconhecendo a fúria do Senhor, verificava-se a existência já naquele período histórico, a presença dos mercados como vemos em Marcos, quando diz que “chegaram a Jerusalém, e entrando no templo, começou a expulsar os que ali vendiam e compravam; derrubou as mesas dos cambistas e os bancos dos vendedores de pombos, e não permitia que se transportasse qualquer objeto através do templo” (BÍBLIA SAGRADA, 2012).

É certo que, durante séculos, a religião andou de braços dados com o comércio, uma vez que a palavra “*feria*” (latim) significa “dia santo” ou “feriado”. As pessoas se reuniam em lugares públicos para vender seus produtos artesanais e, a partir desse incremento, o poder público interveio de modo a disciplinar, fiscalizar e - claro – cobrar impostos. Da palavra “*feria*” originaram-se as palavras da língua portuguesa “feira”, da espanhola “*feira*” e da inglesa “*fair*”. Não se sabe onde ou quando foi realizada a primeira feira livre na história. Há algumas fontes, que permitem afirmar que em 500 a.C, já se realizava essa atividade no Médio Oriente, em algumas civilizações antigas, tais como a fenícia, grega, romana e árabe.

Através dos estudos da História, atribuiu-se à Idade Média a oficialização das feiras, tendo em vista que na época dos faraós, ou seja, no período escravista, assim como no feudalismo, não existiam as feiras, isso devido à produção para o autoconsumo. O sistema de trabalho dos faraós era voltado para produzir, e em seguida consumir, pois, os faraós não tinham interesse em produzir para revenda, mas manter os escravos produzindo os bens de luxo para aqueles que detinham o poder. Da mesma forma aconteceu no feudalismo, em que se manteve o autoconsumo, prática comum entre as pessoas que viviam nos feudos, que exerciam uma espécie de escravismo.

Para Souza (2015, p. 5) no período da Idade Média, tendo em vista o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas agrícolas nos feudos, a produção aumenta e um excedente é gerado e comercializado no universo das feiras. Na Europa Medieval, as feiras livres constituíam-se espaços de sociabilidades, reunindo mercadores de diversas regiões, portos italianos, consolidando o comércio terrestre e mercados orientais de toda a Europa Ocidental.

Na atualidade, as feiras têm diversificado a expansão do comércio, oferecendo produtos sofisticados à classe mais pobre. As feiras constituem um ponto de encontro entre consumidores e vendedores, para a troca e comercialização dos produtos com a finalidade de obter lucro. Inegavelmente as feiras contribuem tanto para o desenvolvimento, como para a formação dos mercados.

Para Sandroni (2006) em seu “Dicionário de Economia do Século XXI”, o conceito de mercado é definido como:

O termo designa um grupo de compradores e vendedores que estão em contato suficientemente próximo para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais. Um mercado existe quando compradores que pretendem trocar dinheiro por bens e serviços estão em contato com vendedores desses mesmos bens e serviços. Desse modo, o mercado pode ser entendido como o local, teórico ou não, do encontro regular entre compradores e vendedores de uma determinada economia (SANDRONI, 2006, p. 528).

Em uma conceituação mais ampla, mercado pode ser entendido como uma construção social, como um espaço de interação e troca, regido por normas e regras (formais ou informais), onde são emitidos sinais (por exemplo, os preços) que influenciam as decisões dos atores envolvidos (WAQUIL, 2010).

Em relação ao conceito de mercado, a feira se configura como mais que um ponto comercial, pois nesse meio circulam bens, culturas e pessoas, sendo uma partilha entre economia e cultura, onde ocorrem encontros e articulações entre os indivíduos (BOECHAT e SANTOS, 2011).

As feiras na Região Nordeste são famosas, destacando-se as feiras de gado da Feira de Santana-BA, a feira de Caruaru-PE e as feiras de gado da Paraíba, que deram origem a muitas cidades no interior nordestino. No estado do Rio Grande do Norte, merecem destaque a Feira de Macaíba e a Feira do Alecrim. Já no município de Mossoró a Feira do bode e a Feira do Vuco-Vuco contribuem para fortalecer a identidade do povo mossoroense.

No caso específico da Cobal, a feira acontece todos os dias, rotineiramente tem início nas madrugadas e funciona até o meio-dia, com suas atividades comerciais voltadas para o atendimento da população local e municípios vizinhos, na prática de compras, vendas e trocas de alimentos de produtos regionais. Por essas características, constata-se que a Cobal mantém laços identitários de feira livre, devido a ter sido construída para atender a acordos políticos entre prefeito e feirantes da feira livre que comercializavam ao lado do Mercado Público Central na cidade de Mossoró/RN. Há uma parte dos feirantes que denominam como feira livre a comercialização dos produtos nos boxes de ferro e nas bancas de madeiras na Cobal.

De acordo com sua origem, a prefeitura teve a função de retirar os feirantes das ruas, contribuindo para a diminuição dos lucros dos produtos comercializados em suas bancas. Os feirantes viviam expostos ao sol e a chuva, nos arredores do Mercado Público Central. A feira

livre se tornou a de maior destaque do município de Mossoró. A Cobal absorve interesses de todas as classes sociais, comerciantes locais e dos municípios vizinhos. Por sua vez, conseguiu atrair o gosto dos turistas, na busca por produtos da região, como também tem despertado o interesse dos pesquisadores das Universidades do município que têm o intuito de desenvolver pesquisas científicas.

2 Origem e história da Cobal

Todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais (HAESBAERT, 2006). Assim acontece com os sujeitos que contribuíram para a origem e a história da Cobal. O tempo e o espaço foram as grandes ligações na formação do processo identitário de suas conquistas territoriais, desde o seu primeiro espaço comercial, que foi na Rua Coronel Gurgel, até chegar ao espaço atual, que está localizado na Rua Marechal Deodoro.

A história da Cobal, no município de Mossoró, teve início na gestão municipal entre os anos de 1969 e 1973, no 2º mandato do prefeito Antônio Rodrigues (BRITO, 1953-1985). Teve suas primeiras instalações na Rua Coronel Gurgel, no prédio de número 283. A princípio funcionaria como um teste e em instalações simples, mas que atenderia a toda a população de Mossoró. Foi o primeiro supermercado, denominação atribuída pelo jornal *O Mossoroense*, do primeiro posto da Cobal, onde suas instalações internas constavam de depósitos, balcões e serviço de refrigeração (O MOSSOROENSE. 1971). A Figura 01 abaixo é da Rua Coronel Gurgel, onde estava localizado o I posto da Cobal.

Figura 01 - Rua Coronel Gurgel - Ponto de referência do I posto da Cobal, Mossoró-RN



Fonte: jornal *O Mossoroense* (1971)

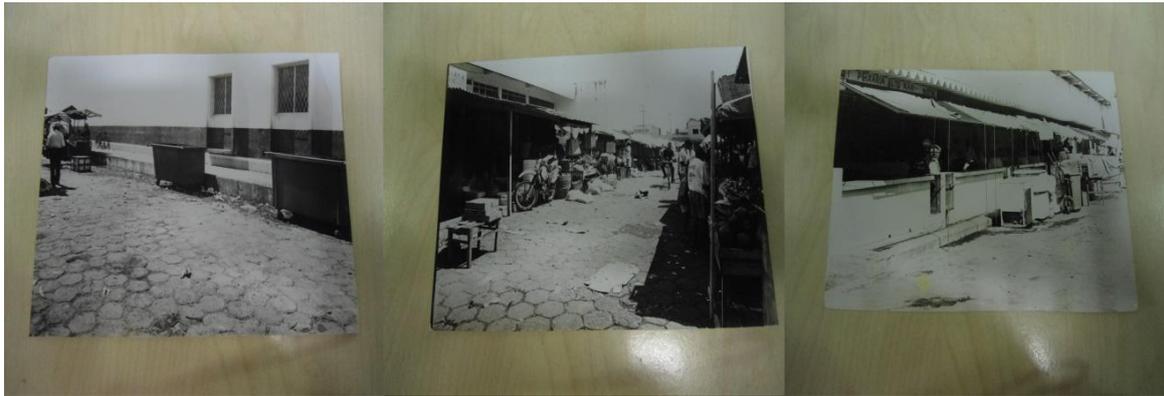
No ano da inauguração da Cobal, em todo o país havia 650 supermercados fixos, sendo 30 de emergência, 1 flutuante no Rio Tapajós – São Francisco, 2 supermercados ferroviários e 5 rodoviários, nos quais 5.500 funcionários exerciam suas atividades (O MOSSOROENSE, 1971). No estado do Rio Grande do Norte, funcionavam seis postos fixos, sendo quatro em Natal, um em Macaíba e um em Mossoró, além de postos de emergência em Assu, Caicó e Pau dos Ferros. O presidente na época já prometia construir centrais de abastecimento em todas as capitais dos Estados que ainda não possuíam esse tipo de serviço. A Cobal foi inaugurada no dia 16/01/1971, pelo General Garrastazu Médici, Presidente da República, através do ministro da Agricultura, Cirne Lima, que prometeu a instalação do prédio local, quando visitou Mossoró, em maio de 1970.

O sistema de vendas do supermercado Cobal funcionava com preços acessíveis à população, com a oferta de livre escolha das mercadorias. Foi adotado um sistema de fixação, não tendo ampla concorrência tanto da oferta quanto da procura de produtos. O posto adotou margem de lucro compatível com as condições da população e tabelamento de preços de acordo com os demais supermercados espalhados pelo Brasil, devendo o pagamento ser feito nos guichês, ou seja, nos postos criados para esta finalidade, ao sair da Cobal (O MOSSOROENSE, 1971).

A construção do Horto Mercado, na Praça 15 de Novembro, no Centro da cidade, teve início em julho de 1976, previsto para ser o maior Centro de Abastecimento do Rio Grande do Norte e de todo o Nordeste.¹ Foram construídas 80 bancas, pontos de comércio, no novo Centro de Abastecimento de Mossoró, com o objetivo de ampliar a construção de novas bancas posteriormente, pois a Companhia de Abastecimento de Mossoró (CAM) poderia comportar cerca de 110 comerciantes hortigranjeiros. (O MOSSOROENSE, 1976). As imagens abaixo (Figura 02) são da Cobal, alguns anos após sua inauguração, em dias de mercado. Para ocupar uma banca do CAM, o comerciante hortigranjeiro pagava diariamente uma tarifa de 0,50 cruzeiros, sendo oferecido aos feirantes, serviços de telefone, água, limpeza e assistência gratuitamente (O MOSSOROENSE, 1977).

1 O prédio do Supermercado Cobal, construído e inaugurado na Praça 15 de Novembro no centro da cidade, transferido da Rua Coronel Gurgel, recebeu o nome Horto Mercado com o objetivo de fornecer a população de Mossoró, produtos hortigranjeiros adquiridos dos centros produtores da região.

Figura 02 – Prédio antigo da Cobal – Praça 15 de Novembro – Dia de feira, Mossoró-RN



Fonte: Jornal *O Mossoroense*

O gerente da sucursal da Cobal no Rio Grande do Norte, Dates Hidalgo, no ano de 1971, falou ao jornal *O Mossoroense* que o objetivo da Cobal não era as concorrências entre os estabelecimentos congêneres, mas parte de um plano do governo, para atingir as principais cidades brasileiras, o que garantiria o suprimento dos gêneros. A rede dos supermercados abastecia sempre os produtos vendidos, em qualquer ponto do país, para assegurar a sua permanência no mercado (O MOSSOROENSE, 1971).

A Cobal, em sua inauguração, no início do ano de 1971, era supervisionada por um grupo de militares e civis, sendo sua direção confiada a pessoas de alto gabarito comercial. Tinha por finalidade a venda de gêneros alimentícios diretamente ao consumidor, a preços mínimos, constituindo assim um agente de pequena poupança da economia popular. Teve larga aceitação em todas as capitais e cidades principais do país. A Cobal de Mossoró atuava em comum acordo com a Cobal nacional. Mossoró foi o terceiro município do país a receber a CAM, operando em nível de Atacado e nível de consumidor Horto de Mercado. As duas primeiras Centrais de Abastecimento foram construídas em Maringá (PR) e Altamira (PA). (O MOSSOROENSE, 1977)

O atual prédio da Cobal foi construído na Praça 15 de Novembro, no dia 02/09/1977. A praça está localizada na Rua Marechal Deodoro, Bairro Paredões, no município de Mossoró. Cinco meses após sua inauguração, o jornal *O Mossoroense*, no dia 25/01/1978, publicou uma matéria sobre as reclamações dos feirantes que foram transferidos da feira livre, localizada ao lado do Mercado Público Central, para a Cobal. Não era mais admitido ninguém vender frutas e verduras no mercado, fato que já estava se constatando com a prática da venda de frutas e verduras no Beco das Frutas. Assim, muitos comerciantes voltaram para o Mercado Público Central, local onde acontecia a feira livre. A Figura 03 refere-se aos feirantes vendendo frutas no Beco das Frutas, no ano de 1977.

Figura 03 - Feirante no Beco das Frutas, Mossoró-RN



Fonte: Jornal *O Mossoroense*

Os feirantes achavam que os decretos assinados pelo prefeito no ano de 1976, foram mal pensados, e não viam com bons olhos a decisão do gestor municipal, por saberem que Mossoró não tinha condições para o desenvolvimento econômico com o porte de comércio como o CAM. Alguns feirantes diziam que não era para eles terem sido retirados da feira livre, ao lado do Mercado Público Central, pois estava sendo difícil sobreviver das vendas na Cobal, uma vez que já tinham tentado e tiveram prejuízos incalculáveis, prejudicando-os pelo resto de suas vidas (O MOSSOROENSE, 1977). A Figura 04 representa os feirantes quando foram retirados da feira livre para o prédio da Cobal, na Praça 15 de Novembro, no ano de 1976.

Figura 4- Feirantes no supermercado Cobal, Mossoró-RN



Fonte: Jornal *O Mossoroense*

A Cobal deixou de receber a denominação de supermercado no ano de 1977, passando a ser denominado Horto Mercado. O quadro abaixo apresenta a sequência temporal das mudanças ocorridas na Cobal, desde quando era supermercado, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e mantida com recursos do governo federal, até pertencer ao município, recebendo o nome de Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Mesmo com a mudança do nome, a denominação “Cobal” ainda prevalece para os feirantes e a população em geral.

Quadro 01 - Periodização da Cobal

1971	Cobal – Supermercado – Rua Coronel Gurgel
1977	Construção do prédio para funcionar o Horto Mercado
2002	Após reforma passou a ser chamada de Cobal - Induzida a transferência definitiva dos feirantes

O prédio da Cobal, extinto há 26 anos, passou a pertencer à CONAB, assim, a prefeitura municipal de Mossoró passou a administrar o local. O prédio foi vendido à prefeitura no ano de 2000. A CONAB foi fundada com outras empresas para o desenvolvimento da Cobal. Ainda que o prédio seja conhecido na região como sendo a “Cobal”, a relação com CONAB aferiu à Companhia uma responsabilidade desconhecida pelo local.

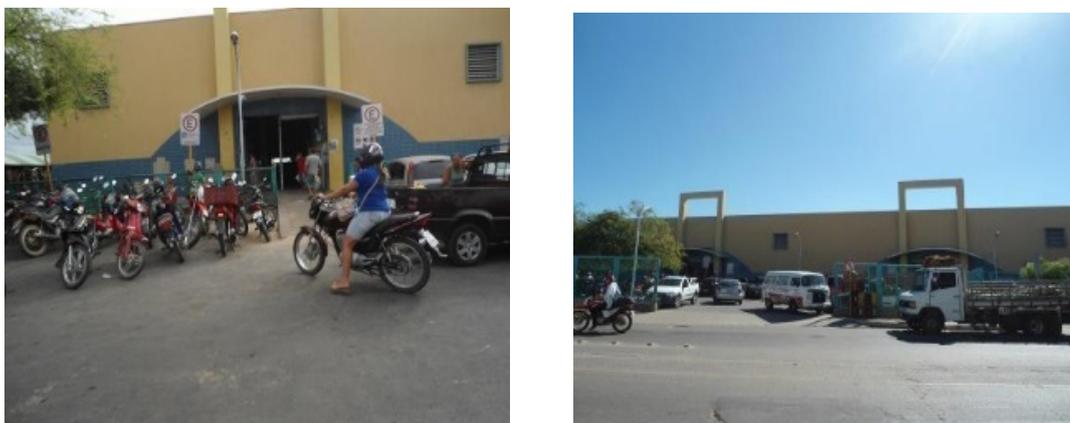
A CONAB se originou da fusão de três empresas públicas, a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que atuavam em áreas distintas e complementares, no abastecimento e fomento à produção agrícola e armazenagem, respectivamente. A CONAB é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em janeiro de 1991.

Atualmente, a companhia é uma empresa oficial do governo federal. É encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado. Sua missão é contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícolas e de abastecimento no país. Com sede em Brasília, a Companhia implementa ações em todo o território nacional por meio de sua rede de

25 superintendências regionais e mais de 90 unidades armazenadoras, realizando ainda ações de cooperação internacional. Os serviços de limpeza são terceirizados e de competência da prefeitura municipal de Mossoró.

A história da Cobal foi contada através das reportagens do jornal *O Mossoroense* e das entrevistas com os(as) feirantes. Sabemos da grande importância que os meios de comunicação possuem, sendo essa fonte fundamental para a pesquisa empírica e documental, principalmente quando foi constatada escassez ou quase inexistência de registros literários sobre a história da Cobal. As narrativas dos feirantes também foram fontes enriquecedoras para a compreensão das relações de identidade, territorialidade e cotidiano deste espaço. As imagens das Figuras 05 e 06, feitas no dia 17/05/2017, são da CONAB, prédio atual, conhecida popularmente como Cobal.

Figuras 05 e 06 – Prédio atual da Cobal, Mossoró-RN



Fonte: das autoras

A Cobal recebeu o nome do ex-prefeito de Mossoró, Raimundo Soares de Souza, nome oficial, desde o ano de sua reinauguração em 2002. Quando ela foi reinaugurada, o gestor municipal trouxe então um profissional, por nome Ícaro, do estado de São Paulo, para ser o administrador, oferecendo um bom salário na época, como também havia uma verba destinada à manutenção do prédio. Possuía no seu quadro de funcionários 32 garis para a limpeza do prédio e 16 guardas, que faziam o trabalho de segurança 24 horas.

Além do administrador, os funcionários têm um sindicato, representado por uma mulher por nome Ozenir, de uma empresa terceirizada, que participa de reuniões com representantes da prefeitura, para apresentação das reivindicações dos trabalhadores sobre limpeza, segurança, manutenção do prédio e outros interesses de mesma categoria.

Cerca de 600 comerciantes trabalham na Cobal, entre os fixos e os ambulantes. Destes, apenas 100 estão localizados no interior do prédio e pagam de R\$ 100 a R\$ 250 de impostos pelo direito de comercializar no local, chegando a ser maior o valor, dependendo da quantidade de pontos comerciais que cada comerciante possui. Cerca de 500 trabalhadores, entre eles os que possuem boxes de ferro e os ambulantes, localizados na área externa, não pagam nenhum tipo de imposto à prefeitura. As Figuras 07 e 08 abaixo caracterizam os boxes dos feirantes que comercializam na área externa da Cobal.

Figuras 07 e 08 - Dia de feira na Cobal, Mossoró-RN



Fonte: das autoras

Somente os trabalhadores do interior da Cobal e do Mercado da Carne e do Peixe pagam impostos, mas só começaram a pagar depois de 2004. Os demais feirantes, que comercializam fora da Cobal nunca pagaram e nem pagam nenhum tipo de tributo devido ao acordo firmado com o gestor municipal na década de 1970.

Os únicos documentos que a Cobal possui são a placa de reinauguração, fixada no próprio prédio, do ano de 2002, quando foi realizada a última reforma, e as normas de funcionamento, que se encontram na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Esse documento se encontra defasado e uma equipe da gestão do governo municipal do ano de 2014 elaborou um novo, atribuindo normas como: a proibição de vendas de Box; a proibição de transferências de pontos do interior da Cobal para parentes no caso de óbito; a proibição de aluguel; como também a impossibilidade de um comerciante possuir mais de um Box.

O Mercado da Carne e Aves, localizado no prédio da Cobal, recebeu o nome de João Félix da Silva, vendedor de pão e cambista. Foi construído na gestão do prefeito Dix-Huit Rosado Maia, entre os anos de 1983 e 1988, com o objetivo de retirar os marchantes do Mercado Público

Central, aqueles comerciantes que compram gados e negociam carne bovina. A figura 09 é do atual Mercado da Carne e Aves, que foi reformado no ano de 2006.

Figura 09 - Mercado da Carne e Aves na Cobal, Mossoró-RN



Fonte: das autoras

O conceito de Mercado deve ser entendido como o “local” em que operam as forças da oferta e demanda, através de vendedores e compradores, de tal forma que ocorra a transferência de propriedade da mercadoria através de operações de compra e venda. O Mercado é o local onde se encontram quem quer comprar e quem quer vender, e através de um processo de negociação, determinam o preço e a quantidade do bem a ser transacionado, trocado entre ambos (EMATER, 2018). Assim, o mercado de carnes e aves pode ser considerado uma extensão do prédio da Cobal e uma ampliação do funcionamento da feira.

3 A feira na Cobal e a identidade territorial

Com as transformações advindas do capitalismo e da modernidade, a sociedade mudou, e conseqüentemente as relações de trabalho. As sociedades evoluem e o ambiente de trabalho acompanha essas transformações. Para os padrões dessa evolução no trabalho, tem ocorrido mudanças bastante significativas no espaço, que possibilitaram alterações no modo de vida dos feirantes da Cobal.

Mas o capitalismo não apenas desestrutura e isola, ele também reunifica, recompõe os pedaços desintegrados num novo sistema. A desintegração provisória visa apenas a criação

de brechas por onde a política dominadora possa instalar-se. As relações comerciais e sociais que caracterizam relações diretas entre produtores e consumidores cederam lugar para outras relações, características do capitalismo (CANCLINI, 1982).

A liberdade, a autonomia, a variedade e instabilidade na ambiguidade de suas práticas, destacam a realidade em que vivem os trabalhadores, com o advento do capitalismo. Os padrões e configurações dos arranjos de mercado, evidentes no surgimento das novas regras do processo de globalização, provocam comportamentos de identidades conflitantes, comparadas ao tradicional e antigo modelo de comercialização, em que os trabalhadores não eram tão cheios de incertezas e ansiedades como agora, nesse período em que o capital dá lugar a variações de comportamentos distintos.

As transformações ocorridas na Cobal apontam para um desequilíbrio desde a sua identidade espacial, que não atende aos anseios dos trabalhadores. O espaço muda com os indivíduos, alterando consideravelmente as regras da vida em grupos. Os trabalhadores relatam que tais mudanças acarretaram consequências desastrosas e que até hoje não superaram devido estarem atrelados ao passado. Um passado, que sabemos que não volta, justamente pelas transformações que aconteceram na sociedade provocadas pelo desenvolvimento econômico das cidades, e parte disto interfere na identidade.

A feira, por ser um local onde acontece a interação das relações sociais, econômicas, culturais e territoriais, torna-se um lugar de grande importância na construção e transformação do espaço e da identidade. Essas interações possibilitam a formação de uma identidade territorial, em que a geografia e a história dos lugares contribuem para essa representação.

Os feirantes da Cobal, ao estabelecerem o território como seu espaço de convivência cotidiana, procuram adquirir identificações com o lugar, na troca de experiências com os demais trabalhadores, contribuindo para a desterritorialidade e reterritorialidade, apropriando-se de distintas identidades e posicionando-se enquanto agentes que influem e sofrem influência no controle e poder do território.

No processo de reterritorialização dos trabalhadores da Cobal, em que o espaço recriado sofre alterações nos novos arranjos produtivos do desenvolvimento dos modelos de práticas socioculturais distintas, percebemos que os territórios estão em constante transformação, e que os feirantes necessitam se adequar cotidianamente as regras de convivência. A sociedade exige deles novas posturas frente às mudanças ocorridas no lugar. A desterritorialização ocorre com implicações, nos aspectos sociais, econômicos, políticos ou culturais. A exemplo disso Ianni (1995) considera que a territorialidade oportuniza aos sujeitos sua formação, quando rompe

com aspectos estáticos a vida em grupo:

E o que se mantém territorializado já não é mais a mesma coisa, muda de aspecto, adquire outro significado, desfigura-se. Rompem-se os quadros geográficos e históricos prevalecentes de espaço e tempo. Emergem outras conotações para o que é singular, particular, universal, em outras mediações. (IANNI, 1995, p. 103-104)

As mudanças ocorridas na Cobal, a partir de sua espacialidade, com a retirada dos feirantes que antes comercializavam ao lado do Mercado Público Central, apontam para a desfiguração dos espaços geográficos. De modo que as trajetórias diferentes e as histórias desses trabalhadores não são consideradas singulares. As particularidades não são levadas em consideração, acarretando o silêncio das falas dos feirantes, se perdendo nas imediações com os propósitos dos interesses políticos.

O projeto geográfico da construção da Cobal, tanto o elaborado pelo governo federal e depois o que provocou a reinauguração no ano de 2002, não atendeu e nem atende as reais necessidades dos feirantes, desfigurando toda a estrutura que foi construída para atender as necessidades da população com a chegada desse primeiro supermercado no município de Mossoró. Para os feirantes, a Cobal foi o pretexto que a administração pública criou para deslocá-los da feira livre e causar a insatisfação nos seus modos de fazer a feira.

4 A Cobal e suas transformações

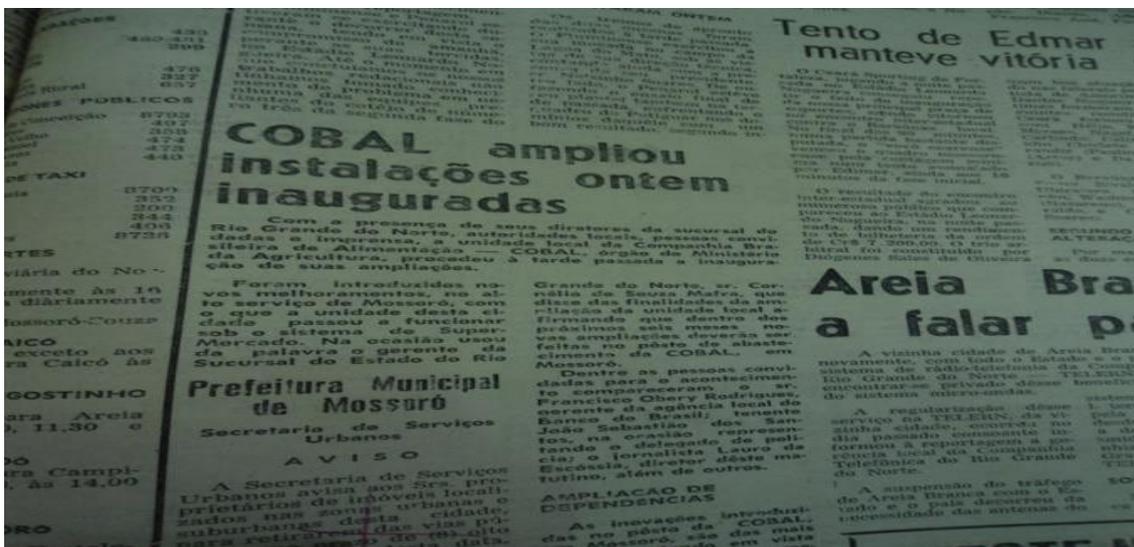
A manipulação do espaço parece clara, ela não interfere apenas no papel decisivo para a realização das estratégias político-econômicas dominantes. Ela pode corresponder também à base para a formulação de propostas minoritárias de convivência social e a um referencial indispensável para a articulação ou preservação de identidades coletivas diferenciadoras. (HAESBAERT, 2006)

A pressão do poder político em Mossoró para o desenvolvimento econômico do município, proporcionou aos feirantes da Cobal articulações de suas práticas como comerciantes, possibilitando a formação de grupos diferenciados no interior da feira. Várias identidades surgiram, desde sua criação até os dias atuais.

Desde a idealização do projeto e de suas instalações em Mossoró, ocorrida no ano de

1971, a Cobal vem passando por transformações. Em sua criação foram introduzidas melhorias nos serviços prestados aos feirantes, em relação aos produtos comercializados na feira livre. Nesse período, o gerente da sucursal da Cobal no Estado era Cornélio de Souza Mafra. As inovações introduzidas no posto foram elogiadas, tendo em vista que pretendiam atender cada vez melhor a população local. Suas dependências foram ampliadas, sendo instaladas uma secção de frigorífico, por exemplo. A notícia representada na Figura 10 é do jornal *O Mossoroense* (1971), no dia da inauguração das novas ampliações e instalações de serviços inovadores do prédio do posto da Cobal.

Figura 10 - Notícias de jornais sobre a Cobal



Fonte: Jornal *O Mossoroense*

As transformações na Cobal, com o passar do tempo, foram ocorrendo de forma bastante significativa para a população mossoroense. Com a construção de um novo prédio localizado na Rua Marechal Teodoro, no Bairro Paredões, foi possível retirar os feirantes dos arredores do Mercado Público Central, diante de interesses políticos que tinham como objetivo deixar o espaço livre para a circulação de veículos e, sobretudo, acordos firmados entre o prefeito e feirantes, com o intuito de não cobrar nenhum tipo de imposto e levá-los para os boxes planejados pela equipe técnica que elaborou o projeto da nova Cobal.

Dessa forma, a reorganização da estrutura física da Cobal sofreu alterações na espacialidade, para amenizar o fluxo no trânsito do centro da cidade, deslocando os feirantes da feira livre. De acordo com os entrevistados nesta pesquisa, a manobra facilitou a vida para uns, no caso

os comerciantes do centro da cidade e dificultou a vida dos feirantes, deixando-os revoltados, como até hoje alguns são, com a mudança do local da feira, saindo da rua para um prédio fechado.

A feira livre já acontecia ao lado do Mercado Público Central desde a década de 1970, mas somente no ano de 2002 os feirantes foram deslocados para a Cobal. No ano de 1979, a prefeitura despertou o interesse em promover feiras em bairros distintos no município de Mossoró, desenvolvendo na cidade o modelo de feiras livres descentralizadas (O MOSSOROENSE, 1979).

O tempo destinado à feira livre seria para iniciar pela madrugada e seu final terminaria às 13h. No corrente ano, o prefeito João Newton criou as feiras livres, através de decreto. Os comerciantes não pagariam mais impostos. Com isso, daria trabalho a centenas de ambulantes, mas perderiam a oportunidade de comercializar ao lado do Mercado Público Central. A princípio as feiras livres aconteciam em três dias na semana, em bairros diferentes, nas terças, quintas e sábados (O MOSSOROENSE, 1979). Atualmente não existem as feiras nos bairros e toda uma diversidade de comércio está centralizada no prédio da Cobal.

5 Considerações Finais

A história da Cobal, retratada no jornal *O Mossoroense* e conseqüentemente narrada na fala dos feirantes, oportuniza uma literal relação entre o dito e o escrito, em que a verbalização dos feirantes faz sintonia com as reportagens dos jornais, estreitando os laços entre os comerciantes e a população, quando é divulgada pelas notícias.

O jornal *O Mossoroense* acompanhou todo o processo, desde a idealização à construção do prédio da Cobal. Destacou todos os momentos importantes para esse feito no município, lembrando que nesse período, na década de 1970, vivíamos a ditadura militar. Sabemos que os fatos narrados nos jornais eram de interesse de grupos políticos, muitas vezes sendo tendenciosos e favoráveis a quem detinha o poder e podia pagar para divulgar. A imprensa era censurada, havendo a manipulação dos registros fotográficos. Apesar disto, a procura de informações nos jornais tornou-se necessária para a constituição dos dados de origem e história da Cobal. Os fatos históricos, sociais e geográficos contribuíram para direcionar a pesquisa, dando um caráter científico, confrontados com fatos da vida cotidiana dos trabalhadores da feira.

6 Referências

BÍBLIA SAGRADA. 15 ed, Brasília: Canção Nova, 2012.

BRITO, Raimundo Soares, **Legislativo e Executivo de Mossoró, numa viagem mais que centenária.** (Cronologia) 1953-1985. Coleção Mossoroense. Vol. CCLXXXVII.

BOECHAT, Patrícia Teresa; SANTOS, Jaqueline Lima. **Feira livre: Dinâmicas espaciais e relações identitárias.** VIII Encontro baiano de geografia/X Semana de geografia da UESB. Vitória da Conquista-BA, 2011

CANCLINI, Nestor Garcia **Las culturas populares en el capitalismo.** México, Nueva Imagen. 1982.

EMATER-DF. Patrimônio cultural da Humanidade. **Conceito de Mercado.** Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/proext/images/conceitosmercado.pdf>. Acesso em 25/02/2018.

ENCICLOPÉDIA Luso - Brasileira, vol. 8, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos.** 2 ed., São Paulo: Contexto, 2006.

IANNI, Octavio. A desterritorialização. In: **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

O MOSSOROENSE. **Supermercado da Cobal será inaugurado sábado próximo,** Nº 3407, 14 de Janeiro de 1971.

____. **Cobal inaugura posto com grande assistência.** Nº 3419. 17 de Janeiro de 1971.

____. **Cobal vai abrir aos domingos.** Nº 3526, 24 de Junho de 1971.

____. **Construção do Horto Mercado pode começar no fim de maio.** Nº 4696, 29 de Abril de 1976.

____. **Horto Mercado vai ser inaugurado em janeiro.** Nº 4846, 08 de Dezembro de 1976.

____. **Horto será inaugurado dia 29.** Nº 4860, 30 de Dezembro de 1976.

____. **Horto ainda está em obras.** Nº 4886, 06 de fevereiro de 1977.

____. **Horto: atuais obras terminam em 30 dias.** N 4889, 10 de fevereiro de 1977.

____. **Feirantes deixam o mercado pelo CAM insatisfeitos.** Nº 5016, 18 de Agosto de 1977.

____. **CAM pronto para receber hortigranjeiros.** Nº 5020, 24 de Agosto de 1977.

____. **Amanhã o último dia dos hortigranjeiros no Mercado.** Nº 5024, 30 de Agosto de 1977.

____. **Hortigranjeiros no CAM: como foi o 1º dia.** Nº 5027, 02 de Setembro de 1977.

LIMA, Anna Erika Ferreira; SAMPAIO, José Levi Furtado. **Aspectos da formação espacial da feira-livre de Abaiara – Ceará: relações e trocas.** In: XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. Anais... São Paulo: USP, 2009.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Dicionário de Economia do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Júlio Cesar. **Feiras livres: suas origens e relações de consumo.** Disponível em <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/feiras-livres-suas-origens-relacoes-consumo.htm>. Acesso em 01/06/2018.

SOUZA, Carolina. As feiras livres como lugares de produção cotidiana de saberes do trabalho e educação popular nas cidades: alguns horizontes teóricos e analíticos no campo trabalho – educação. **Trabalho Necessário**, Ano 13 – nº 2, p. 126-144, 2015.

WAQUIL, Paulo; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

VARGAS, Heliana Comin. **Comércio e serviços varejistas nos estudos urbanos e a complexidade na produção do conhecimento.** São Paulo: Anais do II CinCci, 2008.

SOBRE EDUCAÇÃO

7 – PRÁTICA MUSICAL COLETIVA E DESENVOLVIMENTO ÉTICO: POR UMA EDUCAÇÃO MUSICAL RELIGANTE

Gisele Ferreira de Lima
Marcos de Camargo Von Zuben
Ailton Siqueira de Sousa Fonseca

1 Introdução

A música, além da admiração e respeito que nutrimos por ela, possui funções formadoras para o desenvolvimento do indivíduo, e quanto mais íntima e complexa for a relação do sujeito com a música, mais chances ele terá de se relacionar consigo e se produzir eticamente, estando disposto a problematizar seu repertório, reconhecer outros timbres, ser outro tom, ter outro ritmo e soar harmonicamente na sociedade.

Nessa perspectiva, não desconsiderando as inúmeras funções sociais que a música pode ter, na ocasião nos interessa, principalmente, as transformações pessoais e sociais que podem ser possibilitadas pelo fenômeno musical e que vão de encontro a realidades sociais que precisam ser modificadas no momento, como a dificuldade de viver junto, ao que entendemos decorrer da educação fragmentada e mecanicista do espírito capitalista e de outras características que marcam a sociedade pós-moderna.

Cruvinel (2005, p. 17) nos diz que “a música na sociedade atual deve ser entendida como um poderoso instrumento de transformação, não só do indivíduo, mas do ser humano social, que vive em sociedade, pertence a um grupo”. Assim, a pesquisa aqui relatada, intitulada “Prática musical coletiva e desenvolvimento ético: por uma educação musical religante”, teve como objeto de investigação os processos educativos que permearam a prática musical coletiva do Movimento Cultural Ecoarte, realizada na cidade de Mossoró/RN. Estudou-se especificamente a possibilidade desses processos educativos favorecerem um desenvolvimento ético, sobretudo, a ética de religação, ao indivíduo. A ética de religação ou complexa, nos é apresentada no método 6, do livro *Ética* (2007a) de Edgar Morin. É uma ética amorosa que reconhece o ser humano nas suas mais variadas dimensões: individual e social pertencente a uma espécie; dimensão afetiva, racional, psíquica; poética, prosaica, demens, sapiens, etc. Solidária e compreensiva, busca uma religação dos sujeitos com eles mesmos, com a sociedade e com a espécie humana.

Das diversas possibilidades de se relacionar e fazer música, destacamos o fazer musical coletivo. Confiamos ser ele palco de relações humanas privilegiadas para observação e compreensão nesta pesquisa. Nelas, os sujeitos interagem e se educam mutuamente. Investigar um cenário de fazer musical coletivo, portanto, é investigar uma prática social, uma microssociedade atravessada por uma constante promoção da multidimensionalidade de aspectos: musicais, pessoais, sociais, afetivos – em flagrante ênfase a aspectos subjetivos. Por se tratar de uma prática social, Oliveira (2009) afirma que, “[...] pesquisas em práticas sociais nos apontam que as pessoas se fazem e refazem no mundo nos encontros e desencontros, por meio da convivência e da interação. Desse modo, constituímos-nos em práticas sociais nos mais diversos meios e ambientes”.

A dificuldade de se viver junto que aflige a sociedade pós-moderna tem causado espanto, isso pelo fato de ocorrer num mundo globalizado, interligado e multicultural. A sociedade da informação, de avanços tecnológicos e científicos incríveis, declina no que diz respeito a convivência com o próximo. Viver junto tem sido uma preocupação mundial. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) tem movimentado representantes de nações de todo o planeta, a fim de discutir métodos, ações, reformas, entre outras medidas para que a educação do século XXI eduque para se viver junto.

Em setembro de 2001, a 46ª Conferência Internacional da Educação da UNESCO, acontecida em Genebra, na Suíça, abordou a seguinte temática: Educação para todos a fim de aprendermos a viver juntos: conteúdos e estratégias de aprendizagem - problemas e soluções. A referida conferência reuniu ministros da educação do mundo inteiro, constituindo-se, até 2001, um espaço único e em alto nível sobre os desafios da área da educação e suas implicações em termos de políticas. A então conferência contou com a presença de mais de 600 participantes, de 127 países: 80 ministros, 10 ministros adjuntos da educação, além de representantes de organizações intergovernamentais e não governamentais.

Aprender a viver junto não é aprender a religar-se? Não é educar para o altruísmo, para a ética? Acreditamos que sim. Sendo assim, uma educação que religue é uma preocupação mundial. A fragilidade dos laços humanos, característica da modernidade líquida e fator que desencadeia a dificuldade de viver junto, é discutida pelo sociólogo Bauman (2004). Para ele, houve uma transformação do estado sólido para o líquido. Evidencia-se, então, o conceito de “líquido mundo moderno”. Neste mundo líquido e capitalista, com seu sistema de produção, com seu consumo exacerbado, com sua aliada fiel: a mídia, com seu espírito lucrativo e racional, tem transformado a vida social, sobretudo, as relações humanas.

Nessa conjuntura, o amor, a fraternidade, compreensão, altruísmo, sentimentos que entendemos por conectar o homem ao próximo, à sociedade e a ele mesmo, vão perdendo a força. A educação fragmentada, tecnicista, determinista; a educação dos especialistas, da soberania da razão e ciência, que como diz Morin (2007, p. 18) “anula o que é subjetivo e afetivo”, enraíza cada vez mais o individualismo e, conseqüentemente, a dificuldade de viver junto.

No segmento teórico que aborda o caráter da complexidade dos elementos constitutivos da sociedade, defende-se a necessidade de pensar em caminhos, práticas e concepções que retomam as subjetividades, como os valores de altruísmo, solidariedade e amor, na condição de ferramentas indispensáveis para solução das problemáticas humanas que atualmente vivenciamos; sendo então a ética de religação abordada por Edgar Morin (2007a) apontada em nossa pesquisa como um caminho possível para essa retomada.

Ética que, como próprio nome sugere, tem a missão de religar, fazendo isso por meio do amor, solidariedade, compreensão e de outros princípios que são inerentes à ideia de religação e que podem, ou não, serem fortalecidos por relações diversas, dentre elas destacamos a prática musical coletiva.

Para investigar os processos educativos realizados em práticas sociais, tivemos como objeto empírico, como dissemos, o grupo Ecoarte. Sediado na cidade de Mossoró, interior do Rio Grande do Norte, o referido grupo, que em 2017 completou 10 anos, consiste em um encontro de pessoas que ali têm aulas de violão. O grupo movimenta sujeitos das mais diversas idades, níveis sociais, escolaridades e ideologias, em prol de um bem comum: o fazer musical coletivo.

Com relação à pesquisa, a mesma é de natureza qualitativa, pois considera valores, crenças, subjetividades e a própria complexidade humana inerentes aos sujeitos e campo pesquisado. Utilizaremos como abordagem de coleta de informações a observação participante, na qual o pesquisador insere-se no grupo de tal forma que aparenta ser um deles.

Assim, partindo do pressuposto de que a música é uma arte essencialmente humana e coletiva, como nos diz Cunha (2013), na qual em suas práticas, além do produto musical, se produzem processos educativos diversos; considerando também o pressuposto de Oliveira (2009), de que toda prática social desencadeia processos educativos que promovem formação para a vida; e por fim, fundamentado nos pensamentos éticos morinianos, que trazem vibrações de afetos em forma de liberdade, compreensão, pertencimento, reconhecimento, fraternidade e solidariedade; teve-se como objetivo compreender as relações dos processos educativos decorrentes da prática musical coletiva do Ecoarte com a ética de religação.

2 Sobre a fragilidade dos laços humanos na Pós-Modernidade

Falar sobre a fragilidade dos laços humanos na pós-modernidade é um assunto que ressoa como uma música desagradável e desafinada. Talvez uma música que até defendamos com veemência não ser a ideal, mas que admitimos ser a mais consonante com a tônica que representa a sociedade contemporânea. Há uma música que nos invade: a fragilidade dos laços humanos.

São, portanto, laços que se tornaram frágeis, devido a uma conjuntura capitalista, e conseqüentemente, à dificuldade de vivermos juntos na pós-modernidade, a principal preocupação de nossa pesquisa. Não que acreditemos que em tempos passados tal dificuldade não existisse, porém, acredita-se que as características da pós-modernidade acentuam essa realidade.

Embora se desconheça um total consenso em relação à temática pós-modernidade, que como nos diz Santos (2008), tem sido chamada de modernidade líquida por Bauman (2001); sociedade do espetáculo, por Debord (1997); e hipermodernidade, por Lipovetsky (2004); de modo que suas características guardam convergências significativas e são elas que nos interessam.

Em meio ao mundo globalizado, como reflexo, surgem novos padrões culturais extremamente diversificados, novos referenciais, informações que circulam com uma rapidez espantosa. crenças, valores, ideologias e a arte. são influenciadas por essa conjuntura, construindo o homem contemporâneo. E que homem é esse?

Um homem globalizado, talvez conectado com o mundo todo, menos com seus vizinhos. Um homem capaz de se comunicar com rapidez e eficiência com um sujeito do outro lado do mundo, mas não consegue se comunicar com seus familiares. Um homem fruto, em alguma medida, da diversidade cultural mundial a que se tem acesso, mas que isso não o faz mais tolerante, pacífico e respeitoso. Não fortalecendo uma atitude de, sobretudo, ver o próximo como igual e não apenas como diferente. Talvez um homem que conhece, manuseia e muitos dominam os conhecimentos tecnológicos, mas conhecem pouco de si mesmos e do outro. Talvez, um homem que aperfeiçoa meios de transportes, meios de comunicação, conhecimentos científicos, mas declina no que diz respeito aos laços humanos, algo essencial para se viver junto.

Esse homem globalizado, consumista, midiático e de laços humanos frágeis, é discutido pelo sociólogo Polonês Zigmunt Bauman, em sua obra *O amor líquido* (2004), sobre a fragilidade dos laços humanos. Bauman (2004) nos diz ter havido uma fusão nos tempos modernos. Ou seja, uma passagem do estado sólido para o líquido. Esse autor dá a seguinte sentença: a solidariedade humana é a primeira baixa causada pelo triunfo do mercado consumidor. Segundo Nogueira,

Na nossa sociedade contemporânea, as várias mudanças ocorridas nos planos socioeconômico, cultural e tecnológico, pautadas no processo de globalização, vêm interferindo na dinâmica, na organização e na estrutura de toda a vida e, conseqüentemente, nos planos social e familiar contemporâneos, além de profundas modificações no modo de ser do sujeito, enquanto indivíduo. Nesse sentido e tendo como base o contexto sócio-histórico em que as relações sociais e familiares foram concebidas, é possível dizer que no mundo contemporâneo, tanto as relações familiares como as demais relações sociais e interpessoais passaram a se constituir sob a ótica do ‘mercado’ e do ‘consumo’. (NOGUEIRA, 2013, p. 22).

Temos então laços efêmeros, frágeis e superficiais, ou seja, líquidos, que caracterizam o homem contemporâneo e conseqüentemente a sociedade em que ele vive. Na sua obra *Ética*, em suas abordagens sobre a *Ética planetária*, Morin (2007a) nos traz a ideia de universalismo abstrato, que consiste numa realidade em que,

Os fragmentos de humanidade estão agora em interdependência, mas esta não cria a solidariedade, estão em comunicação, mas as comunicações técnicas ou mercantis não criam a compreensão; a acumulação de informação não cria o conhecimento; e a acumulação de conhecimento não cria a compreensão. Ao mesmo tempo em que se desenvolvem os inúmeros processos de unificação (técnicos, científicos, civilizacionais), deslocamentos formidáveis, regressões, fechamentos (nacionais, étnicos, religiosos) acontecem. (MORIN, 2007a, p. 163).

Enxergamos na citação acima os paradoxos do homem contemporâneo descrito anteriormente. A interdependência, não cria solidariedade; a comunicação, não cria compreensão e a informação, não cria conhecimento. Temos, portanto, mudanças avassaladoras no modo de viver dos indivíduos, especialmente na sua maneira de interagir com o outro, propulsionadas pelo sistema capitalista marcado pelo consumismo e pelo culto ao individualismo.

3 A ética de religação

Edgar Morin nos apresenta uma ética alicerçada no pensamento complexo: a ética de religação. Assim, a ética de religação busca compreender as questões complexas da atualidade que não são alcançadas pelo modelo simplificador. Entendemos então, de imediato, que essa ética não busca certezas, pelo contrário, reconhece sua incompletude e inacabamento. Ela busca juntar os fragmentos de saberes e da realidade humana, reconhecendo a trindade: indivíduo, sociedade e espécie, que o modelo simplificador ignora e assim, enfraquece as ações éticas

solidárias, compreensivas e responsáveis.

A ética moriniana surge em meio a uma conjuntura de crise, no qual ele denomina de crise dos fundamentos. As certezas, os determinismos, as causalidades, prometidas pelo pensamento moderno não foram alcançadas. Pelo contrário, as mudanças sociais, tecnológicas, científicas que vêm acontecendo desde o início da modernidade têm formado um tecido social extremamente plural, fragmentado, individualista e livre. Tão livre, que caminham para algum lugar que não se sabe qual. O teocentrismo que fundamentava o tecido social medieval há séculos foi enfraquecido. A razão que fundamentava o tecido social da modernidade e que desde Descartes provocou um divisor de águas na história do mundo ocidental, tem sofrido enfraquecimentos.

Portanto, razão, leis, famílias e igrejas, não são mais referências que fundamentam a ética. A própria moral, pela qual a ética deveria desenvolver sua reflexão filosófica, diremos que se encontra perdida em alto mar, boiando entre as ondas complexas da modernidade líquida. Assim, a ética de religação sonha ser um pensamento inspirador para a sociedade atual. Inspirando a “percepção que o ato moral é um ato individual de religação; religação com um outro, religação com sua comunidade, religação com uma sociedade e, no limite, religação com a espécie humana”. Religações estas regadas como diz Morin (2007a, p. 93) por “autoanálise, pelo retorno sobre si mesmo para se objetivar, compreender-se e corrigir-se”, pela compreensão do outro, pela amizade, solidariedade e responsabilidade. Pelo civismo, perdão, pelo reconhecimento do destino humano com suas dialógicas: egocêntricas/altruístas, razão/mito, razão/paixão, pelas incertezas, ilusões, mas também pela esperança fé e amor.

A ética em questão nos foi explanada no seu *Método 6, Ética*. O último de um conjunto de seis livros sobre o método escritos pelo autor. Apesar do Método 6 ter sido nossa principal fonte em busca de compreender e descrever o pensamento ético que selecionamos, o termo religação tem sido recorrente nos escritos Morinianos. Em *A cabeça bem feita* (2011, p. 73), afirma que a inter-solidariedade e religação, são imprescindíveis para civilizar as relações humanas. Em *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2011a, p. 67), relaciona a religação com a sabedoria de viver junto.

Não fugindo ao sentido que o próprio termo sugere: religar, unir, juntar, a ética de religação é trazida por Morin (2007a) como uma necessidade vital: precisamos nos ligar, unir, juntarmos a nós mesmos, ao próximo, à pátria, à comunidade. Ainda da obra *A cabeça bem feita* (2011, p. 97) Morin diz que “um modo de pensar, capaz de unir e solidarizar conhecimentos separados, é capaz de se desdobrar em uma ética da união e da solidariedade entre humano”. O

termo religação é também usado para contrapor uma das críticas feitas por Morin à fragmentação dos saberes que ainda predomina nos sistemas educacionais vigentes.

A noção de religação, inventada pelo sociólogo Marcel Boile de Bal, preenche um vazio conceitual dando uma natureza substantiva ao que só era concebido de forma adjetiva e um caráter ativo a esse substantivo. “Religado” é passivo, “religante” é participante, “religação” é ativante. Pode-se falar de “desligação” em oposição à “religação”. (MORIN, 2007a, p. 212).

Relacionamos o caráter ativo da religação da citação supracitada, com o imperativo com qual Morin (2007a, p. 19) dá início ao seu pensamento ético: “A ética manifesta-se para nós de maneira imperativa, como exigência moral”. Entendemos que a ética tratada por Morin pode ser um caminho para melhor se viver junto. Compreensão, solidariedade, amor, esperança, responsabilidade, união, autonomia, modéstia, são ingredientes implícitos na ideia de religação tratada por Morin no Método 6, considerado em nossa pesquisa.

Morin (2007a, p. 37) afirma existir “uma necessidade vital, social e ética de amizade, afeição e de amor para que os seres humanos se realizem. O amor é a experiência fundamental de religação dos seres humanos. Em nível da mais alta complexidade humana, a religação só pode ser amorosa”. Portanto, o amor é a expressão superior da ética.

E é a fé no amor, na compaixão, na fraternidade, no perdão o que ilumina e nutre os fundamentos da ética e constitui-se como esforço de “resistir à crueldade do mundo”. Na obra de Morin, a palavra “amor” encontra-se frequentemente antes de termos como “sobretudo” e “principalmente”: sempre destacado, o amor será sempre entendido como um cume, como ponto máximo de alguma virtude. (ALLEGRO, 2006, p. 13).

Precisamos reconhecer a necessidade de uma religação: religarmos a nós mesmos, aos outros, a humanidade. Morin (2007a), em sua obra *Método 6: a ética*, como o próprio nome sugere, nos fala sobre uma ética, a ética complexa ou da religação, afinal, segundo o próprio Morin (2007a, p. 195) “a ética complexa é a ética da religação. A missão ética pode se concentrar no termo “religar”.

Morin, ao abordar a ética de religação ou o próprio pensamento complexo, afirma ser necessária uma reforma do pensamento e dos sistemas educacionais. Essa reforma objetiva pensamentos e aprendizagens que não se limitem ao modelo simplificador, como já tratado em outro momento. Considerando que a escola tem um histórico de reproduzir a sociedade a qual

pertence, temos um problema significativo.

O estilo de vida moderno e a educação gerada pela racionalidade simplificadora não contempla a ética do gênero humano e, sim, contribui para a ruptura do vínculo indivíduo/sociedade/espécie promovendo, desta forma, a sobreposição do indivíduo sobre os demais termos da relação trinitária. (MARTINAZZO; GRZECA, 2014, p. 131)

Entendemos que as questões éticas estão relacionadas às maneiras com que são construídos nossos processos cognitivos. Estes nos dão um modo de conhecer a realidade, que culminam em um julgamento ético. A depender de nosso modo de aprender, teremos um julgamento simplificador ou complexo.

Relembrando que a ética ajuíza a moral e se desenvolve a partir de uma reflexão filosófica a respeito da moral, para suas reflexões a ética de religião fundamenta-se no pensamento complexo. Temos então uma ética que possibilita uma ampla abertura na maneira de conceber a realidade humana com toda sua complexidade. Allegro nos esclarece essa complexidade humana:

Ligar o homem racional (sapiens) ao homem louco (demens), o homem produtor, o homem técnico, o homem construtor, o homem ansioso, o homem gozador, o homem imaginário, o homem mitológico, o homem crístico, o homem neurótico, o homem erótico, o homem híbrido, o homem destruidor, o homem consciente, o homem inconsciente, o homem mágico, o homem racional num rosto de faces múltiplas em que o homínideo se transforma definitivamente em homem (ALLEGRO, 2006, p. 36).

Todos os homens descritos na citação acima caracterizam a humanidade. São esses homens que governam, que são governados, que matam, que são assassinados, que amam, que são amados, que votam e são votados. São esses homens que ensinam, que aprendem, que se escravizam, se libertam, que têm certezas e dúvidas. É para eles que escrevemos, são eles que lemos, eles são nossas decepções e também a razão de toda nossa esperança de uma vida ética.

4 Prática musical coletiva e ética

Para tratar de Ensino Coletivo de Instrumento, prática que é nosso objeto de estudo, nos valeremos de referencial teórico formado por autores como Cruvinel (2005). Sua obra *Educação musical e transformação social- uma experiência com o ensino coletivo de cordas*, quando

lançada, preencheu uma lacuna no que diz respeito ao ensino coletivo de instrumentos no país. Compreender a importância da música, destacando principalmente as atividades musicais como meio de desenvolvimento humano e transformação social, são contribuições essenciais que a obra nos traz. Cruvinel (2005) tem sido uma referência para pesquisas que tratam do ensino coletivo de instrumento, sendo geralmente citado em monografias, dissertações, teses, artigos e livros que abordam essa temática.

Em sua obra, Cruvinel (2005) faz uma relação entre ensino musical e transformação social. Afirma-nos ainda que o conhecimento artístico é primordial para a formação do ser humano. Para ela, “a música na sociedade atual deve ser entendida como um poderoso instrumento de transformação, não só do indivíduo, mas do ser humano social, que vive em sociedade, pertence a um grupo” (CRUVINEL, 2005, p. 17). Assim, foi acreditando na música como poderoso instrumento de transformação, como diz a autora, que desenvolvemos essa pesquisa. Confiando assim na possibilidade da prática musical coletiva do Ecoarte ser um instrumento de transformação rumo uma vivência mais fraterna.

Cunha (2013) considerou ser a música uma arte coletiva, o que nos faz interpretá-la como essencialmente humana. A autora acrescenta que a complexidade da música parece se intensificar quando ela é feita em conjunto. No conjunto, entendemos haver dezenas de aspectos sociais, individuais e musicais tecidos juntos, que vão em alguma medida tecer os modos de subjetivação dos sujeitos imersos nessa produção musical e humana. Portanto, segundo Cunha:

A prática musical em grupo é uma atividade situada, contextualizada e essencialmente humana. Entende-se, a partir dessa premissa, que as ações assim localizadas se interconectam com outras dimensões existenciais como a afetiva, a cognitiva e a físico-corporal. A produção musical coletiva, interpretada dessa forma, se estabelece como uma ação que está longe de ser alienada, desengajada e neutra. Ao contrário, ela provoca ressonâncias reveladoras de formas de viver, de pensar e de ser do coletivo que a produz. (CUNHA, 2013, p. 347).

O ensino coletivo de instrumentos musicais, metodologia que atravessa a Prática Musical do Ecoarte, vem sendo construída desde muito tempo. “Acredita-se que a sistematização tenha se iniciado na Europa, sendo levada posteriormente para os Estados Unidos” (CRUVINEL, 2005, p. 67). Diz-nos, ainda, remetendo a Oliveira (2009), que desde as primeiras décadas do século XIX já se tinha notícias de aulas coletivas em diversos instrumentos nos EUA. Devendo-se as instituições familiares grande parte dessas iniciativas.

No Brasil, ainda no período colonial, bandas de escravos deram início a esse ensino. Em seguida, as fanfarras, bandas oficiais, os grupos de choro, como afirma Cruvinel (2005). Faz-se necessário lembrar que esses grupos não tinham ainda um ensino sistematizado, aprendia-se no dia a dia, na prática. O Canto Orfeônico, na era Vargas, foi a primeira grande iniciativa de sistematização de ensino coletivo. Idealizado por Heitor Villa-Lobos, que em 1932 assumiu a Superintendência de Educação Musical no Brasil e colocou seu princípio em prática através do Canto Orfeônico: “a salvação da música brasileira dependia da formação básica da juventude e que o canto coletivo era o melhor meio de educação social.” (CRUVINEL, 2005, p. 70).

O Ensino Coletivo tem ganhado espaço frente ao ensino individual. A primeira motivação, por sinal bem óbvia, são as interações sociais que a coletividade proporciona. Além disso, como nos diz Cruvinel (2005), a sonoridade conseguida nas primeiras aulas em grupo é bem mais agradável do que a individual, o que motiva os integrantes. Complementa ainda que no ensino coletivo o desestímulo é reduzido, pois os alunos têm outras referências e outras formas de corrigir erros que não sejam centradas no professor. Um ouvido mais harmônico, afinação individual e baixa desistência são outras vantagens do ensino coletivo em relação ao individual.

Embora tenhamos explicitado o quanto tocar e aprender em grupo é vantajoso, sobretudo para o desenvolvimento de sujeitos “responsáveis e solidários” como nos diz Cruvinel (2005), não é interessante presumir que basta termos pessoas tocando e aprendendo juntas para que essas vantagens e outras se configurem, pode haver a existência de um ambiente conflituoso e tenso. “Assim, o professor tem papel importante no estabelecimento do clima social do grupo”. (CRUVINEL, 2005, p. 82). Ele é a peça chave na mediação, no predomínio de vivências positivas, saudáveis, constrangedoras ou conflituosas.

5 Movimento Cultural Ecoarte

O Movimento Cultural Ecoarte, criado em 2007, consiste em um grupo de violão. Assim é reconhecido nas fotografias, nas praças e em seus ensaios. É como grupo de violão e pela sua performance, que o Ecoarte vem trilhando seu caminho no município de Mossoró. (Figura 01)

Figura 01: Movimento Cultural Ecoarte



Fonte: Acervo pessoal.

Há dez anos, desde 14 de março 2007, um eco vem sendo ressoado. Um eco que talvez não tenha sido iniciado por pensamentos idealistas e românticos, por desejarem cultivar afetos, ou por desejarem um mundo melhor, mais harmonioso, solidário e humano. Um eco que, a princípio, via na arte de tocar e ter uma plateia disposta a ouvir, seu único e exclusivo objetivo.

O Ecoarte foi criado em 2007 pela iniciativa de dois professores de violão da Escola de Música Municipal Dr. Pedro Ciarlini, da prefeitura de Mossoró: Guido Alves e Vladenilson Duarte. Estes começaram a realizar apresentações mensais na Praça Rodolfo Fernandes, com a intenção de formar plateia para música instrumental/violão. As apresentações ocorriam no último domingo de cada mês. Após alguns meses de apresentações, o público que se tornara frequente sugeriu que houvesse outra apresentação mensal. Com isto, duas apresentações mensais foram realizadas pelos professores.

Com o aumento de plateia e de apresentações, surgiu a ideia de colocar em pauta outros artistas da cidade naquele momento cultural. Poetas, cordelistas, repentistas e outros músicos juntaram-se aos dois músicos violonistas para fazerem suas apresentações quinzenais e de fato realizaram como o próprio nome sugere, um movimento cultural. Várias pessoas viam aquele trabalho e perguntavam como podiam ingressar naquelas aulas de violão e o professor apenas falava que se tratava de um grupo formado por alunos particulares.

A grande procura pelo ingresso naquelas aulas fez com que surgisse a ideia de criar aulas coletivas dentro do movimento cultural que havia surgido há dois anos. Houve divulgação em rádios, jornais e televisões locais para comunicar sobre a abertura de inscrições para aulas gratuitas de violão na Praça do Memorial da Resistência.

6 Caminhos metodológicos

Considerando que nossa pesquisa busca entender os processos educativos, que por natureza envolvem aspectos pessoais e sociais que atravessam a prática musical coletiva e sua relação com o desenvolvimento ético, tendo um universo de valores, crenças e subjetividades não quantificáveis, fomos levados para uma abordagem qualitativa, que segundo Minayo (1994): “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21).

A partir dessa concepção de pesquisa até aqui descrita, entende-se que a escolha pela pesquisa participante foi mais coerente, isso pelo fato de a pesquisadora tocar violão no grupo desde o terceiro encontro de pesquisa e pelo fato de ter a oportunidade de sugerir, escolher e contribuir de diversas formas para o desenvolvimento do grupo. Na pesquisa participante, o observador, de acordo com Lakatos (2003), introduz-se no grupo de tal forma que é confundido com ele.

Considerando o envolvimento da pesquisadora com o grupo, com suas impressões, sentimentos e subjetividades que dominam a produção de conhecimento e, sobretudo, por se tratar de um grupo de violão, no qual a arte estava presente sendo a própria razão dos encontros, somamos a nossa pesquisa participante, qualitativa e complexa, as abordagens da Pesquisa Educacional Baseada em Arte (PEBA) e Pesquisa Educacional em Artes (PBA).

Essas formas de pesquisar, como afirma Dias (2013, p. 23), “buscam descolar intencionalmente modos estabelecidos de se fazer pesquisa e conhecimentos em artes, ao aceitar e ressaltar categorias como incerteza, imaginação, ilusão, introspecção, visualização e dinamismo”. Como procedimento de coleta de dados, optou-se pelo diário de campo.

Considerando o objetivo da pesquisa, que era compreender as relações dos processos educativos decorrentes da prática musical coletiva do Ecoarte com a ética de religação, nossa questão trabalha na perspectiva de uma concepção ética pré-estabelecida. Assim, desejávamos compreender se os processos educativos a serem investigados afinavam-se e relacionavam-se

com a concepção da Ética da Religião.

Para isso, foi necessário criar categorias que representassem essa Religião para a partir de aí estabelecer relações com possíveis processos educativos.

Nossas categorias foram criadas fundamentadas nos escritos de Edgar Morin sobre a Ética de Religião. A Ética de Religião possui uma trindade: Auto-ética, Sócio-ética e Antropoética. Cada uma delas traz consigo uma imensidão de concepções, o que dificultava traçar relações com processos educativos.

Para isso, selecionamos dentre as palavras citadas pelo próprio autor em suas discussões sobre a Religião, seis nomenclaturas, que chamaremos de subcategorias éticas. Para cada uma das três categorias: Auto-ética, Sócio-ética, e Antropoética, estabelecemos 2 subcategorias que as representassem. Vejamos no Quadro 01 abaixo:

Quadro 01: Categorias Éticas

Auto-ética	Autonomia individual
	Responsabilidade
Sócio-ética	Pertencimento
	Fraternidade
Antropoética	Reconhecimento
	Compreensão

Fonte: Resultado da pesquisa

Os registros adquiridos no diário de campo foram classificados de acordo com as categorias acima. As falas, os conflitos, as discussões, os acordos, os ensaios, viagens e todos os processos educativos eram classificados de acordo a interpretação da pesquisadora, como sendo processos educativos que tenderiam a promover algumas das categorias citadas.

7 Resultados e considerações finais

A liquidez moderna clama em caráter de urgência por um som sólido, ou melhor, por solidariedade, compreensão, afeto, pela condição humana, pela religação dos saberes e de seres separados. Religação essa que acreditamos acontecer na prática musical estudada, a partir dos processos educativos que se afinem com as categorias éticas indicadas.

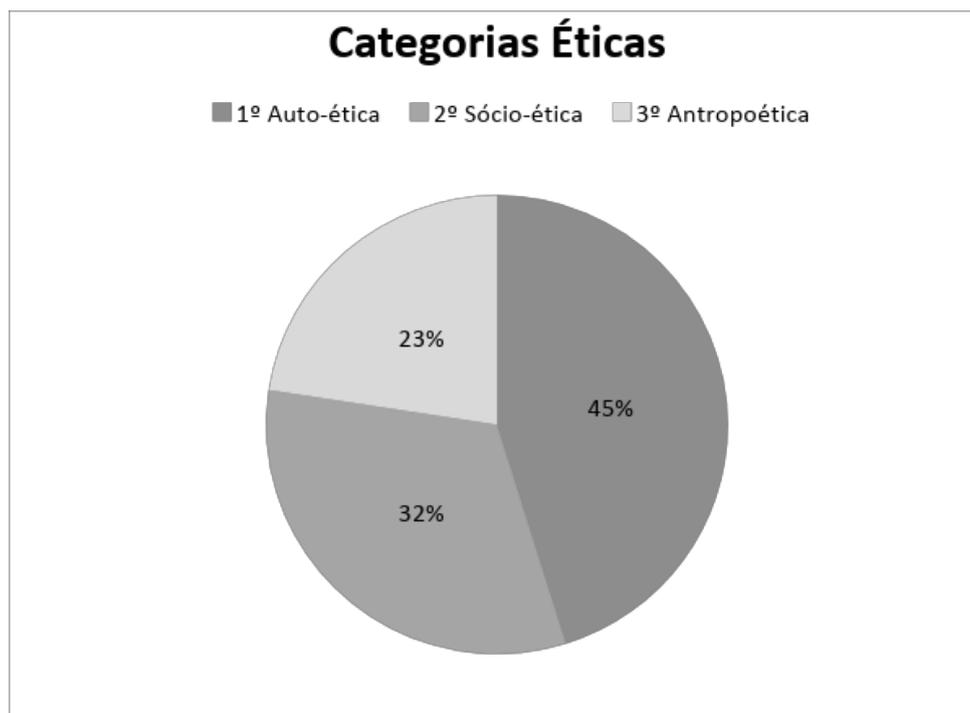
A tabela acima nos mostra uma tendência ou aproximação maior dos processos educativos que decorrem da prática musical coletiva, a Categoria Ética Auto-ética. Embora, como já foi dito, não acreditemos em separações rígidas entre as três categorias, pensamos ser possível vislumbrar possíveis tendências. A partir das classificações e interpretações dos processos educativos que permearam a prática musical coletiva do Ecoarte, foram destacados 32 trechos presentes nas anotações do caderno de campo, dos quais: 14 relacionamos à Auto-ética, 10 à Sócio-ética e 7 à Antropoética.

Nessa pesquisa, cujo objetivo seria compreender as relações dos processos educativos decorrentes da prática musical coletiva do Ecoarte com a ética de religação, foi possível observar processos educativos que dela decorreram, respondendo parte de nossa questão central. Vejamos alguns exemplos: compromisso; afetividade; troca de conhecimento; compreensão mútua; preocupação com o outro; gostar de estar junto; superação dos conflitos; oportunidade de tomar decisões; sentimento familiar; ouvir o outro; ser ouvido; relações interpessoais e diversidade.

Os momentos, situações em que tais processos aconteceram foram destacadas nos diários de campo e articulados com as categorias e subcategorias éticas apresentadas. Na articulação desses processos educativos com tais categorias foi possível responder a outra parte de nossa questão inicial, que seria compreender relações entre os processos educativos encontrados com as categorias éticas pré-estabelecidas.

Assim sendo, foi possível interpretar relações significativas entre os processos educativos e a Ética de Religação (Gráfico 01). Dentre as relações feitas, podemos observar que considerando 32 trechos retirados dos diários de campo e articulados com as seis subcategorias, 14 deles foram relacionados com a Auto-ética, ou seja, 45%.

Gráfico 01: categorias éticas



O gráfico acima nos mostra uma tendência ou aproximação maior dos processos educativos que decorrem da prática musical coletiva, a Categoria Ética Auto-ética. Considerando que a Auto-ética, como diz Morin (2007a, p. 93) é uma ética de si para si que desemboca naturalmente numa ética para o outro, que se forma no nível de autonomia individual, tivemos uma porcentagem bastante significativa.

Isso porque nossa pesquisa imagina a Auto-ética como uma melodia. Uma melodia pode dar seus saltos, seus floreios, pode mudar a si mesmo quando julgar necessário. Pode até impulsionar a mudança da harmonia, mas, ao mesmo tempo em que essa mudança acontece, a melodia passa a sujeitar-se a nova harmonia (grupos de notas que a acompanham). Mesmo sendo sujeitada, regrada, medida, controlada; não perde a capacidade de ser bela, elaborada, criativa, ética e ousada; mudando a si próprio e impulsionando mudanças externas. Esperança é a palavra que finaliza esta experiência. Esperança em uma modernidade menos amolecida, em um ensino musical mais relevante e na permanência por mais tempo do Movimento Cultural Ecoarte.

Afetada pelas vibrações da vida, esse Movimento vive sutis momentos de incertezas, no que diz respeito a sua sobrevivência. Porém, por se ter vivenciado sua solidariedade, reconhecimento, pertencimento, autonomia, afetividade e, sobretudo, por acreditar em nossa capacidade de lidar com conflitos e autorregenerar-se, não houve espaço para grandes preocupações. Por fim, que

cada parte do todo chamado Ecoarte seja esse autorregenerar-se que precisamos enquanto o todo for capaz de gerar uma música religante, ética e amorosa.

8 Referências

ALLEGRO, Luis Guilherme. **A reabilitação dos afetos: uma incursão no pensamento complexo de Edgar Morin**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama cidade de Mossoró**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro/panorama> Acesso: 15 abr 2019.

CRUVINEL, Flávia. **Educação Musical e Transformação Social**. Goiânia: ICBC, 2005.

CUNHA, Rosemyriam. A prática musical coletiva. **Revista Brasileira de Música**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 345-365, Jul./Dez. 2013.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Belidson.; IRWIN, Rita. (Orgs). **Pesquisa educacional baseada em arte: a/r/tografia**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: BARCAROLLA, 2004.

MARTINAZZO, Celso.; GRZECA, Francini. O desafio Ético da educação escolar na era planetária: repensando a ética a partir do entendimento de pensamento complexo. **Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas**, v. 23, p. 129 – 138, 2014. Educação

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. Maria da Conceição de Almeida, Edgard de Assis Carvalho, (orgs) 4. Ed. São Paulo: Cortez: 2007.

_____. **O método 6: ética**. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007a.

_____. **A cabeça bem feita**. 19. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

_____. **Os sete saberes necessário à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011a.

NOGUEIRA, Odilon Luiz. **A fragilidade dos laços afetivos na sociedade contemporânea e seus impactos na vida das pessoas**. Monografia de especialização apresentada na Pós-Graduação de Psicologia Clínica: Existencial e Gestáltica. Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, Maria Waldenez; SILVA, Petronilha Beatriz; GOLÇALVES JUNIOR, Luiz; GARCIA-MONTRONE, Aida Victoria; JOLY, Ilza Zenker. **Processos Educativos em práticas sociais: reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais**. In: REUNIÃO DA ANPED, 32., 2009, Caxambú, MG. Anais... Caxambu, 2009, p. 1-17.

SANTOS, Wesley Correia. **A fragilidade dos laços afetivos na pós-modernidade**. Monografia (Graduação em Psicologia) Centro Universitário de Brasília-UNICEUB, 2008.

8 - ENTRELAÇADOS: ESCOLA INDÍGENA E IDENTIDADE ÉTNICA NO KATU/RN

José Alberto da Silva
Karlla Christine Araújo Souza
Guilherme Paiva de Carvalho

1 Introdução

Este trabalho é fruto da experiência etnográfica apresentada em dissertação de Mestrado defendida no ano de 2020 pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH, realizada no espaço da Escola Municipal Indígena João Lino da Silva - EMIJLS, na comunidade do Katu/RN.

A ideia de “entrelaçados” veio de uma metáfora das mãos unidas, utilizada para explicar a relação entre a comunidade Katu¹ e a escola indígena, numa só palavra, a vida e o saber. Este capítulo apresenta as descrições deste entrelaçamento, ao analisar como foi construída a relação da comunidade com a escola, onde passamos a compreender as experiências comunitárias vividas no espaço escolar e vice-versa. Assim, entendemos que ambas educam, contudo, estão intimamente relacionadas ao modo de saber, ensinar e viver entrelaçados em uma educação que se pauta nos aprendizados essenciais dos valores étnicos e do fazer e aprender juntos.

Na primeira seção será apresentada a dinâmica cultural e política entre a comunidade e a escola, articulada em ações coletivas envolvidas no processo de legitimação das afirmações identitárias² e reforçada pela comunidade indígena quando decide continuar reivindicando a

1 Neste capítulo será utilizada a palavra comunidade, ao invés da palavra aldeia, referindo-se ao sentido atribuído por Pacheco para a configuração da comunidade: “No Brasil as ‘comunidades indígenas’ vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais”. (OLIVEIRA, 1999, p.24). Diante das experiências etnográficas com os Katu, a palavra comunidade é referida como um todo do território indígena, enquanto para se referir a algumas localidades, emprega-se a palavra aldeia. Desta forma, compreendemos a palavra aldeia como alguma localidade dentro do território indígena, ou seja, é parte de um território pertencente à comunidade indígena Katu.

2 Nesse contexto de afirmações identitárias das comunidades indígenas, é possível qualificar como Etnogênese o “ressurgimento” de grupos étnicos considerados “extintos” ou em “via de extinção”, que se reconfiguraram, lutando pelo seu reconhecimento e em consequência, por seus direitos e recursos. Os povos indígenas emergentes são povos indígenas que em um dado momento histórico não se reconheceram como tal, ou foram forçados a não se reconhecerem, e que, a partir de um novo contexto histórico, passaram a reafirmar esta identidade. No Brasil, este processo vem ocorrendo em várias regiões, principalmente no Nordeste.

escola, sua permanência e manutenção, pela qualidade do ensino e condições para que sejam efetivadas as práticas educacionais que levem adiante os interesses da comunidade/escola. Nesta perspectiva, tanto a comunidade quanto a escola assumem lugares de destaque, passando a integrar os planos para o futuro.

Em seguida, apresentamos as redes de relações enquanto campos de possibilidades no enfrentamento dos desafios e das aspirações da comunidade/escola para uma educação escolar indígena, além de seus projetos no caminho da educação para uma mudança social.

Em todo o texto serão evidenciadas as narrativas dos interlocutores que lá vivem, suas experiências na educação e suas formas de se organizarem comunitariamente, buscando compreender suas concepções no processo de afirmação da identidade étnica e da educação escolar indígena na Escola Municipal Indígena João Lino da Silva – EMIJLS.

1 A Escola Indígena e a Luta Política entrelaçadas

O movimento de conquista da educação escolar indígena como instrumento de luta resulta de um longo e árduo aprendizado político da comunidade indígena, no cenário de suas relações internas e externas. Ou seja, é fruto de uma reflexão sobre as experiências historicamente vividas por seu povo. Para pensar a escola indígena no Katu é preciso relacioná-la a fatores conjunturais da comunidade em constante processo de colonização. A realidade que a comunidade indígena está envolvida é de conflitos, portanto, a comunidade está em constante processo de reorganização, a fim de manter o equilíbrio mediante as adversidades, conforme aponta o informante Luiz Katu:

Inicialmente claro, eles sempre foram bons caçadores e grandes pescadores, só que a perseguição aos potiguara aqui nessa região era muito grande, eles não conseguiam muitas vezes descer para o mangue para pescar, porque potiguara comedor de camarão, então agente utiliza o rio curimatau, o rio cunhau, e o rio katu, para pescar, para pegar o pitú, que é o nosso camarão de agua doce, mas com perseguições agente ficou recuado, e nosso povo coletava, coleta muito ainda frutos silvestres, então umas das principais bases para se manter aqui, é o trabalho com a coleta de frutos silvestres, é, esse extrativismo também de plantas, e eles conseguiram fazer isso, e pescando no rio katu, e fazendo alguma caça na floresta ao redor, mas com a invasão do agronegócio e da cana de açúcar, primeiro através dos fazendeiros, canavieiros, que foram chegando e ocupando o vale, eles foram obrigados pela escassez dos frutos, principalmente da mangaba, porque onde tem a cana de açúcar hoje é os tabuleiros da mangaba, então a mangaba ficou muito escassa, a coleta, a mangaba e o bati, eles foram obrigados a plantar a agricultura familiar, produzir na agricultura família, á ir veio a escala do plantio da batata doce. A batata doce começou a ser

plantada no vale, a mandioca já era plantada né, mas eles também começaram a planta ela no vale, a macaxeira, e começaram a introduzir algumas hortaliças, isso aí começou a gerar né uma renda para a subsistência deles, pra eles conseguir com a produção (entrevista concedida em 30.10.2019).

Os problemas de ocupação, controle e acesso à terra são os principais conflitos enfrentados pelos povos indígenas do Katu. Com isso, as experiências de resistências dos indígenas levam em conta a necessidade das reorganizações da comunidade conduzida por eles próprios, onde se apresenta comprometida com o plantio e a autossubsistência. Os indígenas são obrigados a internalizar essas imposições políticas e desenvolvem estratégias que variam de acordo com as situações existentes.

O cacique Luiz Katu pareceu indicar que só uma valorização cultural interna poderá trazer a união necessária ao enfrentamento coletivo da opressão. No processo de organização política, o modelo ideal é a defesa de sua identidade e de seu território, em que a escola cumpre um importante papel. Neste sentido, ele próprio lembrou a comunidade como uma comunidade norteada e organizada pela luta, admitindo um sentido de prioridade da identidade étnica por aqueles que estão convencidos da educação e suas possibilidades. Relata o cacique Luiz Katu:

A gente sempre acreditou que a base para todas as outras lutas, que nossa base de luta é a demarcação do nosso território, isso aí a gente não pode negar, todas as lutas estão focadas em garantir o território tradicionalmente ocupados pelos povos indígenas, mas a gente saber que a educação contribui imensamente pra gente ter essa sensibilidade, agente ter essa clareza que é preciso demarcar o território com urgência (entrevista concedida em 30.10.2019).

É com base nessa realidade marcada pela expropriação e colonização da vida, que vemos o processo de organização política que engloba as tomadas de decisões da comunidade/escola, a busca pelo fortalecimento da identidade e do território enquanto configuração política que unifica as novas lutas com ideais antigos. O cacique Luiz Katu, assim definiu: “[...] a maior autoridade é os nossos costumes. Se as pessoas valorizassem o seu patrimônio levariam à frente a tradição” (diário de campo, 09.06.2018).

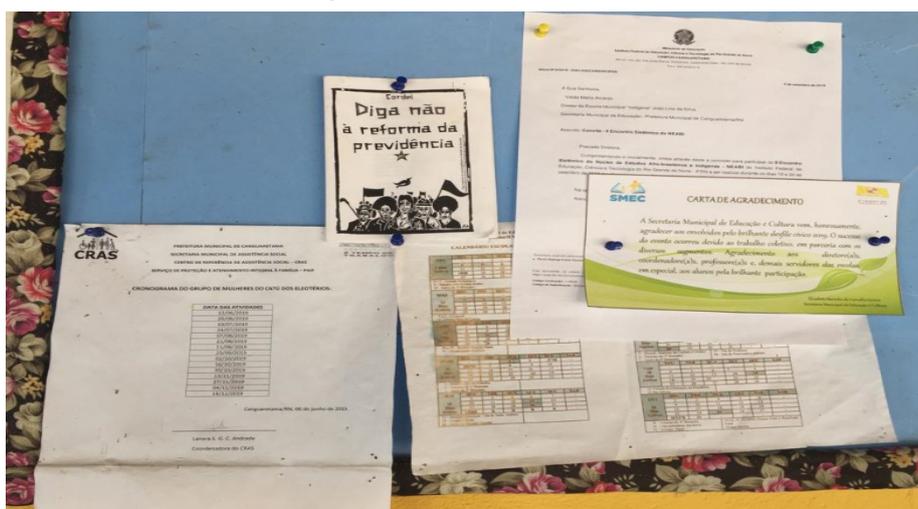
2 Uma Rede de Entrelaçamentos

É sempre importante mencionar que a EMIJL foi a primeira escola indígena do estado do RN. Ela se define como um espaço escolar condutor do caráter político no qual os sujeitos edificam as teias da história e da prática educativa para traçarem as representações de identidades étnicas que consistem na capacidade de reformulação de estratégias de resistência, na promoção de sua cultura e no entrelaçamento da escola com a comunidade.

Há utilização do espaço escolar para muitas atividades realizadas na comunidade. A escola funciona como espaço político das reuniões comunitárias para as demandas sociais, de saúde, segurança, moradia e a própria educação. O mural no pátio da escola serve para avisos e informativos interessados à escola e também endereçados às demandas comunitárias.

Lá constavam os informativos das datas dos intercâmbios com as escolas visitantes, como também avisos da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS da prefeitura de Canguaretama para o cadastro da entrega do peixe da semana santa, cronograma dos encontros do grupo de mulheres da comunidade promovido pela prefeitura Municipal de Canguaretama através do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e pelo Serviço de Proteção e Atendimento à Família – PAIF, notas de agradecimentos entre outros (Figura 01).

Figura 01 – Mural da escola



Fonte: dos autores

Para além dessas atividades, há todo um projeto de fortalecimento do ensino para atender às demandas da comunidade. Em julho de 2014, foi promovido o primeiro Seminário sobre Educação Indígena na EMIJLS, com a realização do EducAção – Governo do Estado/RN, IFRN – Campus Canguaretama, Prefeitura de Canguaretama, FUNAI. Com apoio da Coordenação de Educação Escolar Indígena do Estado da Bahia³, Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena/MEC, Prefeitura Municipal da Baía da Traição/PB e Prefeitura Municipal de Goianinha/RN.

Segundo relato do professor Luiz Katu, há uma caracterização da escola que se reforça pela comunidade interna, que é ensinar seus laços culturais. Ao responder tal formulação, ele afirma que esse entrelaçamento é importante até mesmo para a escola existir: “é para que a gente continue a ser aqui, resistindo neste espaço, nosso povo criou várias formas de subsistência, de existir, de resistir” (diário de campo, 30.10.2019). Neste sentido, o espaço escolar se constitui aspectos de sobrevivência, ao desencadear formas para interagir e reagir em defesa de sua identidade e de seu território.

O estabelecimento destas relações entre a educação escolar e a luta política se dá também por meio dos contatos com as comunidades externas, enquanto espaço para demonstrar suas especificidades culturais e manifestá-las em público. Quando ocorreu a Semana Indígena (2019) na EMIJLS, a escola adquiriu maior visibilidade ao receber os visitantes, o que é importante porque a legitimação da identidade também depende do reconhecimento daqueles que estão do lado de fora das fronteiras de seu grupo. Desta forma o reconhecimento de uma subjetividade compartilhada fomenta o conteúdo dinâmico das organizações de caráter étnico, e conduz a possibilidades de uma política conjunta, ou seja, a realização de ações entrelaçadas entre a comunidade/escola com suas redes de relações.

De fato, na realização da Assembleia indígena do Rio Grande do Norte - AIRN ocorrida entre os dias 16 a 18 de dezembro de 2019, na comunidade indígena do Amarelão em João Câmara/RN, o movimento indígena no RN consegue promover a reunião de comunidades indígenas do estado potiguar em um espaço de discussão sobre as suas reivindicações e construção de agenda de lutas. Assim, esses espaços de interação permitiram maior visibilidade às causas indígenas. Portanto, é necessária a participação mais intensa e organizada dos povos indígenas, favorecendo a conectividade e o intercâmbio; consultas entre organizações, associações e instituições; articulação, contatos, vínculos e interatividade, destaca Luiz Katu:

Então isso é uma forma de resistência, resistimos também participando de congressos, seminários, simpósios, é de reuniões, de eventos a nível nacional, estadual, municipal,

3 Colaboração do livro didático usado na escola EMIJLS.

para que nossa voz possa chegar lá, inclusive o conselho das APAs (área de proteção ambiental), como aqui é uma APA/Piquiri-Una⁴, agente participou do plano de manejo dessa APA, para que nosso grito ficasse lá, nossa reivindicação ficasse lá, que o plantio da cana de açúcar não pudesse avançar mais, das queimadas, para que nosso povo fosse respeitado na hora de entrar na mata para tirar taboca, o cipó para fazer seu artesanato tradicional. São formas de continuar resistindo na aldeia Katu, e a organização maior tá na luta pela demarcação do território, o RN ainda não tem nenhuma terra indígena demarcada, toda as terras indígenas deste estado estão ameaçadas pela invasão, pelo agronegócio, pela cana de açúcar, ela é invadida pelas eólicas, estão chegando muito próximas da aldeia da região do mato grande e tantas outras ações contra o povo (entrevista concedida em 30.10.2019).

Diante das dimensões dos desafios e da grande diversidade de situações encontradas no RN, ainda há muito a fazer, constata Luiz Katu, considerando a participação em eventos e transformando isso em educação enquanto caminho que possa atender seus anseios comunitários. Esse caminho em conjunto, também é delineado por aqueles que se fazem presentes na formação dos jovens da aldeia, é o caso do IFRN – Campus Canguaretama, onde há dezenove alunos do Katu que fazem cursos na instituição.

O próprio portal da instituição⁵ evidencia os vários momentos de parcerias, como também destaca o cacique da comunidade Luiz Katu, enaltecendo a parceria: “Nós da comunidade lutamos pela preservação dos recursos naturais e o IFRN é nosso parceiro nessa luta⁶”. A atividade do etnoturismo conta com parceria e colaboração da Secretaria de Turismo de Canguaretama (SETUR) e dos estudantes indígenas do IFRN.

É preciso conhecer para respeitar. Para que se concretize o reconhecimento da comunidade indígena, é preciso conhecer seus modos de viver, entretanto, para oferecer esse reconhecimento, os projetos desenvolvidos pela comunidade devem respeitar a diversidade étnica-cultural, como o etnoturismo, que nas palavras de Luiz Katu, representa hoje:

[...] uma das ações que a gente criou pensando realmente em trazer a opinião pública, que a opinião pública conhecesse essa resistência dos potiguara Katu, e que a partir daí houvesse uma sensibilização para quebra de estereótipos, quebra da invisibilidade, descolonizar o pensamento de que se tem com relação, do que é ser indígena hoje no século XXI, [...] as pessoas têm a ideia do que é índio, que tá pintado com urucum,

4 A Área de Proteção Ambiental Piquiri-Una abrange parte dos municípios de Goianinha, Canguaretama, Espírito Santo, Pedro Velho e Várzea, estando presentes os Biomas de Mata Atlântica e Caatinga, assim como importantes rios que compõem as sub-bacias dos rios Curimataú, Katú e Jacú. Esta UC (unidade conservação) tem como objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Disponível em: wikiparques.org/wiki/Área_de_Proteção_Ambiental_Piquiri-Uma. Acesso em: 20 jan. 2020.

5 Para mais, consultar: <http://portal.ifrn.edu.br/campus/canguaretama>. Acesso em 10 nov. 2019.

6 Para mais, consultar: <http://portal.ifrn.edu.br/campus/canguaretama/noticias/projeto-do-campus-canguaretama-promove-acao-ambiental-e-educativa-na-comunidade-do-catu>, acesso em 10 nov. 2019.

jenipapo, com cocar na cabeça. Ser indígena não é isso, ser indígena é você nunca negar, seu sangue, as suas origens, a sua forma de aprendizado, o que você aprendeu com seus ancestrais, com seu povo, com sua linha, então, isso para gente é o etno-turismo traz isso, porque quem vem na aldeia hoje [...]. E isso, é fruto de uma luta que desenvolvemos juntado os artesãos, os artesãos tiveram de sentir valorizados para participar dessa atividade, juntando indígenas que são da agricultura familiar para expor seus produtos e comercializarem também, que saíram de suas atividades do dia-a-dia normal, é para serem guias locais, condutores locais de grupos, fazerem a trilha ecológica, bater um papo, fazer uma palestra, envolvemos as escolas nessas atividades, as escolas recebem esses grupos também, mostram como é que são feitas a educação escolar indígena, e essas pessoas que vem aqui, elas retornam para suas cidades, inclusive outros países já tiveram aqui, vários países, várias cidades do estado do RN, e vários estados também estiveram aqui, instituições como o IFRN aqui no estado, são parceiras nossas há alguns anos, quase praticamente todos os Campus do IFRN do estado vem fazer etno-turismo aqui na aldeia Katu, eles retornam com essa informação que os povos indígenas vivem, resistem e estão lutando para permanecer no seu espaço tradicionalmente ocupado (entrevista concedida em 30.10.2019).

Dentre outras, a importante parceria dos estudantes indígenas com o IFRN assume os desafios em desenvolver significativos eventos para a comunidade. A partir desta parceria, suas realizações foram se intensificando, das mais recentes, o IFRN Campus-Canguaretama realizou a II Semana de Arte, Cultura e Desporto (SEMADEC), que teve como tema norteador: “Sustentabilidade, educação e diversidade”, realizada de 29 abril a 03 maio de 2019. Em sua programação teve exposição e venda de artesanato indígena, contou também com espaço no auditório para o debate em torno do tema: encontro da terra e resistência – no caminho da educação para uma transformação social, com estudantes indígenas do IFRN campus Canguaretama e indígenas potiguara da Baía da Traição/PB. Na mediação estava o cacique Luiz Katu, e logo após houve a realização do toré.

Entre os demais eixos de atividades desenvolvidas na relação entre comunidade e escola está a 11ª Edição da Copa de Futvôlei, que ocorreu no dia 03 de novembro de 2019. São momentos de socialização entre os participantes de outras comunidades que permitem a transmissão de valores relevantes para os indígenas, ou ainda estratégia de integração com a sociedade envolvente, em outro contexto de relações interétnicas. É importante lembrar que a Copa de Futvôlei faz parte da programação da Festa da Batata.

Atualmente a tradicional festa configura-se como espaço para afirmação de identidade étnica e sua ligação com a terra, na qual foram atribuídos outros sentidos à sua realização sociocultural: símbolo de seu território, de suas tradições, do seu cultivo agrícola como motivo de festejar a boa safra. Ressalta-nos Luiz Katu:

A festa de amanhã é uma concentração, então a festa da batata ela concentra tudo que nós fazemos durante todo o ano, porque, como o plantio da batata é também o ano todo, eles plantam batata o ano todo, e o dia primeiro serve como essa concentração para reunir toda essa produção, todas as atividades que fazemos e comemorar, então amanhã é um dia comemoração né, vai ser intensivo, vai das oito da manhã, até as três e meia do dia seguinte. É muitas horas de festas (entrevista concedida em 31.10.2019).

Em paralelo à comemoração da festa, a EMIJLS valoriza o conhecimento sobre a prática da agricultura familiar, os frutos e o trabalho de seus produtores, dada a importância para a economia local. Sobre a sua programação na tradicional festa da batata, há toda uma programação de atividades desenvolvidas pela escola, constituindo-se um espaço diverso para celebrar a importância do cultivo e consumo da batata, dos símbolos e tradições culturais acionados para afirmação da identidade étnica potiguara. Mais uma vez, a participação da escola na festa construiu a possibilidade desse recíproco encontro de saberes e fazeres.

3 Desafios para uma educação escolar indígena

Segundo D' Angelis (2012), os povos indígenas desenvolvem o que consideram ser a melhor forma de gerenciamento do território, da saúde e educação escolar indígena para atender as suas necessidades. É preciso criar condições objetivas para estruturar e avaliar a conjuntura dos processos políticos, mediante as dificuldades para alcançar a educação escolar que satisfaça os projetos da comunidade, as restrições que são postas pelas políticas públicas educacionais e a garantia da prática daquilo que foi estabelecido por lei.

Na tentativa de fazer uma síntese, dos avanços e impasses da educação escolar indígena, o pesquisador Domingos Nobre pondera:

Apesar do espaço já conquistado e das garantias legais asseguradas, a prática da maioria das escolas indígenas no país convive com inúmeras dificuldades e graves limitações. As práticas escolares apontam para uma escola sem recursos didáticos, com professores sem capacitação político pedagógica, sem material didático específico, monolíngue em português e atreladas a secretarias despreparadas para ajudá-las (NOBRE, 2005, p. 91).

Desenvolver uma educação diferenciada e específica, demanda, além do diálogo constante entre seus membros, recursos materiais, estruturais e humanos. O cenário da intensa articulação

dos povos indígenas, a busca por soluções coletivas para os problemas comuns ligados principalmente aos processos da educação se encontra em constantes desafios, que são atualmente vivenciados também pela aldeia Katu. Grupioni apresenta um breve panorama deste cenário:

Na origem desse novo contexto, registra-se a experimentação de novas práticas educativas, conduzidas em algumas comunidades indígenas articuladas com organizações da sociedade civil de apoio aos índios. Estas práticas alternativas rechaçaram as premissas catequéticas e civilizadoras que historicamente definiam a imposição e instalação de escolas em meio indígena e passaram a ser referenciada para a construção de um novo modelo de escola e de educação, encampado agora pelo Estado, como paradigmática para a formulação dessa nova política pública (GRUPIONI, 2006, p. 02).

Para o professor e antropólogo Gersem Luciano (2006), a proposta de uma educação escolar indígena chama a atenção da sociedade e das comunidades indígenas em particular para a necessidade de se repensar o papel da escola enquanto direito constitutivo e instrumento de sobrevivência:

O tratamento específico e diferenciado continuará a ser uma luta primordial do movimento indígena no âmbito das políticas públicas, como condição de efetividade da pluriculturalidade do Estado brasileiro, tendo como perspectiva a instauração de uma cidadania diferenciada ou cidadania no plural. Esta deve ser considerada como instrumento de sobrevivência dos índios, uma vez que o futuro promissor pós-contato depende da capacidade de instrumentalização política do direito a ela, a escola devendo assumir esta função social. (LUCIANO, 2006, p.168).

Para Luciano (2006) a escola indígena deve ser concebida e planejada como reflexo das aspirações próprias da comunidade indígena, com determinada autonomia em relação a aspectos que regem seu funcionamento e orientação dos processos escolares perante o estado. As contribuições do professor Luciano, que fundamentam o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI, encontram amparo na legislação em vigor, sua sustentação é apresentada de forma que:

Todo projeto escolar só será escola indígena se for pensado, planejado, construído e mantido pela vontade livre e consciente da comunidade. O papel do Estado e outras instituições de apoio deve ser de reconhecimento, incentivo e reforço para este projeto comunitário. Não se trata apenas de elaborar currículos, mas de permitir e oferecer condições necessárias para que a comunidade gere sua escola. Complemento do processo educativo próprio de cada comunidade, a escola deve se constituir a partir dos seus interesses e possibilitar sua participação em todos os momentos da definição da proposta curricular, do seu funcionamento, da escolha dos professores que vão lecionar, do projeto pedagógico que vai ser desenvolvido, enfim, da política educacional que será adotada (BRASIL, 1998 p.25).

Conforme expõe Grupioni (2006), o principal dos desafios enfrentados pela escola indígena diz respeito a construir mecanismos adequados por meio dos quais a escola indígena, inserida nos sistemas de ensino, consiga sobreviver com identidade própria. Cientes dessas discussões, os que fazem a escola acontecer, suas lideranças e principalmente os professores, manifestam suas preocupações quanto às condições estruturais da EMIJLS, a partir daí fazem emergir novos questionamentos das várias condições necessárias para que a comunidade fortaleça seus projetos de educação.

No Katu, é notável que a preocupação em desenvolver um ensino a partir de sua cultura tradicional e atender as diferentes demandas da atualidade, mostrando importância da dança, da arte, da espiritualidade, da língua, da etno-história e toda sua cultura tradicional para a construção da matriz curricular. Todas essas ações já estão consolidadas na escola indígena do Katu.

A EMIJLS, que vem ganhando força e amplitude apesar de pouco tempo de reelaboração do projeto Político Pedagógico - PPP e do currículo escolar, pratica um modelo de escolarização que influenciou uma nova política para as demais comunidades indígenas do estado. Pautados nessas discussões e seus desafios, na necessidade de discutir demandas de políticas públicas por uma educação diferenciada específica, e na necessidade de escuta das narrativas dos professores e lideranças indígenas do Katu, pretendemos apresentar o ponto de vista dos principais agentes sobre o que consideram ser a melhor forma de educação escolar indígena para atender as suas necessidades comunitárias.

4 No caminho da educação para uma mudança social

Foram às inter-relações pessoais a primeira maneira de estabelecer contato com funcionários e os professores que são pioneiros da educação escolar indígena na comunidade Katu. Foi participando do cotidiano escolar que estabeleci as conversas eminentemente proveitosas no registro de várias narrativas com os interlocutores⁷, a fim de compreender suas concepções e desafios para a EMIJLS no processo de afirmação da identidade étnica. Nossa intenção é poder apresentar o interlocutor na sua voz, sendo eles quem presenciam e vivenciam as experiências na educação, terão suas narrativas expostas em primeira pessoa.

7 São eles: Cacique e professor Luiz Katu, a diretora Valda, as professoras, Josilene, Cilene e Claudiane, o auxiliar de serviços Natan e o jovem guerreiro João Paulo. Narrativas concedidas, gravadas e transcritas pelo autor entre outubro e novembro de 2019.

Sob o ponto de vista dos interlocutores, a escola é concebida pelos seus membros como um instrumento para manter sua identidade étnica. Ao refletirem o que querem da escola, de sua comunidade, o que querem para seu futuro, e ao mesmo tempo lidar com os problemas e desafios que se apresentam sobre as condições de vida atuais, definem qual o modo de educação que almejam. Um forte argumento de suas aspirações é defendido por Luiz Katu:

Nossa luta por fortalecer a educação, específica, diferenciada, intercultural e bilíngue na aldeia, ela vem de um propósito que nós entendemos que é importante essa escola, é esse empoderamento dos indígenas ter o conhecimento do mundo globalizado, ter o conhecimento do letramento, do numeramento, para que possa a partir daí dialoga em diversos espaços de direitos [...], que possam também tá participando da política local, estadual e nacional, defendendo claro os direitos sociais do seu povo, da sua etnia, da sua aldeia, esse é um propósito que agente sempre teve, e focamos isso em fortalecer essa educação, aí a grande luta para agente ter uma escola indígena na aldeia, onde ainda agente não tinha nenhuma escola indígena no RN (entrevista concedida em 30.10.2019).

Empenhados em manter suas afirmações étnicas, a comunidade estabelece estratégias centrais para sustentar uma educação escolar como educação escolar especificamente indígena com seus vínculos de vivência tradicional, continua Luiz Katu:

É na aldeia Katu, apesar de ter duas escolas, a aldeia está entre dois municípios, duas escolas, uma pertencente, mantida pelo município de Canguaretama e outra mantida pelo município de Goianinha. Não se falava nessa educação específica, não se falava nessa educação diferenciada [...] isso inquietava com essa situação, comecei a provocar meus parentes, e professores que atuavam na escola comigo, e nós não podemos aceitar viver numa aldeia com nosso povo e fazer uma educação desconectada da nossa vivencia, do nosso dia-a-dia, sem respeita um calendário específico, sem respeita a nossa cultura, a gente tem que mudar isso, e o caminho para mudar isso, primeira coisa é tornar nossa escola em escola indígena com a característica da educação indígena, pra nossos indígenas (entrevista concedida em 30.10.2019).

É indubitável reconhecer tais processos de entrelaçamento entre a comunidade e a escola, nessa relação que destaca Luiz Katu:

Essa educação específica em sala de aula e, para provocar a sala de aula não era mais o único espaço para fazer essa educação, nós tínhamos que sair, então as aulas em campo era muito importante, a vivência, o bate papo, a entrevista com os anciãos na aldeia, se tornou uma constante né, se tornou frequente, aí isso foi uma provocação, [...] que esse era o caminho, que era possível fazer, que era possível se unir agente, daí elaborar esse projeto político pedagógico da escola específico juntamente com todo corpo da escola e a comunidade, e a comunidade (entrevistaconcedida em 30.10.2019).

A escola não deve ser vista como o único lugar de aprendizado. Também a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seu povo, são valores e mecanismos da educação tradicional dos povos indígenas. Esta é a missão da EMIJLS, e diante dos desafios da criação do PPP com tais características, afirma Luiz Katu:

Ter esse projeto político pedagógico específico, uma grade curricular específica, pensar os conteúdos né, a ser administrado na disciplina, a ser trabalhado na disciplina, fazer uma releitura de todo o material que a gente tinha na escola, esse foi uns dos primeiros desafios, e agente parou muito nisso aí, ter que fazer toda uma releitura de todo o material didático e paradidático que tinha na escola, porque imagine numa escola indígena vocês pegar trabalhando numa disciplina de história, de geografia, de ciências, seja qual for a disciplina, um conteúdo que muitas vezes tem implícito, é informações que é, que eu diria assim, informações que são racistas, informações que são preconceituosas, que é, são inverídicas com relação a resistência e a luta do povo indígena. Tudo isso nós tínhamos que fazer uma releitura, pra a partir daí colocar nos conteúdos que os alunos estudavam a nossa ótica, a nossa visão, a visão do indígena, recontar a história, esse foi um passo desafiador [...]. Para quer a escola tivesse um PPP, um regimento, uma grade curricular e específica (entrevista concedida em 30.10.2019).

É importante enfatizar a presença da disciplina de etno-história, que Luiz Katu destaca:

A disciplina de etno-história foi um desafio, hoje eu ministro ela nas duas instituições, tanto na escola João Lino, como na escola Alfredo Lima, e tive que elaborar o currículo, da grade curricular da disciplina, tive que fazer a pesquisa de material didático, [...] os planos de aulas específico pra disciplina, fazer junta tudo isso, [...] foi todo um trabalho para quer acontecesse né, então a disciplina de etno-história no RN, na escola João Lino, [...] e até hoje ela ainda é única no estado, isso com a luta, pesquisa, fazendo releitura em vários materiais, considerando não só os povos étnicos do nosso estado, mais do nordeste e do Brasil, fazendo toda uma releitura dessa visão do nosso povo (entrevista concedida em 30.10.2019).

A professora Josilene Santana trabalha nas duas escolas da comunidade. Há dezesseis anos ela trabalha na EMIJLS e considera a escola como ponto central na comunidade por receber muitos visitantes. Em sua opinião, depois que a escola passou a ser indígena obteve melhorias:

Aumentaram o número de salas de aulas, há outra a realidade da escola; no nosso dia a dia, então nosso trabalho não é só sala de aula, é fora, é pesquisar, é buscar algo melhor pra poder ensinar. Muitas vezes a gente dá um exemplo do que está acontecendo na comunidade, a gente faz parte da comunidade/escola (entrevista concedida em 01.11.2019).

A professora Cilene Soares, que começou a trabalhar na escola muito antes da mudança para escola indígena, fala das coisas que foram melhorando ao longo do tempo e da sua formação como professora:

Então, eu comecei trabalhar aqui, lá onde era a outra escola que tinha esse mesmo nome, eu trabalhei lá como, eu tirei a licença de uma pessoa, agora aqui ela funciona, começou a funcionar em 85 foi quando eu comecei a trabalhar. Na época, é agente né o conhecimento era pouco, mas aí foi melhorando através dos treinamentos, dessas coisas assim, foi melhorando com o passar dos tempos e o estudo também, eu comecei a trabalhar aqui, eu acho que tinha até o sétimo ano, depois eu fiz o renascer que era concluindo o restante do ginásio, que hoje é o fundamental dois e depois conclui outro curso a nível de segundo grau, que é o ensino médio hoje (entrevista concedida em 31.10.2019).

A professora Cilene Soares, destaca também que a escola passou por mudanças na construção de seu currículo:

Referente ao currículo da escola, mudança de indígena, o que melhorou foi assim, a disciplina etno-história que Luiz trabalha, ali é muito importante porque ele está resgatando coisas que eles não sabem, até porque as famílias deles em casa não vivem a eles dizendo, olha antigamente era assim... assim, assim, não vive, e eles na escola tão sabendo que antigamente como era, tá buscando muito, porque, assim, como Luiz trabalha a tarde, mais ele deixa a atividade no quadro, e quando eu chego aqui eu vejo, áaa eu acho lindo aquilo ali, porque tá buscando, eles tão resgatando, até mesmo quando se os pais olharem os cadernos deles em casa vai lembrar do tempo passado, como era as coisas né, então teve essa mudança que foi muito bom (entrevista concedida em 31.10.2019).

A professora da língua tupi Claudiane Soares, considera que a identidade indígena deve ser valorizada pela escola e compreende a educação escolar indígena como uma modalidade de ensino específica que se difere da educação formal proposta pelo Estado:

Porque, é a todo momento faz questão de que as atividades culturais estejam presentes na escola, é por essa razão que nas escolas indígenas tenha disciplinas extras, é o caso da língua tupi, da etno-história, para que os alunos fortaleçam a identidade deles, para que, no caso da língua, aconteça a recuperação linguística, uma valorização, [...]é isso, tentar a todo momento recuperar, fortalecer a cultura, a identidade dos alunos (entrevista concedida em 31.10.2019).

Para os desafios no ensino da língua tupi, a professora acrescenta:

A questão linguística, a realidade no que refere aos professores não é uma questão fácil, porque, não existe uma formação reconhecida, é, cada um tem que buscar por si, e estudando sozinho, tendo referências que é o Eduardo⁸, mas basicamente é um estudo sozinho, de poucas pessoas que vão tentando descobrir aos poucos e decifrar o que é essa língua tupi, e no caso da João Lino, os alunos começam vendo as palavras que eles já falam no dia-a-dia que desconhecem que são de origem tupi, por níveis, o nível 1 geralmente vai vendo essas palavras, a gente vai no decorrer do tempo tentando fazer que eles escrevam, leiam e aprendam as regras que são diferentes, muitos diferentes do que da língua portuguesa. Isso é uma coisa que vai acontecendo aos poucos, mas que seria preciso que houvesse uma continuidade, no momento não acontece, os alunos começam a ver a língua e também ter contato com a etno-história a partir do primeiro ano do ensino fundamental 1, e quando chegam no quinto ano não consegue mais porque tem que sair da aldeia, e as escolas da cidade não ofertam a língua indígena, nem a etno-história (entrevista concedida em 31.10.2019).

Neste momento, a professora Claudine Soares relatou que estaria diante de mais um desafio em sala de aula:

É trabalhar com a língua indígena tupi com alunos surdos da comunidade, que se precisa de novas atividades e a utilização de novas metodologias de trabalho de ensino e aprendizagem da língua, isto de forma inclusiva para estes alunos especiais (entrevista concedida em 31.10.2019).

As observações por parte das professoras, de mudanças ocorridas na escola, sustentam concepções de conquistas de seus direitos além das estruturas físicas, e de suas experiências escolares ligadas a própria existência de sua coletividade. Em suas atividades, as professoras procuram sempre articular a educação escolar com os próprios processos de conhecimentos da comunidade. Clarice Cohn comenta como se dá esse processo de produção de conhecimento:

A escola entra na vida de comunidades e povos indígenas para atuar simultaneamente com seus próprios regimes de conhecimento. Em diálogo ou em confronto com eles, ela faz circular mais conhecimentos, ou os homogeneiza, assim como suas práticas de aprendizagem. Assim, devemos levar em conta esta relação das práticas educativas escolares com as concepções de conhecimento, de conhecer, e a gestão, produção e circulação dos conhecimentos (COHN, 2014, p. 320).

O funcionário da escola Natanael Silva, que tem formação em pedagogia, mas está atualmente fora de sala de aula, também me relatou suas experiências com a educação escolar indígena e aqui traz sua concepção sobre ela:

⁸ Eduardo de Almeida Navarro é um filólogo e lexicógrafo brasileiro, especialista em tupi antigo, e autor do “Método Moderno de Tupi Antigo” (2004) e do “Dicionário de Tupi Antigo” (2013), importantes obras sobre a língua tupi antigo.

Tenho essa experiência na educação escolar indígena, que há uma diferença de educação escolar indígena e educação indígena, a educação indígena é aquela que passar de pai para filho, cada um vem aprendendo de acordo com as experiências dos avós, dos pais, dos tios, ou seja, dos familiares e até mesmo da vizinhança (entrevista concedida em 31.10.2019).

Sobre os desafios e a valorização que envolve toda a comunidade, Natan chama a atenção para sua preocupação com a continuidade deste projeto de educação:

É preocupante uma questão de, nós é, pegamos essas crianças desde o infantil, e infelizmente quando chega no quinto ano para o sexto, essas crianças tem que sair da comunidade, então eles, todo aquele projeto que nós vimos fazendo com eles, uma base, é infelizmente eles abandona depois de um certo tempo, porque vai para o ensino fundamental dois, e lá não tem esse programa que nós temos, uma educação diferenciada, um currículo, aí é preocupante nessa questão, mais é muito interessante as crianças da comunidade mesmo que tem essa educação, que já traz de casa, a familiar, e na escola complementa com a educação escolar indígena. Nós já temos projetos que está em estudo, de o nível II ser na comunidade, e até mesmo formar turmas do ensino médio na comunidade, porque temos duas escolas que já nos projetos uma ficaria com o ensino fundamental I, e a outra seria o ensino fundamental II, que são essas crianças e jovens que saem da comunidade para a cidade, tanto para a cidade Canguaretama, como de Goianinha, “minha terra mãe que é o Katu, sou muito grato em trabalhar na comunidade” (entrevista concedida em 31.10.2019).

Natan relata as dificuldades sobre as questões políticas locais para com os projetos futuros da escola e as dificuldades de levá-los à diante:

É a gente vem passando por lutas e lutas cada dia, tanto com questões de município, questões de apoio que deveria ter, melhor apoio a educação, mas aos poucos a luta vai se concretizando. A perspectiva de futuro em relação a educação indígena é preocupante, nós não temos políticos que apoiam em relação a educação escolar indígena, mas nós lutamos, somos a primeira e única escola autorizada do estado [...], mas infelizmente não tem apoio que deveria, nós estamos sempre lutando, é futuro, nós como é, comunidade escolar temos uma preocupação de repente de interferência de político na escola (entrevista concedida em 31.10.2019).

Fica evidente, portanto, que a mudança ocorrida na escola e a autonomia de seus integrantes não corresponde aos interesses políticos locais, de modo que os princípios da educação escolar indígena não foram incorporados às políticas públicas locais. Os desafios encontrados em relação aos problemas de descumprimento da legislação por parte dos poderes públicos também foram relatados por outros entrevistados.

A implantação de uma escola diferenciada de qualidade, dependerá não somente do esforço e da luta dos seus integrantes, no sentido de melhorar sua formação, desenvolver projetos, métodos e conteúdos específicos, ou produzir materiais didáticos diferenciados, mas de uma mudança mais rigorosa na postura das instituições dos poderes públicos, às quais estão vinculadas a EMIJLS.

Em decorrência destes processos e desafios, o jovem João Paulo⁹ lamentou não ter continuado os estudos na EMIJLS, pois enfrentou muitas dificuldades ao ter que sair da comunidade para continuar seus estudos em outra escola, que não faz parte de sua realidade étnica. Sua presença é constante em algumas atividades na escola como também na comunidade, integrante deste processo de educação, ele demonstra essa preocupação na continuação da educação escolar indígena:

A escola hoje né, eu tenho muita preocupação sobre essa escola que vai até a quinta série né, os alunos vai até a cidade, da quinta série vão até terminar o ano, então eu mim deparei com vários parentes que aprendeu a língua tupi [...], pra eles é desistir da língua, da cultura, então manter, essa escola aqui é uma escola bilíngue, então os indígenas tem todo direito de ensinar, aprender a língua tupi, tanto o português sem ir para a cidade, a luta da gente é trazer esses alunos para aprender até terminar a serie dele, que agente fale português, que agente fale tupi, pra quer agente não pecar nossa identidade de maneira nenhuma (entrevista concedida em 30.10.2019).

Em casos menos frequentes, os indígenas do Katu prosseguem seus estudos nas cidades, muitas vezes não chegando a concluir a educação básica, e atingindo raramente o ensino superior. Logo, é possível averiguar que tal condição de garantia de educação desses jovens na comunidade é uma demanda dos povos indígenas, como nos afirma Luciano:

O desenvolvimento de políticas públicas que garantam a permanência dos jovens indígenas em suas aldeias com qualidade de vida tem sido a preocupação dos povos indígenas nos últimos anos e os sistemas de ensino têm se esforçado em buscar oferecer o atendimento escolar nas próprias aldeias, como é desejo das comunidades indígenas (LUCIANO, 2007, p. 2).

Segundo a diretora da escola, Valda Arcanjo, a desistência das crianças nas escolas urbanas reflete o processo de falta de adaptação dos alunos quando saem da escola do Katu, ocorrendo opressão para com os alunos na cidade. Para ela, o fato de os próprios professores

⁹ É um jovem promissor, conhecido como guerreiro mukunã, trabalha na coleta da mangaba, é guia da trilha do Katu no projeto do etnoturismo, sempre está presente nos trabalhos da escola para receber os visitantes.

serem da comunidade Katu facilita a permanência dos alunos na escola (diário de campo, 31.10.2019).

Por outro lado, percebe-se que a continuação dos estudos fora da educação escolar indígena pode alcançar dimensões preocupantes, à medida que são geridas por projetos governamentais que não levam em consideração os valores indígenas. A comunidade Katu está inserida neste cenário, a respeito disso Luiz Katu traz questionamentos acerca da política integracionista e a forma como a educação escolar urbana impõe aos indígenas um modelo de educação diferente de seu povo:

Não foi feita para indígena, foi feita para ter uma educação para todos, aquela ideia de uma educação para todos, uma educação para o não-indígena, inclusive uma das provas disso é o muro, um modelo de escola indígena ideal ela não teria muro, o muro dar uma ideia de estar separando a escola da comunidade, é institucionalizando a escola, desvincula ela, foi uma luta tremenda para que a gente pegasse essa escola que recebia um currículo pronto das secretarias de educação do município, e tinha que cumprir, quer dizer professores vezes vindo na aldeia, vindo de fora para ensinar um currículo alheio a realidade da cultura nossa [...], inclusive fui aluno dessa escola na época que ela não ensinava a educação escolar indígena, tinha que obedecer um outro currículo, mas estudando nela e estudando em outras escolas e vendo que os livros falavam que nós indígenas estavam mortos aqui no estado, isso não poderia acontecer, porque meu pai em casa mim falava outra coisa, contrariava os que os livros estavam escritos (entrevista concedida em 30.10.2019).

É preciso reconhecer que, pensar hoje a escola indígena é ainda um grande desafio, sendo a escola uma instituição não indígena, surgida em contextos de sociedades radicalmente distintas das sociedades indígenas. Na aldeia Katu, é possível constatar que a comunidade e a escola estão articuladas como caminho da educação para uma mudança social, abertas aos diálogos que visam à interação entre seus membros internos e atores externos, mantendo o contato intercultural como imprescindível para o reconhecimento da diversidade e o debate sobre a educação articulado com questões mais amplas.

5 Considerações Finais

Concluímos que a educação escolar indígena é uma experiência ainda recente no Rio Grande do Norte, que tem a aldeia Katu como pioneira. O debate sobre educação escolar indígena progride na aldeia, portanto, a escola indígena representa caminhos a partir do ideal da comunidade Katu, que atualmente vive também o processo de afirmação de identidade étnica

e procura criar condições que possam pôr em evidência suas tradições e seus modos de vida. Nesse sentido, a EMIJLS representa para a comunidade Katu um espaço de respeito a suas tradições, a sua forma de viver, ao seu direito à diferença, e assume um lugar de destaque em integrar os planos entrelaçados da comunidade/escola no caminho da educação para uma mudança social.

Na aldeia Katu, a luta pela Educação está relacionada à luta pela própria existência e afirmação da identidade étnica. O que está expresso nisso é a reação cultural que cada povo em particular tomou para si como experiência indígena legítima. O que diferencia cada povo é a forma que encontra de manifestar a própria identidade. Assim, na educação também se constrói alternativas de vida e de resistência em uma comunidade indígena.

6 Referências

BRASIL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas.** Brasília, 1998.

BRASIL. **Referenciais para formação de professores indígenas.** Brasília, 2002.

COHN, Clarice. **A Cultura nas Escolas Indígenas.** In: CESARINO, Pedro de Niermeyer e

CUNHA, Manuela Carneiro. Políticas culturais e povos indígenas. – 1. Ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p.313-338.

_____. **Culturas em transformação: os índios e a civilização.** São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.2, pp.36-42.

D'ANGELIS, Wilmar R. **Aprisionando sonhos: A educação escolar indígena no Brasil – campinas, SP: Curt Nimuendaju, 256 p. 2012.**

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC editora, 1989.

_____. **Obras e vidas: o antropólogo como autor.** Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2009.

GRUPIONI, Luís Donisete. **Trajetória de uma política pública: o governo federal e a educação indígena no Brasil.** São Paulo, 20 jul. 2006. Disponível em: www.institutoiepe.org.br. Acesso em: 20 jan. 2020.

_____. **Em Aberto / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.** Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, v. 20, n. 76, p. 13-18, fev. 2003.

LUCIANO, Gersem José. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Coleção Educação para todos. Brasília: MEC/SECAD; LACED/ Museu Nacional. 2006.

_____. **Cenário contemporâneo da educação escolar indígena no Brasil.** Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/releicebcnerev.pdf>

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena na escola: educação indígena e interculturalidade.** Cadernos. Cedes, n. 49, p. 11-17, 1999.

NOBRE, Domingos. **Para uma síntese dos avanços e impasses da educação escolar indígena hoje.** In: VEIGA, Juracilda; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha (Org.). Desafios atuais da educação escolar indígena. Campinas, SP: ALB, Núcleo de Cultura e Educação Indígena: [Brasília, DF]: Ministério do Esporte, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco. **A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena.** Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

9 - EXPERIÊNCIA DE SI E ENSINO DE FILOSOFIA EM ESCOLAS DE MOSSORÓ/RN

Marcos de Camargo Von Zuben
Francisco Alessandro da Silva

A disciplina Filosofia passou a ser obrigatória na grade curricular do Ensino Médio brasileiro no ano de 2008. Tal proposta emergiu de muita luta, porém, o cenário encontrado após sua inclusão, não mais optativa, era inédito. Inúmeras questões se mostraram pertinentes. Dentre tantas, e tomando como postulado as contribuições do pensador Michel Foucault a respeito do cuidado de si, nos valem de algumas perguntas no que dizia respeito ao ensino-aprendizagem de filosofia na cidade de Mossoró. Como por exemplo: 1º) De que forma a concepção de Filosofia exposta nas normas legais pressupõe o cuidado com a formação e transformação da subjetividade do estudante?; 2º) O que esse cuidado de si implica em termos de transformações nas relações do sujeito consigo mesmo e com a alteridade a partir da análise de Foucault sobre o assunto?; e 3º) Se no decurso da relação de aprendizagem da Filosofia pelo aluno o mesmo observa em si alguma transformação na sua relação com as dimensões constitutivas de si – sua corporeidade, sexualidade, alteridade etc. – como este sujeito representa para si tais transformações relacionais consigo e com outro?

Diante dessas indagações, delimitamos os seguintes objetivos de nossa pesquisa: compreender as possíveis transformações no ser do sujeito/aluno propiciadas pela aprendizagem da Filosofia; analisar se e como o cuidado com a subjetividade pode alterar as relações do aluno com suas dimensões intelectuais, corporais e emocionais; observar se e como o Cuidado de Si pode transformar as relações do sujeito/aluno com sua dimensão social, mais especificamente a questão da alteridade; e investigar como os sujeitos/alunos representam para si mesmos suas relações com a Filosofia e as possíveis mudanças ocasionadas desta relação.

A hipótese do presente trabalho consiste em investigar se a aprendizagem de Filosofia que está sendo propiciada em algumas salas de aula do Ensino Médio em Mossoró (RN), confirma a possibilidade de transformação do ser mesmo do sujeito/aluno, ou seja, se as experiências que foram transformadas em currículo obrigatório têm como base um ensino que impulse o aluno a um cuidado de si e a construção de uma estética da sua própria existência.

Nossa principal fonte teórica foi *A Hermenêutica do Sujeito* (2006). O centro de interesse em Foucault será a análise do conceito do *Cuidado de Si*, sua relação com a Filosofia

e, ainda, a forma como este *Cuidado de Si* põe em questão todas as dimensões do sujeito, inclusive enquanto ser social. Outros textos foram utilizados: *História da Sexualidade 3: O Cuidado de Si* (1985), que tem como enfoque a relação do cuidado de si com a corporeidade e a passionalidade; e nas obras *O Governo de Si e dos Outros* (2010) e *A Coragem da Verdade* (2011) a análise se centrará nas relações do *Cuidado de Si* com o eu político. Para uma melhor fundamentação da escrita, além dos textos do Michel Foucault, nos valem de outros autores que se utilizam desses conceitos para pensar a educação como, por exemplos, Kohan (2011 e 2012), Gallo (2010), Veiga-Netto (2011) e Larrosa (1994).

O texto *Tecnologias do Eu* (1994), de Jorge Larrosa, foi de extrema valia na nossa entrada em campo, utilizando-o como guia para uma análise e construção do que realmente se queria entender dos alunos, auxiliando na elaboração das perguntas para os questionários e entrevistas, bem como fundamentando uma melhor compreensão do que foi expressado pelos estudantes. Foi um guia tanto em conteúdo quanto na forma da pesquisa.

1 O despertar filosófico para o “*Cuidado de Si*”

Para uma melhor compreensão do papel de resistência que pode caber ao cuidado de si na aprendizagem filosófica, é necessária uma discussão preliminar deste conceito no âmbito do pensamento foucaultiano, haja vista partir de uma linha de tempo histórica. Desta feita, volta-se para o pensamento clássico da Filosofia grega Antiga e em Sócrates o conceito de “cuidado de si” explicado por ele, entendendo-o como o cultivo de si. Cultivo este que deveria se dar tanto na mente/espírito, quanto no corpo. Depois desta apresentação, Foucault parte para uma discussão do cuidado de si no que ele identificou como sendo o apogeu do papel deste preceito, período que corresponde à Filosofia helenística e à Filosofia nos anos áureos da Roma Imperial. Finalmente, ele explica a interpretação dada pelo cristianismo primitivo sobre o conceito do cuidado de si. Após toda essa apresentação, adentra na aula que marcará a última fase de suas palestras e escritos.

Em sua aula ministrada no *Collège de France* (06/01/1982), Foucault abordou o tema do *Cuidado de Si* partindo de algumas interpretações e da relação entre esta máxima e o conselho délfico do *conhece-te a ti mesmo*. Sócrates serve como auxiliar ao pensar a estética da existência, visto que o pensador grego inverte a pedagogia tradicional de Atenas, em que o conhecimento era apenas uma transmissão de saber, propondo nova abordagem sobre o ensinar Filosofia.

Foucault se vale dessa interpretação sobre a obra *Apologia de Sócrates*, especificamente em três passagens: na 29d, quando Sócrates está diante de sua condenação e é questionado sobre ter ou não vergonha da pena a que se encontra, indagando que jamais haveria de se envergonhar de uma tarefa à qual diz que lhe foi dada pelos deuses, qual seja, a de despertar os atenienses para se ocuparem consigo mesmo; na passagem 30c, quando os próprios atenienses perderam com a morte do pai da maiêutica, pois dificilmente se levantaria, naquela sociedade, outro sábio que se preocupasse com esta função pedagógica, filosófica: de despertar os outros para o cuidado de si; e a última passagem, 36b, na qual Sócrates fala de sua função de mestre do cuidado de si como uma função sacrificial, porque ao despertar os outros para o cuidado de si poderia algumas vezes incorrer no erro de se esquecer de cuidar de si.

O conceito de *Cuidado de Si*, infelizmente, perdeu espaço no decorrer da história e a Filosofia ocidental foi lentamente substituída por um longo período pela noção de *gnôthi seautón*, do *conhece-te a ti mesmo*. A Filosofia como experiência e transformação do sujeito foi dando espaço ao conhecimento puro e simples, cedendo lugar ao acúmulo de conhecimentos como dimensão do sujeito que sabe, do sujeito que conhece. No entanto, o princípio de *epimèleia heautou* não se extinguiu. Continuou a operar em vários momentos históricos, desde a cultura grega clássica, passando pelo desenvolvimento da Filosofia helênica e romana ao ascetismo cristão. Foucault diz que o cuidado de si não é apenas uma condição para a Filosofia, mas um norte para toda a virtude racional do ser humano, todo o imbricar *ratio*, onde ele:

Não é meramente como condição de acesso à vida filosófica, no sentido estrito e pleno do termo, que é preciso cuidar de si mesmo. [...] este princípio de precisar ocupar-se consigo mesmo tornou-se, de modo geral, o princípio de toda conduta racional, em toda forma de vida ativa que pretendesse, efetivamente, obedecer ao princípio da racionalidade moral. (FOUCAULT, 2006, p. 12).

Em que consiste esta noção de *epimèleia heautou*? Ao contrário do que alguns erroneamente interpretam, esse cuidar de si não pode ser confundido com uma espécie de narcisismo. Ele é uma atitude para consigo, ao mesmo tempo em que deve ser uma atitude para com os outros e uma extensão ainda maior: uma atitude para com o mundo.

O cuidar de si é uma forma de atenção, de olhar convertido do exterior, dos outros, do mundo, para um olhar íntimo e introspectivo, que é um olhar para si mesmo. Este olhar necessita de exercícios e meditações que Foucault denominou de *áskesis*, que são as ações e práticas. Este conceito tem uma forte ligação com o conceito de verdade. Ao abordar a temática da verdade, Foucault apresenta três características desta prática de espiritualidade, do conhecer

a si mesmo para cuidar de si mesmo: 1º) Ele postula que a verdade jamais é dada pelo pleno direito do sujeito, mas adquirida a um preço que põe em jogo o ser mesmo do sujeito; 2º) A relação entre *eros* e *áskesis*, cujas modalidades são as que o sujeito deve ser transformado para torna-se sujeito capaz da verdade e; 3º) Aborda o *retorno da verdade sobre o sujeito* e pondera:

Em suma, na verdade e no acesso à verdade, há alguma coisa que completa o próprio sujeito, que completa o ser mesmo do sujeito e que o transfigura. Resumindo, acho que podemos dizer o seguinte: para a espiritualidade, um ato de conhecimento, em si mesmo e por si mesmo, jamais conseguirá dar acesso à verdade se não fosse separado, acompanhado, duplicado, consumado por certa transformação do sujeito, não do indivíduo, mas do próprio sujeito no seu ser de sujeito. (FOUCAULT, 2006. p. 21).

Para se ter acesso a verdade é imprescindível a prática da espiritualidade. No entanto, esta prática perdeu seu caráter de importância no que Foucault chamou de *momento cartesiano*. Com o cartesianismo da modernidade, o método, a racionalidade científica se tornou a única condição para o conhecimento, ou seja, para a verdade. Neste momento foi requalificado, do ponto de vista filosófico, o “conhece-te ti mesmo” e desqualificado o “cuida-te de ti mesmo”. A indubitabilidade (século XVII) passou a ser entendida como evidência da existência própria do sujeito no princípio do acesso ao ser (conhecimento de si mesmo).

O filósofo explana como o cuidado de si foi perdendo sua primazia, dando lugar ao conhecer-se. Foucault analisa historicamente esse apagamento da *epimèleia heautou* observando em que medida a teologia “aristotélico-tomista” fez prevalecer o caráter cognoscente do sujeito, aderindo a uma fé universal na qual encontrava em um ser superior sua fonte de realização existencial, seu modelo de perfeição. As velhas práticas de espiritualidade e saberes foram se perdendo e dando lugar a outras práticas. O homem, através da *áskesis*, não mais buscava em si essa experiência de conhecer-se e cuidar-se. Com esse ideal de perfeição fixado na figura de um ser divino, o homem se submetia a um outro tipo de ascese: castigos, disciplinas, flagelos sobre seu corpo, rituais envoltos a rezas, mantras e orações eram tidos como instrumentos capazes de elevar a alma dos sujeitos.

Foucault trata sobre os três momentos áureos do *Cuidado de Si*. A saber: o momento *socrático-platônico*, no qual deu surgimento a *epimèleia heautou* na reflexão filosófica; o momento *idade de ouro* da cultura de si, correspondente aos dois primeiros séculos da nossa era e; o momento arraigado à passagem do século IV ao V, período da *ascese filosófica pagã para o ascetismo cristão*.

No primeiro momento, Foucault observa que o cuidado de si não era um preceito filosófico no sentido restrito ou conceitual do termo, mas um princípio corriqueiro, cotidiano da cultura helênica. Este princípio está a um contexto de privilégio político, econômico e social, como ele descreve usando as palavras de Plutarco:

Plutarco retoma uma palavra que teria sido de Alexândrides, um lacedemônio, um espartano, a quem um dia se teria perguntado: mas afinal, vós, espartanos, sóis um tanto estranhos; tendes muitas terras e vossos territórios são imensos ou, pelo menos, muito importantes; por que não os cultivas vós mesmos; por que os confiais a hilotas? E Alexândrides teria respondido: simplesmente para podermos nos ocupar com nós mesmos. Entendamos, quando o espartano diz – temos que nos ocupar com nós mesmos e, por consequência, não temos que cultivar nossas terras –, é evidente que não se trata, absolutamente, [de Filosofia]. Sendo pessoas para as quais a Filosofia, o intelectualismo, etc., não eram valores muito positivos, tratava-se, para elas, da afirmação de uma forma de existência ligada a um privilégio... (FOUCAULT, 2006. p. 42).

Outro exemplo do mundo antigo é a relação dialógica entre Sócrates e Alcibíades. A educação que o jovem Alcibíades recebeu é passível de crítica por parte de Sócrates, pois nenhum mestre se aproximou do discípulo com o objetivo de apresentar-lhe o cuidado de si. Todos os que se apresentaram como educador do belo jovem o fizeram por motivos interesseiros. Nenhum se preocupou em mostrar-lhe que se ele mesmo almejava um dia ocupar cargos políticos, se pretendia administrar a cidade, era necessário, anteriormente, ter cuidado de si mesmo. Sócrates apresenta ao jovem o conceito de *noûn prósekhe*, de aplicar seu espírito sobre si mesmo, reiterando o conselho do *gnôthi seautón* (conhecer-se) com o fim de buscar a plenitude da prática do *epiméleia seautoû*, do cuidado de si. Ou seja, mostra a Alcibíades que para ter acesso a política precisava ele lançar-se sobre si mesmo, aplicar seu espírito a uma análise e entendimento sobre si, buscar conhecer-se, e assim tomar cuidado de si para só então se ocupar com a administração e cuidado da cidade e exercer o cuidado com o outro.

Essa sublime tarefa do mestre é apresentada e mediada por quatro observações sobre o cuidado de si: 1º) O cuidar de si mantém um vínculo com o exercício de poder; 2º) No caso específico de Alcibíades, o cuidado de si está apenas para mostrar-lhe a insuficiência da educação que recebeu, voltada para o *eros* e sem ao menos introduzir neste o conceito de *conhece-te a ti mesmo*, que dirá do “*cuida de ti mesmo*”; 3º) Alcibíades já se encontrava com cinquenta anos e o tempo que lhe restava era apenas de tentar reparar o período perdido de sua educação alheia ao cuidado de si e; 4º) Por esse motivo, o cuidado de si é uma atividade, e como meio para a construção do ser do sujeito autônomo e crítico ela deve ser desempenhada com afincamento e urgência.

Essa noção de cuidado de si constitui referência para a investigação da aprendizagem filosófica dos estudantes de filosofia do ensino médio, na medida em que será tomada como o aspecto principal a ser considerado na análise das experiências positivas propiciadas pelo ensino de filosofia.

2 Experiência de si e a aprendizagem filosófica

Abordamos os aspectos metodológicos a partir das referências teóricas e a apresentação e análise dos resultados da pesquisa. Tomaremos como referência, quanto aos aspectos teóricos, Larrosa (1994), que descreve as principais modalidades de experiências de si, as quais serão pensadas neste trabalho relacionando-as ao âmbito educacional.

2.1 Aspectos metodológicos para a entrada em campo

Como a pesquisa se desenvolveu no universo escolar, algumas precauções iniciais foram tomadas para tentar manter este distanciamento mínimo necessário.

Duas escolas da cidade de Mossoró (RN) foram escolhidas para a realização da pesquisa. Como o foco era o ensino de Filosofia como possibilidade do *cuidado de si*, expresso em Foucault (2006) como elemento chave para o filosofar, e nossa questão imediata a relação do aluno com a Filosofia e as consequências desta interação, buscamos por facilidade de entrada em campo as seguintes escolas: o Colégio Mater Christi, escola da rede privada, e a Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho, escola da rede pública.

Alguns aspectos favoreceram a escolha destas escolas. A facilidade de entrada em campo foi um deles. Primeiro por conhecer a realidade vivenciada em cada uma delas, tanto em termos administrativos e docentes quanto em termos discentes. Como afirma DaMatta (1978), buscamos transformar essa familiaridade em um estranhamento e apresentar esse exótico como familiar. O segundo motivo está relacionado aos docentes. Os que lecionam a disciplina Filosofia, em ambas as escolas, fizeram/fazem parte do nosso círculo de convívio acadêmico e não restringiriam nossas observações nas suas aulas e sequer trariam algum empecilho no decorrer da pesquisa, além de que também fomos docente-objeto de algumas turmas pesquisadas.

Diante os objetivos inicialmente propostos em nossa pesquisa, indagamos quais os impactos que o ensino de Filosofia poderia causar nos alunos de Ensino Médio. Anteriormente, coube nos perguntar se este ensino teria de fato causado algum impacto na vida dos alunos. Caso a resposta fosse positiva, nos questionamos se haveria diferença dos impactos causados na realidade da escola pública para a escola particular e, ainda, como esses impactos atuaram no entendimento do aluno consigo mesmo.

Sendo essas indagações fruto de um dilema mais importante para nossa pesquisa, busca-se entender até que ponto a Filosofia é ensinada como mera transmissão de conhecimento ou se não, como ela tem sido trabalhada e desenvolvida nas escolas como elo norteador que une o saber com a vida prática. Foram essas indagações que nortearam o eixo prático desta pesquisa.

O nosso referencial teórico esteve presente em todas as fases da pesquisa, desde os primeiros momentos de reflexões estritamente teóricas até a entrada em campo. Percebe-se que o pensamento de Foucault, como base teórica para esse estudo, esteve presente em todo o corpo textual, enquanto outros autores ou estão alocados na parte teórica ou apenas na parte de campo. Entre estes referenciais, tomamos Larrosa (1994) como fundamentação teórico-prática, uma vez que em seu texto *Tecnologias do Eu e Educação* encontramos as modalidades de experiências de si que podem ser percebidas na educação. Estas modalidades auxiliaram quanto aos objetivos e interesses desta pesquisa. O texto nos auxiliou na coordenação e organização das perguntas dos questionários e no roteiro das entrevistas para análise. A partir de Foucault, Larrosa (1994, p. 36) analisou o conceito de *tecnologias do eu* considerando as práticas pedagógicas, “aquelas nas quais se produz ou se transforma a experiência que as pessoas têm de si mesmas”.

Segundo o autor, o cuidado de si na educação pode ser considerado a partir de cinco “dimensões que constituem os dispositivos pedagógicos de produção e mediação da experiência de si” (Idem, 1994, p. 21). A saber: 1) a estrutura ótica, *o Ver-se*, como o sujeito da educação se vê, se compreende; 2) a estrutura da linguagem, *o expressar-se*, como esse mesmo sujeito exterioriza os estados subjetivos de seu ser, como ele se expressa; 3) a estrutura da memória, *o Narrar-se*, como o sujeito se narra; 4) a estrutura da moral ou da ética, *o Julgar-se*, como o sujeito, depois de ter feito uma análise ótica de si, uma exteriorização do seu ser, está apto a julgar-se, a emitir julgamentos do que constitui ou forma/transforma seu ser de sujeito e; 5) A estrutura do poder, *o dominar-se*, que se refere as ações que o indivíduo efetua sobre si mesmo. No âmbito desta pesquisa, essas modalidades de experiências são tomadas como as dimensões a serem observadas na aprendizagem filosófica dos estudantes, tanto para a orientação dos instrumentos de pesquisa quanto para a categoria de análise.

Foram estabelecidas três etapas fundamentais do trabalho. A primeira diz respeito ao momento exploratório do ambiente da pesquisa, quando foram estabelecidos os contatos com as escolas e com os alunos, e teve como objetivo preparar estes para as atividades da pesquisa que iriam participar. A segunda etapa consistiu na aplicação de questionários aos alunos, indicados a partir da percepção de seus professores quanto a uma experiência filosófica significativa, com o intuito de aprofundar e detalhar as questões pertinentes à questão pesquisada. A partir dos resultados obtidos foi realizado a terceira etapa: as entrevistas de maior profundidade com os alunos selecionados, as quais foram gravadas para um registro mais preciso das respostas.

Percebendo a dimensão do universo da pesquisa (em torno de 1.000 alunos do Ensino Médio nos dois Colégios), optamos para estabelecimento da amostra os alunos das turmas da 3ª série. Entendemos que estes possuem algum tempo de experiência com a aprendizagem filosófica e poderiam apresentar mais e melhores condições de observar o aspecto que é objeto principal desta pesquisa: a experiência de si na aprendizagem filosófica.

Coincidentemente, as duas escolas contavam com quatro turmas de terceira série no turno da manhã, cada uma com número semelhante de alunos, variando de 20 a 35 alunos. Ao todo a amostra contemplou 189 alunos, sendo 83 do Colégio Mater Christi e 106 da Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho.

Após a etapa inicial, partiu-se para o segundo momento: a aplicação de 189 (cento e oitenta e nove) questionários que constou 7 (sete) perguntas, sendo 6 (seis) de múltipla escolha e uma dissertativa. O objetivo desta etapa foi selecionar o universo de alunos que tiveram experiência significativas na aprendizagem filosófica. Na terceira fase da pesquisa foram realizadas as entrevistas feitas com 14 (quatorze) alunos selecionados, sendo 8 (oito) do Colégio Mater Christi e 6 (seis) da Escola Estadual Professor Abel Freire Coelho.

As seis primeiras perguntas do questionário eram perguntas fechadas que visavam obter informações sobre o grau e a qualidade do envolvimento desses alunos com a aprendizagem filosófica. A sétima pergunta levava o aluno a considerar o aspecto principal desta pesquisa: a experiência de si nas aulas de Filosofia. O questionário aplicado nos ajudou na escolha dos alunos que seriam entrevistados, e esta última pergunta em especial.

As perguntas fechadas diziam respeito a quanto tempo eles estudavam Filosofia, onde começaram a estudá-la, se a achavam importante para o currículo das escolas, se estudavam-na além dos conteúdos trabalhados em sala de aula e se houve algum conteúdo que mais os marcaram. Em caso afirmativo, sobre qual tema versava esse conteúdo. A última questão pedia para dissertarem sobre a possibilidade da Filosofia como transformação das subjetividades.

Embora a dimensão quantitativa da pesquisa não seja a principal em nosso estudo, alguns números nos serviram para algumas constatações no âmbito da pesquisa.

Consideramos a última pergunta do questionário a mais importante, pois ela ultrapassa esses dados iniciais que coletamos, dados os quais tinham um enfoque quantitativo. A referida questão se destaca por ter sido a única pergunta aberta. Escolhemos trabalhá-la de forma dissertativa porque nela o aluno poderia desenvolver seu pensamento sobre a experiência filosófica relacionada diretamente com a sua vida e com os outros. Tanto que ela foi o questionamento base para a triagem daqueles escolhidos para a terceira fase da pesquisa.

2.2 Análise dos resultados

A terceira etapa de nossa pesquisa consistiu em entrevistas com os 14 alunos selecionados a partir da triagem dos questionários. A entrevista apresentou perguntas abertas baseadas em um roteiro construído sobre os temas abordados no questionário da segunda fase da pesquisa. Assim foram selecionados os alunos que demonstraram proximidade com a aprendizagem da Filosofia e externaram em suas respostas um papel significativo da disciplina em suas vidas, contribuindo mais significativamente para a pesquisa.

Resgatamos a pergunta *“Houve algum conteúdo de Filosofia que mais te marcou? Se sim, qual e por quê?”*, que permeou quase toda a entrevista, quer de forma direta, quer de forma indireta, e acrescentamos outras duas: *“Você já teve alguma aula de Filosofia que fizesse com que você se identificasse com o conteúdo/ideia? Se sim, qual era o assunto da aula e por quê você se identificou?”*, e, *“Você acha que as ideias de algum filósofo ou até mesmo as aulas de Filosofia, no geral, mudou alguma coisa na forma que você encara a vida ou sua relação com as pessoas? Se sim, o que e como?”* para tentar entender em que medida os alunos percebiam alguma forma de mudança no ser do sujeito, a partir do contato com a Filosofia.

Todos os alunos entrevistados afirmaram que a Filosofia era uma matéria importante para o Ensino Médio. A contribuição do aluno S.N. (3ª série A, do Colégio Mater Christi) evocou sua importância, com as seguintes palavras:

Acho importante para o Ensino Médio, porque nele nos preparamos para o vestibular e em meio a tantas aulas de exatas, e conteúdos, conteúdos e conteúdos, a gente consegue, a partir da Filosofia dar um “break” nisso tudo. E ser um momento até para relaxar. Porque você discutir sobre algo é o que todo mundo quer. Você está em uma aula de matemática, aí quando chega a aula de Filosofia, todo mundo diz:

“ah, que massa! Agora a gente vai discutir sobre uma coisa que a gente, realmente, está vivendo; sobre alguma coisa que a gente realmente se identifica. Algo que faz parte da nossa vida”. As vezes a gente estuda um assunto em matemática que não é colocado em prática em nossas vidas, mas a Filosofia é! Qualquer assunto de Filosofia que você estude é colocado em prática.

É interessante perceber na fala do aluno uma aproximação do que Foucault explicita nas primeiras aulas no *Collège de France*. Não faz sentido um contato com a Filosofia sem que esta provoque alguma reflexão e prática (ação) na vida das pessoas. O aluno em questão não percebe somente isso, como também tece uma crítica as demais disciplinas ensinadas de maneira instrumental. Por sua vez, R.B. (aluno da 3ª série A, Colégio Mater Christi), da mesma sala que o aluno anterior, expôs o que entendia como importância na Filosofia, ao dizer: “*a Filosofia é muito importante para desenvolver a questão da sensibilidade nas pessoas. As pessoas, elas são muito ignorantes... devem procurar esse sentimento de filosofar mesmo.*” Ele também apresentou o que considera como falha e indicou o que entende como solução: “*Acho que ela, no currículo, seria muito mais rentável se ela fosse aliada a outras matérias que motivassem cultura, tipo, música e arte. Se ela fosse junta com essas áreas, ela seria muito mais enriquecedora para o próprio aluno, em relação a chamar a atenção dele.*” (R.B., aluno da 3ª série A, Colégio Mater Christi)

Consideramos esse momento como central na pesquisa, já que se trata da análise da resposta dissertativa do questionário e o item final do roteiro das entrevistas, os quais abordam diretamente o problema da experiência de si na aprendizagem filosófica. O aluno S.N. (3ª série A do Colégio Mater Christi) disse que a aula mais marcante foi a de lógica. Segundo ele, a Filosofia ajudava a gente a pensar de forma organizada. Ele ainda relatou que mudou sua forma de encarar o mundo a partir da reflexão sobre uma frase atribuída a Sócrates, e que a Filosofia ajudou na questão da alteridade:

Acho que todo mundo conhece essa frase, que é aquela “só sei que nada sei”, de Sócrates. Sempre eu fui muito estudioso. Desde pequeno era tido como “inteligentezinho”, eu achava que eu era o centro do mundo, eu achava que eu sabia de tudo, eu era até meio arrogante. Quando você se acha muito inteligente, você passa a ter arrogância. Aí quando você estuda Filosofia e vê uma frase como essa, de um cara tão esplendoroso como o Sócrates, [...] mexeu comigo, pois me fez ver que eu também não sei de tudo. Eu também tenho que aprender muito ainda. Eu sei, mas também sei que tenho o que aprender. Acho que mudou a minha forma de me ver, em relação a sociedade, por que eu pensava que eu sabia de tudo, que eu tinha conhecimento de tudo [...] eu tinha que aprender a não deixar a minha inteligência barrar a inteligência das pessoas. Muitas vezes acontecia isso [...]

Alguns alunos afirmaram a possibilidade de mudança no ser do sujeito a partir da Filosofia, embora não todos conseguissem identificar, precisamente, um filósofo ou uma ideia/conceito específico que lhes tenha possibilitado uma mudança na relação consigo mesmo. No entanto, outros apontam qual filósofo, ideia, frase ou texto lhes ajudaram a entender o mundo de uma outra maneira, com um outro olhar, como foi o caso de R.B., ao dizer: *“Nietzsche me ajudou, na própria teoria do eterno retorno, a ser uma pessoa mais tranquila. E o próprio budismo também. Nessa questão da vida ser complicada, eu tenho que fazer algo, mas eu não posso mais me conformar e querer mudar aquilo.”* O aluno disse ainda que percebia uma estreita relação entre o pensamento do filósofo Nietzsche e a religião/Filosofia budista, e que por influência dessas suas leituras afirmou:

Eu posso aceitar as coisas como são. [...] Eu procuro manter um equilíbrio. Eu não vou me estressar por causa dos problemas corriqueiros da vida. Finalmente ele nos apresentou uma de suas reflexões filosóficas sobre a liberdade: Certa vez eu estava lendo sobre o marco civil, da internet, aí fiquei filosofando sobre a frase “quem vigia os vigilantes?”. E me questioneei sobre liberdade e totalitarismo. Certa vez vi uma imagem que remetia a Michel Foucault. Era tipo um farol cercado de várias celas. E o farol estava apontado para um canto, como se fosse girar. A ideia era de um Estado vigilante. Mas quem vigiaria a pessoa que está lá em cima? (R.B., aluno da 3ª série A, do Colégio Mater Christi).

Percebeu-se, através do diálogo com os alunos, que os temas que estavam mais em evidência carregam um teor polêmico. Assuntos relacionados a Ética e Metafísica/Ontologia aparecerem como principais escolhas dos jovens. Subtemas como aborto, união homoafetiva, eutanásia, pena de morte, Deus, religião e liberdade foram eixos motivadores para o debate em ambas as escolas. Observa-se que são temas com viés existencial, e que de algum modo implicam uma possibilidade de transformação de suas subjetividades, ressaltando a importância da ética para os alunos, na experiência de si e seu papel na aprendizagem filosófica. Nas entrevistas, momento em que eles podiam explicar melhor qual assunto ou conteúdo mais os mobilizavam, algumas falas nos chamaram a atenção e por isso foram classificadas por assuntos que tiveram maior incidência, quais sejam: filósofos que mais se repetiram nas falas dos alunos; a questão da relação Filosofia e Religião; a questão da alteridade, tanto em relação a própria questão religiosa quanto sobre o tema da sexualidade. Alguns depoimentos sobre o que se discutira ou apresentara acima são apresentados:

Uma aula onde descobri que nem todos os filósofos eram ateus. Aí eu percebi: poxa, eu tinha uma ideia errada sobre isso. Lógico que tem filósofo que é ateu, mas tem outros que acreditam na existência de um certo Deus. Mas, em geral, todas as aulas de Filosofia marcam porque você sai com um pensamento diferente. [...] Quando

se estuda Filosofia a pessoa passa a ter um pensamento diferente do mundo, do meio em que você vive. Antes eu não queria nem ouvir falar em Filosofia. Pois a Filosofia vai me dizer coisas que eu não vou aceitar, mas não, depois eu percebi que era preconceito meu. Filosofia e religião andam lado a lado. Tudo tem Filosofia. Eu era dogmático. Religioso. E não queria acreditar em nada além de minha religião. Depois da Filosofia não, eu mudei. Passei a questionar as coisas. (R.L., aluno da 3ª série B, da Escola Abel Freire Coelho).

O aluno S.L. (3ª série B, da E. E. Prof.º Abel Freire Coelho) relata:

[A filosofia] me ensinou a questionar tudo o que é imposto. Antes, eu só aceitava o que era da minha crença. Eu não conseguia olhar para o lado. Eu não aceitava. Era minha opinião e pronto. Aí veio a Filosofia, que me ensinou a ouvir. A ouvir as opiniões das pessoas. Que alguém pode ter uma opinião e até te convença.

Na opinião de M.L. aluno da 3ª série C, do Colégio Mater Christi):

A aula de Filosofia que mais me marcou foi no nono (9ºano), quando eu entrei para o grupo católico Shalom, a gente estava discutindo gênero, sexualidade, essas coisas assim. E batia de frente com o que eu pensava e aprendia no grupo. Na escola teve um caso de duas garotas que estavam ficando e foram proibidas de ficarem, e até de andarem de mãos dadas. Isso ficou batendo muito na minha cabeça, aí eu fui procurar a respeito. Eu acreditava em Deus, mas nunca tinha pesquisado a respeito. Aí quando eu comecei a pesquisar, vinha gente martelando contra. E eu queria estar forte para defender o que eu acreditava. Sendo que no dia seguinte, nas aulas, eu já não acreditava mais do mesmo jeito. (risos). Diziam: a igreja fez as cruzadas, a inquisição. E aí eu dizia: não, a igreja não fez só coisas ruins não. Ela criou os bancos, as universidades, tinha lá o “negócio” das freiras que criou os hospitais, etc. Aí depois você vai ver assim as coisas, aí meu Deus do céu, aquelas torturas, etc... A Filosofia mudou muita coisa na minha forma de enxergar o mundo. [...] A Filosofia muda nossas vidas por que a gente começa a perguntar: será que isso é verdade? Começa se questionar a respeito das coisas, e não só isso, a gente pensa: como eu posso aplicar isso na minha vida?

É perceptível que a Filosofia serve de base para o questionamento do cotidiano, fazendo com que os alunos reflitam sobre o mundo ao seu redor, resgatando questões polêmicas, ou até mesmo questões simples, porém sob uma perspectiva filosófica. Isso acarreta um pensar que os tira do lugar comum, da zona de conforto e que mexa com o seu ser de sujeito. Suas falas atentaram para essa conclusão.

O aluno L.G. (da 3ª série A, da E.E. Prof. Abel Freire Coelho) diz que as discussões em sala não cessam quando a aula termina. Geralmente elas continuam até em casa, ao estudar e

buscar mais conhecimento de outros modos, como expresso em suas palavras:

As aulas de Filosofia são muito interessantes, porque elas instigam a pessoa, eu chego em casa e fico me questionando se aquele meu ponto de vista está certo ou errado. Geralmente eu não assisto só as aulas daqui, da grade curricular, chego em casa e busco me atualizar sobre os conteúdos, pensando sobre a aula.

A aluna M.L., do Colégio Mater Christi, expõe suas questões sobre religião e Filosofia e sobre a questão da alteridade, a partir de uma análise sobre a sexualidade. Mesmo não questionados de forma direta sobre o tema da sexualidade, os demais alunos também se pronunciaram a respeito dele, a partir da alteridade, do respeito pelo outro enquanto ser diferente. Vejamos a fala do aluno D.V. (3ª série B do Colégio Mater Cristi), no qual deixa claro que essa foi uma das principais mudanças no seu ser de sujeito, acarretada pela reflexão filosófica:

A Filosofia me ajudou a mudar, principalmente em relação ao preconceito com pessoas de sexualidades diferente da minha. A gente tem preconceitos que a gente acha que não tem. E com o tempo, alguns pensamentos filosóficos foram me ensinando que eu não preciso ter isso. Que não é algo necessário, e que eu posso não ter. E eu faço o que posso para não ter esse preconceito. Por isso foi mudado meu modo de olhar as outras pessoas.

Por sua vez, o aluno M.M. (aluno da 3ª série Órion, do Colégio Mater Christi) fez uma comparação entre o pensamento que ele tinha sobre as pessoas, provenientes de preconceitos herdados pela coercitividade, a partir das opiniões de outrem, em especial, da família, e como a Filosofia lhe ensinou a perceber as pessoas de maneira diferente, na busca de extinguir esses adestramentos do olhar o outro:

Sim, eu acho que ajudou, assim, não só entender a vida melhor, de um jeito mais justo, como também desmistificou mais as imagens das pessoas. Não é aquela coisa, você cresceu e sua mãe disse: “ah, é isso!”; e seu pai disse: “ah, é isso também!”. Então você passa a ver o mundo daquele jeito. Mas ao estudar Filosofia, você começa a ver as coisas de uma forma mais aberta, da forma que ela realmente é. E não pela visão das outras pessoas. E sim, pela sua própria visão. Então, isso para mim, mudou muito. Tipo, aquela pessoa não é aquilo por que minha mãe falou, e sim por que eu conclui que ela é aquilo. Por que eu pensei, eu raciocinei para chegar aquela visão.

O aluno L.W. (da 3ª série C, Escola Estadual Prof.º Abel Freire Coelho) disse que

Metafísica era a área da Filosofia que mais o cativava. O mais interessante é que embora vários alunos demonstrem suas preferências de conteúdos e ideias filosóficas, percebemos que independente do conteúdo em si, a questão do ser consigo e a questão da alteridade o ser com o outro esteve presente em todas as falas, sobre as mais variadas discussões temáticas. Alguns pensaram a religião do outro a partir do conhecimento de ética; outros pensaram a questão do corpo, da sexualidade, a partir de discussões políticas; outros pensaram o outro a partir de discussões estéticas; e o L.W. pensou a alteridade a partir da metafísica. Em suas palavras:

Uma aula que me marcou, foi no primeiro ano, quando o professor falou sobre metafísica. Eu aprendi que no mundo não havia apenas a minha visão, o meu ponto de vista. Mas existiam muitas ideias, muitas crenças, teorias. A metafísica me fez ver o mundo diferente. Eu mudei algumas ideias. Pois antes eu não aceitava a visão das pessoas. Eu me fechava para as opiniões das pessoas. Como por exemplo na política. Eu sou de direita. E eu tinha vários preconceitos com a esquerda, achava a esquerda carregada de ideias sombrias. Mas quando comecei a estudar Filosofia, eu percebi que estava me fundamentando em preconceitos.

Ainda no que tange a Ética, o nome de Jean-Paul Sartre e o existencialismo se apresentaram repetidas vezes. Citamos dois depoimentos que falaram de Sartre e o Existencialismo e que levaram os alunos a uma reflexão sobre suas atitudes e responsabilidades éticas, atitude que, de certa feita, estavam interligadas às categorias do ver-se e do julga-se apresentadas por Larrosa. O primeiro aluno disse:

O assunto que eu achei melhor foi sobre o humanismo no existencialismo de Sartre. Foi ali que eu comecei a mudar minhas “convicções” sobre religião, família, essas coisas. E pensar mais sobre o que eu posso fazer por mim mesmo e pelos outros, e como passei a me preocupar com as responsabilidades que eu tenho, tanto sobre minhas atitudes boas, quanto por minhas atitudes ruins. Não colocar sobre ninguém as responsabilidades de meus atos. Ela é apenas minha. (D.V., aluno da 3ª série B, do Colégio Mater Christi).

Quanto ao segundo aluno ele expressa:

Esse ano eu tive uma aula que me marcou. Foi a aula sobre o existencialismo de Jean-Paul Sartre. Muitos assuntos discutidos nas aulas de Filosofia têm haver com coisas que acontecem na minha vida. Eu nunca fui uma pessoa de bater de frente com as ideias das pessoas. Nunca fui uma adolescente “rebelde”. No entanto, eu comecei a olhar diferente para sociedade. Principalmente a religião. (A.B., aluno da 3ª série C, do Colégio Mater Christi).

Larrosa (1994) coloca que a experiência de si contemporânea se dá como referência às normas. Buscamos ver se era possível uma ativação de uma experiência filosófica diferenciada nas aulas de Filosofia e quais das modalidades de experiência de si se destacavam. Dentre as modalidades da tecnologia do eu percebemos, na fala dos alunos, que duas se destacaram: o ver-se e o julgar-se. Na questão da experiência de si, na questão do ser do sujeito, a maneira como os alunos se veem e se julgam apareceu com mais evidência na aprendizagem filosófica. Lógico que essas modalidades estão conectadas, a maneira como as percebemos, conseqüentemente, se relaciona como a forma que as julgamos.

A questão da alteridade que citamos no tópico anterior permeia, também, esta experiência do ver e do julgar. Ela teve um papel importante que deslocou o aluno nessa experiência de si. Notadamente, isso se reveste de uma importância maior pelo fato de serem adolescentes, pois a alteridade faz com que eles quebrem um elemento muito comum na adolescência, que é o egocentrismo presente nessa fase da vida. Percebemos em suas falas que eles se relativizam e alteram o modo de se ver e se julgar.

Houve um deslocamento do ver-se, o qual estava ligado a certa estrutura de saber/poder de um modo de vida, a algumas coisas que estavam ligadas a certo aparato da própria estrutura disciplinar. É neste quesito que está focada nossa pesquisa, verificar a possibilidade de uma experiência de si diferenciada. Como a alteridade perpassa tanto a questão do ver-se como do julgar-se ela provocou uma mudança na forma como eles se viam e como eles se julgavam. O ver-se e o julgar-se convergem e se dão em um campo de problema que tem a ver com experiências dos jovens como, por exemplo: a família, a religião, a sexualidade, a política e a verdade.

3 Considerações finais

Observa-se que a mudança na maneira que os alunos se viam implicou em um certo julgamento diferenciado de si mesmos, reforçando a ligação entre ver-se e julgar-se. As demais modalidades de experiências de si descritas por Larrosa (1994), o expressar-se, o narrar-se e o dominar-se, não apareceram de modo a propiciar alguma análise significativa a respeito. Ficou evidente que as escolhas metodológicas e os próprios instrumentos da pesquisa favoreceram a observação das dimensões do ver-se e do julgar-se.

A pesquisa evidenciou que os documentos da educação nacional que regem o ensino de Filosofia situam-se no âmbito da normatividade e não contemplam a dimensão da experiência de si, quando, por exemplo, é preconizado o caráter crítico da Filosofia em relação ao mundo, cuja noção de criticidade parece girar em torno de um senso comum acadêmico, didático e pedagógico. Fala-se que a ela cabe o papel de despertar a criticidade do aluno, mas na prática parece que não se sabe explicitar o que vem a ser esse caráter crítico da Filosofia. Pensa-se que a disciplina desenvolve esse caráter. No entanto, esse fazer crítico integra o que Foucault chamou de *momento cartesiano* da filosofia, em que prevalece a dimensão cognitiva da filosofia, deixando obscurecida a dimensão da experiência de si. Neste sentido, a presente investigação contribuiu para mostrar a possibilidade da experiência de si na aprendizagem filosófica e ao mesmo tempo destacar a sua importância para a constituição do ser do sujeito.

Dentre os estudos que se dedicam ao ensino e a aprendizagem de filosofia, este trabalho contribuiu para investigar a relação entre a experiência de si e a educação não apenas no plano teórico, mas também como investigação empírica de uma experiência efetiva do fazer filosófico no Ensino Médio.

As análises empreendidas até aqui nos indicaram, no que toca a questão principal da pesquisa, que a aprendizagem de Filosofia realizada nas turmas estudadas apresentou a ativação de mudanças na relação dos alunos com eles mesmos, notadamente no modo de ver-se e julgar-se. Percebemos também, que essas mudanças se deram, por um lado, mediadas por uma maior percepção da alteridade, e por outro, pelo interesse em temáticas com forte apelo existencial.

No que concerne mais especificamente a análise das cinco modalidades de experiência de si, observou-se uma limitação decorrente das circunstâncias da pesquisa e pelos instrumentos utilizados na coleta de informações. Para a investigação das dimensões do expressar-se, do narrar-se e do dominar-se exigiria-se um outro tempo e outros instrumentos para uma melhor análise e compreensão dessas dimensões. Os resultados se limitaram a colocar em evidência na aprendizagem de Filosofia as modalidades do ver-se e do julgar-se, que não dão conta, *per se*, da complexidade do tema em razão de que aquelas modalidades devem ser pensadas em suas relações, compondo um conjunto constitutivo da experiência de si. Deixando em aberto a possibilidade de pesquisas futuras que abarquem as demais dimensões da experiência de si.

4 Referências

BRASIL. MEC. MEC/CNE. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. PCN-EM. Brasília, DF, 1999.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/96**. Brasília, DF: MEC, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Coragem da Verdade: O governo de si e dos Outros II**. (Curso no Collège de France (1983-1984). [Tradução de Eduardo Brandão]. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **O Governo de Si e dos Outros: curso no collège de France (1982-1983)**. [Tradução de Eduardo Brandão]. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito** (Curso no collège de France em 1981-1982). [Tradução de Márcio Alves da FONSESA e Salma Tannus Muchail]. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **História da Sexualidade**, vol. III: O Cuidado de Si. [Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

GALLO, Sílvio; ASPIS, Renata. **Ensino de Filosofia e cidadania nas “sociedades de controle”**: resistência e linhas de fuga. Revista Pro-Posições, v. 21, nº 1 (61), p. 89-105. Campinas: edições Unicamp, 2010a.

KOHAN, Walter. **A Filosofia e seu ensino como phármakon**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, nº 46, pp. 37 – 51, out – dez, Editora UFPR, 2012.

_____. **Sócrates & a Filosofia: o enigma da Filosofia**. Coleção Pensadores & Educação. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **O Sujeito da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35 – 86.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. Coleção Pensadores & Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

10 - DO QUILOMBO E QUILOMBOLAS: PENSAR SENTIDOS A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA COM OS ARROJADOS

Maria Santos
José Glebson Vieira

Poder falar sobre educação escolar em quilombolas com os moradores do Arrojado (município de Portalegre/RN) não é uma linha solta. Ela é fruto da pesquisa etnográfica desenvolvida no estudo dissertativo do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN). Propondo uma descrição densa do cotidiano e aprendizagens dos quilombolas do Arrojado, o estudo abordou aspectos do cotidiano dos moradores, percurso dos alunos até a escola, as formas de convivialidade nos espaços escolares e comunidade quilombola, territorialidade e identidade quilombola. Neste escrito, portanto, tratamos de interpretar como as narrativas de moradores do Arrojado, da pesquisa dissertativa, ajuda-nos a continuar pensando a educação escolar em quilombolas. Para isso, focaremos na condição do quilombo e dos quilombolas, a forma de convivialidade entre os moradores do quilombo e os não quilombolas – os de fora. Essa proposta continua em articulação com estudo dissertativo, trazendo resultados dele, e operando em uma perspectiva pós-crítica, pós-colonial e pós-estrutural da teoria.¹

A aposta nas narrativas desalinha-se sob o pensamento de que elas são fatos de memórias, das nossas memórias, que evocam valores de conhecimentos (KOFES; MANICA, 2015); e convida a todos a pensar a educação escolar quilombola “em espaços formativos fundados pela ancestralidade e diferença” (OLIVEIRA, 2020, p. 04); que por sua vez, só pode ser ganho como aposta, sob a mística do aquilombamento (NASCIMENTO, 1980) como uma estratégia à alteridade; bem como a emersão de currículos possíveis a uma existência de melhorar as condições de vida de quilombos. Esta ideia seria tornar as vidas possíveis de serem mais bem vividas com o foco nos modos culturais de regular o reconhecimento (BUTLER, 2018). Isto não diz sobre apenas criar políticas e manter as já existentes, mas consiste em “uma suposição sobre a própria ontologia da vida” (BUTLER, 2018, p. 40). De outra maneira, seria a possibilidade de manutenção para condições sociais e políticas “invocadas e incitadas quando ainda não estão institucionalizadas.” (BUTLER, 2018, p. 40).

¹ Por estar em articulação com o estudo dissertativo realizado no município de Portalegre/RN, ano de 2015, este escrito, apresenta trechos de discussões e resultados da pesquisa.

O que colocamos como mais importante nesse escrito, é pensar o aquilombamento como compromisso positivo para minimizar as precariedades da existência, os maus-tratos e a opressão; ou como diz Nascimento (1980, p. 13), uma “transformação de toda a estrutura do país, em todos seus níveis: na economia, na sociedade, na cultura, na política”. Uma reescrita do aquilombamento, diríamos, sob a lógica de que ele é também uma política de educação escolar quilombola e uma parte da condição compartilhada da materialidade da vida. Abriga assim estar com olhos fixos para a luta e para o futuro, ou o estar por vir, e que requer o desejo a uma educação escolar quilombola singular sensível dentro de um tempo-lugar-espço produzido pela vida. Seria então, projetar esse olhar não como algo utópico, e sim como um acontecimento do imprevisível e acolhendo, como ressalta Macedo (2018), o futuro mostra que sempre chega. Assim, ao invés de negar a ideia do por vir, pensá-lo como linguagem incalculável e acontecendo nas diferentes formas de aquilombar-se. Um caminho e proposta que acreditamos instalar certa reflexão as demandas da educação escolar quilombola que, porque ela existe, precisa ser respondida a todo momento.

1 Arrojado: do quilombo e quilombolas ao reconhecimento

Inicialmente consideramos dizer que o quilombo do Arrojado constitui uma força política de resistência e existência. Localizado no sertão potiguar da cidade de Portalegre, Rio Grande do Norte, está entre as trinta e três comunidades do estado que obtiveram certificação de autorreconhecimento na Fundação Cultural Palmares até o ano de 2020², sendo a do Arrojado emitida em 07 de fevereiro de 2007. De nomeação “Morenos”, a expressão é utilizada como critério de afirmação ao segmento quilombola, sobretudo quando os moradores de mais idade dizem que “a nação morena é quilombola” (ALAIDE, comunidade do Arrojado, 2014); ou ainda, “Aqui todos nós da comunidade é carambola³. [...] porque a gente é assim, moreno” (FÁTIMA DE AGENOR, Comunidade do Arrojado, 2014). Entre os mais jovens, como os estudantes, as narrativas emergem em sentido de partilha entre lideranças e familiares, fortalecendo as formas de identificação no grupo: “Nossas mães que fala que nós somos quilombola e nossa avó. [...] Ser quilombola é porque é morena” (ALDENIRA, Escola, 2015).

Como temos afirmado em outros momentos (SANTOS; VIEIRA, 2019; VIEIRA, SANTOS; SOUZA 2020), este segmento “Moreno” não é uma negação da cor negra, mas “um direito

2 Informação disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551> Acesso em 11 de outubro de 2020.

3 Carombola ou calhambola são expressões usadas por moradores do Arrojado para retratar o termo quilombola.

de aparecer e de reivindicar direitos específicos, ou seja, uma maneira de produzir sentidos e significados ao segmento negro no país” (SANTOS, 2020, p. 268), configurando uma forma de política e produção curricular de educação quilombola. Isto tem relação com formas de enquadramentos, disposições de sentidos e as condições de receptividade – uma “maneira de ceder aos laços que atam e desatam, uma maneira de registrar e exigir igualdade de maneira efetiva” (BUTLER, 2018, p. 259). Por isso, como foi realçado no estudo dissertativo (SANTOS, 2015), a noção, ao invés de negação, passou a ser estratégia de compreensão a negritude e componente de uma identidade subjetiva entre os moradores do Arrojado. Assim, tornou-se elemento importante para a demanda quilombola.

Alzelina, liderança na comunidade, narrou que ocorreram mudanças quando o grupo do Arrojado passou a assumir a categoria quilombola, dando o direito de aparecer em todos os lugares da cidade, de entrar e sair nos estabelecimentos comerciais, de dançar misturado com os brancos, se instaurando “essa mudança pra os nego ficarem respeitado, os nego ter direito, [...] até mesmo de comprar, de chegar nas budegas, de chegar nos bar” (ALZELINA, Comunidade do Arrojado, 2014); modificando assim, as distinções normativas de formas de violência. Além do mais, a fala de Azelina incorpora princípios de democracia e liberdade, incluída da indignação que se reverbera com o racismo e o preconceito, ao mesmo instante que dá tradução legal do termo contemporâneo de quilombo: “uma demanda coletiva pela pluralização dos direitos, sustentado na observação da diversidade histórica, étnica e cultural da população, compreendida pelos limites territoriais do Estado brasileiro” (ARRUTI, 2008, p. 338).

Esta tradução de quilombo, sempre em disputa, acompanha a narrativa de Alaíde quando diz que no Arrojado o grupo é um só, mas “Cada um tem sua geração. Cada qual tem seu lugar, assim porque lá é o Arrojado de Cima e aqui é o de Baixo. [...] O Arrojado pode ser um só, pode, pode ser um só, porque a família é uma só. [...] a terra é uma só (Alaíde, Comunidade do Arrojado, 2014); fortalecendo as distinções normativas da categoria e pluralização dos direitos. Entretanto, gostaríamos de expor que a ideia de um só está interligada a uma rede mais ampla de sociabilidade e trabalho, e conduz a todos a pensar uma condição de “universalização mais sólida dos direitos que procure abordar as necessidades humanas básicas de alimento, abrigo e demais condições de sobrevivência e prosperidade” (BUTLER, 2018, p. 50). O que para nós, já se converteria em uma forma de pensar a educação formal em quilombolas – formas de políticas e currículos que não enquadram a diferença.

Mesmo acreditando que essa amplitude já emergia antes dos moradores do Arrojado assumir a demanda e a identificação quilombola, apostamos que após o processo de autoidentificação a categoria quilombo, os moradores estiveram atentos a uma possível avaliação de

suas estratégias políticas de resistência. De utilização recente, como apontamos nas nossas pesquisas (SANTOS, 2015; 2020; SANTOS; VIEIRA, 2019), os quilombolas do Arrojado só passaram a assumir o pertencimento a partir do ano de 2001 sob um efeito do direito de minimizar o preconceito e racismo entre eles. Essa compreensão foi narrada por Alzelina marcando certa existência dos Arrojados.

Nós fomos uma reunião no Pêga de umas pessoa de Natal. [...] Aí essa reunião, ele explicou muito o que tinha essa mudança pra os negro ser respeitado porque os negro era as mesma pessoa. [...] Eu sei que as pessoas falaram muito sobre, assim, essas coisas que tinha assim, essa mudança que tinha. Tinha essa Lei dos quilombolas, porque de mudar, porque muita gente chamava os negro como se diz, fazendo pouco, negro esse, negro aquele. [...] E era assim, a discriminação dos negos. Aí teve essa mudança [...] e todos nós ficamos satisfeito porque hoje nós somos um cidadão, nós entra em todo canto que tiver. (ALAÍDE, Comunidade do Arrojado, 2015)

A condição de precariedade, compartilhada por Alaíde, significa que as ameaças da existência e sobrevivência sempre estiveram presentes no cotidiano dos moradores do Arrojado, e por concordância do desejo e da autoidentificação, foi possível, a partir da positivação da identidade de “ser negro” ou “ser moreno”, uma sinalização para uma política de direito à vida, o valor da vida – “um pressuposto para toda vida que importa” (BUTLER, 2018, p. 32). Em Nascimento (1980), além de um modo de aquilombamento, essa política remeteria a transformar as vidas que viviam marcadas pelo preconceito, pelo racismo e pela subalternização em termos de políticas estatais e das relações locais, mantendo um legado coletivo à liberdade.

Precede ainda na narrativa de Alzelina, a ideia de quilombola no Arrojado como uma categoria vinda dos de fora – os não-quilombolas, colocada como “umas pessoa de Natal”, mas com articulações de pessoas ligadas a administração da cidade de Portalegre⁴. No entanto, o que queremos colocar é que, enquanto quilombo, ele sempre existiu na comunidade, pelas redes de identificação cultural, social e política que se inter cruzam no espaço-tempo da fronteira (BHABHA, 2013). Desse modo, muito mais que pensar a questão dos de fora na comunidade, fazer a seguinte interrogação: o que mudou na comunidade em decorrência dessa atribuição ao grupo, ao segmento quilombola?

Do ponto de vista da identidade, como aponta Agier (2001), a forma como está sendo

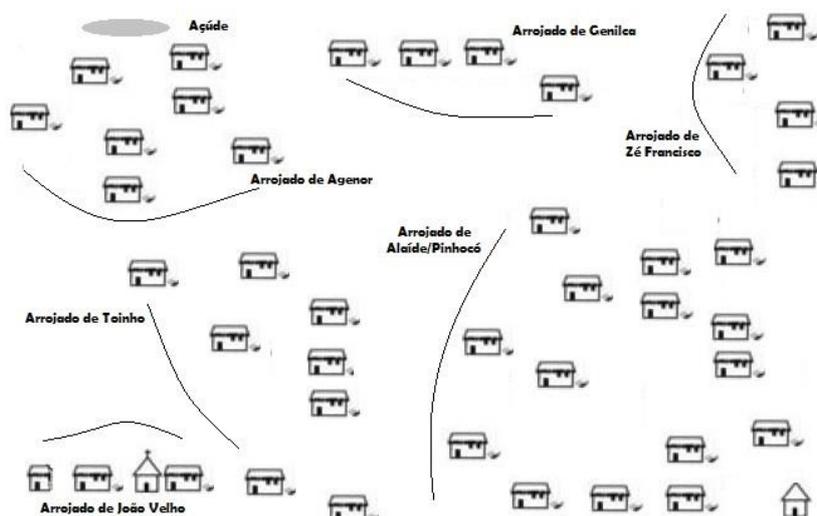
4 No nosso estudo Santos (2015), tomamos conhecimento de que Aucely Costa, na época Secretária de Turismo e Meio Ambiente da cidade, foi uma das primeiras vozes na articulação do grupo ao processo de reconhecimento quilombola. Além do Arrojado, outras duas comunidades quilombolas estavam envolvidas: Pêga e Engenho Novo.

definida, parte do contexto de que dentro do grupo há algo em jogo. Nesse caso, a coisa em jogo não é apenas a questão da afirmação, auto atribuição, mas fatores ligados ao respeito ao grupo, à integração ao meio social, aos privilégios, ao acesso à terra (a partir das fronteiras territoriais) e a inclusão nos diversos espaços sociais. Subjacente a isso, as fronteiras precisam ser entendidas como fluidas e porosas, de modo que o dentro e o fora são relativos. Ainda que mesmo pensando os de dentro em relação à fronteira, sua compreensão enquanto grupo quilombola, é complexa. Isto porque no Arrojado, o conceito de território incorpora uma forma de se organizar territorialmente em grupos diferentes, formados pelos grupos familiares, sendo nomeados da seguinte forma: Arrojado de Agenor, Arrojado de Alaíde ou Pinhocó, Arrojado de João Velho, Arrojado de Genilca, Arrojado de Toinho e Arrojado de Zé Francisco.

Esta forma de incorporação tanto indica o conhecer o espaço, como a maneira que eles conhecem as famílias de cada grupo territorial. Além dessas nomeações, os moradores costumam designar essa distribuição territorial para o quilombo como sendo “Arrojado de Cima Arrojado de Baixo”. Alaíde nos narrou a partir de seu conhecimento sobre o território que “Cada qual tem seu lugar, assim porque lá é o Arrojado de Cima e aqui é o de Baixo”. O Arrojado de Cima a que ele se referiu corresponde as terras João Velho, Toinho e Agenor. Já o de baixo corresponde as suas terras (Alaíde ou Pinhocó), Zé Francisco e Genilca. Por isso, pensando esse modo de operação dos grupos familiares, a divisão territorial abrange as relações interpessoais entre eles com os “de fora”.

Como o espaço ocupado, a divisão é, portanto, ponto de partida para pensar o território, apontado por Gallois (2004, p 40), como “suporte físico que é territorializado”, isso porque leva a considerar o espaço apoderado, os seus limites e as áreas do seu entorno. Na figura abaixo (Figura 01) é possível imaginar como a destruição espacial dos grupos familiares é elaborado entre os moradores.

Figura 01: Distribuição espacial dos grupos familiares do Arrojado



A formação do território, com base na ideia de localidade, nesse aspecto, permite entender como ocorre a ocupação da terra, as experiências entre os grupos, e como os elementos culturais são ocupados. Para Gallois (2004), essa forma de abordagem territorial propicia a compreensão da gestão territorial a partir da ideia de viver bem – o princípio da qualidade de vida –, que, por sua vez, é construído a partir das relações estabelecidas entre os grupos, as famílias e as áreas de influência – espaço dos recursos.

Em Butler (2018a), a busca pela vida boa é uma busca política, e ela não é possível de ser vivida sem o aspecto da persistência dos corpos. Uma pré-condição para afirmar que “nenhuma criatura humana sobrevive ou persiste sem a dependência de um ambiente sustentável das formas sociais de relacionalidade e das formas econômicas que presumem e estruturam a interdependência” (BUTLER, 2018a, p. 230). Por isso, torna-se interessante considerar as dimensões distintas que vão da apropriação da terra em caráter permanente, a utilização do espaço e a preservação dos recursos necessários para sua produção física e cultural (GALLOIS, 2014). Fator preponderante para ocupação territorial mesmo com imposições à limites de uso do espaço e dos recursos no território, estabelecidos a partir das relações e da divisão entre os grupos.

Como “espaço e território só podem ser apropriados” (GALLOIS, 2004, p. 40), a divisão das terras é assim, uma unidade de identificação dos grupos, na qual se delineia as relações de parentesco, posição do território, a convivialidade entre os moradores e a própria de quilombo e quilombola. Por isso, é sem dúvida difícil pensar que essa forma de organização não seja uma forma favorável para defender condições de reconhecimento quilombola, tanto como ato e prática. Mais ainda, como uma forma inteligível para uma educação quilombola. Isto pois, porque esses modos de manifestação e apropriação do quilombo e dos sentidos para quilombolas, relações de convivialidade, parentesco e territorialidade, preparam um caminho para o reconhecimento de educação formal, elaborando assim, normas, esquemas variáveis de aparecimento nos currículos escolares.

Há assim um significado espectral que só é possível de interpretação pela lógica do aquilombar-se, ainda que esta forma de produção de significados seja produzida pelo efeito do enquadramento. Para Butler (2018), este efeito parece envolver uma certa regulação para a política, como uma espécie de cisão que persiste em afetar diferentes modos de acontecimentos, mas em torno de si – o quilombo. Concerne olhar as formas variadas do próprio quilombo e os sentidos atribuídos a categoria, incluído nela a discussão da etnicidade, da raça, da classe, da religião, da sexualidade, do gênero, etc. Todas, como questões que se podem ser discutidas pela

convivialidade e como modo de reconhecer vários sujeitos em um mesmo espaço. Essa talvez seja a melhor maneira de organizar a vida dos Arrojados como possibilidade de representação e reconhecimentos nos vários modos de pensar uma comunidade quilombola e uma educação escolar formal.

2 Estar junto: política de reconhecimento e aquilombamento

Pensamos que o modo de seguir articulando formas de interpretar uma educação formal com os Arrojados, trazendo aspectos da convivialidade entre eles e os não-quilombolas – os de fora. Mesmo sabendo que não podemos responder o melhor modo de representação, articulamos que há um modo diferencial de reivindicação de poder, de existência elegível, sobretudo a ideia de viver bem que favorecer pensarmos sentidos de produção e significados à educação e seus currículos. Por isso, aqui, trazemos narrativas de alunos em processo de ensino formal da comunidade do Arrojado e dos não-quilombolas, de outras localidades da cidade de Portalegre, conferido nossa ideia do aquilombamento como possibilidade às esferas de negociação a política de educação em quilombolas.

Começamos então pela ideia de convivialidade apontada em nossos estudos (SANTOS, 2015; 2020) como um modo operante que acaba revelando os modos de existência do grupo e ainda “a vida social, atividades entre os familiares e parentes, partilha do alimento e das terras, e conhecimentos” (SANTOS, 2020, p. 19). Mantêm-se assim, modos de estarem juntos, de brincarem juntos, de aprenderem juntos, de trabalharem juntos. O que, de alguma maneira, acaba apreendendo sentidos de interrogar o quilombo e a educação para “uma nova realidade jurídica, política, administrativa e mesmo social” (ARRUTI, 2008, p. 316). Tal ideia ao mesmo tempo que interpreta os sentidos contemporâneos dos quilombos, que ressemantizado “deu tradução legal a uma demanda coletiva pela pluralização dos direitos” (ARRUTI, 2018, p. 338), integra algo mais amplo a respeito dos Arrojados. Se as falas dos de fora apontam o discurso de que eles não se misturam, sob o aspecto da convivialidade, é apenas um traço de representação política, de luta, e de resistência ao racismo experimentados pelos moradores da comunidade quilombola.

Para avançar nessa ideia, trazemos as narrativas de Wilha, Caio Vinicius e Verônica quando falavam sobre o motivo, na escola, de não se sentarem próximo aos seus colegas não-quilombolas e não-morenos:

[...] as vez ele dizem as coisas, já chamaro de negro e as vez olha para gente diferente [...] já chamaro nós de nego de cabelo ruim [...] eu prefiro ficar com meus amigo daqui [...] para fazer trabalho eu também fico com os daqui, porque é melhor. (WILHA, Comunidade do Arrojado, Notas do Diário de Campo, 2014)

Eles ficam chamando nós de carvão. (VERÔNICA, Comunidade do Arrojado, 2014)

Uma vez disse que nós mora nos mato velhos, na grotá. [...] dizendo que o Arrojado não presta porque só tem mato lá. Diz que é tudo preto só porque ela é branca. Ela disse assim também que só porque ela é branca parece que não tem o mesmo sangue do negro. (CAIO VINICIUS, Escola, 2015)

Essas narrativas, além das denúncias ao racismo entre os quilombolas, mostram mecanismos cotidianos de desigualdade em razão da raça. No entanto, este não é apenas um problema racial. Ele é também uma ameaça aos direitos da liberdade, de aparecimento, de cidadania e de reconhecimento, que se expande à necessidade do estar junto. Compreender essa formação como um modo de luta permite entender o porquê de uma educação escolar quilombola precisar ter significados de aquilombamento, posto que não se trata apenas de viver junto e estar junto, mas de uma forma de aliança postulada pela ideia de política democrática em que o objetivo não seja apenas o reconhecível.

Para Butler (2018a), ao invés de estender apenas para o reconhecimento, é possível “compreender que apenas modificando a relação entre o reconhecível e o irreconhecível (a) igualdade pode ser entendida e buscada e (b) ‘o povo’ pode se abrir para uma elaboração mais profunda” (BUTLER, 2018a, p. 11). Assim, a terminação para as narrativas de Vêronica, Caio Vinicius e Wilha, a essas formas de desigualdades reproduzidas pelo racismo e preconceito, têm que ser encaradas com uma luta contínua, que por estar sempre aberta, acomete distinções políticas de reconhecimento.

Estas distinções políticas não são apenas transmitidas pelas relações dos Arrojados entre os Arrojados, mas também, na relação com os outros e acontecendo sempre de forma plural e performática, sendo elas corporificadas ou não (BUTLER, 2018a). Somos tentados a dizer, a partir da experiência vivenciada na pesquisa de campo do estudo dissertativo, que as distinções caminham a formas de educação escolar como uma ação coordenada, em que as condições para as emergir são atenuadas por práticas sociais de resistência. Portanto, esse movimento de estar junto ou separado dos não-quilombolas, é parte da relação entre eles e eles, eles e os outros e a luta por existir, por aparecer. Talvez essa luta seja o que permita “construir uma ideia de identidade morena quilombola no tempo e lugar do grupo, e fora deles, [...] nos

espaços que atravessam a comunidade, as salas e os pátios da escola” (SANTOS, 2020, p. 31).

No Arrojado, por sua vez, a convivialidade entre os moradores, os modos de demonstrar as condições de estar junto são expressas pela forma de ocupação de todos os lugares e espaços da comunidade, inclusive entre os familiares. Nas narrativas dos alunos em processo de ensino formal, o que se preserva é uma vontade de viver bem na comunidade. Quando estão juntos o que eles estão exercitando é um direito no campo político, de forma expressiva e significativa, “uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, mas mais afetadas pelas formas induzidas de condição precária” (BUTLER, 2018a, p. 17). Isto pode ser mais bem imaginado quando narram as várias manifestações de estar junto na comunidade, que vão das brincadeiras aos encontros religiosos, sempre como estratégia de aquilombamento, “exibindo o seu valor e a sua liberdade na própria manifestação, representando, pela forma corpórea da reunião, um apelo ao político” (BUTLER, 2018a, p. 24).

A gente participa das novenas, é aqui na capela e também na casa de Seu Agenor. [...] A gente fica aqui pra ensaiar para o São João. Dona Alzelina, coloca a caixa de som aí fora da Capela. Mas tem vez que nós vai, aí dança lá. Quem ensina é Auceli. Ela grita a quadrilha. [...] nos dança aqui na comunidade, lá na escola. [...] É bom, nós se diverte, é alegre. Às vezes é engraçado [...]. (ELIONALDO, Comunidade do Arrojado, 2014)

Nós faz muita coisa aqui, nós joga bola, brinca de bila [...]. (WILHA, Comunidade do Arrojado, 2014)

Eu e as minhas amigas brincamos de escola, de ser professora. [...] É bom! A gente se diverte! Tem vez que a gente passa à tarde todinha lá. (MABEL, Comunidade do Arrojado, 2014)

Todas essas ações expressadas nas narrativas de Mabel, Wilha e Elionaldo, ocupam situações politicamente significativas, representações plurais de estarem juntos de forma sempre transitória. Os modos como as situações são compartilhadas, a permanência nos lugares, os movimentos das brincadeiras, ensaios juninos e ações religiosas são todos aspectos do apelo de que seus corpos não são descartáveis (BUTLER, 2018a). Podemos apontar que isto simboliza um sentimento de que a convivialidade não envolve simplesmente o estar junto, mas abrange uma forma verdadeira de existência. Quando situações de racismo e preconceito são antagonizadas, como vimos nas narrativas de Vêronica, Caio Vinicius e Wilha, percebemos uma oportunidade para refletir sobre o caráter do viver junto de maneira plural. Para Toren (2010, p. 20), todas essas formas de convivências representam “como as ideias e práticas são transformadas no próprio processo de serem mantidas”.

Embora apreendido o direito a existência, eles dizem também o quanto estão persistindo, reivindicando a possibilidade de viver uma vida boa. O que justifica o fato de desejarem que seus colegas conheçam o Arrojado e percebam que ele é bom, que há divertimento na comunidade, que há a ritualização da dança do São Gonçalo. Para Júnior seria muito interessante se na escola os professores “disse tudo, [...] falasse dos quilombolas” (JÚNIOR, Escola, 2015), porque isto os ajudaria a conhecer “a luta da capoeira, o São Gonçalo. Eles ia achar que o Arrojado era bom e eu ia chamar eles para tomar banho no açude” (ALDINEIDE, Escola, 2015), evocando a compreensão que “a interação e sociabilidade da escola com a cultura, as festas populares e as tradições tornam-se mais relevantes ainda, na medida em que, a cada ano vem recebendo novos alunos vindos da comunidade quilombola” (SANTOS, 2015, p. 153).

Desse modo, quando os alunos dizem que o ritual da dança ao Santo Gonçalo “é bonito, porque a gente se anima” e que é “uma dança já de muitos anos” (JÚNIOR, Escola, 2014) que “foi criada no Arrojado” (CAIO VINICIUS, Escola, 2015) e é “uma tradição de muito tempo (MARCOS ANTÔNIO, Escola, 2015), reforçam o sentido de fortalecimento das formas de persistir algo que é muito maior e só é possível na coletividade (NASCIMENTO, 1980). Isto pode melhor ser evidenciando quando Caio Vinicius, ao falar da comunidade, enfatiza que “O São Gonçalo e a capoeira são os mais importante”, não se tratando apenas de uma linguagem ritualística, mas de uma representação definidora para a identificação deles enquanto quilombo e quilombola, e de representatividade.

Para Santos e Vieira (2019), essas práticas são caráter patente de herança familiar e sugerem ser estratégias de práticas mediadoras entre comunidade e escola. Reside pensar ainda que, como marca de interação entre os moradores, é parte da “formação política sustentada nas suas próprias condições de vida, que nem sempre são de fácil reconhecimento político nos enquadramentos sociais.” (VIERA, SANTOS, SOUZA, 2020, p. 267). É algo que coloca em ênfase, além do reconhecimento, o aparecimento, onde “a condição de precariedade é diferencialmente distribuída, e que tanto a luta contra a resistência à precariedade tem que estar baseada na reivindicação de que as vidas sejam tratadas igualmente e que sejam igualmente vivíveis” (BUTLER, 2018a, p. 76). Por isso, a fala de reivindicação de Antônio Junior ao direito de ter escola e assistência médica no grupo quilombola: “Nossa comunidade eu gostaria de ter uma escola pública. Nossa comunidade eu gostaria muito de um posto de saúde na comunidade. Porque é muito longe daqui. É na outra comunidade de Santa Tereza” (ANTÔNIO JÚNIOR, Comunidade do Arrojado, 2014), articulando uma forma de fazer política e uma política que reflete na educação escolar em quilombolas capaz de atravessar qualquer lugar, mas principalmente os que eles desejam.

Mesmo com a falta desses suportes trazidos por Antônio Junior há modos diversos que os mantêm juntos na comunidade, manifestados na divisão dos trabalhos campestres e domésticos, nos rituais religiosos, nas práticas de rezadeiras, entres outros. Todos eles direcionam um olhar para a luta do espaço público como sendo fundamental para as ações “sobre como os corpos vão ser suportados no mundo – uma luta por emprego e educação, por uma distribuição de equitativa de alimentos, por moradias habitáveis e pela liberdade de movimento e expressão [...]” (BUTLER, 2018a, p. 81-82).

A invocação dessas reivindicações designa, enquanto grupo, uma rede de representações ao processo da educação escolar, modelando significados a convivialidade, e por conseguinte, afirmando seu valor coletivo. Por isso, acreditamos que não seja possível avaliar práticas e fazeres da educação escolar em quilombolas sem valorizar os modos de vida em quilombos, ou seja, sem considerar a forma de estarem em aquilombamento. Se pensando a educação quilombola como políticas curriculares, o caminho é de persistência a existência, o que remete ver o horizonte imprevisível do por vir como uma necessidade de “reivindicar que os corpos tenham aquilo que precisam para sobreviver, uma vez que sobreviver definitivamente é uma precondição para todas as outras reivindicações que fazemos” (BUTLER, 2018a, p. 229) a educação para quilombos e quilombolas.

3 Por uma existência de educação em aquilombamento

Longe da lógica de qualquer obrigação a serem feitas por professoras/res, buscaremos fechar nossas ideias nessa seção com foco no aquilombamento como um modo de educação escolar quilombola, que é um ato de existência e não apenas uma forma de resistência. Qualquer modo de resistência pensando a existência “pode fazer mais do que apenas recusar um modo de vida, uma posição que por fim abstrai o moral do político à custa da solidariedade, produzindo a crítica muito acertada e moralmente pura como modelo de resistência” (BUTLER, 2018a, p. 238). Por isso, este movimento se articula ao que até aqui temos apontado como um modo de vida sem a condição precária da existência.

O que estamos sugerindo é que há um conjunto de ações que caracteriza a representação do quilombo e dos quilombolas a partir dos modos de convivialidade entre eles e os não-quilombolas. Isto já é um modo de compreender uma condição de fazer currículos em aquilombamentos. Mas, além disso, podemos pensar em currículos em aquilombamento sugerindo que os modos de vulnerabilidade, mostrados por práticas do racismo, por exemplo, constitui um corpo humano que não pode ser privado de sentidos de aparecimento e reconhecimento. Se perdermos essa

capacidade de olhar o reconhecimento dos grupos sem a privação do direito de existir, então a questão do viver em si, é apenas uma possibilidade cínica de pensar a educação de quilombolas. Isto porque, há uma questão do viver uma vida boa que “dependa de ter o poder de viver uma vida assim como a consciência de uma vida, de viver uma vida ou, na verdade, de estar vivo” (BUTLER, 2018a, p. 232).

Butler (2018a) tem articulado que viver uma vida possível de ser vivida condiciona, antes de tudo, compreender que a “possibilidade de viver é distribuída de maneira desigual” (BUTLER, 2018a, p.234). Nas políticas para educação em quilombolas, esses efeitos de desigualdades buscam ser minimizados a partir das forças dos documentos curriculares, como a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; e a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Mesmo sob o efeito de normas, eles têm organizado um meio de produção de sentidos ao ensino para quilombolas, mas que pode ser ampliado por meio de um trabalho performático gerido pela questão da existência.

Isto significa que há um movimento de educação em quilombolas muito maior do que se é descrito nos documentos, que seria a forma que se mantêm em aliança por meio de vigos culturais, de identificação e de dignidade; além de produzir modos diferentes de vida ao reconhecimento, que não são “apenas por reivindicações vocalizadas, mas também pelas condições e possibilidade da sua aparição” (BUTLER, 2018a, p. 25). Assim, fica evidente que não estamos nos posicionando contra a política para quilombola. Do contrário, ampliando significados a elas pelo reconhecimento da vida. Por isso, no que corresponde a educação escolar em existência, versa empreender disposições de receptividade quanto ao modo de manifestação, que formado por ações sociais normativas, busca “resistir a um modo de vida excludente, aliado à garantia de sua própria sobrevivência” (SANTANA, 2005, p. 15).

Nas observações dos estudos de Brito, Santos e Matos (2019), o que se cultiva são experiências múltiplas de currículos sob a lógica de que “é preciso pensar os processos de escolarização quilombola considerando seus modos de fazer currículo, seus tempos escolares, seus tempos sociais, seus agenciamentos coletivos de enunciação. Em uma palavra, como aquilombamento” (BRITO; SANTOS; MATOS, 2019, p. 441). Aqui, o aquilombamento estaria acionando a um modo de existência e uma educação por via de viver melhor, e viver melhor é existir melhor. Significa se posicionar contra as vulnerabilidades que constituem a ideia de vida ruim e olhar para um por vir que coloca a “organização social e econômica da vida mais ampla” (BUTLER, 2018a, p. 234).

Nesse sentido, a aposta possível a fazer, para produzir sentidos a educação escolar em quilombola, que a todo momento são reiterados, seja entender as situações estruturais do viver junto e do estar junto. Isto é uma forma solidária e responsável de fazer existir a existência dos quilombos e quilombolas, nos modos de fazer e produzir ensino formal. Expõe assim, uma educação singular que já está operando entre nós como diferentes modos de aquilombar-se, sob a reivindicação de uma vida passível de vida e protegida de qualquer violência. Neste aspecto, adequar-se pensar que se é assim reconhecida a vida, tem que estar aprendida pela ideia de estar vivo em todos os seus modos de existência. Isso só é possível na relação com o outro e nos muitos modos de pensar educação em/de/para quilombolas.

4 Referências

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**. n. 7 (2), p. 07-33, 2001.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. (Org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2.ed. Salvador: ABA: EDUFRA, p. 315-350, 2008.

BRITO, Eliana Povoas; SANTOS, Amilton; MATOS, Michelle. É possível um currículo aquilombar-se? **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 176, p. 429-443, abr./jun. 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013

GALLOIS, Dominique. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?**. 2004. Disponível em <<http://www.ceap.br/material/MAT30102006190529.pdf>>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

KOFES, Suely; MANICA, Daniela (org.) **Vida & grafias: Narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MACEDO, Elizabeth. A teoria do currículo e o futuro mostro. In: LOPES, Alice Casimiro; SISCAR, Marcos (Org.). **Pensando a Política com Derrida: responsabilidade, tradução e porvir**. São Paulo: Cortez, p.153-178, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O QUILOMBISMO**: Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Iris Verena. “HISTÓRIA PRA NINAR GENTE GRANDE”: currículo e formação de professores quilombolas. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 10, p. 1-30, 2020.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O campesinato Brasileiro**: Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

SANTANA, Carlos Eduardo Carvalho. **Processos educativos na formação de uma identidade em comunidades remanescentes de quilombos**: um estudo sobre as comunidades de Barra / Bananal e Riacho das Pedras, no município de Rio de Contas - BA. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.

SANTOS, Maria. Retalhos da educação cotidiana de alunos quilombolas do Arrojado. **Argumentos Pró-Educação**, Pouso Alegre, Dossiê - Infâncias e crianças indígenas, quilombolas e de outros povos tradicionais: (re) existências e agenciamentos, p. 10-37, 2020.

SANTOS, Maria S. **Cotidiano e aprendizagens de alunos quilombolas do Arrojado – Portalegre/RN**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró/RN, 2015.

SANTOS, Maria; VIEIRA, José Glebson. Nós, os morenos. A nação morena é quilombola: cotidiano, identidade étnica e saberes escolares na educação de quilombolas em Portalegre/RN. In: **Antropologia e educação**: refletindo sobre processos educativos em contextos escolares, não escolares e de políticas públicas. Tubarão; Manaus; Natal: Copiart; EDUA; EDUFRN, p. 113-134, 2019.

VIEIRA, José Glebson; SANTOS, Maria; SOUZA, Maria José. Negros, morenos e quilombolas: resistência e mobilização étnico-política das comunidades quilombolas do Arrojado (Portalegre/RN) e de Queimadas (Currais Novos/RN). **ODEERE**, vol. 5, n. 9, p. 251-280, 2020.

TOREN, Christina. A matéria da imaginação: o que podemos aprender com as ideias das crianças fijianas sobre suas vidas como adultos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 19-48, 2010.

SOBRE CULTURA

11 - A GAZETA DO OESTE E O JORNALISMO POLICIAL: ATRAÇÃO PELO SENSACIONALISMO

Márcio Alexandre da Conceição
Francisco Linhares Fonteles Neto

1 Introdução

A narrativa da violência como produto de consumo de leitores de jornal é o ponto de partida deste artigo, que busca analisar como o jornal mossoroense *Gazeta do Oeste* se apropriou desse discurso e o transformou em objeto de fetiche de seu público-leitor, aumentando sua circulação e consolidando sua marca perante o público.

O sensacionalismo, na escrita e na estética visual; a noção de crime; a concepção de discurso; e a estrutura da narrativa; são alguns temas sobre os quais nos debruçaremos para que cheguemos ao objetivo pretendido: analisar como se deu a produção de um regime discursivo sobre a violência pela *Gazeta do Oeste*, e como isso contribuiu para a consolidação de sua imagem¹.

Este trabalho tem como embasamento estudos sobre o tema desenvolvido por autores como Angrimani (1995), Dias (1996), Orlandi (2001), Porto (2002), Amaral (2003), Magalhães (2004), Guimarães (2008), Matheus (2011), e Barbosa (2002, 2012, 2013), entre outros. O presente estudo foi centrado na análise das notícias de crime (violentos ou não) e de fato violentos (criminosos ou não) publicadas pelo jornal *Gazeta do Oeste* no período de 1977 a 2015.

O propósito maior é de contribuir com a discussão do tema da violência a partir da compreensão de como ela é transformada em instrumento de reprodução do cotidiano e das intencionalidades subjacentes à prática do jornalismo em Mossoró, buscando investigar qual a real intenção do jornal ao priorizar o fato policial em primeira página. Nele, apresentamos o estudo de caso – o jornal como fonte e como objeto - com a análise das notícias de edições do

1 A *Gazeta do Oeste* surge como concorrente do jornal *O Mossoroense*, que circulava em Mossoró desde 1872. Sua feição de jornal crível é oriunda, portanto, da postura adversa àquela adotada por seu principal opositor. Enquanto ela opta por um jornalismo em que a linha editorial não priorizava o discurso de qualquer agrupamento político aos olhos e à crítica do leitor, *O Mossoroense*, por sua vez, era utilizado por seus acionistas como panfleto político-partidário. Esse contraponto favorecia a *Gazeta do Oeste* na definição de órgão de imprensa imparcial, em que pese sua faceta de jornal popular, como constataremos na continuidade desse trabalho. A *Gazeta do Oeste* tinha pretensão de veicular publicidade oficial das prefeituras e Governo do Estado. *O Mossoroense* publicava reportagens enaltecendo apenas o grupo político que detinha o seu controle.

jornal estudado e a produção escrita sobre a percepção do material analisado².

Lançamos ainda um olhar sobre a linguagem utilizada na notícia do crime e aquela empregada nas demais matérias jornalísticas, visando elencar, metodologicamente, as diferenças que as marcam. É um trabalho calcado na tentativa de encontrar soluções para a problemática que lançamos: investigar a apropriação do discurso da violência pela *Gazeta do Oeste*, e para que consigamos “explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas através de provas empíricas” (KOCHE, 2000, p. 81).

Na busca do *tópos* pretendido, foram analisadas as edições da *Gazeta do Oeste* no período definido neste trabalho. Foram estudadas edições de todo o período de circulação de jornal, fato que permitiu identificar que desde seu início, o jornal trabalhou com o fato violento como um importante meio de atração de leitores. Para o acesso às edições do jornal, foram realizadas visitas à Biblioteca Municipal Ney Pontes Duarte e ao Museu Histórico Lauro da Escóssia, na cidade de Mossoró/RN.³

2 *Gazeta do Oeste* x sensacionalismo

Fenômeno recorrente na história da imprensa brasileira, a notícia do fato violento – criminoso ou não - constitui-se em capital dos órgãos de imprensa. Elevado à categoria nobre pelo fato de alavancar vendas, esse tipo de notícia ancorou-se nesse marco para se expandir. Com o advento do uso do sensacional no jornalismo brasileiro,⁴

Assim, além de se estabelecer de forma acentuada entre Rio de Janeiro e São Paulo, a narrativa do sensacional se espalha, deixando suas marcas em órgãos de imprensa em todo o país que fazem uso das estratégias do sensacionalismo para atrair o público leitor. Temos, a partir disso, uma espetacularização da notícia e uma banalização da violência.

2 A *Gazeta do Oeste* publicava as matérias policiais na página 11. Quando o número de casos de violência aumentava, especialmente na edição da terça-feira, o número de páginas aumentava, indo da 9 até a 11. Em algumas situações, a página se transformava em um caderno. A despeito da publicação se dar nesses espaços, era na capa que o jornal lançava mão de recursos do sensacional. Era nesse espaço privilegiado do periódico que se buscava atrair a atenção, tentando provocar, já nas primeiras letras e a partir das imagens inaugurais, as sensações que tornam o leitor interessado pela narrativa. .

3 A despeito do zelo e do cuidado com esse material pelos referidos equipamentos públicos, não foram encontradas todas as edições do periódico estudado.

4 O jornalismo de sensações é um tema recorrente em trabalhos de autores como Angrimani (1995), Dias (1996), El Far (2004), Enne (2007), Ramos e Paiva (2007), Barbosa (2002, 2012, 2013), Matheus (2011), Guimarães (2009, 2014) e Amaral (2006). Destacamos ainda produções acadêmicas de Porto (2002), Otoni (2012) e Fonteles Neto (2008, 2015). Os títulos estão indicados de forma completa nas referências bibliográficas.

Nesse sentido, investigar como tal fenômeno se insere na imprensa local é o nosso *leitmotiv*, sobretudo a partir da análise da publicação do fato violento pelo jornal *Gazeta do Oeste*, um dos destacados periódicos do jornalismo mossoroense responsável por uma parcela significativa do mercado jornalístico potiguar⁵.

A par disso, temos investigado como se processa a narrativa da violência no jornal *Gazeta do Oeste* no período compreendido entre setembro de 1977 e dezembro de 2015, buscando resposta ao seguinte questionamento: como se deu, pelo referido jornal, a apropriação do discurso do fato violento? Tentar elencar os objetivos pensados pelo periódico com a reprodução, em suas páginas, de uma das facetas do cotidiano do seu público-leitor: a violência.

Partimos da análise das notícias de crimes ocorridos em Mossoró e região, e noticiados na imprensa local, sobretudo no jornal *Gazeta do Oeste* para avaliar como se estrutura a narrativa da violência na imprensa escrita, em especial se há o uso de recursos do jornalismo de sensações.

Podemos afirmar que a publicação reiterada de fatos violentos tem impactos na vida das pessoas e, muito embora não tenham responsabilidade pelos fenômenos sociais que acontecem – entre estes – aqueles relacionados à violência, os meios de comunicação têm uma função pública, portanto, deveriam contribuir para a construção da identidade do lugar, de ajudar na formação cultural das pessoas. Desse modo, minimizar a publicação de fatos violentos traria uma grande colaboração ao desenvolvimento do espaço e dos sujeitos.

Optamos por pesquisar todo o período de existência de *Gazeta do Oeste*, compreendido entre setembro de 1977 e dezembro de 2015, para verificarmos se houve recuos e retomadas na estratégia do uso da narrativa da violência enquanto mecanismo de alavancagem das vendas. Ainda para identificar a partir de quando o jornal passou a lançar mão desse mecanismo. O presente estudo foi lastreado em pesquisas bibliográfica e documental, por meio da análise das edições do referido periódico e, no campo do referencial teórico, foram objeto de análise os autores citados ao longo do texto e em nossas referências bibliográficas.

Nossa pretensão foi a de observar se a publicação de matérias do fato violento, presente desde as primeiras edições, se manteve de forma contínua no jornal ou se há espaços de tempo em que isso não ocorre. Embora tenhamos contado todas as matérias de edições analisadas, a análise pormenorizada foi apenas das matérias policiais, em especial do fato criminoso e/ou violento.

5 Segundo o escritor Mário Gerson, no livro “Gazeta do Oeste – 30 Anos sem Meias Verdades nem Meias Palavras”, publicado em 2005, a *Gazeta do Oeste* detinha a preferência de 63% dos leitores de jornal das cidades de Mossoró e região Oeste do estado, onde circulava.

Na pesquisa de campo, foram realizadas visitas ao Museu Municipal Lauro da Escóssia e à Biblioteca Municipal Ney Pontes Duarte. Pelo volume de material que foi analisado, foram feitas, nesses 10 meses de execução dessa etapa do trabalho, quase 40 visitas aos equipamentos sociais e de pesquisa citados.

Contabilizamos todas as matérias de 5.654 edições do jornal, disponíveis no Museu Municipal Lauro da Escóssia e na Biblioteca Pública Municipal Ney Pontes Duarte, ambos de Mossoró. Depois, separamos do total, apenas aquelas publicadas na página policial. Adiante, enumeramos as que se referiam aos fatos criminosos e/ou violentos. Seguindo essa metodologia, chegamos às matérias em que o uso do sensacional ficou evidente.

Decidimos por analisar as edições de todo o período de existência do jornal porque pretendemos identificar como a narrativa do fato criminoso foi surgindo, quando se deu sua inserção, e como foi se ampliando no jornal até ganhar o status de principal matéria (como fato jornalístico e como produto). Também constitui o *corpus* da pesquisa, a análise das entrevistas realizadas com os repórteres policiais.

O sensacionalismo virou “produto”, sobretudo, da mídia brasileira, que se especializou em mercadejar a notícia. Mais que o fato em si, parece interessar a jornalistas, produtores, repórteres, cinegrafistas e editores, “carregar nas tintas”, tornar um fato banal, mimetizá-lo em notícia atrativa. No dizer de Flaubert, “pintar bem o medíocre” (*apud* BOURDIEU, 1997, p. 20). Vender muito jornal, aumentar a tiragem de revistas, ampliar a audiência de programas de rádio e emissoras de TV, se tornou uma guerra sem escrúpulos, numa via mercadológica de mão dupla em que o meio quer vender e o público quer consumir.

O bode expiatório foi o comum, o corriqueiro, o comezinho, o factual. Na expressão francesa, *o fait divers*. Dar dimensão hollywoodiana, épica, dantesca, a ele, trouxe ganhos; mas proporcionou muitas perdas, especialmente de credibilidade. Um órgão de comunicação/mídia sensacionalista⁶ é expurgado e satanizado, por quem defende uma imprensa ética e escoreita. Até mesmo o público consumidor digere seus produtos com receio, embora se interesse cada vez mais por eles.

A despeito de priorizar de maneira incisiva a publicação do fato violento, a *Gazeta do Oeste*, que se apropriou do discurso da violência para vender, era vista pela imprensa local e

6 O termo sensacionalista remete à busca por sensação, por manter a atração. No dizer de Pedrosa (2001), isso se revela na “intensificação e exagero gráfico, temático, linguístico e semântico”. Amaral (2006) se refere “à valorização da emoção; à exploração do extraordinário, à valorização de conteúdos descontextualizados; à troca do essencial pelo supérfluo ou pitoresco e inversão de conteúdo pela forma”. Em resumo, tem-se o sensacional por popularesco, com clara tentativa de chegar à parcela menos letrada da população. Atrair pelo exagero.

por seu público-leitor como um “jornal sério”⁷. Ressalte-se que o crime na *Gazeta do Oeste* sempre ganhava lente de aumento. Nele, as imagens chocavam, o sangue escorria, o texto provocava sensações. Para Dines (*apud* AMARAL, 2006, p. 20) há sensacionalismo em toda imprensa, pois o *lead*⁸ é um recurso dessa natureza, uma vez que nele os órgãos de imprensa sublinham os elementos que mais instigam a curiosidade do público.

O sensacionalismo presente no jornalismo impresso brasileiro, tem suas origens na metade do século XIX e viveu seu auge no século XX. Esse ápice se verifica por se tornar presença obrigatória na maioria dos periódicos, sobretudo, daqueles baseados no Sul e Sudeste do Brasil. No artigo “Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: Os *faits divers* criminais”, Guimarães (2014) apresenta como se deu a inserção dessa modalidade de notícia no cenário nacional e que espaços ocupou nos órgãos da imprensa escrita.

Uma primeira observação a ser levada em consideração diz respeito aos tipos de fatos classificados como *faits divers*. De matriz francesa, essa expressão tem tradução literal, definindo-se como fato diverso e se constitui de narrativa jornalística que engloba “crimes, suicídios, acidentes, acontecimentos fantásticos” (GUIMARÃES, 2014, p. 227) embora, destaque a autora, não exista um nome específico para designá-lo enquanto gênero jornalístico.

Aliás, não existe consenso acadêmico sobre o que se considera sensacionalismo, expressão derivada do termo sensação, verbete utilizado para conceituar um “tipo específico de narrativa e que nos chega da França, via Portugal, com traduções de obra de Verne, Montepin, Dumas, Belot, Zola, Terrail e outros” (SILVA, 2006, p. 13)

O sensacional sempre foi utilizado como estratégia para vender jornal. Segundo Barbosa (2013), para conquistar maior número de leitores, os jornais dedicavam mais espaço às notícias policiais e o folhetim, editado na primeira e muitas vezes também na terceira página, ganhava destaque. Os jornais publicavam também charges diárias, os escândalos sensacionais. Para Barbosa, o interesse por esse tipo de narrativa ocorre porque há um mundo do leitor presente nesses textos. Há, no texto construído e apresentado no jornal, elementos que tornam o leitor familiarizado com o fato apresentado.

Apelar ao sensacional aparece, portanto, como forma de familiarizar o ocorrido, promovendo uma aproximação entre o fato e o leitor. Pretende-se, nesse aspecto, que o público

7 Parte da imprensa já foi chamada de amarela e marrom, termos atribuídos aos órgãos de comunicação que fazem uso exagerado de certas narrativas e recursos. Ser sério, significaria manter distância do fazer que o tornaria sensacional, sem credibilidade. A *Gazeta*, por outro lado, manteve o caráter de jornal crível.

8 Modelo de início de reportagens surgido nos Estados Unidos no final do século XIX e adotado pela imprensa escrita brasileira.

se interesse por aquele tipo de narrativa por se ver, de certa forma, contemplado nela. “A sociedade parece de tal forma contida nessas narrativas que o leitor tem a impressão de ser partícipe daquela realidade” (MATHEUS, 2011, p. 32).

Assim, o jornal, por meio dessas estratégias discursivas, busca construir no imaginário coletivo, memórias e espaços de medo através de representações midiáticas de locais a partir das ocorrências neles registradas.

Vê-se, justificadamente, o exercício do papel do jornal enquanto mediador, ou seja, como instrumento responsável por levar ao leitor uma dada realidade. Ele funciona, então, como veículo que carrega marcas dos fatos produzidos pela sociedade, tentando, na situação específica, por meio da notícia sensacional, construir no imaginário coletivo uma ideia de realidade reflexo da narrativa que ele - o jornal – desenvolve. A mediação operada é, portanto, simbólica⁹.

A primeira página é o lócus privilegiado para o exercício do sensacional. É nela que repórteres criminais e, principalmente, editores, carregam nas tintas explorando a tragédia alheia com termos fortes e imagens chocantes, como fazia a *Gazeta do Oeste*. Destaque-se que o propósito do jornal era atrair o leitor. Uma primeira tentativa, nesse sentido, se fazia a partir da capa, onde o conteúdo do interior era apresentado de forma sucinta, mas com termos que chocassem o leitor e atijassem a sua curiosidade.

Na tentativa de reconstruir algo que de certa forma já seja de conhecimento do público, “o narrador constrói uma sequência textual na qual o leitor pode se visualizar. Lugares conhecidos, relatos comoventes de fatos que adquirem a marca da excepcionalidade. Pessoas comuns vítimas da violência, a mesma violência que faz parte da vida de muitos dos leitores” (BARBOSA, 2009, p. 24). Atende-se ao que o leitor já espera, porque o próprio jornal construiu no leitor a necessidade por desse tipo de narrativa.

A presença do sensacionalismo tem como um de seus sinais a aceitação do público. Exemplo disso é que seu surgimento se deu como estratégia para atrair leitores. Barbosa (2009, p. 26) lembra que “as explicações para a inclusão das chamadas notas sensacionais nas páginas dos diários e para a absorção dessas narrativas por ampla parcela da população podem ser de inúmeras ordens”, mas ressalta, no entanto, “que elas devem ser explicadas sempre no contexto

⁹ Mediação é a forma de interação entre duas partes por meio de um terceiro elemento. Na situação destacada, a mediação verificada pode ser considerada como simbólica porque originada a partir de aspectos da realidade – construção da narrativa de um fato ocorrido - com a pretensão de construir uma unidade representativa que, de forma simbólica, responda ao desejo do público (se emocionar, ter sensações, a partir do recursos linguísticos presentes na reportagem) e à intencionalidade do jornal (provocar essas sensações de modo a construir uma fidelidade do leitor para com seu discurso).

histórico de sua produção”. Ou seja, como se deu tal fato e em que circunstâncias a narrativa sobre ele foi produzida. Já para Amaral (2005, p. 37):

sensacionalismo é um modo de caracterizar o segmento popular da grande imprensa, uma percepção do fenômeno localizada historicamente e não o próprio fenômeno. Corresponde mais à perplexidade com o desenvolvimento da indústria cultural no âmbito da imprensa do que um conceito capaz de traduzir os produtos midiáticos populares mais recentes.

Vê-se, então, que no sensacional busca-se usar aquilo que já é de uso recorrente para atrair a atenção pela sensação de se estar diante de algo que já é familiar. Mais ainda: no sensacionalismo, com a adoção do *faits divers*, o jornalista exagera nas tintas quando parte para transformar os acontecidos em notícia. Dramatizar, por meio da escrita, constitui-se em prática de uso diário na produção do jornal, especialmente na construção da narrativa do fato criminoso (violento ou não) e violento (criminoso ou não). O desejo é de emocionar, de comover, de tornar o leitor próximo do fato narrado. A priori, entende-se sensacional como aquilo que provoca sensações, tais como medo, euforia, comoção, desejo de justiça e emoção.

Independentemente de como o sensacionalismo é colocado no campo da narrativa jornalística ou da dificuldade de enquadramento terminológico científico, fica evidenciado que foi o *faits divers* que inaugurou essa nova forma de elaborar a narrativa do fato cotidiano em nosso país, encontrando terreno para sua expansão.

Não sem razão, surgem, em 1920, em especial no Rio de Janeiro, “jornais inteiramente destinados a um tipo de conteúdo voltado aos valores do grotesco, do inusitado, do desvio, da quebra de padrões de uma dada normalidade, como *Jornal da Manhã* e *Crítica*” (MATHEUS, 2011, p. 33), estimulados pelas mudanças no mercado de consumo e desejo de atingir as classes populares.

O *fait divers* chega ao Brasil favorecido, entre outros aspectos, pela expansão urbana e pela nova demanda de leitores, fatos verificados sobretudo na França e Estados Unidos, o que fez com que surgisse uma procura crescente por notícias do cotidiano. Essas passam a “ser expressas pelos *faits divers*, com suas vívidas descrições de cenas chocantes” (GUIMARÃES, 2014, p. 106).

A influência estrangeira, em relação à adoção do tom sensacionalista pela imprensa brasileira, foi tão grande que o jornalismo aqui praticado buscava reproduzir um cenário que rivalizasse com a cena urbana registrada em Londres, Paris e Nova York. Expressão

da necessidade que a narrativa sensacionalista tinha de querer espetacularizar o cotidiano. Consta-se, que mesmo não havendo um grande público leitor, os editores viam no *faits divers* um campo a ser explorado e usaram os recursos que tinham a mão para isso.

O *fait divers* é, portanto, um texto escrito e impresso, chegado ao Brasil junto com a profissionalização tardia da imprensa (final do século XIX e início do século XX), caracterizando-se por uma narrativa que privilegia o excepcional, fazendo uso de expressões de uso corriqueiro, repetições e exageros, como que tomando emprestado da oralidade elementos que permitem uma recuperação do pensamento presente nas culturas ágrafas para ampliar seu público por meio de uma receita familiar, tornando a leitura trivial, comum e fácil de identificar (GUIMARÃES, 2009, p. 237).

Passemos agora à análise das matérias jornalísticas da *Gazeta do Oeste*, visando identificar como aquele impresso mossoroense se apropriou da narrativa do fato violento – sobretudo criminoso – para vender-se ao público-leitor. Os parâmetros pensados pelos estudiosos da matéria para classificar como sensacionalistas determinadas publicações e as análises realizadas por pesquisadores em periódicos, assim classificados, foram usados na tentativa de identificar em que segmento do jornalismo a publicação citada se encaixa, tanto em sua prática, quanto em seus objetivos diretamente colocados ou subliminarmente identificados.

Investigar as ideias subjacentes ao jornalismo, sobretudo ao jornalismo policial, é tarefa ingente e importante porque, como diz Pretti (1996, p. 111):

se é certo que rádio, televisão e jornal devem cumprir seu papel informativo, revelando para seu público esses acontecimentos, seria possível questionar a forma como o fazem e as reais intenções que presidem a apresentação do noticiário violento, às vezes mais eloquentes nos pormenores do que nos próprios fatos em si.

Criada pelo economista e professor universitário Canindé Queiroz, em 1977, a *Gazeta do Oeste* era um jornal popular sediado em Mossoró, com circulação em cidades da região oestana. A primeira edição, rodada em setembro daquele ano, vai às ruas com 12 páginas e tiragem de 500 exemplares diários¹⁰. Naquela época, o Rio Grande do Norte contava 150 municípios, divididos em 3 microrregiões, e na cidade de Mossoró, havia uma população estimada de 75 mil pessoas. O Brasil, com pouco mais de 106 milhões de habitantes, e vivendo sob a égide da Ditadura Militar, carregava a triste marca de 26,3% de sua população com mais

10 O primeiro número da *Gazeta do Oeste* traz em seu expediente que foram impressos 800 jornais. Em entrevista ao jornalista Mário Gerson, a então diretora Maria Emília informa que foram tirados apenas 500 exemplares em face da quebra da máquina impressora. Essa tiragem permaneceu por muito tempo. Para mais, consultar Gerson (2005)

de 15 anos analfabeta¹¹. Em Mossoró, essa taxa era 0,3 pontos acima da média nacional.

Primeiro jornal tabloide¹² do Rio Grande do Norte, a *Gazeta do Oeste* nasce como semanário, publicado aos sábados. A edição inaugural circulou no período de 17 a 25 daquele mês. A *Gazeta do Oeste* lançou mão do *fait divers*¹³, em seu discurso, utilizado a partir da sua feição de narrativa do fato cotidiano local, este também utilizado como chamariz.

No editorial de sua primeira edição, está posto que o único compromisso da *Gazeta do Oeste* “é com a verdade e a justiça”. Para tanto, o jornal adotaria uma “linha de conduta longe das cores político-partidárias” e que procuraria ser “independente para não opinar sob o calor das paixões nem da politicagem”¹⁴. A análise das matérias evidencia que esse discurso não se efetivou na prática.

Para os donos do jornal, era o fato local que iria diferenciar a *Gazeta do Oeste* dos demais veículos, atraindo a atenção dos leitores, de maneira a torná-los dependentes da narrativa que o periódico passaria a apresentar. Importante observar o relato de Maria Emília, então diretora do jornal:

a função do jornal é divulgar o local. Com a televisão não tínhamos como concorrer. Então optamos por divulgar o fato local. As pessoas, para ouvir a notícia, a nível nacional, tinham o rádio e a televisão. Lembro que Canindé me disse: se morrer João Paulo II e em Mossoró morrer o bodegueiro, eu divulgo o bodegueiro na capa e não divulgo João Paulo II. Então ele compreendia que o jornal devia noticiar os fatos locais. Isso fez com que toda região se aproximasse da *Gazeta*, pois ela divulgava tudo o que acontecia na cidade para que todas as outras tivessem conhecimento” (GERSON, 2005, p. 21).

Um jornalismo de credibilidade, digno desse nome, se vale da publicação de notícias sérias, relevantes e sem exageros. Para atrair os leitores, os jornais flertam com o sensacionalismo ao transformar a notícia em produto. Nesse sentido, dão ao fato os mais variados contornos,

11 IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD/1977, p. 30. Anuário Estatístico/1978, p. 53

12 Os jornais da época eram impressos em dois formatos: standard e tabloide. No primeiro caso, trata-se de medida utilizada pelos jornais de maior circulação nacional, em função do aproveitamento máximo da área de chapa das offset. Nesse formato, a mancha gráfica da página mede 52,5 por 29,7 centímetros. A área total de papel depois de impresso é de 56 por 32 centímetros. Já o tabloide, é um formato resultado da divisão do formato standard em duas partes, ou seja é a metade do formato. O formato assume um aspecto cômodo, inclusive para encartes especiais ou cadernos suplementares de um formato standard, pelo encaixe perfeito entre os cadernos principais do jornal. Cf: <https://diagramaacao.blogspot.com.br/2009/12/formatos-de-jornais.html> Acesso em 28 de fevereiro de 2017.

13 Temos apontado, ao longo desse trabalho, que o *fait divers* foi matéria-prima dos jornais a partir da segunda metade do século XIX, no Brasil. Propositadamente, por meio da análise do que ocorria em outros países, os jornais brasileiros dos grandes centros, sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro, começaram a ver no fato cotidiano comezinho o produto a interessar a seu público-leitor. Essa foi uma tendência que se espalhou em território brasileiro, alcançando jornais de vários Estados, colocando-se como uma regra. Os periódicos de Mossoró não ficaram imunes a essa tendência.

14 Trecho do editorial da edição n 1, de 17 de setembro de 1977, página 2.

exageram na narrativa e nas imagens (AMARAL, 2006), reforçando o que afirma Monestier (apud ANGRIMANI, 1995, p. 24) ao defender que o *fait divers* “não pretende chegar à inteligência do leitor, mas lhe provocar reações subjetivas e passionais”.

Essa estratégia tem a pretensão de aproximar-se do leitor, buscando conquistar sua simpatia e fidelidade. Na primeira edição da *Gazeta do Oeste*, isso ficou patente com a publicação, em primeira página, de um tema ameno, aprazível e desejado: aumento de salário dos servidores estaduais. Com letras garrafais, em “manchetão”, no dizer jornalístico.

Suas 12 primeiras páginas estavam assim divididas e topicalizadas: Social (duas páginas), notícias gerais (sem editorias definidas), Lazer, Opinião e Esportes (duas páginas, embora sem denominação específica, como nas demais editorias) e Polícia (editoria que ocupava a página 10, e que continha também matérias sobre outros temas/assuntos).

No aspecto diagramático, as chamadas não tinham olho (tópico de uma palavra indicando o assunto a ser tratado na manchete), e as manchetinhas (complemento da informação contida na manchete) só apareciam nas chamadas da capa. Anunciava a tiragem de 800 exemplares, embora na divulgação as direções dos jornais sempre aumentassem o número de jornais que efetivamente eram impressos – meio para mostrar ao público que já tinha um número expressivo de exemplares vendidos e para mostrar-se superior aos seus concorrentes.

O segundo número ganha mais 4 páginas e circula no período de 25 de setembro a 1º de outubro de 1977. Nas 8 primeiras edições, a *Gazeta do Oeste* já soma 6 chamadas de fatos violentos na capa, das quais em uma delas já faz uso da adjetivação para chamar atenção e causar sensação. Dessa meia dúzia de registros, há duas tentativas de assassinato, uma morte provocada por aborto, um homicídio e um suicídio, além de um assalto¹⁵.

O uso de adjetivos ganha maior relevo a partir da edição 6, quando é criada uma coluna denominada Ronda¹⁶, cuja narrativa apresenta relatos em que os detentos eventuais ganham apelidos, seus atos são noticiados com exagero e estes passam a ser tratados como arquétipos mal-acabados daqueles que passarão a ser tratados como bandidos a assombrar a cidade, transformando-a em um lugar de medo.

Poder-se-ia dizer que, com essa postura em relação a essa coluna, a *Gazeta do Oeste* estaria se incluindo na vala comum dos órgãos de comunicação sensacionalistas. Somente por

15 A violência parece aumentar à medida que a cidade vai se desenvolvendo e, por consequência, aumentando sua população. Em 1970, a cidade contava com 97.245 habitantes. Já em 1980, pouco mais de dois anos após o início da entrada em circulação da *Gazeta do Oeste*, esse número aumentou para 145.981, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=240800>, Acesso em 24 de fevereiro de 2017.

16 Espaço em que são publicados resumos dos pequenos delitos praticados no final de semana, em sua grande maioria, motivados pelo consumo excessivo de álcool.

isso, não há que se falar em sensacionalismo, já que Angrimani (1995) adverte que “mesmo um telejornal (ou radiojornal) não sensacionalista, pode ter em alguns momentos de sua produção momentos sensacionalistas”. Acresce que isso pode ser possível ainda nos jornais impressos.

A *Gazeta do Oeste* se notabiliza, então, pela divulgação de fatos criminosos – violentos ou não –, e fatos violentos – criminosos ou não, tais como assassinatos, tentativas de homicídios, estupros, assaltos, roubos, sequestros, estelionatos, suicídios, acidentes, prisões, espancamentos, tráfico de drogas e uso de entorpecentes.

Em regra, esses acontecimentos são apresentados em narrativas isoladas, como fatos que não guardam relação entre si, porque cada caso se exaure, na perspectiva da *Gazeta do Oeste*, na edição em que foi publicado, levando o jornal a ser classificado como periódico em que o *fait divers* é recorrente porque se especializou em sangue em primeira página, ou no original francês: *sanz à la une*.

É somente a partir da década de 1990 que o jornal passa a realizar coberturas sequenciais: quando os casos mais notórios são acompanhados, com o(s) repórter(es) mostrando o andamento de investigações, conclusão de inquéritos, prisão de suspeitos eventualmente foragidos e, finalmente, o julgamento dos acusados. Esse tipo de cobertura é presente corriqueiramente na Editoria de Polícia. Nas demais, com muita raridade. Na eventualidade de se surgirem assuntos com grande relevância, o número de páginas era aumentado na editoria a qual a matéria pertencesse. Fato que se operava com mais frequência na Editoria de Polícia.

É nesse período que as notícias de crime são apresentadas com mais intensidade. A Editoria de Polícia tem que contar, diariamente, com o mínimo de quatro matérias, com uma delas sendo construída de maneira a garantir que seja chamada de capa. Também ganha dimensão o trabalho do fotógrafo, agora denominado repórter-fotográfico, porque em muitas das matérias, a imagem é quem provoca a admiração, o entusiasmo e atiça a curiosidade sobre os pormenores que são apresentados no texto, reflexo da estereotipia que tende a marcar as reportagens sobre crimes, segundo aponta Darnton (1990).

Trazer outros temas no restante do corpo do jornal, funciona como meio de atrair novos leitores – afinal há quem não queira ver apenas sangue – e deixar o periódico mais “leve”, numa expressão comum nas redações, típica estratégia para atrair o chamado leitor popular. Amparando-se em estudos de Amaral (2006); Miranda (2008); Rocha (1997) e Seligman (2009), Silva (2010, p. 12) aponta que esse tipo de leitor

normalmente se interessa por violência, futebol, fofocas do mundo dos famosos, e acontecimentos locais, rejeitando a economia, a política e fatos de interesse nacionais

ou mesmo globais. O jornal popular se contrapõe ao jornal de referência ou sério, que tem compromisso com a informação, ele busca, em última instância, entreter o leitor.

Tem-se a certeza de que os fatos violentos, criminosos ou não – vão causar espanto, horror, sensibilizar, chocar, emocionar. Em alguns casos, pode causar raiva, ira, sentimentos que podem levar ao desejo de busca por justiça. A página seguinte, portanto, opera outros sentidos: tranquilidade, alegria pela vitória de um time, expectativa boa por um bom jogo, entre outros. É com o desejo de provocar essas sensações que o jornal trabalha.

Assim, a *Gazeta do Oeste* foi construindo a lógica do seu discurso da violência: narrando, por um lado, a ocorrência de fatos violentos - a maioria de práticas de crimes- ao mesmo tempo em que, por outro lado, buscava amenizar o espanto causado pela narrativa forte das imagens de horror ampliadas. Silva (2008, p. 36) lembra que “dada a própria realidade do colorido, enfrenta-se outro desafio decorrente deste avanço. É que um dos pontos fortes da *Gazeta*, também recaí sob os impactos das fotos do caderno policial. Essas linguagens na policromia ressaltam o lado grotesco do episódio, já que as fotografias ganham destaque”. O jornal segue até o fim de sua trajetória fazendo uso de narrativas e imagens chocantes para vender-se.

Analisamos o discurso da *Gazeta do Oeste*, entendendo este a partir da definição de Maingueneau (1976) que, citado por Dias (1996, p. 105), o vê como “o resultado da articulação de uma pluralidade mais ou menos grande de estruturas transfáticas, em função das condições de produção”. No caso da *Gazeta do Oeste*, a intenção era de vender um produto – o fato violento – a partir da repetição da narrativa, embora com os fatos contando com novos personagens e outras circunstâncias. O mencionado impresso faz uso desse recurso para vender jornal e manter seu *status* de órgão de imprensa de qualidade.

No período de 17 de setembro de 1977 e 24 de março de 1978, como jornal semanal, a *Gazeta do Oeste* publicou 26 números, embora naquele acervo constem apenas 15 edições. Nelas, foram registradas 10 chamadas na capa sobre fatos violentos e/ou criminosos, sendo três assassinatos, uma morte provocada por aborto, um suicídio, três assaltos, um estupro e um acidente. Esse início, menos chocante, no entanto, não se confirmou para as edições seguintes. Nas primeiras 65 edições do jornal, catalogamos 750 matérias publicadas, das quais 388 versavam fatos violentos, nada menos que 51% do total.

Embora essa pesquisa não seja do tipo quantitativa, é importante destacar o número de matérias policiais que a *Gazeta do Oeste* foi publicando para que percebamos o quanto esse tipo

de produto foi ganhando espaço naquele periódico. O jornal seguiu à risca seu propósito inicial. Com um detalhe: priorizando o fato violento, principalmente quando este ocorria em Mossoró ou com mossoroenses, independentemente de onde estes estivessem.

Enquanto nas primeiras 65 edições foram catalogadas 388 matérias policiais, a partir da segunda metade dos anos 1980, esse número começa a experimentar crescimento. De outubro a dezembro de 1985, encontramos 27 edições, nas quais catalogamos 662 matérias gerais, e 162 matérias policiais, média de mais de 4 matérias policiais por edição. Nesses exemplares, foram registradas chamadas de capa em 24 deles, ou seja, em 43% dos números. Reflexo da escalada da violência ocorrida em todo o país, de modo geral.

Para se ter uma ideia de como o fato criminoso e/ou violento ganhou *status* no jornal, na edição 679, de 10 de agosto de 1984, a Editoria de Polícia trouxe cinco matérias, e todas elas sobre assassinatos. Na capa, corpos ao chão, com sangue espalhado, observados por curiosos, consumidores de narrativas sangrentas escritas com chumbo, com títulos como “Salineiro morre a facadas”, “Pedreiro recebe balaço”, na tentativa de atrair o leitor. As manchetes buscam retratar a ideia de que os trabalhadores são as maiores vítimas da violência urbana.

Esses números vão crescendo à medida que o jornal vai ganhando mais páginas e editorias, e à proporção que se vai observando esse crescimento, a publicação do fato violento e/ou criminoso aumenta ainda mais sua importância enquanto principal produto da *Gazeta do Oeste*. Em 25 edições do jornal, no mês de novembro de 1996, foram publicadas 824 matérias, das quais foram 154 policiais, média de 5,3 matérias dessa natureza por edição. Do total de matérias policiais, 131 eram de fatos violentos, o que corresponde a 85% do total.

Entre os fatos violentos e/ou criminosos, se destacam: provocação de incêndio, aborto, ameaça, atentado, acidentes, maus-tratos, afogamentos, tentativa de estupro, estupros, suicídios, espancamentos, assassinatos (36 registros, percentual de mais de 30% do total de matérias policiais), latrocínios, fugas de presos, extorsão, tentativas de assassinato, morte (da gestante) provocada por aborto, assaltos, uso de drogas, roubo, tráfico de drogas, auxílio ao suicídio, estelionato, receptação (compra de mercadoria roubada) e sequestros.

O rol de ocorrências registradas e apresentadas em tintas fortes pela *Gazeta do Oeste* se assemelha àquela relação dos fatos apresentados sob a denominação de *fait divers*, e apresentados por Angrimani (1995), quais sejam: “pequenos escândalos, acidentes de carro, crimes terríveis (pai matar o filho), suicídios de amor, operários caindo do quinto andar, roubo a mão armada, chuvas torrenciais, tempestades, naufrágios, incêndios, aventuras divertidas, acontecimentos misteriosos, execuções...”.

Nos anos 2000, continua-se a dar importância cada vez maior ao fato violento. O tratamento dado a essas narrativas confirma essa assertiva. Se no seu início, a média de chamadas de notícias violentas na capa registrava oscilações, com períodos de mais registros e outros menos, a partir de 2000, o jornal trará em sua capa, pelo menos uma chamada da Editoria de Polícia.

Essa postura da *Gazeta do Oeste* vai na contramão do que pratica os órgãos de comunicação escritos da chamada grande imprensa no Brasil e, que nesse período, passam a abolir essa editoria. As notícias de fato violento são, então, pulverizadas em outras editorias.

Sob essa perspectiva, o jornal tem que ser pensado e produzido com a preocupação de promover um encadeamento entre os fatos, oferecendo aos leitores a possibilidade de uma análise crítica da realidade e não apenas a preocupação com a edição a ser posta nas bancas. Plínio Fraga, chefe da reportagem da Sucursal garante que o

jornal que só pensa na edição do dia seguinte está fadado a morrer. É preciso pensar sempre a longo prazo, com matérias que fujam do fato, do que aconteceu ontem, e em seu lugar apontar tendências. Este é o papel do jornal. Estar mais perto da reflexão, mostrar um direcionamento e cobrar dos governos. E é isso que os jornais ainda fazem pouco na área da segurança pública (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 20).

A *Gazeta do Oeste* continua a narrar tais fatos de forma isolada e em escala crescente. No mês de maio de 2001, por exemplo, em 24 edições foram registradas 42 chamadas de capa de matérias policiais, média de 1,7 por edição (Quadro 01).

Quadro 01 – Distribuição das matérias policiais nas edições da *Gazeta do Oeste* de 1977 a 2015

MÊS/PERÍODO	EDIÇÕES	MATÉRIAS GERAIS	MATÉRIAS POLICIAIS	MATÉRIAS FATO VIOLENTO	TOTAL
17/9/77 a 24/03/78	15	375	75	69	450
10 a 12 de 1985	27	662	162	138	824
09/1988	20	504	112	95	606
10/1989	19	397	95	80	492
02/1990	18	547	90	80	637
12/1991	17	425	85	73	510
08/1992	23	618	115	98	733
04/1993	21	550	123	105	673

3/11 a 31/11/1996	25	670	154	131	824
07/1998	23	644	115	90	759
03/2000	21	567	123	120	690
12/2000	22	608	110	92	718
05/2001	24	621	132	121	753
12/2002	22	550	110	75	660
11/2003	23	646	117	97	763
10/2004	24	552	121	100	673
12/2006	23	621	125	114	746
01/2007	23	632	128	120	760
02/2008	22	616	108	92	724
05/2010	21	567	105	90	672
12/2010	22	546	112	96	658
06/2011	23	598	117	100	715
10/2013	22	638	110	94	748
11/2014	22	617	122	94	739
12/2015	23	609	115	98	724
TOTAL	545	14.380	2.881	2.462	17.261

Fonte: Dos autores; *Gazeta do Oeste*

Do total de chamadas de capa de matérias policiais, 36 foram sobre fato violento, percentual superior a 85%. Nesse mesmo mês, em 6 edições, a Editoria de Polícia dobrou o número de páginas, e no dia 17 daquele mês (edição 5.588), foram publicadas nada menos que 4 páginas de polícia, com 11 matérias dessa editoria contra 14 de todas as demais editorias juntas.

Catalogamos 17.261 matérias da *Gazeta do Oeste*. Dessas, 14.380 foram matérias gerais (de todas as demais editorias) e 2.881 policiais, das quais 2.462 foram de fatos violentos. Nas 545 edições analisadas, contabilizamos 654 chamadas de capa de matérias da Editoria de Polícia (média de 1,2 chamada de capa por edição), das quais 558 foram de fatos violentos, pouco mais de 85% do total.

Esses dados, de *per se*, mostra como a *Gazeta do Oeste* fez do fato violento, com chamada em primeira página, o grande *leitmotiv* para que o leitor se sentisse atraído pelo jornal. Importante destacar que as matérias foram catalogadas em três frentes: num primeiro momento, analisando-se as edições iniciais do jornal. Em seguida, nas edições finais de forma decrescente. Em um terceiro momento, escolhendo-se edições de cada um dos anos em que a *Gazeta* circulou.

Essa metodologia objetou identificar o comportamento do periódico em cada ano, em cada época, em cada década e, em especial, pontuar em quais momentos sua editoria, sua escrita,

narrativa e discurso sofreram mutações. Percebemos mudanças na parte gráfica-editorial (as mais recorrentes), e na escrita (abandono definitivo, por exemplo, do uso de jargões, o que sempre ocorreu de forma esporádica), mas a narrativa do fato violento se mantém, de forma a compor o discurso da violência como um *continuum* no imaginário coletivo.

As alterações na composição do texto jornalístico apresentado pela *Gazeta do Oeste* são resultado de uma série de fatores, sendo fruto também das circunstâncias históricas nas quais o redator – e o próprio jornal - se encontra imerso.

Se, como desta Darnton (1990, p. 50), “a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu”, esse relato é sempre tomado pelas intenções, pretensões, percepções e objeções de quem o faz. É impregnado da forma de escrever de uma determinada época, pois, complementa Darnton, “a redação de notícias é fortemente influenciada por estereótipos e concepções prévias sobre o que deve ser a matéria”. É nesse contexto que a *Gazeta do Oeste* produziu a sua crônica policial e, com ela, conseguiu se sobressair para o público-leitor no Rio Grande do Norte.

3 Considerações finais

Um determinado fato, notícia ou matéria, ganha muita repercussão quando o interesse das pessoas por ele extrapola os limites de sua veiculação. Atento a isso, os meios de comunicação passam a oferecer ao público aquilo que ele deseja. O problema aparece quando a população passa a “viver em função da mídia, vendo o mundo apenas por esse olhar, e reduzida todas as suas experiências às experiências midiáticas”, alerta Garcia (2016, p. 383).

Fazendo uso de tudo que pode ser comovente, sensacional e excepcional, a imprensa de massa justifica o que Morin destacou ao afirmar que os meios de comunicação de massa fazem “vedete de tudo o que diz respeito às próprias vedetes: suas conversas, beijos, confidências, disputas são transmitidas através dos artigos falatórios, flashes, como se o leitor fosse o *voyeur* de um grande espetáculo, de um super show permanente cujos deuses seriam os atores” (1997, p. 99).

A *Gazeta do Oeste* parece ter descoberto isso cedo e fez da publicação do fato violento o elo entre si e o leitor, oferecendo-lhe cada vez mais sangue e recebendo cada vez mais atenção. O uso de imagens também foi recorrente durante a existência do jornal. As imagens adquirem cada vez mais importância na grade de escala de valores do editor porque, como destaca Kansuer, “os próprios olhos não conseguem acompanhar esse movimento midiático, sobretudo pelo exagero de imagens” (2016, p. 385).

A observação percuciente das reportagens e a releitura dos conceitos relacionados à temática permitem constatar que o que se manteve de forma regular e contínua no jornal estudado, desde suas edições iniciais, foi o espaço reservado à publicação do fato violento (criminoso ou não) e criminoso (violento ou não) com uma editoria específica a tratar, em pormenores, os crimes ocorridos na cidade e na região. Também a detalhar os acidentes, a espetacularizar os homicídios, a “monstrualizar” os suspeitos e, com isso, ser atrativo ao seu público-leitor.

Mais do que o emprego dos termos em si, o jornal fez uso do cadáver para se manter em evidência, reforçando seu discurso, afinal, como destaca Matheus (2011, p. 58), “a morte exerce fascínio nos consumidores de jornal como algo da ordem do proibido. É como se o lugar de experimentação da morte fosse transferido para a mídia, que a resgata de alguma forma para a vida pública”. O periódico soube explorar esse fascínio como poucos órgãos de comunicação em toda a história da imprensa local. Por fim, evidencia-se que a *Gazeta do Oeste* não poderia se enquadrar como um *quality paper*, porque seu discurso, ao contrário do que esse tipo de noticioso defende, apresenta uma necessidade de provocar emocionalmente o leitor, pois “no fundo a imprensa sensacionalista trabalha como as emoções” (MARCONDES FILHO, 1989, p. 90).

Nesse sentido, se a *Gazeta do Oeste* não pudesse ser classificado como *quality paper*, restaria defini-lo como sensacionalista. Ao mesmo tempo, a preocupação em manter o seu status de jornal de qualidade poderia contribuir para situá-lo no meio-termo entre um e outro tipo. Uma ironia, para quem tinha como slogan “Sem Meias Palavras. Nem meias Verdades”.

Uma das principais marcas do jornalismo policial praticado pela *Gazeta do Oeste* durante toda a sua existência, foi a manutenção de um espaço para a publicação de matérias de sangue. A segunda, é que a narrativa sempre teve um texto padrão, com a *lead*¹⁷ apresentando de forma resumida as primeiras e importantes informações sobre o fato a ser narrado. Trata-se de um modelo de início de texto jornalístico seguido pelos cronistas policiais. Mais do que buscar chamar a atenção do leitor para a sequência narrativa, o *lead* funcionou como padrão textual imutável.

O que se manteve na *Gazeta*, de maneira contínua, permanente e regular, foi a publicação do fato violento. Discurso, narrativa e tipo textual sempre iguais para garantir a fidelidade de um público-leitor que se acostumou a não ter algo diferente do que o jornal sempre ofereceu: crime e sangue em primeira página.

17 Forma americana de início de reportagens, no qual, se procura responder, no primeiro parágrafo, aos seguintes questionamentos: o que? onde? com quem? quando? como? por quê?

Por tudo o que foi posto e analisado, é inequívoco que a *Gazeta do Oeste* pensou mais nos aspectos mercadológicos do que na informação; se preocupou mais com a própria imagem de que com o jornalismo; fez uso de várias estratégias para atrair o leitor sem com ele se preocupar; sensacionalizou sem analisar as consequências; banalizou a morte e mercadejou a dor alheia; assumiu o papel de julgador e acusou premeditadamente.

No discurso da violência, a *Gazeta do Oeste* criou estereótipos para os acusados, atribuiu-lhe os piores adjetivos, divulgou sua imagem associando-a sempre ao que de pior há na sociedade, prejudicou e reforçou o caráter discriminatório da sociedade contra as camadas mais humildes da população e os bairros periféricos.

Por fim, constatamos que as reportagens analisadas e os depoimentos trazidos são elementos suficientes para classificar a *Gazeta do Oeste* como um jornal sensacionalista. Do mesmo modo, não é possível inocentá-la por ter feito uso, de forma tão reiterada, do sensacionalismo em suas manchetes de capa claramente com dois objetivos: vender cada vez mais e manter o *status* de bom jornal. Essas eram as grandes pretensões do jornal. “Sem meias verdades”.

4 Referências

AMARAL, Márcia. Sensacionalismo: inoperância explicativa. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 133-146, jan./jun. 2003.

_____. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue. Um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

BARBOSA, Gustavo. RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. Editora Campus. 5 edição. 2002.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. Por uma história cultural latino-americana dos meios de comunicação: um olhar sobre as práticas, processos e sistemas de comunicação nas últimas décadas do século XIX. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 19-33, dez. 2012.

BARBOSA, Marialva.; ENNE, Ana Lúcia. **Eco-Pós**, v.8, n.2, ago-dez 2005, pp.67-87.

BARBOSA, Gabriel Collares. **Jornalismo, espetáculo e desvio: violência e criminalidade na imprensa através de estudos de caso**. 2004, 240 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro/RJ, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 14^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DIAS, Ana Rosa. **O discurso da violência – Marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo: Educ/Cortez, 1996.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ENNE, Ana Lúcia. O Sensacionalismo como Processo Cultural. **Eco-Pós**, v.10, n.2, julho-dezembro 2007, pp. 70-84.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. “Crimes, violências e sociabilidades: Mossoró nas últimas décadas do século XIX”. IN. *História Social e Cultural de Mossoró: métodos e possibilidades*, 2008.

_____. **Crimes Impressos: Uma História Social dos Noticiários Criminais em Fortaleza nos Anos Vinte**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2001.

GARCIA, Maria Tereza. Violência e medo, elementos extintos no newsmaking do jornalismo público? **Cronos**, Natal/RN, v. 7, p. 183 – 397, jul a dez. 2016.

GERSON, Mário. **Gazeta do Oeste – 30 anos sem meias palavras. Nem meias verdades**. Mossoró/RN: Queima Bucha, 2005.

GUIMARÃES, Valéria. Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX. **ArtCultura**, Uberlândia, v 11, n 18, p 227-240, jan-jun. 2009.

_____. Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil. **ArtCultura**, Uberlândia, v 16, n 29, p 227-240, jul-dez. 2014.

MAGALHÃES, Carlos Augusto. **Crime, sociologia e políticas públicas**. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

MATHEUS, Leticia Cantarela. **Narrativas do Medo – O jornalismo de sensações além do sensacionalismo**. Mauad X. 1ª edição. Rio de Janeiro, 2011.

MORIN, Edgard. **Cultura de massas no século XX – v.1 Neurose**. Trad. Maura Ribeiro Sardinha. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997, p. 99.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PEDROSO, Rosa. **A produção do discurso de informação num jornal sensacionalista**. UFRJ - Rio de Janeiro- RJ/ Escola de Comunicação 1983.

PORTO, Ana Gomes. **As notícias de crime na imprensa paulista**. Dissertação (Mestrado em História Social, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP), São Paulo, 2002.

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ROCHA, Sônia. **Governabilidade e Pobreza: o Desafio dos Números**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

SELIGMAN, Laura. Jornais populares de qualidade: ética e sensacionalismo em um novo padrão do jornalismo de interior catarinense. **Brazilian journalism research**, vol. 2, nº 1 – 1º semestre, 2009.

SILVA, Edilson Márcio. **Notícias da violência urbana – Um estudo antropológico**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 2010.

SILVA, Maurício. **História, imagem e narrativas**. Número 3, ano 2, setembro/2006.

12 - PROCESSOS DE RECONHECIMENTO E TERRITORIALIZAÇÃO QUILOMBOLA NO RIO GRANDE DO NORTE: A EXPERIÊNCIA DO JATOBÁ SOB O OLHAR DA CIDADANIA¹

Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues
José Glebson Vieira

1 Palavras iniciais: como andam os processos de territorialização quilombola no Rio Grande do Norte?

Apesar de passados 32 (trinta e dois) anos de vigência da previsão constitucional que reconhece as comunidades quilombolas a concessão da titulação coletiva de suas terras, como está esculpida no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o reconhecimento e titulação territorial quilombola não são processos fáceis de serem executados, assim como levados a bom termo pelo Estado e pelas comunidades interessadas. A falta de informação, a burocracia estatal e, sobretudo, a limitação de recursos para a implementação dessa política afirmativa, se constituem em obstáculos importantes a serem vencidos pelo movimento quilombola².

Esses obstáculos são sentidos pelas comunidades quilombolas do Rio Grande do Norte, que conta atualmente com 33 comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP)³. Essas comunidades, inseridas no contexto de organização política do movimento negro rural e seguindo as iniciativas nacionais, iniciaram os processos de reconhecimento, demarcação e titulação coletiva de suas terras. A exceção de Boa Vista dos Negros, situada no Município de Parelhas, primeira comunidade negra rural do RN a se autodeclarar quilombola e solicitar a certificação junto a Fundação Cultural Palmares, todas as demais iniciaram os processos após a entrada em vigor do Decreto 4.887/2003.

1 Esse texto comporta fragmentos da dissertação de mestrado de Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues. O estudo etnográfico foi desenvolvido durante o curso de mestrado em Ciências Sociais e Humanas, ano de 2014, com uso das técnicas da pesquisa bibliográfica e de campo, além da utilização da observação participante e realização de entrevistas. Também apresenta informações retiradas das experiências obtidas na execução dos projetos de extensão desenvolvidos na comunidade negra rural Vila Esperança (Baraúna) e nas comunidades quilombolas do Jatobá (Patú) e Arrojado (Portalegre).

2 Outros obstáculos à concretização desse direito foram vencidos. Questões como omissão legislativa, indefinição de competência quanto ao órgão responsável pela condução dos processos de titulação coletiva, bem como de critérios que definam essas comunidades como quilombolas (RODRIGUES, 2014).

3 Informação disponível no link: palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-rn-20072020.pdf. Planilha atualizada até a portaria nº 118/2020, publicada no DOU de 20/07/2020. Acesso em 11 out. 2020.

Embora o processo de Boa Vista dos Negros tenha iniciado no ano de 2002, a certificação só foi emitida em 04 de junho de 2004⁴, o que denota a interferência positiva do Decreto 4.887/2003 para a agilidade dos processos de certificação junto a Fundação Cultural Palmares. Acredita-se que essa demora se atribui aos entraves opostos por sucessivos governos ao processo de reconhecimento e territorialização quilombola, a exemplo da divergência quanto a competência do Incra e da FCP para acompanhar os processos de certificação e regularização fundiária desses grupos (ARRUTI, 2008).

Das 33 comunidades certificadas junto a Fundação Cultural Palmares, doze delas não constam na Tabela de Processos de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)⁵.

Neste trabalho, busca-se analisar os processos de reconhecimento e territorialização das comunidades quilombolas do Rio Grande do Norte a partir da experiência vivenciada na comunidade quilombola do Jatobá, observada sob a lente da cidadania, entendida como a participação efetiva dos sujeitos no processo de reivindicação de direitos e construção das políticas públicas destinadas aos mesmos.

2 A experiência de “sucesso” do Jatobá

A comunidade negra do sítio Jatobá localiza-se na mesorregião oeste do Estado do Rio Grande do Norte, situando-se a 10 km da sede do Município de Patu, tendo como única via de acesso à comunidade uma estrada de barro, à margem da antiga estrada de ferro, que finda no município de Caraúbas.

Essa comunidade quilombola, até o ano de 2014, período da pesquisa de Rodrigues (2014), era formada por dezoito famílias e um contingente populacional de 51 (cinquenta e uma) pessoas. Considerando que após o reconhecimento e territorialização, a comunidade foi beneficiada por um programa de habitação⁶ que resultou na construção de vinte casas, beneficiando não apenas as pessoas que já estavam residindo na comunidade, mas também alguns parentes

4 Informação disponível no link: palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-rn-20072020.pdf. Planilha atualizada até a portaria nº 118/2020, publicada no DOU de 20/07/2020. Acesso em 11 out. 2020.

5 Solicitação realizada por membros do Projeto de extensão “Direito e História: formação política na Comunidade Quilombola do Arrojado (Portalegre/RN)” através do protocolo nº 21900001747202063.

6 Trata-se de iniciativa do Programa Nacional de Habitação Rural, que passou desde o mês de fevereiro de 2013 a financiar construção e reforma de moradias para famílias de agricultores rurais assentados, pescadores, comunidades quilombolas, dentre outros. O valor da construção das casas obedece ao teto de R\$ 28.500,00 (vinte oito mil e quinhentos reais), dos quais cada família beneficiada terá que pagar após a conclusão do imóvel, o equivalente a quatro por cento do valor da obra, no prazo de até quatro anos. Informação conseguida no site <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/incra-promove-oficinasobre-habitacao-rural-no-rn>. Acesso em 10 de março de 2013 às 11:12

cadastrados no Incra que não moravam no Jatobá por falta de residência, e que algumas pessoas que já residiam na comunidade constituíram famílias, ressalta-se que este número de famílias e moradores reportados na pesquisa foram alterados⁷.

O processo de reconhecimento do território negro do Jatobá está imerso nesse novo momento, após o Decreto 4.887/2003, em que se tornaram recorrentes demandas fundiárias das comunidades negras rurais em todo o Brasil, reivindicando a identificação, delimitação, demarcação e titulação coletiva de seus territórios. No Estado do Rio Grande do Norte, 22 (vinte e duas) comunidades negras abriram processos de regularização fundiária junto ao INCRA.

Dentre estas, destacaram-se no andamento dos processos às comunidades do Jatobá (Patu), Acauã (Poço Branco) e Boa Vista dos Negros (Parelhas). Destas, a comunidade do Jatobá foi a primeira a receber a titulação coletiva de suas terras, muito embora tenha sido concedida em caráter parcial⁸. Em 2015, o processo chega à conclusão, ficando como pendência a união das matrículas dos oito títulos em um só.⁹

Apesar de terem iniciado no ano de 2004, assim como o Jatobá, as comunidades de Acauã e Boa Vista dos Negros ainda se encontram com seus processos em fase de titulação. Das demais comunidades identificam-se dois processos em fase de desintrusão (Capoeiras e Macambira), dois em fase de Publicação do Decreto de desapropriação (Pavilhão e Aroeira), um processo em fase de interposição de recurso administrativo (Nova Descoberta), e um em fase de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (Grossos). Além desses, treze processos, todos iniciados no Incra após o ano de 2011, estão sem andamento.

Os treze processos paralisados pela ordem de autuação, referem-se as comunidades de Picadas (Ipanguassu), Bela Vista do Piató (Assú), Sítio Pêga (Portalegre), Sítio Sobrado (Portalegre), Sítio Arrojado (Portalegre), Sítio Lages (Portalegre), Moita Verde (Parnamirim), Gameleira (São Tomé), Geral (Touros), Negros do Riacho (Currais Novos), Livramento (Angicos), Comum (Coronel João Pessoa) e Sítio Saco dos Pereira (Acarí).

Entre outros fatores, destacam-se como obstáculos ao andamento desses processos os conflitos decorrentes da desapropriação, bem como a limitação ou inexistência de recursos destinados a regularização territorial das terras de quilombos (RODRIGUES, 2014). Segundo

7 A construção das novas habitações foi constatada durante a execução do projeto de extensão “Direito e História: formação política na comunidade quilombola do Jatobá”.

8 No intuito de agilizar o processo, em novembro de 2015, o INCRA concedeu a titulação coletiva das terras cujos processos de desapropriação foram concluídos, bem como daquelas sobre as quais não restavam divergências.

9 Informação retirada do link <http://www.incra.gov.br/noticias/incra-avanca-na-regularizacao-de-tres-territorios-quilombolas-no-rio-grande-do-norte>. Acesso em 23 de julho de 2018.

tabela publicizada pela Terra de Direitos¹⁰, tendo como fonte o Incra, a destinação de recursos públicos para a titulação de terras quilombolas sofreu uma queda de mais de 97 % (noventa e sete por cento) entre os anos de 2013 (42 milhões) e 2018 (um milhão).

O Jatobá atualmente é a única comunidade quilombola do estado do Rio Grande do Norte com processo finalizado junto ao Incra. Dentre os fatores que levaram ao “sucesso” do processo, pode-se apontar a menor incidência de conflitos com os proprietários de terras que foram desapropriados e uma maior destinação de recursos para a territorialização quilombola no período.

A partir de relatos dos moradores do Jatobá inseridos no trabalho de Rodrigues (2014) compreende-se que a busca pela titulação coletiva do território negro do Jatobá consistiu na possibilidade de reaver as terras que antes compunham o seu território e que se encontravam sob o domínio de proprietários vizinhos, embora através da aquisição legal de compra e venda. Tratava-se, portanto, de uma forma que a comunidade encontrou de evitar desmembramentos das terras em face da venda por seus moradores, além de garantir a manutenção do livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade. Essa decisão consistiu, ainda, numa forma da comunidade se afirmar, saindo do esquecimento e marginalidade junto aos entes estatais e outros grupos étnicos com quem se relacionam, além de consistir numa estratégia para manutenção de sua cultura.

O território dessa comunidade foi adquirido por João Luiz de Aquino¹¹, entre os anos de 1941 e 1943, através de instrumento de compra e venda. A aquisição das terras do Jatobá se tornou possível devido a recursos provenientes da venda do sítio Atenas, primeira propriedade adquirida por João Luiz, situado no Município de Messias Targino, vendida devido a problemas de divisas com proprietários vizinhos, além das economias que fazia no ofício de marchante (ASSUNÇÃO, 2009).

A aquisição de um pedaço de terra em Atenas é apontada por Assunção (2009) como uma estratégia empreendida por João Luiz para escapar do sistema pós-abolição.

Adquirir um pedaço de terra em Atenas foi uma estratégia fundamental empreendida por João Luiz para escapar, ele e seus parentes, das armadilhas do sistema formal

10 Organização de Direitos Humanos surgida em Curitiba no ano de 2002 para atuar em situações de conflitos coletivos relacionados ao acesso à terra e aos territórios rural e urbano e que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais. Informação retirada do site: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/orcamento-para-titulacao-de-territorios-quilombolas-cai-mais-de-97-em-cinco-anos/22824>. Acesso em 12 de out. 2020.

11 Neto dos escravos libertos Manoel e Raimunda e bisneto da escrava Vicência, João Luiz de Aquino é indicado pela comunidade como ancestral comum.

pós-abolição; aliás, prática não muito comum entre as comunidades negras rurais do estado do Rio Grande do Norte estudadas. Para os habitantes da Boa Vista dos Negros, no município de Parelhas, a terra foi uma doação realizada por uma mulher chamada Teresa, ainda no período da monarquia (RATTS,1998). Todavia, a maior parte das comunidades negras rurais tem a terra como posse, como no caso da comunidade dos “Negros do Riacho”, em Currais Novos, cuja história é narrada por seus moradores a partir da posse da terra efetuada por aquele considerado fundador do grupo (ASSUNÇÃO, 2009, p.51).

Essa aquisição representa a primeira possibilidade de pensar a construção de um território da comunidade, ou seja, “de um espaço como refúgio, lugar para viver, de se reconhecer como pertencente a um grupo social, permitindo a elaboração de identidades e, principalmente, viabilizando uma emancipação do grupo” (GUATTARI, *apud* ASSUNÇÃO, 2009, p. 52).

Dessa forma, a busca pelo reconhecimento do território pela comunidade negra do Jatobá não pode ser reduzida exclusivamente a um problema agrário. Como acentua Almeida (2002), é preciso que se tenha em mente que se trata da busca de uma territorialidade específica, que guarda relação com a afirmação étnica e política desses grupos.

Dentre as principais mudanças percebidas com o reconhecimento da comunidade como quilombola, destacam-se a melhoria na relação entre os entes e os órgãos públicos, privados, moradores brancos da localidade, bem como construção de uma identidade positiva do “ser negro do Jatobá”. Pertencer a uma comunidade negra, cujo passado está relacionado a história de resistência à escravidão, passa a ser um sentimento positivo para as pessoas que residem na comunidade. (RODRIGUES, 2014).

Para compreender o porquê dessa reserva de memória sobre a história da comunidade, ou ainda, as razões que os levaram a torná-la pública, é necessário pensar sobre o peso que recaía em “ser negro do Jatobá”.

A cor sempre foi uma característica utilizada pela população de cor branca do município de Patu e comunidades vizinhas para identificar os moradores do quilombo do Jatobá. Nesse jogo de diferenciação, foram criados estereótipos que os colocavam numa situação de marginalidade – a cor denunciava um passado de escravidão (RODRIGUES, 2014, p. 67).

Exercendo a memória forte influência na formação da identidade do indivíduo ou do grupo, não é de se esperar conduta diversa daqueles que detinham conhecimento de sua ascendência escrava. Não havia interesse em fortalecer uma memória que refletia na construção

de uma identidade negativa do “ser negro do Jatobá”. “A história da escravidão de seus ascendentes ocupou na comunidade negra do Jatobá um lugar onde durante anos somente o esquecimento operou. Essa amnésia explica-se em face do peso que a lembrança de um passado de escravidão carregava” (RODRIGUES, 2014, p. 67). Esse apagamento ocorreu por se tratar de uma lembrança forte e indesejada, que precisava ser apagada para tornar suportável a existência do grupo (CANDAUI, 2011).

Com a possibilidade de reaver as terras vendidas por alguns moradores e de tê-las reincorporadas ao território da comunidade, surge a oportunidade de retomar a história da origem do grupo. Dessa vez, o passado de escravidão é acionado para legitimar o direito à terra dessas pessoas. Aos negros do Jatobá, o Estado reconhece, entre outros, o direito à terra. Nessa perspectiva, “ser negro do Jatobá” passa a ser uma identidade positiva.

Essa ação da comunidade pode ser compreendida como uma articulação política com o intuito de afirmar-se não apenas junto aos moradores brancos da localidade, mas sobretudo, frente aos entes estatais.

Como desdobramento da melhoria na relação entre os entes e órgãos públicos e privados, pode-se apontar uma maior inclusão da comunidade quanto a propositura de projetos destinados a assegurar as pessoas integrantes desse grupo étnico, o exercício da cidadania. Nesse sentido, segundo Rodrigues (2014), a comunidade do Jatobá foi beneficiária do programa de cestas básicas do governo federal, bem como de projetos destinados a assistência e qualificação profissional de seus moradores. A exemplo da “Assessoria Técnica, Social e Ambiental para Famílias Quilombolas da Comunidade Negra do Jatobá – Patu/RN – ATER Quilombola”, executada pelo Núcleo Sertão Verde em parceria com a ONG Centro Juazeiro. A atuação desse projeto foi mencionada por seus moradores para justificar ações praticadas pelo grupo, entre elas: auxílio na construção da Adutora, curso de corte e costura, plantação de hortaliças, produção de polpas de frutas, participação na feira de Patu, ajuda na condução do processo eleitoral da Associação Comunitária e na elaboração da declaração de Cláudia Moura Aragão para concorrer no vestibular pelo sistema de cotas.

Ressalta-se, entretanto, que essa “cidadania quilombola”, reconhecida a comunidade do Jatobá, é uma criação do poder público que termina por fragmentar o direito à cidadania das comunidades negras rurais remanescentes de quilombos. Somente aquelas que foram reconhecidas pelo Estado através da FCP como quilombolas, serão detentoras dessa cidadania que permite as mesmas requererem os direitos assegurados por meio das políticas públicas.

A experiência do Jatobá pode ser percebida como exitosa se considerada cada ação afirmativa como um fim em si mesmo. No entanto, quando essas ações são pensadas para além do reconhecimento e titulação das terras, na perspectiva de políticas públicas efetivas que considerem as suas demandas e garantam a sua autonomia, esse “sucesso” não se constitui em consenso. A descontinuidade de parcela significativa dos projetos desenvolvidos na comunidade, a exemplo do curso de corte e costura, plantação de hortaliças e produção de polpas de frutas, colocam essa “cidadania” em dúvida.

3 A “cidadania quilombola”: algumas considerações sobre os desafios das comunidades

Com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, o Estado assume um novo perfil no contexto nacional, definido como o Estado Democrático de Direito. Esse novo paradigma extrapola a ideia de que a paz social será alcançada somente com a promoção de garantias individuais e/ou sociais, propostas que regiam os modelos anteriores de Estado, consubstanciados, respectivamente, no Estado liberal e Estado de bem-estar social. Para essa nova perspectiva, a cidadania ganha uma nova feição à medida que só será assegurada com a efetiva participação dos sujeitos sociais na reivindicação de seus direitos. Não é suficiente, portanto, o Estado dizer o que é bom para os indivíduos ou grupos, mas sim, a garantia dos interesses requeridos por esses sujeitos.

Dessa mudança de concepção do Estado brasileiro decorre a previsão constitucional do Art. 68 do ADCT que reconhece aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando as suas terras a propriedade definitiva, cabendo ao Estado emitir os respectivos títulos. Esse reconhecimento passa a integrar um conjunto de políticas públicas e ações afirmativas do Estado previstas na Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial (EIR). Soma-se a isso a garantia do acesso à terra e a moradia adequada, ações voltadas ao desenvolvimento sustentável (Art. 32), tratamento diferenciado nas políticas agrícolas; assegurando-se assistência técnica e linhas especiais de financiamento público (Art. 33), além de outras iniciativas previstas no EIR e em outras leis cujo propósito seja a promoção da igualdade étnica (Art. 34).

Entre as políticas pensadas para assegurar direitos e garantir acesso à cidadania da população quilombola, destaca-se o Programa Brasil Quilombola. Esse programa foi dividido em quatro eixos: Acesso à Terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e Direitos e Cidadania. O objetivo era a consolidação de direitos para

a população quilombola.

Essa busca do Estado pela inclusão das comunidades quilombolas no processo de reivindicação e aquisição de direitos, assegurando-lhes participação política, esbarra no paradoxo da exigência de critérios e conseqüente burocratização estatal para o exercício dessa cidadania. Exemplo dessa burocratização é a exigência prevista na Portaria da FCP nº 98, de 26/11/2007, segundo a qual se exigem os seguintes documentos para os pedidos de certificação quilombola: Ata de reunião específica para tratar do tema de Autodeclaração, se a comunidade não possuir associação constituída; ou Ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; breve Relato Histórico da comunidade (em geral, esses documentos apresentam entre 2 e 5 páginas), contando como ela foi formada, quais são seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade, etc.; e um Requerimento de certificação endereçado à presidência desta FCP para caracterização dessas comunidades.

Enquanto o caput do Art. 2º do Decreto nº 4.887/2003 considera como remanescentes das comunidades dos quilombos “os grupos étnicos-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. No parágrafo primeiro prevê que essa caracterização será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

De um lado, o Estado reconhece que a caracterização se dará pela auto-atribuição conforme prevê a Convenção nº 169 da Organização internacional do Trabalho (OIT). De outro, exige das comunidades negras rurais que se autorreconheçam quilombolas, que formalizem pedido junto a FCP e comprovem a sua condição nos termos definidos pela Portaria da FCP nº 98, de 26/11/2007. Em síntese, o Estado transfere para as comunidades todo o ônus decorrente do processo. Não há preocupação quanto a viabilidade de se atender a tais exigências.

O Estado age como se desconhecesse a realidade da maioria das comunidades negras rurais brasileiras, as restrições que enfrentam em face da inexistência ou baixa garantia de direitos fundamentais, a exemplo de: educação, saúde, saneamento, moradia, trabalho, entre outros direitos igualmente importantes, como cultura e memória. Soma-se a isso as dificuldades enfrentadas para superação do racismo, que comumente deságua na tentativa de esquecimento do passado atrelado a escravidão.

O primeiro dos obstáculos é o acesso à informação. Para iniciar o processo de reconhecimento junto a FCP, a comunidade precisa conhecer os procedimentos e direitos que lhe são assegurados com a certificação do Estado. Muitas comunidades negras rurais, a exemplo de

Vila Esperança, situada no Município de Baraúna, apenas recentemente conheceu os procedimentos e discutiu a possibilidade (MAXIMINO, 2019).

Soma-se a dificuldade de acesso à informação a precariedade da educação, que afeta o exercício pleno da cidadania pelos moradores da comunidade, por prejudicarem a formação da consciência crítica quanto ao processo em que estão inseridos e, conseqüente, a liberdade, em face da limitação das ações que podem realizar. Para Libanio (1995, p. 94 -95):

Na origem de toda cidadania está a educação. O negro, submetido à escravidão legal, até o final do século passado – e às suas sequelas, até o dia de hoje – defronta-se, como primeiro passo para poder exercer sua cidadania, com o desafio de abrirem-se caminhos à sua educação. A escravidão acabou desestruturando intencionalmente a família negra. Com isso, os negros foram impedidos de se inserir na sociedade, com papel definido por eles. Foram obrigados a submeter-se, como escravos, aos ditames dos senhores brancos. É preciso garantir a criança negra, desde os primeiros anos, as condições indispensáveis para seu desenvolvimento orgânico e psíquico sadio, a fim de que possa estar preparado para o exercício da cidadania. Sem essa base psicossomática, lançada nos anos da infância, dificilmente alguém pode acender à plena cidadania. Já se vê impedida, desde o início, por deficiências graves do pleno uso de sua consciência, liberdade e atividades humanas.

Outro empecilho centra-se na dificuldade de relatar o passado, ligado ao processo de resistência a escravidão, foi uma realidade percebida nas pesquisas realizadas por Rodrigues (2014) na comunidade quilombola do Jatobá, e por Moraes (2005), nas comunidades do Pega, Arrojado e Engenho Novo. A memória atrelada a uma identidade negativa do ser quilombola era guardada apenas por aqueles que detinham as maiores idades na comunidade. Assim, o resgate da história da comunidade não é uma tarefa fácil, ocorrendo na maioria dos pedidos através da assistência de profissionais, sobretudo vinculados a instituições de ensino, a exemplo de historiadores e antropólogos.

Essa postura do Estado termina por assinalar duas categorias de quilombolas, os que são certificados e têm reconhecida a sua cidadania, sendo destinatários das políticas e ações afirmativas estatais; e os que não detêm cidadania quilombola porque não foram certificados pela FCP. O reconhecimento da cidadania passa a ser atrelado ao reconhecimento da identidade quilombola pelo Estado.

Apesar das comunidades quilombolas contarem com uma organização mais amadurecida, os empecilhos decorrentes da burocracia estatal ainda continuam sendo um dos desafios do movimento negro rural na busca pelo exercício pleno da cidadania e garantia efetiva de direitos.

Destaca-se, ainda, que o reconhecimento estatal com a certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares não significa segurança quanto a garantia de direitos ou que as políticas públicas contemplem a cultura, realidade e demandas das comunidades, como relata Silva (2009, p. 03) em situação vivenciada pela comunidade dos Negros do Riacho.

Um exemplo claro dessa efemeridade foi o pouco ou nenhum sucesso alcançado pelas tentativas de tornar a louça um produto decorativo adequado às demandas do mercado, agregando à cerâmica um valor étnico e aprimorando a técnica/estética na sua confecção com o apoio do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Essas ações foram abortadas porque os moradores do Riacho se negaram a reaprender um ofício conhecido desde a infância e ensinado pelos mais velhos, um saber impregnado na história individual e familiar das “loiceiras” (que produzem esporadicamente, por encomenda ou deleite) e “loiceiros” (que não confeccionam mais). O espaço construído para a produção coletiva da louça e exposição do produto funcionou por pouco tempo. A cerâmica continua a ser produzida esporadicamente, com as mesmas técnicas que sempre foram utilizadas no Riacho. Modelando a louça como aprendeu com o pai, Luiz Grande, e a mãe, Tereza Preta, dona Ana reafirma as dificuldades encontradas ao se deparar com as novas técnicas que lhe foram apresentadas. Segundo ela, não foi possível dar continuidade ao trabalho da nova forma

Essa realidade também pode ser percebida no atual cenário vivenciado pelas comunidades quilombolas em decorrência da Pandemia da Covid-19, onde as fragilidades atinentes aos direitos assegurados as comunidades se tornaram mais acentuadas, a exemplo do direito a acompanhamento médico na comunidade, água potável, saneamento, educação, moradia, entre outros. Apesar de algumas políticas públicas terem sido destinadas a esse grupo - considerado por seu estado de vulnerabilidade- estas se restringiram a ações mais imediatistas, como a distribuição de máscaras e cestas básicas; não abrangendo demandas mais substanciais como destinação específica de leitos de UTI e acompanhamento médico no âmbito da comunidade, evitando o deslocamento da população quilombola para a unidade de saúde do Município, e assim evitando risco de contaminação. Essa é a realidade do Jatobá (Patu) e Arrojado (Portalegre), comunidades parceiras no projeto de extensão “Direito e História: formação política na comunidade quilombola do Arrojado (Portalegre/RN)”.

4 Considerações finais

Pensar os processos de reconhecimento e territorialização quilombola sob a perspectiva da cidadania, remete ao observador mais atento a discussão sobre as políticas públicas e sua acessibilidade as comunidades negras rurais.

Não se trata de desqualificar as políticas públicas e ações afirmativas, uma vez que elas são instrumentos de combate à desigualdade e acesso a direitos, mas de refletir que a condução dessas políticas no âmbito das comunidades quilombolas têm sido feitas na tentativa de exercer controle sobre elas. Ao Estado é dada a palavra final quanto ao reconhecimento e certificação, assim como para a destinação das demais ações, o que muitas vezes se dá em atendimento aos interesses do mercado, desconsiderando as demandas e realidades das comunidades.

De um lado o Estado reconhece que as comunidades têm direito, de outro burocratiza o acesso aos mesmos, dificultando a inserção das comunidades nos programas governamentais. Soma-se a isso as inexpressivas políticas de cunho emancipatório, sendo a maioria das ações afirmativas de natureza assistencialista.

Ressalta-se que não é objetivo deste trabalho exaurir a discussão. Espera-se, contudo, contribuir com outros estudos sobre comunidades quilombolas que tenham a cidadania e políticas públicas como elementos centrais de análise.

5 Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos, identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas; ABA, 2002, p. 43-83.

ASSUNÇÃO, Luiz. **Jatobá: ancestralidade negra e identidade**. Natal, RN: EDUFRRN – Editora da UFRN, 2009.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Lívio (organizadores). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

BRASIL. Constituição, Código Civil, Código de Processo Civil e legislação correlata. In: **Vade mecum acadêmico-forense: legislação federal**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2005.

BRASIL. **PORTARIA Nº 98, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2007**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em 10/10/2020.

BRASIL. **Lei 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.288%2C%20DE%2020%20DE%20JULHO%20DE%202010.& Acesso em 12/10/2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.887/2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm Acesso em 14/10/2020.

CANDAU, Joel. Memória e identidade. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

LIBANIO, João Batista. **Ideologia e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1995.

MAXIMINO, Rachel de Souza. **Consolidação da Cidadania nas comunidades negras rurais em processo de identificação Quilombola: vivência na comunidade negra rural Vila Esperança, Baraúna/RN**. 2019. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Mossoró, 2019.

MORAIS, Glória Cristina. **Entre parentes: cotidiano, religiosidade e identidade na serra de Portalegre-RN**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

RELATÓRIO DO PROJETO DE EXTENSÃO. **Direito e História: formação política na comunidade negra rural Vila Esperança (Baraúna/RN)**. Semestres: 2018.1/2018.2.

RODRIGUES, Rosimeiry Florêncio. **COMUNIDADE QUILOMBOLA DO JATOBÁ: TERRITORIALIDADE, MEMÓRIA E IDENTIDADE COLETIVA**. 2014. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Uern, Mossoró, 2014.

SCHRAMM, Franciele Petry. **Orçamento para titulação de territórios quilombolas cai mais de 97% em cinco anos**. Informação retirada do site: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/orcamento-para-titulacao-de-territorios-quilombolas-cai-mais-de-97-em-cinco-anos/22824>. Acesso em 12/10/2020.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Programa Brasil Quilombolas. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-de-acesso-a-politicas-publicas-do-pbq>. Acesso em 16/08/2018.

SILVA, Joelma. **Quilombos no Rio Grande do Norte: História e Legislação**. Fortaleza: Simpósio Nacional de História, 2009.

TABELA DE CRQ COMPLETA. Disponível em: palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-rn-20072020.pdf. Planilha atualizada até a portaria nº 118/2020, publicada no DOU de 20/07/2020. Acesso em 11/10/2020.

13 - ENTRE SONHOS, ESPERANÇAS E DURAS REALIDADES: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA DO CIRCO POPULAR

Antonio Elder Nolasco
Ana Maria Morais Costa
Karlla Christine Araújo Souza

1 Introdução

O circo é a imagem mais completa da representação da vida.

(Ariano Suassuna)

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de campo realizada através do método de observação participante nos circos “Fuxiquinho Circo Show” e “Babalu Circus”, em temporadas nas cidades de Tibau e Mossoró no ano de 2018, respectivamente. Os relatos aqui descritos foram colhidos por meio de entrevistas semiestruturadas com artistas e proprietários dos circos, buscando compreender as condições e estratégias de sobrevivência e resistência do circo em meio a uma sociedade fortemente marcada por expressões culturais massificadas e influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico contemporâneo.

Deste modo, foram coletados dados sobre as estratégias utilizadas para atrair o público, bem como as dificuldades enfrentadas pelos referidos circos em seu dia a dia. A abordagem inicial a cada entrevistado deu-se através da orientação em que eles pudessem relatar suas vivências no circo, em seguida foram feitas perguntas abertas, sem questionários, através de gravações de áudios e vídeos que posteriormente foram transcritos.

Assim, através da linguagem escrita, registramos as narrativas de dificuldades, conquistas e desafios de dois dos mais importantes circos da região do oeste potiguar: “Fuxiquinho Circo Show” e “Babalu Circus”, ambos com raízes fincadas em solo mossoroense.

Nesse sentido, considerando a grande importância do circo no cenário artístico cultural brasileiro e do seu fecundo campo de estudo, muitas vezes negligenciado pela condição de marginalidade a que esta arte secular foi submetida, convidamos o respeitável público/leitor

para conhecer um pouco da trajetória de vida, de sonhos, esperanças e duras realidades dos circos “Fuxiquinho Circo Show” e “Babalú Circus”, que hora se inicia.

2 Estratégias de resistência do circo popular

Vivemos em uma sociedade tecnológica, marcada pela competitividade e por inúmeras possibilidades de diversão, neste cenário, o circo popular enfrenta muitos obstáculos, dentre eles a concorrência com outras formas de lazer e entretenimento. Assim, o circo tem buscado alternativas que visam atrair e garantir um público adepto de seus espetáculos, visto que no mundo das artes não se vive sem plateia.

Para sobreviver e se manter ativo, o circo necessita de espectadores que garantam sucesso e renda nas bilheterias, pois grande parte das despesas do circo (estrutura e funcionários) é mantida pelo faturamento das apresentações. Assim, para se ter uma plateia frequente, é preciso cativar o público, sendo essa uma das estratégias utilizadas pelos circenses para garantir uma boa relação com o espectador, visando, desta maneira, agradá-lo e assim mantê-lo fiel e assíduo aos espetáculos.

O bom acolhimento do público é algo considerado de extrema importância para Acádia Basílio, o palhaço Babalú, que faz questão de recepcionar e atender bem as pessoas que vão ao seu circo. Para isso, ele fica sempre no local de acesso à entrada do circo, dando boas-vindas e desejando uma boa diversão aos que chegam. De acordo com o palhaço, essa atitude tem contribuído para que o seu circo tenha uma boa aceitação de público:

Graças a Deus a gente sempre teve uma aceitação boa, e nós procuramos se aproximar e divertir o povo a partir do momento em que eles chegam aqui, recebemos bem desde a portaria. [...] procuramos sempre fazer amizades com todo mundo que chega e, na hora do espetáculo, procuramos brincar com as pessoas sem menosprezar ninguém, com brincadeiras sadias, para que todos saiam satisfeitos e voltem outra vez.

Mesmo diante dos cuidados visando não desagradar nem causar constrangimento ao público, existem algumas situações em que as brincadeiras podem atingir negativamente o sentimento da plateia. Em um dos espetáculos apresentados por um dos circos visitados, houve uma atração denominada de “o casamento do palhaço”, em que o personagem do padre celebrante do matrimônio subiu ao picadeiro com uma garrafa de aguardente na mão simulando uma

situação de extrema embriaguez. Tomei conhecimento de que nessa noite de espetáculo um padre do setor mais conservador da Igreja estava presente na plateia. Entretanto, não tive contato com ele acerca da sua impressão quanto ao conteúdo apresentado.

Outro fato constrangedor foi relatado por um dos palhaços dos circos estudados, ocasião em que um espectador pediu para que ele anunciasse a presença na plateia de “João do ar-condicionado”. Feita a divulgação, o palhaço pensou que se tratasse de um técnico ou mesmo de algum vendedor do produto. No entanto, depois tomou conhecimento que o dito cujo era um indivíduo que praticava delitos e já tinha sido preso por furtos de vários condicionadores de ar na cidade.

Portanto, os casos relatados demonstram que, mesmo diante dos cuidados que se têm para evitar atingir negativamente o público, os artistas do circo não estão totalmente livres de causar alguma situação de desconforto na plateia, principalmente nas piadas de duplo sentido. Contudo, a preocupação em agradar ao público é uma tônica de todo artista circense, e essa situação foi mencionada pelo palhaço Fuxiquinho, que andava pelos bairros da cidade conversando com os moradores, afim de criar um espetáculo que se identificasse com a realidade de vida das pessoas.

Percebe-se, nesse caso, o uso de estratégias que se caracterizam por formas distintas, mas que são complementares e possuem o mesmo objetivo de atrair o público para o circo: a cordialidade transmitida por Babalu para as pessoas que chegam ao seu circo e a cumplicidade do espetáculo com o espectador imprimida por Fuxiquinho, quando ele faz com que o público se sinta sujeito ativo em seus espetáculos.

Ambas as atitudes são empreendedoras e fazem com que o circo se torne um lugar atraente, que possa ser visto pelo público como um ambiente agradável e digno de ser frequentado. Assim, o próprio público passa a fazer uma propaganda positiva do circo, a chamada divulgação boca a boca, difundindo boas informações acerca dos espetáculos, estimulando outras pessoas a prestigiarem o circo.

No entanto, outras formas modernas de divulgação são utilizadas pelo circo no sentido de estimular o público a frequentar os espetáculos, como os anúncios, entrevistas em rádios, TV e compartilhamento nas redes sociais. Desse modo, para que o público tome conhecimento da presença do circo em uma determinada cidade, inicia-se um processo de divulgação dos espetáculos antes mesmo do circo chegar à nova “praça”.

Para isso, o “Fuxiquinho Circo Show” tem um secretário responsável pela parte de *marketing* do circo, uma espécie de produtor cultural, que faz os contatos prévios com a mídia, com os empresários e comerciantes afim de firmar parcerias. Da mesma forma, estabelece as

tratativas com o poder público municipal, para ajustar detalhes sobre a instalação do circo em sua nova temporada.

É comum durante os espetáculos (no breve espaço de tempo entre um número e outro), o apresentador fazer anúncio de comércios e empresas que apoiam e patrocinam o circo. Observam-se, também, alguns *banners* de lojas estampados nos mastros do circo, como forma de divulgação dos apoiadores. Portanto, as parcerias com empresários e comerciantes são estratégias tomadas pela administração do circo visando ajudar nas despesas diárias durante o período de estadia do circo naquele local.

Levando a sério o ditado popular que diz que “a propaganda é alma do negócio”, os circos utilizam os recursos midiáticos e os avanços tecnológicos para veicular os anúncios de temporada dos seus espetáculos nas redes sociais. Por exemplo, onde há canal de TV, geralmente o palhaço concede entrevista nos programas de diversidades. Já no *Facebook* e *Instagram*, costuma-se divulgar a próxima cidade em que o circo fará sua nova temporada, ou mesmo divulgar a agenda do circo em uma quantidade de meses do ano.

De acordo com a administração do circo de Fuxiquinho, os anúncios sobre a nova temporada começam a circular nos meios de comunicação da cidade dois dias antes da chegada do circo à nova praça. A divulgação antecipada é uma maneira de criar uma expectativa do público quanto à chegada do circo e fazer com que boa parte da população se certifique da nova opção de lazer que a cidade terá nos próximos dias.

Com a chegada do circo à cidade, as propagandas são intensificadas, através da distribuição de panfletos em semáforos, anúncios em carros de som, visitação às escolas com bônus promocionais, sorteio de ingressos em programas de rádio, distribuição de cortesia na imprensa e, por fim, a realização de uma carreata com desfile e exposição das atrações do circo pelas principais ruas da cidade, preferencialmente no dia da estreia do espetáculo.

Ainda com relação às diferentes formas de divulgação dos espetáculos, é importante destacar que os artistas do circo têm cada vez mais utilizado os meios de comunicação e os recursos tecnológicos para divulgar seus trabalhos. Como exemplo, a apresentação de artistas circenses em programas televisivos (no caso dos dois circos citados, ambos já fizeram apresentações em programas de grande audiência em importantes emissoras de televisão do país).

É importante ressaltar que essa prática dos artistas circenses se apresentarem na televisão não é algo recente, pois já vem sendo realizada há algum tempo. O caso marcante e bastante conhecido é o de George Savalla Gomes, “O Carequinha”, um dos palhaços mais populares do Brasil. Sua fama se deve muito à mídia televisiva. Carequinha foi o primeiro artista circense

a apresentar um programa de televisão. Ele soube tirar desse meio de comunicação o melhor proveito possível para a sua carreira bem-sucedida. A TV, para ele, sempre foi um forte instrumento de divulgação da arte circense. A respeito da vitoriosa trajetória do palhaço Carequinha dentro e fora do picadeiro, Antônio Torres faz o seguinte comentário:

O palhaço Carequinha foi um hábil negociador, conseguiu alavancar a sua carreira artística combinando talento e *marketing*. Ao longo do seu trabalho como palhaço, gravou 26 discos e vendeu 2 milhões de cópias. Teve vários produtos infantis com a sua marca [...]. (TORRES, 1998, p. 32)

Outros importantes palhaços brasileiros também se apresentaram, com menor assiduidade em comparação a Carequinha, na televisão. Entre eles podemos citar Piolim, conhecido como “o rei dos palhaços” e Arrelia, que eram amigos de Carequinha e inclusive chegaram a trabalhar juntos. Na galeria dos brilhantes palhaços brasileiros, destaca-se o nome de Abelardo Pinto, o Piolim, considerado pelos modernistas como “o maior palhaço do Brasil”. Em homenagem à data do seu nascimento, dia 27 de março, comemora-se o Dia do Circo no Brasil.

Em uma situação semelhante, o “Fuxiquinho Circo Show” e o “Babalu Circus” também já gravaram DVDs, se apresentaram em programas televisivos e fazem uso constante das redes sociais como forma de incrementar os espetáculos e atrair o público. A tecnologia que, por vezes, é vista como vilã ou empecilho para a cultura popular é utilizada estrategicamente como ferramenta de divulgação e aprimoramento dos espetáculos do Fuxiquinho Circo Show.

Segundo Alexander Campello, a tecnologia tem ajudado bastante na produção dos seus espetáculos e diz que os avanços tecnológicos contribuem muito para a divulgação e ideias inovadoras para o seu circo, ao afirmar que, “quando utilizamos bem a tecnologia, em vez de ser inimiga, ela se torna a nossa aliada”. Para confirmar o quanto a tecnologia tem sido uma aliada do “Fuxiquinho Circo Show”, basta visitar o seu canal no YouTube e observar a quantidade de visualizações que chega atualmente a superar a marca de nove milhões, e ao número de seguidores que ultrapassa a casa de 78 mil.

Nesse canal, o palhaço publica diversos vídeos com cenas engraçadas, exibe números do espetáculo e mostra momentos marcantes de sua carreira artística, além de divulgar situações cômicas e anunciar a agenda do seu circo. Assim, Fuxiquinho consegue expandir e impulsionar a divulgação do seu trabalho artístico, tornando o seu circo cada vez mais popular e fazendo jus às palavras do apresentador do espetáculo, ao anunciar sua entrada no picadeiro: “E agora com muita alegria e os aplausos do público, vamos receber no picadeiro, Fuxiquinho, o palhaço das multidões”.

Mesmo utilizando a tecnologia como recurso para melhorar e expandir as atividades profissionais do seu circo, Fuxiquinho reconhece que há uma diferença muito grande entre o virtual e o presencial. Para ele, o contato com o público, o calor humano do espetáculo, é uma coisa totalmente diferente da tela do computador, da TV ou mesmo do celular, mas diz que no mundo atual a tecnologia é de fundamental importância para auxiliar qualquer profissão. O palhaço ressalta a importância do espetáculo ao vivo, que só o circo é capaz de proporcionar: “Porque ao vivo, você tem aquele contato, aquele calor, aquela emoção, aquela alegria que somente na apresentação ao vivo você consegue sentir. Mas a tecnologia é importante para atrair o público, para vir assistir ao nosso espetáculo e sentir a emoção que só ao vivo oferece.”

Para Fuxiquinho, “a tecnologia trouxe muita evolução e alguns circos não seguiram essas mudanças, pararam no tempo e não acompanharam as transformações. Por isso, muitos fecharam”. Segundo o palhaço, tudo que se quer ver hoje se encontra na internet, basta pesquisar. Nesse contexto, diz que precisou se adequar a essa nova realidade, passando a usar a tecnologia a seu favor, com a finalidade de adquirir novas ideias e aumentar a visibilidade do seu circo.

Por isso, decidiu utilizar as ferramentas tecnológicas disponíveis na grande rede para interagir virtualmente com o público e divulgar a sua arte em larga escala. Para o artista, é preciso acompanhar a evolução da tecnologia e inovar o circo de acordo com as mudanças trazidas por ela. No período em que o DVD estava em pleno auge, Fuxiquinho foi ousado e tomou a iniciativa de gravar um espetáculo do seu circo ao vivo que, segundo ele, foi o primeiro DVD do gênero lançado no Brasil.

Diante do sucesso, outras gravações foram feitas, trazendo sempre novidades sobre o seu circo. Ele comenta que o referido trabalho teve uma grande repercussão e contribuiu para valorizar e aumentar a visibilidade da arte circense na região, como também levou o nome do Fuxiquinho a outros estados brasileiros. Nesse sentido, o DVD contribuiu para projetar o nome da família Campello no cenário nacional, fazendo com que ele e seus familiares fossem convidados para exibir suas habilidades artísticas em programas televisivos de grande audiência em rede nacional.

O seu espírito inovador se faz cada vez mais presente embaixo da lona, ou seja, no interior do circo, quando o palhaço procura diversificar os espetáculos, exibindo diferentes números, mudando sempre a ordem das apresentações, trazendo convidados cômicos e interagindo com o público através de divertidas brincadeiras. Para Fuxiquinho, o público é parte do espetáculo. Por isso ele faz questão de envolver a plateia em suas apresentações. De acordo com

o palhaço, não se pode dividir o picadeiro da plateia, tudo faz parte do circo, que é um só lugar: “O circo não é a gente lá no picadeiro, isolado do público fazendo a piada. É a gente brincando com o público, e é isso de que o povo gosta e faz a diferença no circo”, enfatiza o palhaço.

Nesse sentido, essa habilidade artística desenvolvida por Fuxiquinho nos faz dialogar com o pensamento de Lévi-Strauss (2009) acerca da relação do artista com o público, quando o antropólogo afirma que o artista transforma o espectador em agente ativo do espetáculo. Ao assistirmos aos espetáculos, percebemos claramente a iniciativa do palhaço em levar o público ao picadeiro para participar dos números, como também situações em que o artista se dirige até a plateia para envolvê-la espontaneamente nas apresentações.

Ainda a respeito da relação do artista com o público, o jovem circense Niepson Alves (o palhaço Pif Paf), um dos destaques do “Fuxiquinho Circo Show”, reforça a importância da interação do circo com o público, por meio da tecnologia e das atividades realizadas no picadeiro. Niepson ratifica o pensamento de Fuxiquinho, ao dizer que a internet, através das redes sociais, auxilia muito na divulgação dos espetáculos e possibilita também uma relação mais estreita do público com o circo.

Para ele, (que mantém um canal no YouTube, mostrando várias curiosidades sobre o circo, como: tutorial de maquiagem, viagens e bastidores), a internet e a TV contribuem muito para a construção dos números a serem apresentados, como também na troca de experiências com colegas de outras companhias, além de auxiliarem na criação de novos bordões que divertem o público, muitos deles tirados de novelas ou de músicas que estejam fazendo sucesso. “A gente puxa muito assim de novela, de uma música que está estourando e que a galera curte, para juntar às nossas apresentações de palhaçadas no picadeiro (...) a gente também pega sugestões e troca ideias na internet com artistas de outros circos”, afirma Niepson.

Já de acordo com a visão do palhaço Babalu, as constantes transformações do mundo moderno abalaram as artes tradicionais. No entanto, o circo sempre encontrou forças e utilizou estratégias para superar as crises. O palhaço entende que os elementos da modernidade são importantes, mas que em algumas situações podem trazer prejuízos para a vida das pessoas e para as artes populares a exemplo do circo. Cita como exemplo o uso incontrolável do *WhatsApp* e dos jogos online, que deixam as pessoas muito ligadas ao mundo virtual.

Essa visão do circense se aproxima do pensamento de Giddens (1997), no instante em que o sociólogo considera a modernidade como:

[...] um fenômeno de dois gumes. O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres

humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no século atual. (GIDDENS, 1997, p. 12-13)

Isso significa dizer que a modernidade cria, por um lado, oportunidades para os seres humanos desfrutarem dos seus avanços. Por outro lado, gera diversos efeitos indesejáveis. No entanto, de acordo com o palhaço Babalu, os percalços, tensões e conflitos enfrentados pelo circo vão sendo administrados e superados, porque o circo é uma arte “mágica, resistente, linda e única, por isso nunca vai acabar”. Diante das ameaças que rodeiam o circo, a ponto de prenciar o seu desaparecimento, Babalu faz o seguinte comentário: “Isso é a maior ilusão, desde muito tempo que eu escuto esses comentários de que o circo vai acabar e acontece o contrário, cada vez mais aumenta. Cada vez tem mais circo aparecendo, temos muitos circos espalhados por todos os cantos do Brasil. “

No momento da entrevista, o seu neto de quatro anos de idade, o palhaço “Molezinha” (filho de Romário, o palhaço Moleza), estava ensaiando um número para substituir outra criança (filho de um artista que estava deixando o circo). Ele estava ensaiando com sua mãe, que também atua como trapezista e dançarina. Na ocasião, Babalu explica: “Olhe aqui um exemplo de que o circo nunca vai acabar, esse meu neto tá ensaiando para dar continuidade ao circo do Babalu, futuramente. [...] Ele é da quarta geração da família Acacias e vai assumir o lugar dos meus filhos no circo.”

Nesse sentido, os ensinamentos passados de uma geração para outra se constituem como uma estratégia de sobrevivência do circo, fazendo com que essa arte permaneça viva e atuante. Essa prática ainda é muito comum nos circos tradicionais, pois a maioria dos artistas tanto do “Fuxiquinho Circo Show” como do “Babalu Circus” é de origem circense, ou seja, nasceram sob a lona e estão dando sequência a uma nova geração do circo.

Os circenses que não nasceram no circo são chamados de “artista de cidade”, que geralmente se integram ao grupo por diferentes motivos, seja por afinidades e paixão pela arte, seja pela formação em escolas de circo, seja mesmo por envolvimento afetivo com pessoas de origem circense.

Um fato interessante que retrata bem essa realidade é a história do jovem artista circense Nathan, integrante do “Fuxiquinho Circo Show”, que não nasceu no circo, mas desde criança sempre teve uma grande paixão e desejo de atuar no picadeiro. Nathan diz que fez amizade com um grupo de artistas de uma companhia circense, que passava pela sua cidade. Foi quando resolveu ir embora com o circo. Daí, então, decidiu abandonar a faculdade de engenharia civil

para realizar o sonho de se tornar artista circense, se integrando depois ao Fuxiquinho Circo Show, onde está até hoje, atuando como dançarino e realizando os números de tecido duplo e aro chinês (lira).

Portanto, verifica-se que, mesmo diante das inúmeras dificuldades enfrentadas no universo circense, existe um forte sentimento de êxtase e de magia que atrai “os de fora”, tornando-os artistas circenses, compromissados e apaixonados pelo que fazem.

Assim, mediante as novas possibilidades de invenção e reinvenção do circo, mesmo vivendo em uma sociedade de relações líquidas (BAUMAN, 2004), essa cultura popular se apresenta também como um espaço acolhedor e receptivo, uma vez que permite a relação e a inserção de pessoas aparentemente “estranhas” ao seu convívio diário.

Para Bauman, em uma sociedade de frágeis vínculos humanos só há uma única forma de incluir os “desconhecidos” em um “nós”: seria reuni-los como potenciais parceiros, “tendente a revelar um interior semelhante (e, portanto, familiar), capaz de compartilhar suas íntimas sinceridades”. (BAUMAN, 2004, p. 49)

Desse modo, receptivo e aberto às mudanças, o circo consegue com otimismo, criatividade e magia, superar os obstáculos impostos pelo mundo contemporâneo, uma vez que ao mesmo tempo em que aproveita oportunidades e potencialidades, faz dos desafios uma ponte para aquisição de novas experiências e um fecundo aprendizado.

Nessa perspectiva, todas as situações de adversidades enfrentadas pelo circo são vistas por Acadias Basílio, o Babalu, como um novo desafio a ser vencido, pois o palhaço considera a arte circense muito forte e que “não é à toa que o circo vem durante muito tempo superando muitas dificuldades”. Para ele, o que mantém o circo forte e atuante é “a magia do espetáculo ao vivo” (a magia do espetáculo ao vivo como uma relíquia) e diz que a alegria contagiante do circo é insubstituível. Ainda de acordo com o palhaço: “o circo é a única diversão que consegue agradar um público de diferentes idades ao mesmo tempo. Por isso, o circo não tem idade (...) é do netinho ao vovô”.

As palavras de Babalu são justificadas de forma descontraída, quando ele faz referência à importância da cultura circense como uma arte que integra a família: “Veja bem, o circo é uma diversão tão familiar, que consegue juntar, agregar todo mundo, você tem que tirar um dia para trazer a esposa, os filhos, os netos... e depois a sogra. Pra você ver, no circo até a sogra tem vez! (Risos)”

Sendo assim, a magia do circo transcende faixa etária, grau de instrução e condição social, pois, através da sua linguagem popular, consegue atingir diferentes camadas sociais, fazendo do circo uma arte com características bastante peculiares que encanta e seduz os mais diversos públicos. No entanto, não podemos deixar de considerar que há diferentes tipos de circo, que podem reforçar uma estratificação na arte circense. Por exemplo, no “Cirque du Soleil” o ingresso pode custar R\$ 450,00.

Pelo fato de os espetáculos circenses não terem uma classificação de idade ou faixa etária definida, mesmo existindo espetáculos mais direcionados para o público infantil, (matinês ou vesperais), há sempre uma preocupação, de acordo com Babalu, para que se evitem cenas obscenas e palavras inadequadas nas apresentações, uma vez que os espectadores possuem idades diferenciadas entre crianças e idosos.

Sendo assim, o cuidado é redobrado, já que as crianças tendem a repetir as coisas que são exibidas no circo. Por isso, as apresentações são sempre pensadas com os cuidados necessários. Nesse sentido particular, Babalu firma:

O palhaço de circo trabalha com todas as faixas de idade. A gente tem que agradar o garoto com quatro anos de idade, ele tem que rir, mas o seu avô com 80 anos de idade também tem que rir. Então fica difícil, você nem pode exagerar, nem ser muito infantil, então a gente se preocupa muito com isso, a gente procura fazer um espetáculo leve.

Mesmo com os cuidados mencionados pelo palhaço Babalu, observam-se em algumas palhaçadas apresentadas em ambos os circos brincadeiras carregadas de duplo sentido. Os números cômicos exibidos no picadeiro, em algumas situações, mesmo que de forma indireta, demonstravam certos preconceitos em relação a homossexuais, mulheres, negros e pessoas deficientes.

No entanto, de acordo com Bergson (1983), não há comicidade fora do que é propriamente humano. Para o autor, as atitudes, os gestos e movimentos do corpo humano são risíveis à medida em que esse corpo nos leva a pensar num simples movimento “rígido, já feito, mecânico, contrariamente ao maleável, [...] enfim, o automatismo contrastando com a atividade livre, eis em suma o que o riso ressalta e pretende corrigir”. (BERGSON, 1983, p. 62)

Assim, imitar alguém é destacar o automatismo que se deixou introduzir-se em uma pessoa. Por isso, a imitação provoca riso. De acordo com o mesmo autor, o riso é verdadeiramente uma espécie de trote social, sempre um tanto constrangedor para quem é objeto dele, isso

explica o porquê da comicidade muitas vezes está relacionada aos costumes, aos preconceitos de uma sociedade: “se na pessoa humana deixarmos de lado o que nos desperta a sensibilidade e consegue comover-nos, o resto poderá tornar-se cômico, e a comicidade estará na razão direta da parcela de rigidez que nela se manifestar”. (BERGSON, 1983, p. 110)

Para Babalu, a sua experiência de 27 anos de atuação no picadeiro permite que ele consiga fazer uma assimilação das plateias, facilitando a preparação do espetáculo conforme o gosto do público. Segundo o palhaço, agradar um público com idades tão distintas não é uma tarefa fácil, pois não se pode exceder com as palhaçadas, nem ser infantil demais, principalmente no horário da noite, em que o público é mais diversificado.

Diante de algumas críticas feitas ao circo a respeito da monotonia dos espetáculos, isto é, de que no circo “tudo é a mesma coisa”, Babalu rebate, dizendo que essa situação não é diferente com as outras artes, e cita como exemplo, o cinema, que para ele também é sempre “a mesma coisa”, ou seja, sempre tem uma história de bandido e mocinho, com um final feliz e nem por isso o público deixa de ir ao cinema. Se no circo “tudo é a mesma coisa, é porque as coisas do circo são originais, são coisas próprias do circo”, e mesmo recebendo influências, mediações e interferência de outras artes ou da mídia, continua sendo circo.

Para compreender o que faz do circo uma arte dinâmica, que se transforma, mas se mantém autêntica, Burke (1989) afirma que a mediação se tornou um indicativo da própria originalidade histórica e especificidade cultural do circo. Portanto, é justamente nesse processo dinâmico de mediação entre as artes e os novos elementos da contemporaneidade que o circo se torna vivo e forte nos dias atuais. Nesse caso, o circo consegue se afirmar como uma arte capaz de mediar e solucionar conflitos culturais, em que o tradicional e o moderno se complementam em um constante diálogo.

Dessa forma, Rocha (2013) considera que o palhaço exerce um papel de extrema importância, na medida em que ele é a própria incorporação da “alma do circo”, sendo nesse caso em especial, um porta-voz e símbolo da mediação entre o tradicional e o formal. A diferença está na maneira de como tudo se renova, através da criatividade, das diferentes formas de se inventar e reinventar as apresentações artísticas sem descaracterizá-las.

O processo de inovação confere ao circo múltiplas modificações e adaptações, propiciando-lhe uma nova configuração capaz de mantê-lo ativo em um mundo de intensas transformações e inúmeras opções de lazer. Nesse sentido, o tradicional e o moderno se agrupam, tal como orienta Lévi-Strauss (1989) quando diz que as coisas precisam ser agrupadas para poderem ser pensadas e relacionadas. Desse modo, pode-se inferir que não há uma divisão

estranque entre o tradicional e o moderno.

O circo tem procurado acrescentar novos elementos aos seus espetáculos, incluindo a imitação e as dublagens de personagens famosos da TV e do cinema, realizando *shows* musicais com cantores convidados e comediantes que se destacam nas redes sociais, dentre outras atrações não muito comuns aos espetáculos de algum tempo atrás.

Sendo a novidade sempre um atrativo para o público, o palhaço Babalu diz que procura sempre inovar e diversificar as apresentações com novas maneiras de contar piadas, mas confessa que vez por outra se utiliza do improvisado para envolver o público nas apresentações. Diz ainda que os números tradicionais do circo, como o palhaço, o mágico, os trapezistas, dentre outros, têm que permanecer. O que deve mudar são as formas de apresentação.

Geertz (1989) assevera que “se as coisas continuam a ser úteis, dando à luz novas compreensões, são posteriormente elaboradas e continuam a ser usadas”. (GEERTZ, 1989, p. 37) As performances circenses possuem características próprias, que se repetem de geração em geração, seja através de vestimentas, trejeitos e bordões dos palhaços, seja nas apresentações de outros artistas, como mágico, por meio do ilusionismo.

Mesmo assim, novas produções são criadas de acordo com o contexto ou diante das exigências do próprio público, fazendo com que os espetáculos ganhem novas roupagens, mais plasticidade em relação às apresentações mais comuns. De acordo com Babalu, o circo permanece ativo, porque é autêntico e mesmo que as coisas mudem, ele continua vivo, porque ele também se transforma. Por isso, o público segue o circo. O circo “não é tela, é contato direto com o público, é um espetáculo, de pura habilidade, talento e coragem. Não é por acaso que o circo é considerado mãe de todas as artes”, declara o palhaço.

Desse modo, percebe-se um paralelo entre as palavras do palhaço com o pensamento de Rocha (2013), ao afirmar que no circo existem duas formas de representação que justificam a sua universalidade e a sua autenticidade:

As duas formas de representação utilizadas, principalmente na justificativa de originalidade do circo, são: o circo mãe de todas as artes e a outra de ser uma arte realizada ao vivo. Na verdade, esta última é a mais utilizada para justificar a sua magia. (ROCHA, 2013, p. 254)

Portanto, de acordo com as declarações do palhaço Babalu, corroborada pelo antropólogo Gilmar Rocha, podemos inferir que o circo se apresenta como uma arte ímpar, marcada pela

originalidade do fazer ao vivo, sem truques e montagens, caracterizando a sua condição de magia aos olhos do público.

3 Considerações finais

Desde tempos longínquos, o circo mantém viva a sua originalidade, porém, implementa novas estratégias de sobrevivência conforme a época. Visando agradar ao público contemporâneo e manter-se ativo em uma sociedade marcada por múltiplas transformações e inúmeras opções de lazer, tudo isso com o intuito de manter-se vivo, inovar suas apresentações e oferecer um espetáculo de excelência ao espectador. Nessa perspectiva, o que antes era visto como condição desfavorável e concorrência desleal para o circo (tecnologia, cinema, TV, etc.), pode ser encarado e utilizado como aliado da arte circense nos últimos tempos.

A tecnologia passou a ser uma grande aliada dos circos, tanto no sentido da divulgação através das redes sociais e da modernização das suas estruturas físicas; como nos próprios espetáculos, em que a utilização de efeitos sonoros e visuais tornou as apresentações mais empolgantes e esteticamente mais agradáveis ao público.

De acordo com os resultados desta pesquisa, consideramos que o circo deixou de ver os avanços tecnológicos e a modernização dos espaços de lazer nas cidades, como empecilho ou competição e passou a adotá-los estrategicamente como importantes parceiros, buscando garantir seu espaço em uma sociedade que oferece inúmeras possibilidades de lazer e diversão, sem jamais negar a sua tradição.

4 Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERGSON, Henri. **Ensaio sobre a significação do cômico**. 2. ed. Tradução: Nathanael C. Caixeiro, Ph.D. em Filosofia, Universidade do Texas. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1983.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**; tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**; Tradução: Tânia Pellegrini - Campinas, SP: Papirus, 1989.

ROCHA, Gilmar. **A magia do circo**: etnografia de uma cultura viajante. Rio de Janeiro: Lamparina e FAPERJ, 2013.

TORRES, Antônio. **O circo no Brasil**. Rio de Janeiro: Funarte, 1998.

14 - SABERES E PRÁTICAS POPULARES DO CUIDADO: PERSPECTIVA DE QUEM BUSCA O SABER DA REZADEIRA COMO FORMA DE CURA

Edione Rodrigues Batista
Karlla Christine Araújo Souza

1 Introdução

O cuidado em saúde não está presente apenas nas instituições formais e no âmbito científico, também é possível o visualizar nas práticas de saúde que acontecem em terreiros de candomblés; parteiras tradicionais; no acolhimento e escuta oferecidos por erveiros e raizeiros a quem os procuram; na religiosidade; nos benzedores e rezadeiras. “O cuidar do outro é um constante exercício de solidariedade que afirma cotidianamente a possibilidade de afirmação da vida” (PEDROSA, 2007, p.97).

Os saberes e práticas populares do cuidado provém de conhecimentos que passam de geração a geração através da oralidade, bem como através de recursos oferecidos pelo ambiente no auxílio das atividades de cura que estão presentes em todo território, e de forma especial, naqueles locais onde as práticas de saúde por parte do Estado são ausentes. Essas práticas são desenvolvidas por grupos populares ou locais, que apesar do sistema oficial conseguiram persistir e continuar atuantes junto aos problemas de saúde. “Podem também contrapor às práticas sociais relacionadas ao consumo, em uma sociedade que respira o consumismo e está, a todo momento, sendo empurrada para comprar mais e mais medicamentos, crendo que, com isso, conquistará uma vida mais saudável” (OLIVEIRA e LEITE, 2011, p. 19).

As formas de tratamentos pelo saber popular são constituídas de práticas que unem pessoas em torno de conhecimentos sobre chás, plantas e crenças, estimulando a renovação das relações sociais e simbólicas, pois possibilitam que as pessoas se comuniquem por meio de experiências concretas. Esses métodos associam dois importantes fatores para se promover a saúde: a medicina popular e as relações sociais. “São práticas solidárias, democráticas e educativas, uma resistência cultural frente à lógica da dominação de classes sociais. Essas práticas servem para ampliar a base da legitimidade do saber popular, reservando ao doente um tratamento fundado no calor e no respeito humano” (OLIVEIRA, 1983, p. 289-291).

A relação presente entre rezadeira e cliente é de proximidade – o que denota uma relação considerada mais afetiva do que instrumental – o que poderá levar a uma elaboração sobre determinados tipos de concepções acerca dos problemas de quem busca a reza, podendo remodelar até mesmo sua identidade, por meio de uma reorganização interior de seus signos e significados “e, dessa forma, ela traz a sua contribuição na reprodução da cultura popular, nesse espaço de relações de troca e cura” (OLIVEIRA, 1983, p. 362).

As rezadeiras têm um papel de liderança relevante em suas comunidades, sendo responsáveis por melhorias significativas no que tange à saúde física, psíquica e espiritual das pessoas que buscam esse ofício como forma de cura. Segundo Theotônio (2010, p.15), “a rezadeira é uma mulher repleta de sensibilidades, de atitudes de acolhimento para com aqueles que chegam a sua casa”.

O presente texto traz como rezadeira dona Maria Auxiliadora, residente no município de Icapuí, no Ceará, mais especificamente na praia de Quitérias, bem como o público que busca seu saber. A ênfase do trabalho é dada ao público. Foram ouvidas cinco mulheres que buscaram Dona Auxiliadora e que aceitaram compartilhar os motivos que as fazem buscar a reza, bem como alguns aspectos relacionados ao processo, e também a relação que elas têm com outros sistemas de cura. O nome dessas pessoas foi substituído pelo nome de plantas medicinais, Alfazema, Alecrim, Camomila, Erva Doce e Eucalipto, com a finalidade de preservar suas identidades.

Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório e de natureza qualitativa, desenvolvida através de uma escuta sensível, apoiada na empatia, onde “o pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para poder compreender de dentro suas atitudes, comportamentos e sistema de ideias, de valores de símbolos e de mitos” (BARBIER, 1997, p. 1). As informações foram obtidas através de entrevista semiestruturada, com questões norteadoras mais abrangentes, o que possibilitou uma maior liberdade para que as pessoas discorressem sobre suas experiências de vida referentes a reza.

A maioria dos trabalhos existentes sobre as rezadeiras versam, principalmente, a respeito do ato da reza em si, da aprendizagem, da memória e identidade, dos símbolos, do imaginário, da associação com as religiões, da oralidade e das histórias de vida das rezadeiras. Portanto, faz-se necessário compreender melhor todos os envolvidos no ritual, voltar-se mais atentamente para as pessoas que recorrem às rezas, pois são estas – também – quem mantêm o ofício vivo até hoje existindo, pois, uma relação de interdependência profícua entre quem reza e quem acredita na reza, fazendo com que o ofício perdure ao longo do tempo.

2 A perspectiva das pessoas que buscam a reza

Nesta seção apresentaremos sucintamente Dona Auxiliadora, figura central do trabalho de pesquisa, para em seguida, apresentar as cinco mulheres que a procuraram em uma vila de pescadores, na praia de Quitérias, localizada no município de Icapuí, estado do Ceará, local onde reside Dona Auxiliadora. As visitas a campo aconteceram entre maio de 2019 e agosto de 2020.

A aprendizagem do ofício por Dona Auxiliadora se deu através do seu avô que era curador, e desde muito cedo ela teve interesse em desenvolver a prática. É católica e devota de Nossa Senhora de Fátima. Não há cobrança de nenhum valor em dinheiro para realização do ofício. Ela reza em todas as pessoas de todas as idades, sem distinção, restrição ou especificação com relação ao público, a única condição é que a pessoa esteja precisando de sua reza e a busque para realização da mesma.

Quando a pessoa busca a rezadeira, quando ela aceita a reza, aceita também algo que está presente nela própria. A energia espiritual da rezadeira está associada a energia espiritual da pessoa, então ela precisa acreditar que aquele ritual trará a cura de que tanto precisa, caso contrário, será mais difícil que se obtenha êxito nesse processo. Segundo Dona Auxiliadora, *“não adianta a pessoa só vir e não tiver fé. Tem que ser da minha parte e da parte de quem vier. Porque se vem e não tem fé, eu rezo, Deus cura, mas se não tem aquela fé aí demora mais para ficar bom”*.

A primeira pessoa que procurou Dona Auxiliadora foi uma senhora em busca de cura para o seu neto de quatro anos de idade, a fim de preservar sua identidade a nomearemos como Alfazema. Ela disse que já havia procurado recursos médicos e o caso do neto não foi resolvido. *“Eu levei ele para uma ruma de doutor. Remédio por cima de remédio, só gastando”*. Além da criança ela também recorre à rezadeira em benefício próprio, que quem estivesse precisando de cura em sua família também procurava.

Indago também com relação aos motivos que a fazem procurar pela reza e diz que é quando tem algum tipo de ferida, quando está com febre, vômitos e dores no estômago. Essa já era a terceira reza que Alfazema levava a criança, mas conta que desde a primeira reza ele já havia melhorado, *“eu levei ele para hospital com quase 40 graus de febre. Aí passei a noite dando remédio a ele, ele com dor de barriga. Quando ela rezou que chegou bem ali o menino já estava gelado, não sentiu mais febre não”*.

Ela também leva a criança ao médico, e quando pergunto qual a diferença entre os dois tipos de tratamento ela responde que o tratamento da rezadeira é mais rápido, “*eu sei que vindo aqui melhora mais do que no médico... Ele estava com tanta febre que tive medo de dar convulsão. Ai só basta Dona Auxiliadora rezar, graças a Deus. Ele não estava comendo, só vomitando e com diarreia*”. Demonstra, com isso, muita confiança na reza, “ao invés da benzedura ser uma relação fechada, impessoal, ela é uma relação aberta, calorosa, participativa” (OLIVEIRA, 1983, p.360).

Alfazema fala também de uma vez que precisou da ajuda de Dona Auxiliadora, “*não é porque eu estou na frente dela não, mas ela é muito boa rezadeira. Teve uma vez que eu estava com uma ferida aqui, já estava comendo minha perna todinha, aí ela rezou, a primeira vez que rezou já começou a murchar, passei remédio nem nada, fiquei boa*”. A crença também deve acontecer por quem está recebendo a cura, é preciso ter fé de que o ofício da rezadeira trará alívio para satisfazer as suas necessidades de saúde. “*Eu tenho muita fé nela graças a Deus. Primeiramente Deus e segundo ela. Aonde eu chego eu digo que ela tem a boca santa*”.

Conversei também com uma moradora da vila, que naquele momento não procurou pela reza, mas já o havia feito em outras situações e aceitou compartilhar um pouco sobre a experiência. Iremos nos referir a ela como Alecrim. Inicialmente indago por que buscou Dona Auxiliadora e ela diz que já a procurou diversas vezes, “*porque eu creio muito na reza dela, eu tenho muita fé na reza dela. Aqui ela é bastante procurada*”. Alecrim continua a fala ressaltando a fé que tem, “*eu tenho muita fé na reza dela. Ela é uma pessoa de uma fé assim que contagia todo mundo*”. Sobre como ela se sente depois da reza, relata que se sente bem melhor, “*parece que sai assim, uns dez quilos de cima de mim*”, e que sente um alívio de imediato.

Além da rezadeira, Alecrim também procura tratamento médico, porém é mais difícil isso acontecer. Sobre os médicos, ela diz que “*eles não confiam muito, eles costumam dizer que esse negócio de reza não existe. Inclusive eu trabalho na casa de um médico e ele diz que isso não existe. É impressionante. Ele não acredita*”. Nesse momento Dona Auxiliadora intervém e fala sobre o médico, “*ele só tem fé nele*”. Ainda falando sobre o médico, Alecrim diz que a maioria deles não acredita e dá o exemplo do patrão, “*ele não acredita em santo, ele não acredita em reza, ele não acredita em nada. Para ele Deus nunca existiu. Para ele a fé nunca existiu. Ele é ateu*”.

Alecrim relata que um dia esse médico foi a casa de sua mãe e falou “*eu cheguei lá na sua mãe, sua mãe era um bocado de santo medonho, era um santuário medonho, não sei para que aqueles santos*”. Sobre essa fala, se pode visualizar que algumas pessoas acham que

por não acreditarem em determinadas crenças, elas simplesmente não possuem valor e acabam impondo seu saber e desvalorizando as crenças alheias. Não há obrigatoriedade em crer, porém, o respeito às crenças é fundamental, pois muitas vezes é isso que gera resultados positivos para a saúde de quem acredita. A diferença entre o atendimento da rezadeira para o médico, segundo Alecrim, é que,

ela reza sem precisar de medicamento. Desses medicamentos que você sabe que prolongado acabada com seu fígado né. E ela não, a partir do momento que ela reza você já sente a diferença. E com medicamento não, você vai tomando e ali você vai ter que esperar o processo do medicamento agir no seu corpo.

É possível perceber a compreensão existente sobre os efeitos – muitas vezes nocivos – das medicações no organismo. Ainda sobre o atendimento com o médico, *“as vezes você chega lá e diz eu estou sentindo uma dor, ele faz só passar o remédio e pronto, não pergunta como foi que começou, ou partiu de que, só faz dizer lá o remédio e pronto. Entendeu?”*. Por essa fala é perceptível a questão da falta de diálogo, onde não são considerados os diversos fatores que estão ligados ao adoecimento, focando prioritariamente na prescrição medicamentosa para o paciente. Com relação a este assunto, tem-se hoje uma lógica mercadológica muito intensa, que é a da medicalização na saúde, uma reação em cadeia que vai gerando uma falsa impressão de que é necessário fazer uso de muitas medicações, o que acaba fazendo as pessoas ficarem cada vez mais “dependentes” destas drogas (em alguns casos nem precisam, mas acabam acreditando nisso).

A medicalização da saúde se fundamenta em práticas que possibilitam o aumento do uso dos medicamentos e equipamentos em detrimento das formas de prevenção em saúde. Esta, acaba estimulando o uso de tecnologias novas, transformando assim a saúde num bem de consumo pela população. Entendendo a saúde, nessa perspectiva, como uma mercadoria. Contudo, quando utilizadas de forma adequada, essas substâncias terapêuticas podem possibilitar que a saúde dos indivíduos seja restabelecida. Nesse sentido, funcionando como um bem social em detrimento de todo o coletivo. O processo de medicalização vigente tem ameaçado esse entendimento sobre os medicamentos. *“Desse modo, a medicalização contribuiu para atender a necessidade da população consumidora de bens e serviços de saúde, visando aos interesses do mercado, sem levar em conta os excessos alimentados pela indução da compra e do uso exagerados destes bens e serviços”* (BAUMGRATZ-PAULA, 2008, p. 19).

Os interesses econômicos envolvidos no setor da saúde acabam influenciando a produção de conhecimentos distantes da real preocupação com os problemas ambientais e sociais

causadores de inúmeras doenças. As empresas farmacêuticas buscam a geração de novos medicamentos enfatizando a preocupação com o mercado e produção tecnológica desses medicamentos. “Nesse sentido, as Ciências Sociais levantam a importante questão, referente ao grande desenvolvimento técnico-operacional e tecnológico conquistado pela biomedicina, que é inquestionável, não ter repercutido na diminuição das enfermidades na mesma proporção do investimento” (PERES, 2009, p. 81).

Essa problemática é bastante delicada, pois a legitimação do medicamento pelo mercado está relacionada ao seu efeito imediato no organismo das pessoas. Sendo que a prevenção passa a ser desqualificada, pois não traz o mesmo retorno financeiro. Dentre as principais causas de morte no mundo estão aquelas relacionadas a doenças cardíacas, “ligadas à forma de vida, aos aspectos sociais que concebem o ritmo e hábito dos indivíduos, então por que se produz tanto remédio e nunca se mexe na principal causa? Por que não viabilizar aos indivíduos possibilidades de uma vida mais calma? (FORMAGIO E BARBOSA, 2004, p. 376).

A utilização de forma abusiva destes insumos, ou não controlada de forma ideal, pode acarretar danos que podem ser, em algumas situações, irreparáveis à saúde das pessoas, através de reações adversas, levando a um crescimento de iatrogenia medicamentosa. Essa situação acaba gerando muitos problemas de saúde pública. O uso de medicamentos, neste cenário, contribui para o aumento da medicalização, pois acontece o reforço da concepção de que tal consumo possa resguardar a saúde. Quando considerado como solução para os problemas de saúde-doença, a medicação acaba perdendo seu caráter social, reforçando o processo de medicalização vivenciado pela sociedade (BAUMGRATZ-PAULA, 2008). Ainda segundo a mesma autora,

o medicamento é visto como uma mercadoria, pois através da compra, pode-se ter acesso a uma solução encantadora para todos os problemas relacionados à saúde dos usuários. Todavia, a apreensão dos medicamentos deve ser centrada no conceito ampliado de saúde, vista como algo concreto, produto de uma determinada formação social e política. A concepção de saúde deve se fundamentar em todos os fatores associados à saúde e à doença, pois o entendimento da saúde reduzida à ausência de doenças, e da doença como um fato orgânico, suscita o medicamento como uma mercadoria, que precisa ser consumida para se alcançar a saúde. [...]. Portanto, os medicamentos devem ser compreendidos como um bem social, atendendo aos anseios de uma coletividade e não se prestando à produção e a reprodução da ideologia capitalista” (BAUMGRATZ-PAULA, 2008, p. 23).

De acordo com Oliveira (1983, p. 277), “o modo como algumas doenças tem sido objeto de políticas oficiais de saúde, no Brasil, reflete uma forma capitalista de medicar, espelhando o

desamparo social em que permanecem os sujeitos acometidos por essas doenças”. Isso é algo que já está tão enraizado na população que, muitas vezes, de forma inconsciente, acabam acreditando que o nível de saúde é diretamente proporcional a quantidade de medicamentos prescritos. Porém, não sabem que muitos medicamentos são usados para cobrir efeitos de outros usados anteriormente. Além da falta de explicação a nível que o paciente compreenda o que ele está tomando e para que, como se ele não tivesse autonomia nesse processo de entendimento da sua própria saúde. “A medicina passa a ser uma oficina de reparos e manutenção, destinada a conservar em funcionamento o homem usado como produto não humano. Ele próprio deve solicitar o consumo da medicina para poder continuar se fazendo explorado” (ILLICH, 1975, p. 10).

Neste sentido, para Foucault, qual o significado que têm alguns ritos religiosos populares, “senão uma espécie de resistência difusa à medicalização autoritária de seus corpos e doenças? Em lugar de ver nessas práticas religiosas um fenômeno residual de crenças arcaicas ainda não desaparecidas, não serão elas uma forma atual de luta política contra a medicalização autoritária, o controle médico?” (FOUCAULT, 1979, p. 97).

Conversei também com outra moradora da vila (Camomila), na mesma situação que a anteriormente citada, que no momento não buscava por cura, mas que aceitou dividir algumas situações em que Dona Auxiliadora foi de importância significativa em sua vida. Ao ser questionada do porquê procurar a rezadeira, Camomila fala que é “*porque, primeiro, que eu tenho muita fé em Deus e muita fé na reza dela também*”.

Camomila relata que naquela mesma semana havia procurado a rezadeira, pois estava com dores na coluna devido a esforços feitos para realizar a limpeza de sua barraca de praia. “*Essa semana eu vim com uma dor nos meus quartos que eu não podia nem suspender nada. Mandeí ela rezar, minha fia, foi que nem água na fervura*”. E complementa acrescentando sobre o poder de cura da rezadeira. “*A mão dela parece uma coisa assim, que bota e cura logo, e também a fé que a gente tem na reza dela. É por isso que eu digo, a pessoa que vem procurar ela tem que ter fé, se não tiver fé também eu acho que não vai ser curado*”.

Além desse exemplo da coluna, Camomila cita outro no qual precisou procurar a rezadeira. “*Garganta, também. Vim rezar com ela. Que parecia que tinha ‘dois bolões’ que eu não podia nem ‘dar o goto’, doendo, só mandei ela rezar uma vez, e é três vezes e eu só vim uma vez*”. Apenas com uma reza ela disse que seu problema havia sido resolvido.

Segundo Camomila, a sua filha tinha constantes crises de garganta e que o médico havia dito que precisaria fazer uma cirurgia para retirada das amígdalas, essa é uma prática comum na medicina, na qual antes mesmo de tentar algum tipo de tratamento mais conservador

já fazem indicações de cirurgias como primeira escolha de tratamento. Ela ficou com medo e preocupada com essa situação, pois não queria passar pelo procedimento cirúrgico, sendo assim recorreu a sua fé, *“eu me apeguei muito com nossa senhora de Fátima, é minha santa de devoção”*. E também levou a filha para Dona Auxiliadora rezar. *“Depois da reza ficou boa da garganta e não teve mais essas crises fortes. Graças a Deus e a reza dela”*. Diz que Dona Auxiliadora tem a mão milagrosa, *“parece uma coisa assim, que a gente não tem nem explicação, sabe. Tem gente que não acredita e acha que é mentira. Ave maria eu tenho muita fé na reza dela, muita mesmo”*. Fala também que aparecem pessoas de muitos lugares a procura da rezadeira.

Quando questionada sobre o que ela acredita que a reza pode fazer, Camomila diz que a reza pode fazer tudo, *“o que basta é ter fé e crer”*. No momento da reza diz que já se sente ótima, *“parece uma coisa que sai de dentro da gente sabe”*. Além das queixas físicas melhora também outras coisas, como desânimo e tristeza, *“é assim você está triste, está com problema, aí procura uma pessoa para desabafar, né, e você não se sente aliviada depois daquela conversa?”*.

Uma situação citada por Camomila foi relacionada ao seu esposo, que por questões de saúde perdeu um dedo do pé, mas segundo ela o mesmo está bem melhor. Dona Auxiliadora é madrinha do esposo de Camomila, ela conta que quando ele teve que passar por esse momento ela recorreu mais uma vez ao auxílio da rezadeira. *“Cheguei aqui de noite, comecei a chorar, eu contei a ela. Aí eu contando a ela e ela chorou junto comigo quando eu disse que ele tinha que tirar o dedo”*. Continua falando que não tem nem como agradecer, *“somente entregar ela na mão de Deus, que Deus sabe o que fazer e dá a recompensa, dá tudo de bom na vida dela. Dê muitos anos de vida”*. Se por algum motivo ela ou alguém da família não pode ir até Dona Auxiliadora, ela vai até eles sem se queixar ou colocar empecilhos, é sempre solicita.

O tipo mais frequente de ajuda/tratamento que Camomila procura é da rezadeira, *“olhe, se eu sentir uma dor na coluna, ou dor de cabeça, dor de dente, dor de garganta, eu não vou procurar médico, eu venho para cá. Só se for um caso de dizer assim, vá procurar um médico, mas se não for minha fia, eu nem vou”*.

Ao ser questionada sobre a diferença que ela encontra entre o tratamento médico e da rezadeira, Camomila diz que acha muito diferente, *“porque as vezes uma curandeira cura um problema que o médico não cura, e ela descobre o que o médico não descobre. Um exemplo, uma pessoa botar um quebranto na criança, ela sabe quem foi que botou, só que ela fica só para ela”*. Dona Auxiliadora já havia comentado sobre isso, inclusive esse foi o motivo pelo

qual ela parou de rezar por algum tempo. Camomila cita um exemplo de uma situação que Dona Auxiliadora disse quem havia colocado o quebranto, *“aí aquela pessoa devia ficar só para si mesma, deixar quieto. Mas tem gente que não é assim, que não entende as coisas”*, nesse caso a mãe foi atrás da pessoa gerando uma situação desconfortável para a rezadeira. *“Aí depois dessa daí ela nunca mais disse quem coloca, já para evitar essas coisas. A gente pergunta – É quebranto? – E ela diz – Volte amanhã de novo”*.

Camomila diz que quando uma criança está com quebranto, quando está doente e a mãe não pode vir até Dona Auxiliadora, *“basta só mandar a roupa, ela reza só pela roupa. Mulher isso é impressionante”*. Volta a falar sobre a questão do médico, dizendo que lá acontecia com frequência as pessoas irem se consultar *“e o médico não olhar nem para cara da pessoa. Vendo a hora até matar a pessoa envenenada”*. A interpretação de uma consulta médica por parte do paciente pode ser de múltiplos significados. O fato de não haver diálogo e explicação a nível que o paciente possa compreender, muitas vezes, acaba gerando muita tensão, ansiedade e até mesmo medo diante da situação. Nessa perspectiva, de acordo com Leloup,

às vezes, após uma consulta médica, saímos com uma doença que não tínhamos ao entrar. Trata-se do poder do diagnóstico, que pode ser uma bênção – benedicere: um bem dizer; ou uma maldição, um mal dizer, que pode encerrar a pessoa nos limites de seus sintomas. Trata-se bem de dizer a verdade; existem instrumentos para constatar certo número de fatos e de sintomas que, em absoluto, devem ser negados. A questão reside na maneira de colocar o diagnóstico, no modo de dizer a pessoa como e de que ela está doente, que pode ser um modo de fechá-la ou, ao contrário, de despertar uma saída no coração mesmo dos sintomas (LELOUP, 2007, p. 25).

Não significa iludir nem mentir, e sim saber interpretar de maneira justa, que gere crescimento para pessoa na ocasião da consulta, que ela possa tomar consciência do processo. A pessoa deve ser recordada que ela não se trata de um mero objeto de seu sintoma ou doença, mas sim que é sujeito de sua enfermidade, que tem autonomia para fazer algo com o que está se passando com ela, atribuindo-lhe algum sentido (LELOUP, 2007).

Acontecendo isso é possível ajudar que os pacientes compreendam a si mesmos, dando-lhes instrumentos que auxiliem no autocuidado e autonomia no processo saúde-doença, deixando de ser apenas pacientes e passando a ser ativos, sendo autores da sua própria saúde. *“Após dar o remédio necessário para o alívio de sua dor, ofertar à pessoa doente um sorriso, um aperto de mão, uma carícia, uma palavra, e lembrar-lhe que não é só um objeto infectado, uma doença viral do quarto 32 ou 43. Que ela é, de fato, um sujeito”* (LELOUP, 2007, p. 131).

Conversei também com outra moradora, Erva-doce. Ela relata que já foi curada várias vezes por Dona Auxiliadora, bem como seus filhos e netos. *“Eu já trouxe até uma neta de Porto do Mangue/RN para ela curar aqui. Eu já trouxe a camisa de outro para ela curar daqui para lá, que eu tenho muita fé na cura dela”*. A relação dela com Dona Auxiliadora vem desde a infância. *“Minha relação com ela é como se fosse uma pessoa da família. Às vezes eu estou com uma dificuldade, um problema que eu estou sentindo e chego aqui chorando, eu desabafo com ela, eu me sinto muito bem com ela”*.

Sobre o que ela acredita que a reza pode fazer, Erva-doce diz que quando está sentindo alguma coisa e que recorre à reza, ela é curada. *“Eu acredito que a reza dela a gente fica bem, que cura. Entrava um menino vomitando, com diarreia e ela cura, no outro dia o menino já está bem melhor, fecha a cura e fica bem. Os meus meninos nem para médico eu levava, trazia logo para ela”*. Relata que já se sente bem logo após a reza, *“dor de cabeça, eu já vim chorando de dor de cabeça para ela me curar, ficava sentada aí com pouco tempo já ia aliviando”*. Diz também que se sente muito bem com a cura dela, *“tenho muita fé, primeiramente eu venho com fé Naquele lá de cima, aí segundo na cura dela”*.

Erva-doce morou durante 16 anos em Porto do Mangue/RN, mas durante esse período de tempo, nunca deixou de frequentar Quitérias para recorrer a cura de Dona Auxiliadora, atualmente ela voltou a residir na comunidade. Relata que existe outra curandeira na vila, mas que só queria Dona Auxiliadora. *“Eu não sei se eu não tinha a fé, eu acho que não tinha fé na outra não, não vou mentir. Tem que falar a verdade. Porque aqui para a terra a gente mente, para Deus a gente não mente não. Eu só tinha fé na reza dela. Dor de dente ela já me curou, eu fiquei boa”*. O vínculo criado desde a infância fortalece essa confiança e crença na reza de Dona Auxiliadora, ficando perceptível que não se trata apenas do ato da reza em si, mas que vai bem além disso.

Para Erva-doce, Dona Auxiliadora é muito conhecida, não só nos municípios próximos, mas que também vem gente de longe curar com ela. *“E nunca recebeu dinheiro de ninguém, tinha gente que não conhecia ela, que vinha de longe, - quanto é? Ela dizia: ‘não é nada’”*. E complementa falando, *“agora se a pessoa quiser dar uma lembrança ela recebe, mas ela nunca curou pago. E ela não nega reza a ninguém. Se a pessoa não gostar dela, não falar com ela, se trazer ela cura, porque cura de coração”*.

Para solucionar os problemas de saúde, questiono se além da rezadeira ela também procura uma assistência médica e Erva-doce responde que sim, *“se eu ver que é outra dor diferente, que eu vejo que é com a medicina, eu vou para médico, mas quando é uma dor de*

cabeça, eu tenho fé em Deus e com a reza eu vou ficar boa, aí eu venho só para cá mesmo. Aí se for outra coisa que eu vejo que é muito grave, fazer um exame aí eu vou para o médico”. E às vezes a própria Dona Auxiliadora sugere isso, “se não for coisa da reza ela diz – não é de reza não, tem que procurar o médico também”. Sobre os aspectos diferenciais dos dois tipos de tratamento, ela enfatiza o cuidado da rezadeira e que só vai ao médico quando é realmente necessário.

Ela também falou que faz uso de medicamento para controle da pressão arterial, e que depois do acidente (citado anteriormente) ficou nervosa e não toma qualquer tipo de medicação que os médicos prescrevem, “*eu pergunto o que é, se eu for ali para Icapuí e passar uma injeção eu tenho que saber o que é a injeção e para que é, tem que dizer para mim porque senão eu não tomo*”. Ela relata que isso aconteceu após fazer uso de uma injeção de buscopan composto e não ter se sentido bem, “*acelerou meu coração, uma agonia, um mal-estar, eu fiquei sem sentir as pernas*”. E desde então se recusa a usar essa medicação e exemplifica com uma situação que aconteceu no hospital, “*um dia eu fui para Icapuí com uma dor aí o doutor passou [buscopan], eu disse, eu expliquei para ele que eu não podia. Aí quando chegou na sala da enfermeira eu fui e perguntei de novo, porque eu não sei ler né, aí eu disse*”:

- *Enfermeira, que injeção é essa?*
- *Uma injeção para aliviar sua dor.*
- *Não, mas eu quero saber o nome da injeção.*
- *É buscopan composto.*
- *Não vou tomar não.*
- *A senhora tem certeza que não vai tomar?*
- *Tenho, porque eu sou de maior, eu tenho certeza que não vou tomar, me dê esse papel que eu vou lá na sala do doutor de novo.*
- *Você vai mesmo?*
- *Vou, me dê.*

Ela voltou à sala do médico para dizer que não tomaria a injeção porque já havia dito que não poderia, e que mesmo assim ele tinha prescrito a injeção, “*tomei mesmo não, tomei só um comprimido debaixo da língua para pressão alta e pronto*”. O diálogo relatado acima não é algo incomum de acontecer nos serviços de saúde, nos quais as pessoas não são ouvidas, não são consideradas suas queixas e não é preservado o direito delas de decidirem sobre os seus

próprios tratamentos. Muitas vezes não são informadas sobre o procedimento, e quando o são, essas informações não são passadas de forma clara e de modo compreensível de acordo com a cultura e nível de entendimento de quem está ali para ser cuidado.

Com relação ao médico, Erva-doce diz que já vai pensando, “*ai meu Deus, vou ter que tomar injeção, vou tomar remédio, oh meu Deus vou ficar internada – aí eu começo a chorar*”. Essa questão do nervosismo, segundo ela, está associada ao trauma que desenvolveu após o acidente, e pela fala dela é perceptível que esse aspecto psicológico é muito mais considerado pela rezadeira do que pelos profissionais da saúde, os quais muitas vezes acabam limitando as doenças apenas ao seu aspecto físico/biológico.

Semana passada, eu estava com uma agonia, uma coisa ruim, eu já sei que é a pressão que dá um gelo na mão, um suor nos pés, eu digo, ‘to com a pressão alta, vou lá na casa da minha amiga pra ela olhar minha pressão’, 160x100. Aí ela disse ‘tá muito alta’, eu digo ‘neguinha eu tenho que ir para Icapuí mesmo, mas eu não vou tomar injeção’. Ele passou o comprimido de pressão alta e passou um diazepam, porque ele disse que eu estava nervosa, que fiquei nervosa depois do acidente (ERVA-DOCE, 2019, relato verbal).

O fato de a medicina estar pautada, supostamente, em compreensões científicas e objetivas de enfermidades físicas relacionadas as suas causas e curas, faz com que os profissionais sintam uma necessidade menor de ouvir as interpretações dadas pelos próprios pacientes a respeito de suas condições de saúde. “Os críticos argumentam, no entanto que o tratamento efetivo somente pode acontecer quando o paciente é tratado como um ser pensante, capaz, que possui suas próprias interpretações e compreensões válidas” (GIDDENS, 2005, p. 139). Segundo Ayres,

torna-se evidente, no que se refere às tecnologias disponíveis, a necessidade de superar a restrição àquelas que trabalhem restritamente com uma racionalidade instruída pelos objetos das ciências biomédicas. Embora estas ciências ocupem lugar fundamental e insubstituível, pelo tanto que já avançaram na tradução de demandas de saúde no plano da corporeidade, ao atentarmos à presença do outro (sujeito) na formulação e execução das intervenções em saúde, precisamos de conhecimentos que nos instrua também desde outras perspectivas. É assim que a tradução objetiva das identidades e aspirações dos indivíduos e populações de quem cuidamos, para além da dimensão corporal realizada pelas ciências biomédicas, guarda enorme interesse para o Cuidar (AYRES, 2004, p. 87).

A comunicação interpessoal, nesse processo, deve considerar a subjetividade de cada pessoa, seus valores e experiências, sua cultura, bem como seus interesses e expectativas, pois

estes funcionam como filtros e influenciam a mensagem. A comunicação é essencial nas relações humanas, podendo acontecer de forma verbal e não-verbal. Isso ocorre, respectivamente, através da fala ou escrita, e em mensagens transmitidas por interações face a face, gestos e expressões, pois o corpo também fala e dá sinais (SILVA, 2006).

Existe uma relação de poder na prática médico-científica, essa relação fica ainda mais clara quando ocorre em hospitais públicos, nos quais tem-se uma população com menor renda. Esta, muitas vezes já excluída na política e no dia-a-dia em sociedade, além de não ter poder financeiro, geralmente também não tem estudos, e não compartilham da mesma cultura que o médico, que não parecem valorizar uma ‘racionalidade’ com alguém que seja digno de ter respeitada a sua autonomia. “Estes pacientes, além de serem pacientes, tenderão a ver seus direitos de autonomia desrespeitados também por não serem vistos como autônomos mesmo quando não estão na condição de pacientes, parecendo assim duplamente inferiorizados perante a onipotência médica, como sentimento tanto sociocultural quanto corporativo” (MARTINS, 2004, p. 25). Com relação a diferença entre os tratamentos oficiais e não oficiais, seguindo essa continuação,

podemos pensar: ora, troca-se uma crença – na cura trazida pela Ciência – por outra – na cura trazida pela magia, espiritualidade etc. Entre uma e outra, qual a diferença? Realmente, a reatividade de uma cura total, como a proposta pela Medicina, não se resolve pela reatividade de uma cura mágica. Porém, é preciso entender que o fato de estes tratamentos outros serem tão procurados é um indício de que algo vai mal na proposta oficial. A hipótese de Foucault é que um dos pontos principais é o da falta de autonomia impingida aos pacientes na Medicina oficial, dita científica, seu discurso e sua postura de detentora da Verdade do outro. O que está sendo dito e deve ser ouvido é que, mesmo submetido a práticas mágicas, possivelmente o paciente sente-se ali mais respeitado como pessoa, em sua dignidade ontológica e existencial, inalienável e irreduzível. Qual a diferença entre um e outro modo de tratamento? Talvez uma maior autonomia e respeito – e o reconhecimento de que, se é verdade que nós não temos o controle de nosso próprio corpo, e que um tal saber sobre si nos ultrapassa, tampouco outra pessoa, por mais diplomada que seja, o terá (MARTINS, 2004, p. 27).

A relação existente entre benzedeira-freguês é diferente da médico-paciente. O traço autoritário pode também estar presente na relação entre benzedeira e o seu cliente, isso acontece pelo domínio que a mesma tem sobre o sagrado e as relações que brotam através dele. “Contudo, esse monopólio do sagrado, veiculador também de uma linguagem simbólica, não se traduz em distanciamento, impessoalidade, superioridade de condições, que denote uma relação de dominação” (OLIVEIRA, 1983, p. 360). Muito pelo contrário, existe diálogo, troca, confiabilidade e estímulo a autonomia e autocuidado da rezadeira para com seu público, incluindo o mesmo

para que este também seja inserido, entenda e faça parte do processo de cura.

Segundo Erva-doce, ao comparar a rezadeira com a assistência médica, relata que *“a cura dela e o cuidado é muito bom. Do médico assim, eu só vou se eu ver que é uma coisa muito grave, se não for eu não vou”*. Ainda fazendo essa relação entre as duas formas de cura, Erva-doce diz que Dona Auxiliadora a recebe muito bem e que se sente muito aliviada. *“Se eu venho com uma dor de cabeça, quando eu vou chegando no portão, eu já venho com aquela fé de que eu vou ficando boa, só da fé que eu tenho na cura dela”*.

Conversei também com Eucalipto, que foi até a casa de Dona Auxiliadora porque estava sentindo dores na coluna. Após a realização da reza ela aceitou conversar sobre como é a vivência dela nesse processo. Pergunto sobre o porquê de procurar a rezadeira e Eucalipto diz que é *“porque ela é uma pessoa muito boa e eu me sinto bem com a reza dela”*. O motivo da reza foi a dor na coluna, mas ela relata que as vezes é dor na garganta, *“o que eu estou sentindo assim eu venho para ela rezar”*.

Eucalipto estava usando uma tipoia no braço em decorrência de uma cirurgia realizada no ombro, porém a causa da procura não foi essa e sim dor na coluna. Sobre a cirurgia relatou que foi a retirada de um sinal, já havia feito outra cirurgia no mesmo local e o sinal voltou a aparecer. O médico fez uma biópsia para investigar a possibilidade de um câncer de pele. Ela justifica o sinal ter aparecido de novo porque não tiraram direto da primeira vez e também por não ter tido o repouso necessário e ter movimentado muito o braço.

Com relação a este assunto, não foi feita uma pesquisa para saber dados específicos que mostrassem a incidência de câncer de pele entre os moradores da região, porém, devido a atividade pesqueira exigir uma grande exposição solar, essas pessoas estão mais suscetíveis a desenvolverem esse diagnóstico. Não apenas os pescadores, mas também a população como um todo, e isso foi perceptível pela própria observação dos moradores, antes de ter surgido esse assunto na conversa, enquanto pesquisadora já havia me atentado para este aspecto, no sentido da necessidade de se trabalhar a prevenção, o uso de filtro solar e outras medidas que auxiliassem a eles próprios se cuidarem melhor para se proteger dessa exposição excessiva.

Questiono também se além da rezadeira ela procura atendimento médico, Eucalipto diz que não procurar muito o médico. *“Só se Deus me defenda eu não ficar boa, mas se ficar boa eu não vou não. Venho primeiro para ela. Eu, graças a Deus é difícil ir ao médico”*. E quando pergunto qual a diferença que ela vê nos dois tipos de cura ela diz: *“eu sou mais vir para cá, que eu não gosto de médico”*. Segundo ela, Dona Auxiliadora é muito boa, querida e procurada por todos. *“Eu acredito nela porque eu tenho fé. Primeiramente em Jesus né, segundo nela”*.

As falas das pessoas refletem os sentimentos e sensações envolvidas no processo da reza, e isso se dá, de forma especial, pela forma como Dona Auxiliadora conduz esse processo. Ela considera aspectos do viver que afligem as pessoas e que acabam interferindo em seus estados de saúde e doença, sabendo ouvir de forma atenciosa suas queixas. Ela é uma mulher da tradição, que exerce seu ofício de rezadeira baseado no cuidado com aqueles que dela precisam. Dispõe-se a efetuar esse cuidado de forma solidaria, empática e humana, é isso que a torna essa pessoa tão querida e especial para comunidade. O seu dom de curar as pessoas contribui para manter pulsante a vida da comunidade.

3 Considerações finais

A pesquisa traz contribuições no campo social através de reflexões acerca da resignificação do processo saúde e doença que as pessoas têm de si mesmas e discute o tema em questão do ponto de vista da ruptura epistemológica, de forma a considerar não apenas os conhecimentos provenientes da ciência acadêmica, mas também expor a necessidade/importância de reconhecer, valorizar e respeitar a atuação das práticas populares do cuidado.

Cada pessoa tem seus próprios motivos específicos que as fazem buscar a rezadeira, e estão associados aos seus modos de viver, sentir e interpretar os fenômenos de saúde e doença que ocorrem em suas vidas. O principal motivo é a fé, tanto a fé em Deus quanto a fé na reza de Dona Auxiliadora, e também por acreditarem que aquele ritual irá ajudar a melhorar seus quadros de saúde. Há relatos de pessoas que já começam a sentir as melhorias no momento em que estão sendo rezadas, sentindo os alívios imediatos proporcionados pelo processo de cura.

Além de conseguirem o alívio para suas queixas, as pessoas também aprendem muito com a rezadeira, pois Dona Auxiliadora faz questão de incluí-las no processo, se mostrando disposta a ajudar no que precisarem. Quando comparada ao sistema oficial de cura, relacionado aos médicos, houve uma predominância na preferência pela rezadeira, pois os relatos forem de que com ela a cura é mais rápida, além de Dona Auxiliadora saber ouvir e compreendê-las melhor, acompanhando-as durante o tempo que for necessário.

A relação existente com a rezadeira é de muita proximidade, de construção de vínculos, confiança, compreensão, solidariedade e de afetos, formando uma teia de significados na qual todos se ajudam. Entender que as pessoas não são apenas passivas e sim ativas nessa relação de crenças, faz com que esse saber se mantenha vivo e atuante, considerando as duas partes como indissociáveis na manutenção do ofício e fortalecimento desse saber.

4 Referências

AYRES, José Ricardo de Carvalho. Cuidado e reconstrução das práticas de saúde. **Interface: comunicação, saúde e educação**, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 73-92, set. 2003-fev. 2004.

BARBIER, René. **L'écoute sensible dans la formation des professionnels de la santé**. Conférence à l'École Supérieure de Sciences de la Santé - <http://www.saude.df.gov.br> Brasília, juillet 2002.

BAUMGRATZ-PAULA, Patrícia. Aparecida. **Acesso aos medicamentos: direito ou privilégio?** 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

FORMAGIO, Cessimar; BARBOSA, Sônia Regina. Vivendo na cidade, sentindo o cotidiano e reagindo a uma ausência: as expressões corporais como respostas sociais. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.3, n.9, pp.365-379, João Pessoa, GREM, D dezembro de 2004.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Medicina Social**. Microfísica do poder. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GIDDENS, Anthony. Sociologia do corpo: saúde doença e envelhecimento. In: GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. Cap. 6, p. 129-140.

ILLICH, Ivan. **Nêmesis da medicina: a expropriação da saúde**. São Paulo: Nova Fronteira, 1975.

LELOUP, Jean-Yves. **Uma arte de cuidar: estilo alexandrino**. Org. Suzana Beiro; Tradução Martha Gouveia da Cruz. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MARTINS, André. Biopolítica: o poder médico e a autonomia do paciente em uma nova concepção de saúde. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.8, n.14, p.21-32, set.2003-fev.2004.

OLIVEIRA, Suely Corrêa; LEITE, José Carlos. Saber e poder popular no cuidado à saúde. **Saberes e Práticas: Experiências em Educação Popular e Saúde**. 2011;1(1):19-22.

OLIVEIRA, Elda Rizzo. **Doença, cura e benzedura: um estudo sobre o ofício da benzedeira em Campinas**. 1983. 511f. (Dissertação Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, 1983.

PEDROSA, José Ivo. Cultura popular e identificação comunitária: práticas populares no cuidado à saúde. In: FONSECA, Angélica Ferreira (Org.). **Educação e Saúde**, Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

PERES, Sílvia Miguel de Paula. **As Vertentes Terapêuticas em Ilhabela**: Transformações Socioambientais, Processos Saúde-Doença e Relações Ser Humano-Natureza. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.], 2009.

SILVA, Maria Júlia Paes. **A comunicação tem remédio**: a comunicação nas relações interpessoais em saúde. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

THEOTONIO, Andrea Carla Rodrigues. **Entre ramos de poder**: rezadeiras e práticas mágicas na zona rural de Areia - PB — Campina Grande, 2010. 124 f.: il. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

15 - DO TEATRO DE RUA ÀS REDES DIGITAIS: UMA ANÁLISE DA PEÇA “A CASATÓRIA C’A DEFUNTA” E A INTERNET COMO MEDIADORA CULTURAL

Murilo Ferreira Santos Silva
André Bonsanto

1 Introdução

A peça teatral “A casatória c’a defunta” escrita por Romero de Oliveira, conta de forma lúdica e cômica a história de dois jovens que são obrigados pelos pais a se casarem por meio de um casamento arranjado, e no meio dos acontecimentos Afrânio (o jovem) se casa com uma defunta que o leva para o submundo, onde ele deverá fazer uma escolha que mudará sua vida. Cheia de referências do nordeste brasileiro a trama traz elementos que mesclam o físico com o espiritual, as crenças com a realidade e a imaginação com o verídico. A peça é apresentada normalmente em teatros de rua e tem a duração média de 50 minutos, onde 5 a 6 atores contracenam de maneira quase que ininterrupta. Diante disso, e em meio a todas as complicações impostas pela pandemia da covid-19 no ano de 2020, o teatro começou a se reinventar de forma mais abrangente, não só agregando elementos de outros *meios* em seus espetáculos, como a música e vídeo, mas também usando integralmente o audiovisual e a internet como fatores mediadores de suas peças, dessa forma chegando a seu público mesmo sem estar perto.

Proposto pela “Cia. Pão Doce”, uma companhia teatral da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, a peça é o último espetáculo montado pelo grupo até o ano de 2020. Ela vem sendo construída e reconstruída desde 2014, de maneira que seus idealizadores consigam extrair tudo o que for possível da história, expondo seus criadores, bem como onde ela está inserida. A cultura nordestina e os costumes de uma época passada são as bases da história, que recorda uma sociedade tradicional, com suas obrigações mais rígidas. A escolha desse tipo de narrativa e a abordagem, ajudam na construção imagética da própria companhia para com seu público, paralelamente à ideia de um teatro mossoroense. Conhecer até mesmo quem são esses proponentes nos permite uma compreensão mais ampla da obra em si.¹

1 As informações referentes à Companhia foram retiradas de sua página oficial na internet, que pode ser consultada em: <https://www.ciapaodoce.com/> Acesso em 16 set. 2020.

A “Cia. Pão Doce” é uma companhia teatral mossoroense formada em 2002 que à época tinha o intuito de produzir um único espetáculo a ser apresentado em uma das escolas da cidade. Contudo, o desenrolar da história nos mostra um significativo desenvolvimento em sua trajetória. Tendo passado hoje por mais de 80 cidades e cruzado 19 estados do Brasil, a companhia vem levando a identidade nordestina, potiguar e mossoroense, para além das fronteiras municipais. Ganhando prêmios e sendo selecionada por editais culturais ao redor do país, apresentam seus espetáculos de formas diversas, extraindo o máximo que cada obra pode oferecer. É dentro desse cenário que é criada a proposta de “A Casatória c’a Defunta”.

A construção da peça faz com que a cultura local seja desenvolvida na vertente teatral, com a produção direta de roteiro, que busca elementos oriundos da nossa tradição e do dia a dia; dos figurinos, usando as rendas, couro e cores características da nossa região; da trilha sonora, que é composta exclusivamente para o espetáculo; e dos cenários, que mudam de apresentação para apresentação. Dentro desse universo criado para que a história pudesse ser exposta, um fator chave vai direcionar o formato em que a peça se desenvolve, a rua.

Ao longo dos anos “A Casatória c’a Defunta” se mostrou um produto cultural híbrido, sendo lançado em alguns formatos e encenada em locais diversos. O formato mais duradouro foi o que levou a história para as ruas da cidade de Mossoró, chegando mais perto dos espectadores e desfrutando de elementos que outras plataformas não conseguiriam oferecer. Carreira diz que “A rua, como espaço de convivência, permite que o cidadão desfrute de um anonimato que o libera do peso do compromisso pessoal. No espaço aberto da rua e em comunidade, o sujeito urbano se sente mais capaz de atuar.” (CARREIRA, 2001, p.145). Os atores, enquanto agentes culturais teriam, nessa perspectiva, um horizonte mais amplo de possibilidade de palco, cenário e até mesmo de público, que por sua vez, gera um feedback singular, diferente do que é visto em uma sala fechada de teatro. Colocando em paralelo a cultura popular com a cultura culta, ambas executadas pela companhia com o mesmo espetáculo.

Considerando a cultura popular como um conjunto de produção simbólica que se constrói também como imagem especular da cultura culta, uma questão pertinente, segundo Fredric Jameson, seria averiguar se ambos os movimentos culturais não se definem apenas como coisa relacionada com este outro. (CARREIRA, 2001, p.148).

Mesmo sendo uma única história, os formatos escolhidos e oferecidos são diferentes, proporcionando aceitação e absorção diversa em ambas as plataformas. Olhando para essas adaptações, feitas anos atrás, vemos o desenvolvimento da companhia enquanto grupo, e da

peça enquanto produto cultural, até chegar nos dias atuais. Com o repertório de mudanças e adaptações já contidos em sua bagagem, a Cia. Pão Doce então passa, mesmo que por oportunidades das circunstâncias atuais, para uma nova plataforma, uma nova forma de apresentar a história de um jovem que quase se casa com uma morta. Os meios digitais, mais precisamente o audiovisual e a internet, vão possibilitar essa nova etapa do teatro mossoroense, mediando o caminho entre o espectador e a obra.

A tecnologia nesse momento torna-se o barco que leva e traz de um lugar a outro a mensagem que se está querendo transmitir. Observando algumas ideias de Thompson (1995) como fixação, reprodução e participação, canais de difusão seletiva, contextos de co-presença e extensão da acessibilidade; direcionamos um olhar mais amplo sobre as mediações ocorridas na estreia da apresentação da peça “A casatória c’a defunta” em seu formato online, realizada através da página do *Facebook* do teatro paulista Arthur Azevedo, em julho de 2020.² Na ocasião, em meio ao contexto da pandemia do Covid-19 no país, a Companhia, por não poder mais apresentar sua peça no formato usual (presencial), utilizou a plataforma disponibilizada pelo teatro para modificar e potencializar a dinâmica de sua exposição.

Conseguimos destacar, na perspectiva de Bastos (2012, p. 64), que a mediação “compreende uma vasta gama de intersecções entre cultura, política, comunicação e equaciona as diferentes apropriações, recodificações e ressignificações que ocorrem na produção e recepção dos produtos comunicacionais”. É o que procuramos explorar nesta pesquisa, ao analisar como o uso de uma ferramenta, anteriormente secundária, foi apropriada na exposição de uma peça teatral. Neste sentido, Bastos ainda fala que:

A teoria da mediação argumenta que a vida cotidiana e os poderes instituídos travam um diálogo mudo e dialético por meio de táticas de apropriação, interpretação e resistência. Essas táticas comunicacionais reconfiguram e obscurecem as distinções fundamentais entre campos tradicionalmente definidos como público e privado; sujeito e alteridade; natureza e sociedade; masculino e feminino; ou local e global. (BASTOS, 2012, p. 64)

A companhia teatral apropria-se de dois meios que já eram comumente usados por boa

2 No mês seguinte à exibição da peça, em agosto de 2020, a página do teatro municipal Arthur Azevedo (<https://m.facebook.com/teatroarthurazevedosp/>) saiu do ar e deixou de ser atualizada, em virtude da lei eleitoral 9504/1997 que proíbe órgãos públicos de divulgar informações que possam vir a atrapalhar o pleito eleitoral. A análise da peça para a execução deste trabalho foi realizada ao vivo, já que a mesma foi gravada e apresentada no formato de “live”. Ao menos temporariamente, ela não se encontra mais disponível para visualização na página citada. O material de divulgação produzido pela “Cia. Pão Doce”, convidando seu público para um “novo olhar sobre a arte teatral” de “A Casatória C’a Defunta”, pode ser acessado na página de seu *Instagram*: <https://www.instagram.com/p/CC9cnpnApgEo/> Acesso em: 16 set 2020.

parte das pessoas, o audiovisual e a internet, para transmitir sua história para um número até maior do que normalmente se teria num espetáculo de rua. Dentro desse processo, observamos a mediação cultural como algo que, de acordo com Salcedo (2016, p. 17) “pode ser entendida como um conjunto de ações que possibilita a troca de informações sobre algum tipo de dispositivo cultural”. Nesse caso, o teatro sendo usado como mediador de uma ideia (histórias, costumes e crenças), e o audiovisual e a internet usados para mediar essa comunicação com o público. Entretanto, Davallon destaca que:

O conhecimento na mediação cultural não se dá apenas com a circulação da comunicação de um polo para outro, mas de uma maneira que a atuação de um saber cultural modifica aquele que se relaciona com ele e o torna um colaborador que com auxílio de um mediador cultural pode apreender, transformar e passar a informação recebida (DAVALLON, 2003, p. 10).

Nessa perspectiva, conseguimos observar que a peça teatral não foi apenas transmitida por meio da internet e do audiovisual, mas seu formato e sua forma de apresentar também foi modificada. Em formato *self tape*, onde os atores foram gravados continuamente em primeiro plano, da cintura pra cima, o espetáculo foi montado de modo que todos os atores aparecessem em cena por pelo menos 90% do tempo de exibição do vídeo. Agora aquela não era apenas uma peça teatral de rua, pois com a mediação do audiovisual e da internet ela tomava posse de mais um espaço cultural, tornando-se um produto audiovisual, que assim como um filme, conta com atores, roteiro, interpretação, figurino, trilha sonora, fotografia, planos, iluminação específica e espectadores, sem deixar de ser teatro. Entender como esse novo produto foi experienciado nos mostrará um olhar mais abrangente das novas vertentes do teatro na era digital.

2 O audiovisual e a internet como mediadores culturais

Pensar a comunicação feita na internet e suas relações com os indivíduos, nos mostra uma gama de possibilidades de conexões que muitas vezes são invisíveis, mas que viabilizam inúmeras ações dentro e fora do âmbito cultural. Entre elas, o uso do audiovisual como transmissor de sentidos e significados nas construções de histórias. Ele, inúmeras vezes utilizado como simples captador da realidade atual ou ficcional, carrega em si as representações e identidade de quem o produziu. Ao olharmos para um *vlog* no *Youtube*, conseguimos perceber, mesmo sendo um vídeo em plano sequência, que seus atores mostram um recorte do seu universo

naqueles poucos minutos de exibição. Com a captação de áudio e vídeo, conseguimos construir de forma quase que instantânea uma ideia do que está sendo apresentado e o que o proponente quis passar nesse tempo em que a câmera esteve ligada. Isso só é possível porque há uma relação de entrega desse material ao receptor dessa mensagem. A ideia da produção, enquanto concebida, precisa chegar ao público do canal de alguma forma, e para isso entra a internet como mediadora desse processo de transição.

Olhando essa relação de emissor e receptor conseguimos observar os vários tipos de mediações que ocorrem nesse caminho. Indo além de uma visão tida como mais tecnicista, é possível enxergar a relação de feedback constante dos espectadores ao acessarem vídeos em plataformas como o *Youtube*. Contudo, antes de entender essa retroalimentação dos produtores de conteúdo, é importante entender de forma mais clara o que é “mediação” e como ela pode nos proporcionar esta experiência. Nas palavras de Signates:

O conceito de mediação procede principalmente de duas vertentes filosóficas: a idealista, de origem cristã, e a hegeliana, bem como a tradição marxista. Tais vertentes são obviamente distintas, a primeira ligando-se sobretudo à herança teológica (mediação do Cristo entre Deus e o mundo; mediação dos santos entre os pecadores e Deus) e, em seguida, tomando-se corrente no existencialismo, e a segunda, numa preocupação específica de explicar os vínculos dialéticos entre categorias separadas. (SIGNATES, 1998, p.37).

Numa imagem mais clara, a mediação seria uma espécie de carteiro que leva uma encomenda de um lugar a outro, para além de seu mero papel de “transmissor” da mensagem. Nesse meio tempo, essa encomenda pode ser recebida, mas também quebrada, a caixa pode ser amassada e/ou extraviada e até mesmo diálogos, trocas e atritos podem ser travados durante o processo. Essas seriam as variáveis que uma mediação pode proporcionar na relação emissor e receptor. Signates ainda fala que “o significado mais corrente de mediação vincula-se à ideia do intermediário” (SIGNATES, 1998, p.37), como falamos anteriormente. No nosso caso, os dois meios, o cinema e a internet, proporcionam possibilidades que o “ao vivo” não poderia ser capaz de oferecer, como ferramentas de edição, ampliação de sua audiência, construção digital de uma ideia que muitas vezes não existe física e materialmente, fazendo com que aquele que entrar em contato com seu produto final, olhará de forma ainda mais recortada para aquele objeto exposto.

Nesse jogo de homens e máquinas, com o celular sempre como a extensão das nossas mãos, vemos a mediação desses atos de uma forma quase que orgânica. Wolton fala que “o mais

fácil, na comunicação, ainda são as ferramentas; o mais complicado, os homens e a sociedade” (WOLTON, 2001, p.15). Diante dessa exemplificação do vídeo no *Youtube* que é produzido e posteriormente assistido, somos remetidos a algumas camadas dentro dessa mediação. A primeira que podemos citar é a sua construção. Suas ferramentas de edição nos permite uma mediação muitas vezes preguiçosa. O que seria mais fácil, reunir um grupo de amigos presencialmente ou chamá-los para uma videochamada? O vídeo pode ser usado de forma simples, com a câmera contida nos celulares, bem como numa grande produção de cinema, com o simples objetivo de transmitir uma mensagem. “E essa questão da mediação tecnológica como condicionante das estruturas de percepção e de racionalidade torna-se estratégica para observar determinados fenômenos da cultura de massa” (COSTA, 2002, p.06). O vídeo então passa a ser algo tão natural como correr, contido em vários momentos do nosso dia e construindo, muitas vezes, a nossa história.

Perceber o ser humano pós-moderno como executante de uma transmissão audiovisual, direciona nosso olhar para outras mediações, que até meados do século 20 só era possível ser realizada a partir do protagonismo de grandes estúdios de cinema e televisão. O ser existente nesse jogo, o audiovisual, se popularizou e se tornou aquele indivíduo entre a marca e cliente, apresentador e espectador, entre estrelas de cinema e seus fãs. Ele seria, nesse sentido, o terceiro sujeito da equação que aparentemente só tem dois personagens.

Além do meio técnico, a troca de formas simbólicas muitas vezes envolve um aparelho institucional de transmissão, um conjunto específico de articulações institucionais dentro dos quais o meio técnico é elaborado e os indivíduos envolvidos na codificação e decodificação das formas simbólicas estão inseridos. Essas articulações institucionais são caracterizadas por regras, recursos e relações de vários tipos. (THOMPSON, 1995, p.224).

O audiovisual, meio técnico, transmitiria nessa relação um conjunto de significados de seu idealizador, formando, e até mesmo ajudando a criar a visão que o espectador tem do emissor. Contudo, mesmo já sendo um mediador entre um indivíduo e outro, o vídeo necessita, quase que obrigatoriamente, de um segundo mediador para carregá-lo até o seu destino final. Nesse caminho entra a internet como o quarto sujeito na relação emissor e receptor.

A internet traz consigo uma vasta lista de possibilidades e opções não só para quem cria o conteúdo, mas também para quem o recebe. No vídeo que é gravado e postado em um site gratuito, onde as pessoas que têm acesso à internet conseguem assisti-lo, conseguimos achar ferramentas de transmissão que muitas vezes potencializam e melhoram a experiência do

espectador. Uma edição bem trabalhada, um som ou música colocados num momento oportuno, o próprio *layout* da plataforma, todas as peças desse quebra-cabeças são criadas visando uma melhor experiência e com o objetivo de propiciar um maior engajamento e participação do público com a mensagem.

As redes sociais se tornaram praticamente onipresentes em nossas vidas cotidianas, nos possibilitando uma execução direta, até mesmo instantânea, de produtos culturais dos mais diversos. Ocorre que, como alertam Mattos, Janotti e Jacks (2012, p. 83), nesta sociedade contemporânea interconectada em redes “os limites da coletividade se tornam fluidos, desterritorializados, dando à cultura uma natureza híbrida, em um processo, como define Octavio Ianni, de transculturação.”

É justamente para pensar este processo de hibridização cultural que nossa pesquisa irá problematizar as novas configurações exploradas pela transmissão da peça mossoroense. A internet, aqui, deve ser vista como uma espécie de mediadora capaz de potencializar mensagens, conteúdos e significados a seu destino final. Com o vídeo pronto, ela possibilita o envio individual, bem como a exposição pública de seu conteúdo. Nesses dois formatos de transmissão, a recepção será diferente, uma vez que no primeiro as respostas -ou a falta delas- serão percebidas de maneira mais enfatizada pelo emissor da mensagem. E no segundo, em um local público das redes, como o *Youtube* ou *Facebook*, o vídeo terá reações adversas, podendo ele ser aceito ou rejeitado na plataforma. Um índice de medição dessa exibição podem ser os próprios *likes* e *deslikes* da plataforma, bem como os comentários ou a falta deles.

A internet se transformou numa vasta rede onde todo sujeito tem, em tese, o direito de se fazer presente. E, para isso, inúmeros mediadores são necessários para que lá o indivíduo possa se fazer compreendido. Um deles é a construção de um bom produto audiovisual, como já citamos anteriormente. Contudo é importante salientar que “nenhuma técnica de comunicação, por mais eficiente que seja, jamais alcançará o nível de complexidade e de cumplicidade da comunicação humana.” (WOLTON, 2001, p.35). A problemática central desta pesquisa, que é pensar o audiovisual e a internet como fatores mediadores do teatro na exibição de uma peça, nos exemplifica essa afirmativa de Wolton. Mesmo que a transmissão seja “bem sucedida” e que o expectador receba a mensagem criada, tal qual como os produtores pensaram, nunca será proporcionada ali uma relação igual à criada presencialmente. Novas relações e experiências surgem, e a forma de vê-las merece um outro olhar.

3 Novos espaços para transmissões de histórias: entre ruas, palcos e redes

Nesta nova configuração aqui apresentada, o teatro passa a potencializar uma prática que aparentemente fora por vezes deixada em segundo plano: o uso das técnicas digitais em seus espetáculos. O teatro que outrora se utilizava de vídeos, sons gravados, e até mesmo da própria internet para representação de suas histórias, agora parece se ver “obrigado”, devido às atuais conjunturas, a se utilizar das redes como principal mediador entre ele e seu público.

As montagens das peças teatrais já buscavam uma reinvenção em suas exposições, como a utilização de vídeos projetados em telões, videochamadas no próprio espetáculo, sons em outras dimensões, possibilitando uma experiência do público diferente da que já estavam acostumados. Mas há algo diferente nessas ações que é importante prestarmos atenção. Em todas, ou em sua grande maioria, as pessoas estavam presentes. Havia ali, mesmo com toda a digitalização inserida, uma plateia que reagia ao que estava sendo apresentado, nas ruas ou no palco. Desta forma, “quando o teatro explora a tecnologia digital em cena vivenciando tais nuances de presença, esbarra em seu próprio paradigma. Por definição aristotélica, o teatro acontece quando sujeito A dialoga com sujeito B diante de uma plateia no mesmo espaço e tempo” (TORRES, 2018, p.59). A reação poderia ser diferente da que víamos no teatro feito pela potencialização destas tecnologias, pois agora se evidencia uma nova faceta, uma nova interação, acelerada pelas intempéries dos acontecimentos de 2020.

as Companhias teatrais terão, futuramente, de pensar no Webmarketing, como parte integrante do seu projeto, pela importância que tem vindo a adquirir, estabelecendo uma estratégia bem definida e de acordo com o público-alvo da obra teatral (pois cada espetáculo, pela sua temática e complexidade dirige-se, por vezes, para públicos específicos), permitindo comunicar de forma global as suas atividades e consequente feedback dos consumidores. (TAVARES, 2015, p.96-97).

Tomando como base essa visão que Tavares nos traz sobre o futuro do teatro, vemos que as estratégias de publicidades inseridas no dia a dia das companhias já era uma realidade a se levar em consideração. Se os produtores culturais queriam atingir o público que cada vez mais estava conectado à internet, novas formas de se pensar a construção das peças e como elas iriam provocar uma nova experiência nas pessoas, era necessário. O digital já era uma realidade. A internet já fazia parte do dia a dia de todo mundo, e para isso, entender como usar esse local não só para vender, mas para expandir sua abrangência enquanto grupo se fazia cada vez mais real. “O espaço cibernético surge como uma ferramenta de comunicação que em muito difere

das mídias clássicas, pois em seu interior todas as mensagens se tornam interativas, assumem uma plasticidade.” (GONÇALVES, 2014, p.161). A partir disso, Torres ainda relata que:

A música é streaming, a fotografia é digital, o cinema é *on demand*, a televisão é interativa, por que o teatro também não desfrutaria das possibilidades do ciberespaço? É um caminho natural, como foi a iluminação elétrica nas encenações no século XIX. (TORRES, 2018, p.15).

Podemos pensar que este era um caminho que, obviamente, já estava sendo trilhado pelo próprio teatro como estratégia/ampliação de suas possibilidades enunciativas. Devido à atual conjuntura, onde as companhias de teatro foram impossibilitadas, de fato, de apresentar suas peças em formatos já estabelecidos. Muitos grupos começaram a utilizar a internet e o audiovisual para fazer ecoar suas vozes em outros contextos, lugares, espaços e públicos. “Por meio dos dispositivos tecnológicos contemporâneos, cunha-se o “teatro digital”, que se encaixa justamente nesta classificação de presença intermedial” (TORRES, 2018, p.60).

Neste espaço pode não haver participação física literal de pessoas, o que não significa que elas não interajam, que não haja participação, mediação e partilha. Não existe a risada espontânea dos espectadores a um ato cômico, mas conseguimos ler os “kkkk” dos internautas. As novas formas de se ver essas relações ressignificam e potencializam outros olhares narrativos. Gonçalves e Head (2009) ainda nos falam que a interação proporcionada “por e através” destes vídeos podem ser utilizados “como importante fonte etnográfica do olhar daqueles que constituem, afinal, parte do corpo de controladores indiretos e não-intencionais da sociedade em que vivem agentes e colaboradores da criação estética da ciberarte.” (GONÇALVES e HEAD, 2009, p.166). São (re)configurações que nos permitem analisar como esses vídeos, ferramentas e linguagens dialogam na e pela hibridização da cultura.

4 “A casatória c’a defunta” e uma nova narrativa teatral para a internet

Em “A casatória c’a defunta”, peça teatral mossoroense escrita por Romero Oliveira para a “Cia. Pão Doce” é mostrado de forma lúdica a história de um casamento arranjado entre dois jovens que acabam numa reflexão sobre amor e princípios. O texto foi construído para a apresentação ao ar livre, como um espetáculo de rua. Seus detalhes foram montados em

cena pensando a disposição de palco, figurino adaptado, local onde o público iria se sentar, iluminação e cenário. A montagem de uma peça como essa requer dos atores um esforço especial, um pensamento naquilo que ainda não aconteceu, nas possibilidades de erro em sua execução, e no reflexo que deverão tomar como resposta a isso. Nesse caso, em seu figurino peculiar, os personagens utilizavam uma espécie de plataforma em seus pés, como pequenos bancos de madeira, projetando-os para além da altura das cabeças dos espectadores, podendo ocorrer aí o diferencial da peça, como também uma cena cômica. Tudo isso, para que a história seja contada e representada de forma singular.

Uma *história* é a narrativa, é contar um acontecimento, ou uma série de acontecimentos, elaborada de modo a suscitar o interesse do público, seja composto de leitores, ouvintes ou espectadores. Em suas linhas mais gerais, uma história compreende início, meio e fim. Tem personagens cativantes, uma tensão crescente e um conflito que chega a alguma espécie de resolução. Envolve o público em um nível emocional e intelectual, motivando os espectadores a querer saber o que acontecerá a seguir. (BERNARD, 2008, p.15).

Nessa construção de roteiro podemos observar personagens que muitas vezes conseguimos ver no dia a dia das cidades do nordeste brasileiro, sobretudo no século XX. O pai autoritário que quer obrigar sua filha a se casar por meio de um casamento arranjado, a filha que se revolta contra a ideia, a cidade que julga e aprova essa união; é algo que facilmente poderia ser visto nas famílias antigamente. O elemento diferenciador inserido na história é a passagem mítica por um submundo, onde um dos personagens principais se encontra e acaba se comprometendo em casar com uma mulher que já está morta.

Voltando os olhos para esses elementos escolhidos e usados na história, conseguimos ver não só o exterior de uma família nordestina, mas também seu interior, com suas crenças e credos, e por exemplo, sua relação com a morte. Ajudando assim, dentro e fora do espetáculo, na construção da identidade cultural, que de acordo com Correia “pode ser entendida como um conjunto de características comuns pelas quais os grupos sociais se definem como tais” (CORREIA, 2003, p.06). A “Cia. Pão Doce” resgata o imaginário comum do nordestino para ambientar e reger seus personagens. Tudo isso sendo apresentado a espectadores num ambiente que não muito é lembrado como um palco teatral, as ruas.

quando nos debruçamos sobre o teatro de rua contemporâneo podemos ver uma miríade de projetos cênicos que exploram formas teatrais que se relacionam muito mais com experimentações vanguardistas do que com a cultura popular. No entanto, quando percebemos a rua como um lugar da cultura popular nos inclinamos a pensar

que as manifestações espetaculares nesse âmbito devem estabelecer relações com esse campo cultural que delimitamos como popular. (CARREIRA, 2001, p.145).

Logo, mesmo que o formato mude ou que as circunstâncias não estejam favorecendo o desenvolvimento da produção da peça, os elementos contidos na narrativa os sustentarão enquanto um produto popular feito em diálogo com seu público. Com isso, esses elementos que formam a história do espetáculo, também atuarão fora das apresentações, construindo uma identidade para a companhia enquanto grupo teatral, e para a vertente cultural teatral da cidade de Mossoró. “Essas narrativas são responsáveis pela construção do imaginário social da nação, da região, e pelo sentimento de pertencimento de cada sujeito que o faz amarrar-se a elas.” (CORREIA, 2003, p.07). Partindo de construções como essa, passando por adaptações já estabelecidas e formatos reconfigurados, “A Casatória c’a Defunta” enfrentou um novo desafio no ano de 2020, consequentemente adotando uma nova plataforma para seus produtos culturais, dessa vez, as redes sociais.

Na adaptação para a internet, uma peça como essa é obrigada a perder alguns elementos que, em seu formato “ao vivo”, poderiam ser cruciais para o seu não entendimento. Para uma compreensão dessa mudança de perspectiva, podemos olhar primeiramente para o teatro enquanto ator cultural em uma era digital. Saber como ele se porta enquanto mediador com os novos dispositivos e de que maneira eles são utilizados, até mesmo em suas apresentações presenciais, nos possibilitará perceber como esse segundo passo da adaptação ao audiovisual ocorreu, e de que forma essas relações com a mediação acontecem.

Mesmo no teatro de rua, as fronteiras entre quem apresenta e quem assiste tendem a ser delimitadas. É inato o processo de subjetivação, a partir das dinâmicas entre emissor e receptor: não à toa, catequeses e cultos religiosos utilizam com frequência apresentações teatrais para passar aos fiéis o conteúdo bíblico. Fora isso, o agrupamento da plateia diante ou em torno de uma apresentação facilita sua observação. (TORRES, 2018, p.55).

A interação do “ao vivo” é instantânea. Um ato que é feito por um dos atores em suas apresentações pode receber o *feedback* do público no mesmo instante, aprovando-os ou não. Esse fluxo de informação que acontece no teatro de rua, como no caso da montagem original de “A casatória c’a defunta”, permite que possamos observar como a comunicação é executada apenas por um mediador de todo esse processo, o teatro. Entre o ator e o espectador há uma maquiagem, um figurino, um cenário, uma trilha sonora que se torna leque de elementos que

muitas vezes fica subtendido em todo esse jogo comunicativo. “O espetáculo ao vivo é um encontro de uma pluralidade de artistas em cena com um público. A arte efêmera da emoção, da sensibilidade e da autenticidade” (TAVARES, 2015, p.75).

Por sua vez, na montagem para o ambiente virtual, mesmo que alguns desses adereços sejam deixados de lado, outros fatores são agregados nessa apresentação. O formato é mudado totalmente e a forma de se portar diante das câmeras não é a mesma que vemos diante do público. Em formato *self-tape* os atores interagem para um ponto fixo, que seria a lente do equipamento, tentando passar a mesma emoção, ou pelo menos o mais próximo possível, que seria visto nas apresentações de rua. “A textura estética, o planejamento e o “visual” de uma produção são elementos essenciais de todo projeto. Desde a criação de sets elaborados até a simples reorganização de móveis” (KELLISON, 2007, p.167). O *layout* montado na produção da peça aqui estudada foi desenvolvido para que todos os atores tivessem visibilidade total em todo o tempo em que a história fosse contada. Usando uma espécie de grade, onde dividiram os 6 atores, a trama se desenvolvia ao ponto que os mesmos personagens mudavam até mesmo de local na tela. “O tamanho do plano determina em geral sua duração, sendo esta condicionada pela obrigação de dar ao espectador tempo material para perceber o conteúdo”. (MARTIN, 2011, p. 40). No caso de “A casatória c’a defunta”, o público tinha todo o tempo de exibição para analisá-lo.

Esse processo, que antes era manipulado pelo próprio ato teatral, agora é projetado pelo audiovisual, que com luz projetada por diferentes ângulos e olhares específicos, dinâmica da voz e da trilha sonora alinhadas, podem provocar no espectador a sensação de estar assistindo a um filme. Dificilmente ele pulará da cadeira porque tomou um susto inesperado com algum ator interpretando em um ponto do cenário ainda não percebido. Como também, é quase que impensado que ele se constranja em não assistir à peça até o final e tenha vergonha de sair do espaço. O vídeo entrega ao espectador mais um dos recortes finais da história contida no roteiro e idealizada por seu autor, criando, dessa forma, um novo ambiente de interação que se assemelha -e muito- com o que é projetado nas apresentações de rua, mas com suas especificidades.

Em toda essa construção, o terceiro mediador entra em cena, mostrando possibilidades que agregaria e os levariam para uma nova experiência. A internet, mais precisamente a página do *Facebook* do Teatro Arthur Azevedo da São Paulo, forneceu para a apresentação um espaço em um mundo não muito usual para os atores de teatro de rua. Nessa nova plataforma, a dinâmica e a experiência mudam a forma usual e sua percepção é totalmente diferente.

A ideia de “fazer teatro” no ciberespaço, ao invés de usar a Internet como dispositivo para criação e encenação teatral, respeitando paradigmas essenciais, ainda é um tanto polêmica. O termo ciberteatro não é totalmente aceito, embora conhecido e utilizado. Os próprios fundadores do Teatro Para Alguém já disseram que não querem insistir nessa ferida de que “é teatro”. (TORRES, 2018, p.64).

A “Cia. Pão Doce” apresenta assim uma construção específica para o audiovisual, não apenas gravando a peça em primeiro plano (da cintura até a cabeça), mas provocando sentidos e significados singulares. A mediação provocada nesse intermeio ocasiona uma análise da presença dos espectadores naquele momento. A peça, que foi lançada em um horário estabelecido - ainda que aparentemente fora do ar, conforme afirmamos anteriormente - pode ser assistida em qualquer outro momento, bem como em outro dia do divulgado pela companhia, caracterizando uma mudança significativa daquela antes pensada pelo teatro de rua. Essa co-presença é mutável e o tráfego de pessoas e informações na rede é talvez intangível. Por isso “entende-se que o importante é a troca estabelecida entre esses dois eixos – ator e espectador – e não suas presenças físicas no mesmo espaço e tempo” (TORRES, 2018, p.61).

A interação através dos *likes* e *deslikes*, dos comentários e compartilhamentos são os substitutos dos aplausos, das risadas, dos olhares e suspiros. Essa mediação provoca, assim, uma relação de espectador mais atuante durante o processo. Processo esse que não dura apenas os 50 minutos em que a peça é representada, mas que fica em aberto enquanto a publicação da página estiver disponível na internet. Esse jogo de mediação se torna uma experiência não apenas para seu criador original, mas também para o público que fica incumbido, mesmo que não obrigatoriamente, de lhe dar a aprovação ou rejeição do que foi apresentado, mediando uma comunicação que vai além de um simples “retorno” na transmissão da mensagem.

5 Considerações finais

O teatro mossoroense, assim como em boa parte do nordeste e do país, luta diariamente por reconhecimento e investimento, na tentativa de possibilitar a expansão dessa arte popular para mais pessoas e, com isso, atingir um público maior do que até então é alcançado. Na apresentação online da peça teatral “A casatória c’a defunta”, que outrora era levada para as ruas das cidades do interior do Rio Grande do Norte, conseguimos observar elementos contidos no texto que vão de encontro com a tradição nordestina, não só de fazer teatro, mas também de crenças, costumes e ritos, norteados toda a história contada. Usando a página do *Facebook*

de um teatro do sudeste brasileiro, a companhia conseguiu, por mediação do audiovisual e da internet, abranger muito mais do que centenas de espectadores que comumente assistiam suas apresentações. Nessa produção podemos ver claramente as técnicas de duas artes sendo utilizadas simultaneamente, a do teatro e a do cinema, tornando a execução algo diferenciado tanto para os produtores, quanto para os receptores da obra.

Observando esse processo de mediação conseguimos enxergar que a ponte que levou a mensagem de um lado a outro do rio, nesse caso, era mais larga do que a que comumente se utilizava, possibilitando não apenas os acessos “ao vivo” da transmissão, mas também o compartilhamento e difusão dessa história por canais além do próprio *Facebook*. e para outras culturas. Estas novas apropriações acabaram por tornar a peça de “Cia. Pão Doce” não apenas mais acessível, o que elas proporcionaram foi, principalmente, a potencialização de diferentes estratégias enunciativas e de mediação sociocultural, estabelecendo outras relações e um novo olhar para um mesmo projeto.

6 Referências

BASTOS, Marco Toledo. Medium, media, mediação e midiaticização. In: MATTOS, Maria Ângela.; JANOTTI JUNIOR, Jeder.; JACKS, Nilda. (orgs.) **Mediação & midiaticização**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BERNARD, Sheila Curran. **Documentário: técnicas para uma produção de alto impacto**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CARREIRA, André Luiz. Teatro de rua como apropriação da silhueta urbana: hibridismo e jogo no espaço inóspito. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 24: 143-152, 2001.

CORREIA, André de Brito. **Teatro de Rua Radical** – arte, política e espaço público urbano. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2003.

COSTA, Belarmino Cesar. **Educação dos Sentidos: A Mediação Tecnológica e os Efeitos da Estetização da Realidade**. Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação: Salvador/BA, 2002.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo. **Hermés**, Paris, n. 19, p. 03-36, 2003.

GONÇALVES, Marco; HEAD, Scott. **Devires imagéticos** – a etnografia, o outro e suas linguagens. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

GONÇALVES, Osmar (Org.). **Narrativas Sensoriais**. Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2014.

KELLISON, Cathrine. **Produção e Direção para TV e Vídeo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

MATTOS, Maria Ângela.; JANOTTI JUNIOR, Jeder.; JACKS, Nilda. (Orgs.) **Mediação & midiaticização**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SALCEDO, Diego Andres. **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos Olhares**, nº 2, v. 2, 1998.

TAVARES, Marta Daniela. **A comunicação na cultura: a internet como ferramenta da comunicação cultural na captação de públicos nas companhias profissionais de teatro independente**. Porto, Portugal: FLUP, 2015.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TORRES, Leandro. **Da internet para o palco: contaminações e atravessamentos entre cibercultura e dramaturgia brasileira contemporânea**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Artes da Cena Rio de Janeiro: UFRJ, ECO, 2018.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: EDUnB, 2001.

Sobre os autores

Ana Maria Morais Costa

Graduada em Ciências Sociais (licenciatura) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1992), especialista em Antropologia pela mesma universidade (1997), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011) e doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Professora aposentada do Departamento de Ciências Sociais e Política. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas (UERN). Membro dos Grupos de Pesquisa Informação, Cultura e Práticas Sociais e Grupo de Estudos Culturais (UERN). Membro do núcleo de estudos afro-brasileiro (NEAB/UERN). Realiza atividades de ensino, extensão, pesquisa e orientações nos grupos temáticos: educação superior; política educacional; sucesso escolar; ensino de sociologia; cultura brasileira; educação étnica e racial; educação em direitos humanos, cidadania e movimentos sociais. Foi coordenadora de gestão de processos pedagógicos do PIBID/UERN (2014-2015); Pró-Reitora de Extensão da UERN, no período de 2005 a 2009 e Coordenadora da ONG Centro Feminista oito de março (2007-2008),

Ailton Siqueira de Souza Fonseca

Doutor, professor do Departamento de Ciências Sociais e Políticas e do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas da UERN. Pesquisa literatura de cordel e de repente, cultura e afetividade nas relações sociais contemporâneas. Coordenador do Grupo de Pesquisa do Pensamento Complexo/GECOM/UERN.

André Bonsanto

Professor Colaborador e bolsista de pós-doutorado (PNPD/CAPES) junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2018), com estágio doutoral (sanduíche) realizado na Tulane University, New Orleans,

EUA. É mestre em Comunicação (2012) pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, tendo seu trabalho recebido o Prêmio Compolítica de melhor dissertação (2013) e menção honrosa no Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo da SBPJOR (2013). Possui graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (2007), em História (2008) e especialização em Mercados Emergentes em Comunicação (2010) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Foi Editor-executivo da Revista Contracampo (2015-2017), Analista de Pesquisa da Comissão Nacional da Verdade (2014) e professor Colaborador do Departamento de Comunicação da UFPR (2012-2013).

Antonio Elder Nolasco

Possui mestrado em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2019), Especialização em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2002), graduação em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2013), graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1996). Atualmente é Professor permanente - nível IV da Secretaria de Estado, da Educação, da Cultura do RN. Tem experiência na área de Ciências Humanas, com ênfase em Filosofia e Sociologia.

Camila Vanessa De Queiroz Vidal

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH – UERN); Especialista pela Universidade Cândido Mendes – UCAM (2014-2015) e Graduada em direito pela Universidade Potiguar - Natal/RN (2013), onde foi premiada com a Lâurea Estudantil da UnP, por haver obtido a melhor média do curso de Direito, ofertado na Unidade Floriano Peixoto do Campus Natal: 9,12. Atualmente, é professora do curso de direito da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar- FACEP e coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica. Além disso, também milita na advocacia, atuando como procuradora no Município de Coronel João Pessoa e como advogada do Escritório Vidal & Ferreira Advogados Associados. Tem experiência na área jurídica, com ênfase em Direito Administrativo, urbanístico e ambiental.

Edione Rodrigues Batista

Graduação em Enfermagem Bacharelato/Licenciatura pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Especialização em Urgência e Emergência pela Faculdade de

Enfermagem Nova Esperança de Mossoró - FACENE/RN. Mestrado Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas - PPGCISH pela UERN. Atua como professora e preceptora da Escola Técnica de Enfermagem Thereza Néó, Mossoró/RN.

Francisco Alexsandro da Silva

Francisco Alexsandro da Silva, mais conhecido pela alcunha de Sandro Cocco, é professor de Filosofia, na rede pública e privada, na cidade de Mossoró/RN. Graduou-se em licenciatura em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, onde, também concluiu seu mestrado no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas. Estuda Filosofia da Educação estabelecendo relações entre as contribuições da antiguidade clássica com pensadores contemporâneos. Se interessa por outras áreas da filosofia como ética e política. É um amante da literatura e costuma transdisciplinar os conteúdos desta com a filosofia. Principalmente os gêneros da ficção e distopias, como poesia e quadrinhos. Na graduação escreveu dentro da área da Filosofia da Educação sobre o tema “O ensino do Filosofar: uma análise no método maiêutico com base no Livro VII da obra *A República* de Platão” (monografia); e apresentou como dissertação para o mestrado a pesquisa com o tema “A aprendizagem de Filosofia a partir do *Cuidado de Si* Foucaultiano”. Há mais de uma década como professor de filosofia no ensino médio, por atuar em alguns cursinhos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), tem se especializado nesse assunto, buscando diferenciar em sua proposta didática, aulas de filosofia úteis para tal exame, sem se tornar uma mera razão instrumental.

Francisco Linhares Fonteles Neto

É professor Adjunto IV na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, ministra disciplinas de Teoria e Metodologias da História. Formado em História pela UFC, cursou mestrado em História Social pela UFC, bolsista Capes/PROCAD o que permitiu realizar mestrado sanduíche no Cecult/Unicamp. Doutor em História Social pela UFRJ. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da UERN. Atua no campo da História Social do Crime tendo publicado artigos em revistas e livros sobre o tema. Atualmente desenvolve pesquisa sobre o crime e banditismo no Rio Grande do Norte no século XIX.

Gisele Ferreira de Lima

Possui graduação em Música pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2009), especialização em Metodologia do Ensino de Música pela mesma instituição. Atualmente é professora de Artes da Prefeitura Municipal de Baraúna- RN e do Estado do Rio Grande do Norte, atuando na rede básica de ensino. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, desenvolvendo pesquisas enfatizando e relacionando música, complexidade e ética.

Guilherme Paiva de Carvalho

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (1998), mestrado em Filosofia pela Universidade de Brasília (2002) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2009). Realizou, em 2007, Doutorado Sanduíche na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Coordenou o Programa Universidade Aberta do Brasil na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 2009 a 2011. Coordenou o Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2012/2013). É docente permanente do Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa Interinstitucional de Pós- Graduação em Ensino (POSENSINO/UERN/UFERSA/IFRN), além de Colaborador no Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO). Tem experiência nas áreas de Filosofia, Sociologia e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: tecnologia, educação, cultura, diversidade, relações étnico-raciais e gênero.

Hugo Garbênio De Carvalho

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPGCISH/UERN). Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de Sociologia junto a SEDUC-CE - Secretaria da Educação Básica do Ceará.

Jean Henrique Costa

Professor do Departamento de Turismo e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Geografia, Especialista em Demografia, Graduado em Ciências Sociais, Turismo e Letras. Possui estágio Pós-doutoral na Universidad Autónoma de Ciudad Juárez (UACJ, México). É fundador e líder do Grupo de Pesquisas em Lazer, Turismo e Trabalho (GEPLAT) e fundador e editor-chefe da Revista Turismo Estudos & Práticas (RTEP, ISSN 2316-1493).

José Alberto da Silva

Cientista Social e Professor voluntário do Projeto de Extensão Cursinho Cidadania, possui Graduação em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Licenciando em Ciências Sociais - UERN. Mestre em Ciências Sociais e Humanas PPGCISH/ UERN. Cursando Especialização em Educação e Contemporaneidade - IFRN. Participa do Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC (CNPq). Participou do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID (Capes) 2017 - 2019. Centra-se na realização do ensino, pesquisa extensão nas ciências sociais com ênfase sobre relações étnicas como foco em identidades culturais indígenas, educação indígena, educação intercultural, educação popular freireana.

José Glebson Vieira

Professor Adjunto do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Desenvolve pesquisa etnográfica e ações extensionistas junto às comunidades indígenas e quilombolas do Rio Grande do Norte, atuando nos temas: etnicidade, memória, saberes locais, diversidade étnico-raciais, patrimônio e resistências indígenas e negras.

Karlla Christine Araújo Souza

Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba com habilitação em Antropologia (2004), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba PPGS/UFPB (2006) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba PPGS/UFPB

(2010) e Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é professora adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas PPGCISH/UERN onde já exerceu a função de vice coordenadora. No PPGCISH está vinculada à linha de Pesquisa: Linguagens, Memória e Produção de Saberes, já exerceu as funções de assessora da Pró-reitoria de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte PROEG/UERN, coordenadora do PIBID Ciências Sociais, coordenadora do Laboratório de Ensino em Ciências Sociais, membro da diretoria da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais- ABECS. É membro do Grupo de Pesquisa do Pensamento Complexo e do Mythos-Logos: imaginário e parcerias do conhecimento. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: Saberes Populares e Tradicionais, Poéticas da Oralidade, Memória e Cotidiano. Sociologia, Educação e Formação de Professores. Interdisciplinaridade, Transdisciplinaridade e Imaginário.

Katson fernandes

Graduado em Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Técnico em Cooperativismo pela Escola Agrícola de Jundiá - Pólo Apodi/RN. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN.

Márcia Regina Farias Da Silva

Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Ecologia de Agroecossistemas pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Ecologia Aplicada (Ambiente e Sociedade), pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutora em Geografia pelo Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Coimbra. Professora Adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), atuando junto ao Departamento de Gestão Ambiental, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (DGA/FACEM) como Coordenadora e como colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (Interdisciplinar - UERN).

Márcio Alexandre da Conceição

Graduado em Pedagogia (2001) e especialista em Leitura e Produção Textual (2007) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Tem Mestrado em Ciências Sociais e Humanas (2016) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais e Humanas (FAFIC/UERN). Também é bacharel em Direito (2013) pela Faculdade de Direito (FAD/UERN). Atualmente é Professor da Prefeitura Municipal de Mossoró. Tem experiência na área de Educação.

Marcos de Camargo Von Zuben

Graduado em Filosofia (1996) e mestre em História (1999) pela Universidade de Brasília. Doutor em filosofia pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2010). Professor adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, departamento de filosofia, Campus Caicó/RN. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em ciências sociais e humanas (Mossoró/RN) e do mestrado Profissional em Filosofia (Caicó/RN). É membro do GT Filosofar e ensinar a filosofar da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) e do grupo de pesquisa Filosofia e Educação UERN/CNPq. Tem experiência na área do ensino de filosofia, tendo atuado como professor dos níveis fundamental, médio e superior. Possui conhecimentos especializados em filosofia da educação, filosofia política, ética, ontologia, história da filosofia moderna e contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: Estudos sobre o pensamento de Immanuel Kant, Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Gilles Deleuze, razão, progresso, século XVIII, processos de subjetivação, filosofia com crianças, ensino de filosofia no nível médio e formação de professores no ensino de filosofia.

Maria Betânia Ribeiro Torres

Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais (Fafire/Recife/PE). Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PRODEMA/UERN). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS/UFRN). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN) e do Departamento de Gestão Ambiental da UERN.

Maria Iratelma Pereira

Mestra em Ciências Sociais e Humanas - PPGCISH/UERN (2018). Especialista em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos - IFRN (2007). Licenciada em Geografia - UERN (1995). Graduanda do Curso de Psicologia - FCRN (2019). Possui experiência em: Educação de Trânsito, implantação do Programa Nacional de Educação de Trânsito nas Escolas estaduais, municipais e particulares do Ensino Fundamental no município de Mossoró (I CIRETRAN /MOSSORÓ/RN); Educação Empreendedora com o Programa Despertar, nas Escolas de Ensino Médio (SEBRAE - SEEC/RN); Educação à Distância, como tutora da Licenciatura de Matemática e do Curso de Aperfeiçoamento A Escola e a Cidade: Políticas Públicas Educacionais na modalidade semipresencial; Módulo I - Introdução a Educação a Distância; Módulo II - Desenvolvimento da Educação Integral no Brasil (UFERSA); Exerceu a função de Técnica Pedagógica (12ª DIREC/SEEC/RN); É uma das Coordenadoras do Programa Brasil Alfabetizado nos anos 2014/2015/2018. Atualmente é Professora de Geografia, Filosofia e Empreendedorismo do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Hermógenes Nogueira da Costa; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Espaço, Ensino e Ciências Humanas - GEPEECH/UERN; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Discursos e Sociedade - GEPEDS/UFERSA.

Maria Santos

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ProPEd/UERJ. É licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Mestra em Ciências Sociais e Humanas pela mesma instituição.

Murilo Ferreira Santos Silva

Graduado em Comunicação Social, com Habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH/UERN. Formado em Piano Erudito pela Escola de Música e Artes – UERN. Diretor Geral da produtora audiovisual Promissum Pictures e Vice-diretor da Associação Amigos do Piano.

Raoni Borges Barbosa

Professor Visitante na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Lotado no Departamento de Ciências Sociais. Professor vinculado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH. Doutor (2019) em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre (2015) em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universität Osnabrück (2009). Trabalha na área de Antropologia e Sociologia das Emoções, Antropologia e Sociologia das Moralidades, Antropologia e Sociologia Urbana, Teoria e Epistemologia das Ciências Sociais e Humanas. Pesquisador do GEPLAT – Grupo de Pesquisas em Lazer, Turismo e Trabalho, da UERN. Pesquisador do BITS – Grupo de Pesquisa em Informação, Cultura e Práticas Sociais, da UERN. Pesquisador do GRUESC – Grupo de Estudos Culturais, da UERN. Coeditor da RTEP – Revista de Turismo: Estudos e Práticas (ISSN 2316-1493) desde 2020. Tem experiência nas áreas de Antropologia e Sociologia com vários artigos em revistas especializadas e apresentações em congressos acadêmicos nacionais e internacionais.

Raul Nogueira Santos

Advogado e professor. Graduado em Direito e em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Especialista em Direito Ambiental e Mestre em Ciências Sociais e Humanas pelo PPGCISH-UERN.

Rosalvo Nobre Carneiro

Professor do Departamento de Geografia e do Mestrado em Ensino (CAPF/UERN). Pesquisador do Observatório das Paisagens Patrimoniais e Artísticas da América Latina (Rede OPPALA). Coordenador de área do Projeto PIBID Geografia. Coordenador do Projeto Nós Propomos! em Pau dos Ferros. Estudos sobre o pensamento de Jurgen Habermas na Geografia e na Educação: Temas centrais: a) Geografias do mundo da vida com ênfase nas transformações culturais da Dança de Caboclos no Brasil e na América Latina; 2) Educação Geográfica do Agir Comunicativo ou Geografia Escolar do Mundo da Vida com ênfase em Formação Docente, Ensino-Aprendizagem e Estágio Curricular Supervisionado.

Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues

É professora do Departamento de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais e Humanas – PPGCISH/UERN. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Humanos, Desenvolvimento e Cotidiano (DHDC). Integrante do Grupo de Pesquisa em Memória, Identidade e Ensino de História (Mnemis). Membro do Projeto de Pesquisa “Memória institucional, acesso à informação e políticas públicas: uma abordagem a partir do Supremo Tribunal Federal”. Coordenadora do projeto de Extensão” Direito e História: formação política na comunidade quilombola do Arrojado (Portalegre/RN).

Vicente Faustino Filho

Professor da rede Estadual do RN. Supervisor Educacional da rede municipal de ensino da Secretaria Municipal de Educação e Coordenador do programa e convênio de pós-graduação para docentes em Areia Branca/RN, em parceria do IFRN com a Prefeitura de Areia Branca. Coordenador regional do projeto “Busca ativa escolar”. Pedagogo, Mestre em Ciências Sociais e Humanas (UERN), Especialista em Gestão Educacional (UVA), Especialista em Gestão da Educação Municipal (UFPB) e Ex-secretário municipal de educação de Areia Branca.

Wagner de Araújo Rabêlo

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2016), pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), na linha de pesquisa: Práticas Pedagógicas e Currículo. Foi professor substituto EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – Campus Apodi (2018-2020), onde lecionou a disciplina de história para o Ensino Médio técnico integrado, e a disciplina de Didática à nível de Pós-Graduação Stricto Sensu. Atualmente é professor da rede particular da cidade de Natal/RN, na escola Êxito Colégio e Curso, onde leciona a disciplina de história, tanto para o Ensino Fundamental II quanto para o Ensino Médio. Tem experiência nas áreas de História e Filosofia da Educação, com interesse nos seguintes temas: Michel Foucault, Ensino de História, Byung-Chul Han, Gilles Deleuze, Neoliberalismo, Paideia, Hannah Arendt e André Gorz.